



**PROGRAMA DE
PÓS-GRADUAÇÃO
EM HISTÓRIA**
UNIVERSIDADE
FEDERAL DE
PERNAMBUCO

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
DOUTORADO EM HISTÓRIA**

MAÇONARIA E REPÚBLICA: confrontos, conflitos, tensões e
atuação sociopolítica de maçons em Pernambuco nas Décadas
de 1930 e 1940

Augusto César Acioly Paz Silva
Recife, 2013



**PROGRAMA DE
PÓS-GRADUAÇÃO
EM HISTÓRIA**
UNIVERSIDADE
FEDERAL DE
PERNAMBUCO

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
DOUTORADO EM HISTÓRIA**

MAÇONARIA E REPÚBLICA: confrontos, conflitos, tensões e
atuação sociopolítica de maçons em Pernambuco nas Décadas
de 1930 e 1940

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História no Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial à obtenção do Título de Doutor em História.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Ana Maria Barros.

Augusto César Acioly Paz Silva
Recife, 2013

Catálogo na fonte
Bibliotecária Maria do Carmo de Paiva, CRB-4 1291

S586m Silva, Augusto César Acioly Paz.

Maçonaria e República : confrontos, conflitos, tensões e atuação sociopolítica de maçons em Pernambuco nas décadas de 1930 e 1940 / Augusto César Acioly Paz Silva. – Recife: O autor, 2013.
225 f. ; 30 cm.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Ana Maria Barros.

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Pernambuco, CFCH.
Programa de Pós-Graduação em História, 2013.
Inclui referências.

1. História. 2. Pernambuco – Política e Governo. 3. Magalhães, Agamenon. 4. Maçons - Pernambuco. 5. Maçonaria. 6. República. I. Barros, Ana Maria (Orientadora). II. Título.

981.34 CDD (22.ed.)

UFPE (BCFCH2014-18)



ATA DE DEFESA DO ALUNO AUGUSTO CÊSAR ACIOLY PAZ SILVA

Às 14h do dia 28 (vinte oito) de novembro de 2013 (dois ml e treze), no curso de Doutorado do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco, reuniu-se a Comissão Examinadora para o julgamento da defesa de Tese para obtenção do grau de Doutor apresentada pelo aluno **Augusto César Acioly Paz Silva** intitulada **“MAÇONARIA E REPÚBLICA: confrontos, conflitos tensões e atuação sociopolítica de maçons em Pernambuco nas décadas de 1930 e 1940”**, em ato público, após arguição feita de acordo com o Regimento do referido Curso, decidiu conceder ao mesmo o conceito **“APROVADO”**, em resultado à atribuição dos conceitos dos professores doutores: Ana Maria Barros dos Santos (orientadora), Antônio Jore de Siqueira, Carlos Alberto Cunha Miranda, Giselda Brito Silva e Edson Hely Silva. A validade deste grau de Doutor está condicionada à entrega da versão final da tese no prazo de até 90 (noventa) dias, a contar da presente data, conforme o parágrafo 2º (segundo) do artigo 44 (quarenta e quatro) da resolução Nº10/2008, de 17 (dezessete) de julho de 2008 (dois mil e oito). Assinaram a presente ata os professores supracitados, o coordenador, Prof. Dr. George Felix Cabral de Souza, e a secretária da Pós-graduação em História, Sandra Regina Albuquerque, para os devidos efeitos legais.

Recife, 28 de novembro de 2013

Prof.^a.Dr^a. Ana Maria Barros dos Santos

Prof. Dr. Antônio Jorge de Siqueira

Prof^a. Dr^a. Giselda Brito Silva

Prof. Dr. Edson Hely Silva

Prof. Dr. George Félix Cabral de Souza

Sandra Regina Albuquerque

Dedico este trabalho a Francisco Alberto de Moura, maçom, pai, tio, amigo e militante de causas justas.

Para Otávio, que nasceu em meio à Tese. Este trabalho também é seu.

Para Cinthia, por estes mais de dez anos de convivência. A nossa História e o nosso amor estão interligados, de alguma forma, à concretização deste trabalho.

RESUMO

O ponto de partida para as nossas análises surgiu a partir da Tese proposta pelo historiador, Sérgio Buarque de Holanda, de que com a Proclamação da República e a difusão do Positivismo, enquanto ideário político, a Maçonaria havia perdido espaço e atuação no campo da política. É possível observar, ao longo do nosso trabalho, que esta visão não pode ser vislumbrada como conclusiva, uma vez que as práticas políticas assumidas por esta instituição foram se metamorfoseando, provocando uma mudança nas posturas por ela assumidas além de definir outros critérios e propostas para serem colocadas como pontos importantes de atuação pela Maçonaria. A definição em destacar as décadas de 1930 e 1940 para as nossas análises se deu a partir da observação que, enquanto instituição, ela continuava a propor questões e defender posições na sociedade, ao mesmo tempo em que, devido o crescente grau de autoritarismo e intolerância, que tomaram conta dos Tempos de Agamenon Magalhães, a partir de 1937, a Maçonaria teve as suas ações, em Pernambuco, interditadas e sua voz e posições silenciadas.

PALAVRAS-CHAVES: Maçonaria, República, Antimaçonismo, Governo Agamenon Magalhães, Décadas de 1930 e 1940 e Pernambuco.

ABSTRACT

The starting point for our analysis came from the thesis proposed by historian Sergio Buarque de Holanda that with the Proclamation of the Republic and the spread of positivism as political ideology, Freemasonry had lost space and performance in the field of politics. It is possible to observe, over our work, this vision can not be envisioned as conclusive. Since political practices undertaken by this institution were metamorphosing, causing a change in attitudes assumed by it, and set other criteria and proposals to be placed as important points of action by Freemasonry. The definition in highlighting the 1930's and 1940's for our analysis was to observe that, as an institution, she continued to propose questions and defend positions in society at the same time, due to the increasing degree of authoritarianism and intolerance, which took account Agamemnon Magalhães' times, from 1937, Freemasonry had its shares in Pernambuco interdicted and its voice silenced and positions.

KEYWORDS: Freemasonry, Republic Antimaçonismo, Government Agamemnon Magalhães, Decades of the 1930's and 1940's and Pernambuco.

RÉSUMÉ

Le point de départ de notre analyse proviennent de la thèse proposée par l'historien Sergio Buarque de Holanda qui avec la proclamation de la République et la propagation du positivisme comme idéologie politique , la franc-maçonnerie avait perdu l'espace et de la performance dans le domaine de la politique. Il est possible d'observer , au cours de notre travail, cette vision ne peut pas être envisagé comme concluants. Depuis pratiques politiques menées par cette institution ont été métamorphosent , provoquant un changement dans les attitudes assumées par lui , et définir d'autres critères et propositions doivent être placées aussi des points importants de l'action par la franc-maçonnerie . La définition en soulignant les années 1930 et 1940 pour notre analyse était d'observer que, en tant qu'institution, elle a continué à proposer des questions et défendre les positions de la société en même temps , en raison de l' augmentation du degré de l'autoritarisme et l'intolérance , qui tient compte de fois Agamemnon Magalhães, à partir de 1937 , la franc-maçonnerie a eu ses actions dans le Pernambuco interceptés et sa voix réduite au silence et positions.

MOTS-CLÉS: la franc-maçonnerie , République Antimaçonismo , gouvernement Agamemnon Magalhães, des décennies des années 1930 et 1940 et de Pernambuco .

AGRADECIMENTOS

Uma pesquisa que tem como fruto uma tese de Doutorado, em qualquer área que seja, é amparada por uma História, relação que se aprofunda e se torna quase que intrínseca, ao trabalho que se encontra ligado à referida área de pesquisa. Bem, diante desta pequena divagação, esta parte do trabalho conta, também, a sua História, uma vez que por trás do texto pronto e acabado nas suas formulações e formatações, pessoas e instituições contribuíram de maneira importante e significativa para a concretização desta História, que influenciou diretamente tanto a nossa vida, como a de pessoas que circulam em torno da nossa trajetória pessoal e de pesquisa.

Neste sentido, sou profundamente grato a minha família, aos meus pais e a minha irmã, que sempre me apoiaram ao longo da trajetória de vida, profissional e de estudo (graduação, especialização, Mestrado e Doutorado) vibrando a cada conquista e etapa concluída. À Cinthia e Otávio, meus dois grandes amores, por serem uma fonte de apoio nos momentos mais difíceis desta trajetória, depositando em mim toda confiança, e em muitos momentos, chamando-me a realidade, quando me concentrava, exaustivamente, nas coisas da Tese e esquecia-me de que existia uma vida além dela.

Outros à quem devo muito durante esta longa jornada são Ivani Pereira (minha Sogra) e Alexandre Barbosa (cunhado), que nunca mediram esforços no apoio e no incentivo.

Devo mencionar também os amigos, tanto os que estavam ligados mais diretamente ao Doutorado como: Aluizio, Luciano, Juliana, Faustino, Martinho, Gian, Waldefranklin, Álvaro, Paulo, Helder e Kiara, a eles juntam-se os professores que foram de suma importância para provocar inquietações e propor questões durante nossos encontros ao longo das disciplinas cursadas no Programa de Pós-graduação em História.

Outra figura fundamental no apoio e logística ao longo deste curso foi a amiga Sandra Regina, secretária da pós-graduação, que através dos seus e-mails, sempre bem humorados, e da sua presteza, ajudava-nos a esquecer as pressões e cobranças inerentes ao processo de construção de uma Tese.

Aos amigos tanto da Autarquia de Ensino de Arcoverde quanto da Autarquia de Educacional de Afogados da Ingazeira, pela compreensão e incentivo.

Ao compadre e amigo, José Rogério Oliveira, pelo apoio e considerações sempre valiosas nas questões apresentadas ao longo da composição deste texto. Ao professor Marcio André Andrade, pela atenção e sugestão na revisão do trabalho.

À prof^a. Dr^a. Ana Maria Barros pela presteza em acolher-me como seu orientando.

Aos amigos, Antônio Jorge, pela sua humildade, apoio e erudição na concretização deste trabalho, e a Edson Hely Silva pelas suas considerações sempre pertinentes e sua amizade.

É importante lembrar, também, as contribuições da banca de qualificação, composta pela professora Giselda Brito e Antônio Jorge, que foram muito importantes no sentido de reorientar algumas questões e propor outras.

À CAPES pelo auxílio financeiro em parte da nossa pesquisa incentivo que facilitou a concretização deste trabalho.

Aos espaços de pesquisa que frequentei: Arquivo Público Jordão Emereciano, Fundação Joaquim Nabuco, Os Arquivos Públicos de São Paulo e do Rio de Janeiro, as Bibliotecas das Lojas Maçônicas Segredo e Amor da Ordem e Conciliação, locais importantes para colhermos a matéria-prima que forneceu sustentação a este trabalho.

Concluo estes agradecimentos, lembrando as palavras que apresentei no início, cada uma dessas pessoas e espaços foram importantes na História dessa Tese. A todos o meu muito obrigado!

LISTA DE IMAGENS E TABELAS

Fig. 01 – Manoel Arão.....	33
Fig. 02 – Mário Melo.....	33
Fig. 03 – Loja Maçônica Fraternidade e Progresso – Goiana/PE.....	71
Fig. 04 – Frontispício do Jornal Maçônico O Mensageiro.....	92
Fig.05 – Sala Noturna da Escola Sete de Setembro Mantida pela Loja Mensageiros do Bem da cidade de Garanhuns.....	93
Fig. 06 – Capa do jornal O Mensageiro em alusão ao 07 dia de setembro.....	94
Fig. 07 – Retrato de Pe. Fernandes, pintado pelo artista Vicente do Rego Monteiro.....	101
Fig. 08 – Artigo do Pe. Fernandes sobre a Maçonaria nas páginas da Fronteiras.....	143
Fig. 09 – Matéria publicada no Jornal do Commercio sobre o fechamento das Lojas Maçônicas no País e em Pernambuco.....	155
 Tabela 01 – Quadro de Lojas em Atividade no Estado de Pernambuco (1900-1930).....	 56

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
Capítulo 1- A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE MAÇÔNICA EM PERNAMBUCO NAS PRIMEIRAS DÉCADAS DO SÉCULO XX (1900-1937).....	27
1.1 Maçonaria o Seu Caráter iniciático e simbólico.....	36
1.2 O caminho da Iniciação.....	37
1.3 A Maçonaria e a República.....	44
1.4 Construindo Templos e disseminando ideias (1900-1930).....	54
Capítulo 2 – OS MAÇONS E A REVOLUÇÃO DE 1930 EM PERNAMBUCO.....	59
2.1 Esquadrinhando espaços e fundando novos templos: a expansão da Maçonaria em Pernambuco (1930-1937).....	63
2.2 As bibliotecas maçônicas como difusoras da Educação e Cultura.....	71
2.3 Maçonaria e Imprensa nos anos 1930.....	84
CAPÍTULO 3 – “OS CAPANGAS DE DEUS” CONTRA “OS FILHOS DA VIÚVA”: INTELLECTUAIS CONSERVADORES E ANTIMAÇONISMO EM PERNAMBUCO (1930-45).....	98
3.1 A Institucionalização da Intolerância.....	98
3.2 Os Congregados Marianos, sua Biblioteca e o Antimaçonismo em Pernambuco na Década de 1930.....	100
3.3 Intelectuais e Imprensa.....	109
3.4 A Imprensa Católica e a divulgação das visões sobre a Maçonaria.....	117
3.5 O Caso da Maçonaria e portuguesa nas páginas do Boletim da Arquidiocese de Olinda e Recife.....	132
3.6 A Revista Fronteiras: a morada do pensamento antimaçônico de viés antissemita e anticomunista.....	140
3.7 O Mártir Dom Vital contra a Maçonaria nas páginas da Fronteiras.....	145
CAPÍTULO 4 – A MAÇONARIA EM PERNAMBUCO NOS TEMPOS DO ESTADO NOVO (1937-1945).....	153
4.1 A Suspensão das Atividades Maçônicas em Pernambuco no Prelúdio do Estado Novo.....	153
4.2 Os “Filhos da Viúva” no Estado Novo em Pernambuco (1937-45).....	164
4.3 O Frade reabilitado: debates entre Mario Melo e Frei Romeu Peréa a respeito da identidade maçônica de Frei Caneca.....	182
4.4 Voltando a Cena: a Maçonaria pernambucana e o fim do Estado Novo.....	193
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	206
REFERÊNCIAS.....	213

INTRODUÇÃO

A Maçonaria, enquanto instituição, fenômeno histórico e historiográfico, político e sociocultural, foi alvo das mais divergentes e apaixonadas intervenções, que, ao invés de contribuir no sentido de uma melhor compreensão a respeito do seu significado e de suas características, corroborou em muitos momentos, para que se tornasse um tema por vezes ausente da Historiografia. Todavia, o *tempo*, e suas incessantes buscas por resposta, transformaram nossas reflexões e estudos em desafios epistemológicos.

Esses muitas vezes, apareciam de maneira espectral, enigmática ou turvada, característica que, de certa maneira, alguns segmentos maçônicos de posição ainda, conservadora pretendiam perpetuar. Essa complexidade observada entre as perguntas e às respostas, em diferentes momentos¹, nos proporcionou a oportunidade de, efetivamente, dar continuidade à investigação, considerando que é sobre este tema, que vem sendo desenvolvida - desde o fim da Licenciatura em História (2002) - a nossa pesquisa, com a proposição de discutir e de ampliar aspectos que não foram contemplados na Dissertação de Mestrado².

¹Aliado aos nossos projetos de atuação de pesquisa e profissional, onde a Maçonaria passou a exercer um papel importante, tanto no desenvolvimento da Dissertação de Mestrado quanto na proposta de projeto de Doutorado, que se encontra materializada com a redação desta Tese, é importante ponderar que a experiência de ter participado de uma organização juvenil financiada pela Maçonaria, denominada Ordem Demolay, quando ainda residia no interior e especificamente na cidade de Paulo Afonso/BA, fez com que observássemos como os indivíduos da cidade representavam e difundiam a ideia do que era a Maçonaria e quais as suas finalidades, na maioria das vezes carregadas de uma concepção negativa. A visão de muitos dos meus colegas era de que a Maçonaria mantinha pactos e rituais demoníacos, usando o argumento de que uma sociedade que tinha o segredo como um dos postulados fundamentais, não podia disseminar ensinamentos muito confiáveis. Tal imaginário sempre nos chamou a atenção, constituindo-se num incentivo a mais para que nos lançássemos na pesquisa acadêmica em torno deste tema de estudo, além de observarmos também o quase silenciamento historiográfico a respeito dessa instituição.

²No estudo ***Pedreiros do mal: Maçonaria x Igreja Católica em Pernambuco (1900-1912)*** apresentado como Dissertação de Mestrado em História na UFPB em 2007. Orientamos nossas pesquisas com questionamentos e considerações de maneira mais efetiva, no que toca a atuação da maçonaria pernambucana durante a primeira década do Século XX, observando quais as atitudes e ações desenvolvidas por essa instituição, além de analisarmos de maneira mais detida, aspectos de intolerância que faziam parte, tanto da visão construída pela Igreja Católica, quanto dos aspectos negativos que os maçons formularam sobre os religiosos.

A presente Tese tem como recorte cronológico - sem nos limitarmos inteiramente ao período recortado - as décadas de 1930-40 e, partindo da ideia “diagnosticada” anteriormente, buscamos nesse trabalho voltarmos-nos para alguns questionamentos historiográficos basilares; como a visão que orientou a construção do alicerce histórico construído por Sérgio Buarque de Holanda (1985, p.289-305) a respeito da Maçonaria e sua ideologia, por ele denominada de *maçonismo*? Bem como explicar o papel institucional da Maçonaria a partir da instauração da República? uma vez que esse *célebre intérprete do Brasil* achava que a Maçonaria havia perdido importância política e ideológica se comparado aos áureos tempos vividos durante o período do Império.

Observamos, a partir de minuciosas leituras e pesquisa, que o renomado historiador paulista Sergio Buarque de Holanda para construir sua argumentação norteou toda a sua afirmação a partir do pressuposto de que a importância e ideário político defendido pela Maçonaria foram substituídos pelo Positivismo. Porém, asseveramos que suas observações se encontravam mais alicerçadas em subjetivismo do que em fontes históricas, o que compromete tal posicionamento. Contudo, durante muito tempo, nos fez crer, tal historiador, a partir de sua *intervenção*, que a Maçonaria “desapareceu” do cenário histórico e historiográfico republicano enquanto instituição agenciadora de uma política comprometida com o ideário liberal.

Dessa forma perpetuou-se e propagou-se a visão de que durante o período republicano a instituição maçônica não passou de uma sociedade obscura e sem finalidade. Representação, que a partir desta ideia, tornou-se quase que “verdade” quando se tratou da Maçonaria. Quanto, aos maçons e sua representação institucional foram, por parte da historiografia, tratados a partir do prisma da invisibilidade e do silenciamento. Aspecto que, definitivamente, não concordamos.

As ações e posturas dos maçons ocorreram, como podemos circunscrever, no campo de uma cultura política, diferentemente da desenvolvida durante o século XIX, que se orientou na promoção e defesa de questões políticas de caráter público mais gerais, fomentando o debate a respeito de temas como: a educação laica, liberdade religiosa e a chamada *Questão Social*, em referência à situação de vida das classes populares e trabalhadoras do campo e da cidade,

bem como a preocupação com as condutas nos espaços públicos dos nossos agentes políticos.

A partir de nossas pesquisas, foi possível então, observar que essas referências, assim como a defesa de tais princípios não sucumbiram frente à proclamação de um novo sistema político, no caso a República, ou até mesmo com a introdução do Positivismo enquanto uma “nova ideologia política” como nos faz crer Sérgio Buarque, como evidenciamos em nosso estudo com base em pesquisas desenvolvidas, não nos fixando exclusivamente em arquivos e bibliotecas, mas com a consulta, sistematização e leitura de documentos maçônicos disponíveis ao público.

Enfim, toda nossa pesquisa foi balizada em consonância com as observações e leituras sobre o tema; de um lado consultamos uma Cultura Histórica³ e historiográfica acerca da Maçonaria que nos admite desvelar quase todo o imbricado jogo político, religioso e ideológico que fez a Maçonaria subalterna enquanto instituição. Em vários sites podemos constatar que as estratégias e a atuação da Maçonaria ainda continuam bem “vivas”, e que não sucumbiram a partir de 1889. Prova disto, podemos confirmar no exemplo que citamos no parágrafo abaixo e que demonstra a Cultura Política⁴ desenvolvida pelos maçons.

³ Este conceito pode ser pensado na forma como os períodos e temas tratados pela História encontram-se dispersos e sofrem por parte dos indivíduos e agentes da sociedade, que não estão vinculados exclusivamente no *metier* dos historiadores, algum tipo de leitura, prática que acaba desaguardando também, na forma como a História e os temas por ela tratados são apropriados ou, até mesmo, compreendidos. Neste sentido, com relação à Maçonaria, enquanto objeto histórico, podemos observar que ela sofreu ao longo do tempo várias possibilidades de leitura, não sendo muitas vezes por parte da “historiografia tradicional”, devido as suas características de organização, compreendido como um tema de importância para a História enquanto “Ciência”. Com relação à discussão sobre este conceito ver: GOMES, Angela de Castro. Cultura Política e Cultura Histórica no Estado Novo. In: GONTIJO, Rebeca; ABREU, Martha; SOHIET, Rachel. Cultura política e leituras do passado: historiografia e ensino de história. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007 p.44-63. LEGOFF, Jacques. História. In: História e Memória. Trad. Bernardo Leitão [et al.]. 5ªed. Campinas: Unicamp, p.45-50.

⁴ Compreendida na perspectiva de que a política, enquanto conceito e tema ligado a História, não está preocupada em narrar eventos que forneçam uma crônica factual dos líderes políticos e de suas ações. Outro aspecto importante é que este conceito, direciona-se no fato, de que a política não se constitui apenas a partir de espaços formais de representação de poder como os partidos, sindicatos ou outras organizações, mas dão-se a partir dos valores, normas e identidade que um grupo acredita ou até mesmo pretende encerrar. Neste sentido, os maçons, a partir das posições que desempenharam ao longo da República forjaram uma Cultura Política que os fez ao contrário do que são representados pela historiografia, assumir uma posição atuante. Ainda sobre este conceito, consultar: NETO, Faustino Cavalcante [et al.]. Cultura e Poder Político: Historiografia, imaginário social e representações da política na Paraíba republicana. João Pessoa: Editora Universitária UFPB, 2012; GONTIJO, Rebeca; ABREU, Martha; SOHIET, Rachel. Cultura política

A este respeito, a campanha organizada no ano de 2009 pelo Grande Oriente do Brasil⁵ (GOB) em favor da “MORALIDADE CONTRA A CORRUPÇÃO”, iniciativa que contou com a redação de um documento efetivado por este órgão maçom, contando com a adesão de várias lojas do Brasil, levou para o espaço das lojas maçônicas e para locais públicos, as discussões a respeito da preocupação em fortalecer no seio da sociedade brasileira a repulsa a condutas de imoralidade administrativa. Ao mesmo tempo em que, por meio de tal atitude, os maçons do GOB tentavam divulgar, na sociedade, a defesa de princípios orientados na ética política e a preocupação com o bem público, sem partidizar o debate político encampado pelo Grande Oriente Goiano.

Este projeto foi repassado para as demais “potências” estaduais através da rede internacional de computadores, despertando em várias lojas do país solidariedade e organização de um debate sobre esta temática em nível local.⁶

Podemos considerar, então, que ao longo da República os maçons orientaram suas ações a partir daquilo que Bernstein (2009, 29-45) e tantos outros autores como Rene Remond (2003), Rodrigo Pato Sá Mota (2009), Martha Abreu e Rachel Sohiet (2007, 11-15), Angela de Castro Gomes (2007, 43-63) definem como Cultura Política, mesmo não exercendo uma política partidária identificada com partido A ou B. Desse modo, podemos observar atitudes políticas dos indivíduos e da instituição que ultrapassam as demandas meramente partidárias e pautam-se em certos valores preocupados com a condução do processo político dentro da lisura e da convivência com a diferença, ou seja, o respeito à tolerância e à democracia como princípios basilares das posturas políticas maçônicas.

e leituras do passado: historiografia e ensino de história. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007; CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. **Novos Domínios da História**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

⁵Uma das instâncias que representam a organização da Maçonaria brasileira. Sendo do ponto de vista cronológico a primeira delas, o Grande Oriente do Brasil foi fundado 17/06/1822 a partir da reunião de três lojas Maçônicas localizadas no Rio de Janeiro: a Comércio e Artes, a União e Tranquilidade e a Esperança de Nictheroy. Teve como seu primeiro Grão-Mestre Dom Pedro I. Atualmente congrega cerca de 2600 Lojas Maçônicas espalhadas por todo o Brasil e representa por volta de 9.7000 filiados. Cf. CASTELLANI, José. *História do Grande Oriente do Brasil*. Brasília: Gráfica e Editora do Grande Oriente do Brasil, 1993. E também informações no site: <http://sgec.gob.org.br/pesquisas-historicas-maconicas/58-historia-do-grande-oriente-do-brasil/208-historia-do-grande-oriente-do-brasil>. Acesso em 06/04/2013.

⁶Informações em <http://www.gobgo.org.br/diversos/moralidade/moralidade.html>. Acesso em 01/04/2011.

Ao dimensionarmos para Pernambuco a visão construída por Holanda, também não encontramos efetividade nas suas considerações, uma vez que como analisamos na Dissertação e como defenderemos nesse trabalho de Tese, a Maçonaria, entre as décadas de 1930 e 1940 promoveu e sinalizou questões que contribuíam para determinados aspectos dos debates públicos de temas que eram pertinentes como: a defesa da Democracia e do ideário liberal; a tolerância religiosa e a educação voltada inclusive para os setores menos favorecidos, que se constituíam em dimensões norteadoras tanto da identidade maçônica, quanto da forma como foram construídas suas representações⁷.

Baseamos nossas análises diferentemente de Sérgio Buarque de Holanda a partir de um *corpus* documental e historiográfico onde foi possível estabelecermos as atitudes e propostas defendidas pela Maçonaria. Ainda que, em vários momentos, as nossas fontes disponíveis se encontrassem de maneira descontínua e desencontrada, procuramos problematizá-las de maneira geral como afirmou Jorn Russen (2009, p.163-209), que é uma das tarefas do historiador, reconstruir e dar sentido ao passado, colaborando dessa forma para que o conhecimento histórico possa, de alguma maneira, fornecer aos seres humanos e as sociedades, respostas que demonstrem a utilidade da História para a vida⁸.

Entre o esotérico e o acadêmico: a Maçonaria enquanto tema historiográfico.

A escrita da história nos últimos anos passou por um processo de reorganização, quando muitas certezas e posturas acadêmicas sobre o sentido da

⁷Chamamos a atenção em expressar este conceito no plural, partindo do pressuposto de que sobre a Maçonaria e suas atitudes não encontraremos somente uma maneira de formular uma visão a respeito dessa instituição, mas encontraremos por parte dos setores contrários a ela, uma estratégia em muitas vezes em vincular sobre sua imagem as mais diversas qualificações. Para pensar o conceito de representação ver: Chartier, Roger. *A História Cultural: entre práticas e representações*. Trad. Maria Manuela Galhardo. Lisboa: DIFEL/ Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990; _____ (Ed.). *Defesa e Ilustração da noção de Representação*. In: VII Curso de Extensão Para Ler Bourdieu. 2013, Recife, p.3-12.

⁸Com relação a esta discussão sobre a utilidade da História para a vida que tomou diversas perspectivas, entre as várias leituras possíveis ver: BLOCH, Marc. *Apologia a História*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002; NIETZSCHE, Friedrich. *Segunda Consideração Intempestiva: da utilidade e desvantagem da história para a vida*. Trad. Marco Antônio Casanova. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003.

história e a sua utilidade foram alvo de reavaliação. Concomitante a este sentimento, observamos também um processo de ampliação do horizonte temático e metodológico no interior do conhecimento histórico. A década de 80 do Século XX no Brasil configurou-se numa nova etapa para a produção e difusão do conhecimento historiográfico com a inclusão de novos modelos de análises, aliado à profusão de programas de pós-graduação em História no país e o aumento do mercado editorial no segmento da história, com a introdução e divulgação de autores antes não traduzidos no Brasil.

Podemos, seguindo este raciocínio, estabelecer três linhas interpretativas para pensar como os intelectuais e estudiosos realizaram a escrita da história da Maçonaria e como analisaram, também, as suas práticas, pois a narrativa sobre as suas origens e desenvolvimento não pode ser separada das suas ações.

Temos como principal matriz os autores maçons, que construíram análises que podem adotar pelo menos duas perspectivas a respeito desta instituição; a primeira, forjando uma visão balizada por aspectos que pretendem enaltecer a instituição, mesclando muitas vezes uma visão mítica e idealizada que não corresponde à realidade e ao desenvolvimento da instituição⁹, embora seja importante considerar tal modalidade de discurso historiográfico, uma vez que por meio dele é possível compreender a forma como a Maçonaria pretendeu se

⁹Muitas vezes, esta perspectiva histórica tem a concepção de uma história baseada na figura dos grandes personagens, dando destaque as efemeridades. É uma historiografia exclusivamente laudatória. Ao mesmo tempo em que tem uma visão linear da História, onde os grandes eventos mostram a força da Maçonaria, sendo tratada como o modelo acabado de sua influência. Dentro deste campo, temos alguns autores que misturam mitos com explicações embasadas em documentação, o que muitas vezes provoca imprecisões e criam estereótipos. Dentre esses autores destacamos as obras de Rizzardo Camino, que pretende construir sobre a História da Maçonaria uma antiguidade superior que documentalente supostamente existe. Citando exemplos da Maçonaria no Egito, China e Índia, ou mesmo tendo personagens como Jesus e Buda como figuras iniciadas no segredo da ordem. Essas elucubrações, sem bases documentais seguras, reforçam mitos de antiguidade ao mesmo tempo em que constroem estereótipos sobre a Maçonaria, que se impõem na sociedade e foram sendo assimilado por aqueles que não conhecem essa instituição mais a fundo. Podemos para efeito de apresentação destacar, algumas obras clássicas que se filiam a esta posição maçônica em contar a História da Maçonaria pela ótica institucional. Nessa perspectiva temos como alguns exemplos mais gerais se esforçaram em fornecer elementos para história desta instituição em Pernambuco: ARÃO, Manoel. *História da Maçonaria no Brasil*. Recife: Edição do autor, 1926. V.1; ASLAN, *História Geral da Maçonaria: fastos da Maçonaria Brasileira*. Rio de Janeiro: Editora Aurora, 1980; GOMES, Valdir. *Igreja Católica & Maçonaria: verdadeiras razões da divergência*. 3ª ed. Porto Alegre: Literatis, 2004; FERREIRA, Antonio do Carmo. *A ordem dos construtores sociais*. Recife: Artegrafi, 2003; _____. *O Areópago de Itambé: a Maçonaria revolucionária no Brasil*. 1ª ed. Londrina, PR: Editora Maçônica Trolha, 2001.

representar em determinados momentos, observando que estes mitos fundadores de alguma maneira legaram aos maçons uma identidade.

Essa perspectiva vem há algum tempo, mesmo no interior dos próprios círculos maçônicos, passando por uma reavaliação, principalmente, entre os setores que compreendem que a Maçonaria não deve continuar a perpetuar visões imprecisas e que muitas vezes se constrói sem um respeito maior às fontes documentais com rigor científico. Influenciado e defendendo esta concepção, podemos destacar a posição do maçom Raimundo Rodrigues, ligado à Academia Maçônica de Artes, Ciências e Letras e vinculado ao Oriente de São Paulo. Combatendo a historiografia maçônica, que não se orienta por pesquisas estabelecidas dentro de um maior rigor metódico, o maçom paulista afirmou:

De nossa parte, fazemos questão de gritar aos quatro ventos que não somos e nem temos a pretensões de chegar a ser historiador. Somos, isto sim, aquele pesquisador que se interessa pela verdade histórica [...] o que desejamos deixar claro é que só podemos falar em Maçonaria Antiga, quando pudermos escudar-nos em documentos fidedignos[...] nenhum pesquisador honesto embarca na canoa furada daqueles que teimam em afirmar que a Sublime Instituição existe há milhares de anos. (RODRIGUES, In: A Trolha, 2001, p.120)

O argumento exposto acima pelo pesquisador maçom, embora expresse um ranço positivista pela busca da “verdade histórica” e a consulta de “documentos fidedignos”, deixa de forma clara e evidente a mentalidade que, cada vez mais, toma conta dos integrantes da instituição e daqueles que pretendem se aventurar nas veredas, muitas vezes, não sinalizadas, percorridas por Clio. O pesquisador Raimundo Rodrigues expressou suas limitações e a de tantos outros que recorrem às tentativas de utilizar a História enquanto campo de investigação. Daí a necessidade de formular, sobre a Maçonaria, explicações que se orientem numa séria metodologia de pesquisa que dialogue com as técnicas e os procedimentos historiográficos. Compreendendo assim a Maçonaria como uma instituição historicamente construída, e não somente enquanto uma organização que preserva segredos transcendentais ou místicos, imagem muito popular na

formação de uma Cultura Histórica e historiográfica¹⁰ a respeito dessa instituição na sociedade.

Uma segunda perspectiva historiográfica, presente no tratamento e discussão da temática, vinculou-se aos setores da intelectualidade católica romana, do ponto de vista institucional, pois a Igreja Católica proscreveu a Maçonaria por meio dos seus documentos oficiais, desde pelo menos o Século XVIII até o início do século XX¹¹. Outros grupos importantes foram as associações leigas integradas à Igreja Católica, fundamentais na difusão de um imaginário maléfico e pouco elucidativo da ação dos maçons e da Maçonaria no mundo ocidental¹².

Os órgãos de imprensa católicos tiveram também um papel fundamental na circulação de tal mentalidade, constituindo-se, portanto, em espaços promotores não somente de sociabilidades intelectuais, mas também de propaganda e difusão de uma forte interpretação antimaçônica, materializando e dando publicidade aos argumentos que vários autores construíram sobre a Maçonaria. Neste sentido e como exemplo desta imprensa militante e formadora de opiniões e sensibilidades contrárias ao ideário maçom em Pernambuco, encontramos A

¹⁰Compreendida aqui como a maneira como os indivíduos e a própria sociedade se apropriam e compreendem os significados formulados por essa instituição. Que resvalam também na forma como historiograficamente a Maçonaria acabou sendo representada. Como sugestão para pensar esses aspectos: DIEHL, Astor Antônio. *Cultura historiográfica: memória, identidade e representação*. Bauru, SP: EDUSC, 2002.

¹¹Esta posição de construção de um imaginário negativo a respeito dos maçons contribuiu significativamente na formação de uma Cultura Histórica, assentada nas visões estereotipadas que ao longo do nosso estudo discutimos e que também foi alvo das nossas reflexões na nossa Dissertação de Mestrado. Tal perspectiva, pode de alguma maneira ser encontrada e foi também explorada por KLOPPENBURG, Dom Boaventura. *Igreja & Maçonaria: conciliação Possível?* Petrópolis/RJ: Vozes, 1992; ARRIBAS, Javier Domínguez. La utilización del discurso antimasónico como arma política durante el primer franquismo (1939-1945). *Hispania: Revista Española de História*. Madri, vol. xvi, n. 224, p.1107-1138, set-dez. 2006; GIRARDET, Raoul. *Mitos e mitologias políticas*. El dontubernio judeo-masónico-comunista: del satanismo al escándalo de la P-2. Madri: Istmo, 1982.

¹²A respeito das posturas e análises historiográficas empreendidas por esta perspectiva historiográfica, que como sinalizamos constitui-se muito mais em produções que encaram a Maçonaria e suas ações dentro do campo da "nocividade", compreendendo que essa instituição encerra elementos e exemplos negativos e que de alguma maneira foram responsáveis na composição de uma visão carregada de estereótipos e preconceitos, podemos elencar algumas obras. Muitas delas não sendo escritas por historiadores profissionais utilizaram-se da História no sentido de apresentar e dar bases temáticas e conceituais a este ramo historiográfico: BARROSO, Gustavo. *História secreta do Brasil*. 1ª reedição. Porto Alegre: Editora Revisão, 1990-1993. (6 Volumes); PONCINS, Léon. *As forças secretas da Revolução: Maçonaria, Judaísmo*. Porto Alegre: Globo, 1937; BERTRAND, L. *A Maçonaria seita judaica: suas origens, sagacidade e finalidades anticristãs*. Trad. Gustavo Barroso. São Paulo: Editora Minerva, 1938; COSTA, Luiz Mário Ferreira. *Uma breve exposição do antimacismo católico e da produção intelectual maçônica*. 11p. (mimeografado).

tribuna, o *Boletim da Arquidiocese*, a *Revista Fronteiras* e *A Gazeta*, só para citar as publicações mais expressivas.

A terceira perspectiva por nós definida relaciona-se diretamente a um conjunto de pesquisas acadêmicas que tiveram no ambiente universitário o seu principal espaço de construção. Com relação a essas produções, acreditamos que seja necessário discutir alguns aspectos que são importantes no sentido de pensar a Maçonaria enquanto temática de estudo. Tais estudos são compostos por uma grande variedade de abordagens e diversidade, tanto do ponto de vista da metodologia aplicada, quanto dos períodos históricos tratados.

Com relação à concepção que é construída sobre a Maçonaria, observamos que tais estudos adotam, a partir desse modelo a posição de não se prenderem a visões preconcebidas em relação à instituição, seja apontando o caráter vanguardista atribuído por alguns; ou maléfico, ponderado por outros. Quando refletem sobre tais aspectos, conduzem-no no sentido de compreender o processo, de como ocorreu a construção das imagens e visões. No caso dos estudos e reflexões históricas sobre a Maçonaria, uma característica que observamos está relacionada a um privilégio de estudos sobre o Século XIX, com poucos estudos que se ocupem dos percursos e ações maçônicas durante o século XX. O que, de alguma maneira, mesmo sem que estes estudos se propusessem a tal, perpetuam um pouco a visão estabelecida por Sérgio Buarque de Holanda.

O aspecto de “renovação” que apontamos ao tratar a Maçonaria na outra perspectiva, ou seja, a de um tema de estudo que estaria além dos preconceitos e visões mais ordinárias, mesmo que de maneira engessada, passando a ser uma temática na seara do historiador, deveu-se a todo o influxo de transformações que passou a nossa historiografia ao longo dos anos 1970/1980/1990, a partir da incorporação de novas maneiras de compreender a História, passando também por uma “requalificação” do que poderia ser compreendido por objetos da História. Atrelado à influência dos *Annales* e da chamada Nova História, com as traduções de historiadores pouco conhecidos no país, aliado à expansão do mercado editorial e ao consumo crescente do saber histórico, são aspectos relevantes para

compreendermos os motivos que tornaram a Maçonaria um tema digno das reflexões dos “artesãos de Clio”.¹³

Diante das três perspectivas historiográficas apresentadas, percebe-se a preocupação em fornecer, cada uma delas, na sua medida, uma fisionomia à Maçonaria. Observamos também que se constituem em produções, contribuindo de forma significativa, na maneira como essa instituição foi ou é percebida na sociedade, entendendo que as produções exercem um papel fundamental na constituição de uma Cultura Histórica para identificar e representar a Maçonaria.

A partir desses aspectos que são importantes para que possamos continuar a pensar e formular questões, tendo como tema a Maçonaria, a tarefa do historiador é essencial, uma vez que tem como obrigação de ofício para a realização da sua atividade a contento, preservando a ética da profissão, desmistificar as posições maçônicas, afastando os preconceitos e procurando fazer uma análise consistente e questionadora sobre os lugares assumidos pela Maçonaria e os desdobramentos que, ao longo do tempo, essa instituição provocou e percorreu.

Compreende-se que, na construção dessas análises os questionamentos às fontes e ao acervo documental são uma etapa importante, inclusive no sentido de delimitar e conferir ao tema em questão um rosto, uma forma. Além de ser um aspecto importante para o exercício do historiador e a constituição do saber

¹³Diante de todo esse cenário e inserido no interior desta perspectiva que denominamos também de acadêmica, uma vez que foi construída a partir de pesquisas sistemáticas que tiveram lugar nos diversos programas de pós-graduação em História ou de áreas afins, expressando um aspecto muito importante, sinalizado nas nossas reflexões: o de que a Maçonaria, enquanto temática de estudo tendo a universidade como campo de produção, possibilitou a esse tema de estudo, ou melhor municiava-o das reflexões conceituais e da pesquisa sistemática, aspectos importantes para imprimirem um caráter e uma linguagem histórica nas pesquisas sobre o assunto. Dentre os estudos que iniciaram esse esforço dialogaram com esta perspectiva apontamos: BARATA, Alexandre Mansur. *Luzes e sombras: a ação da Maçonaria brasileira (1870-1910)*. Campinas: Editora da Unicamp, 1999; _____. *Maçonaria, sociabilidade Ilustrada e Independência do Brasil (1790-1822)*. Juiz de Fora: Ed. UFJF/ São Paulo: Annablume, 2006; COLUSSI, Eliane Lucia. *A maçonaria gaúcha no Século XIX*. Passo Fundo: Ediupf, 1998; VÉSCIO, Luís Eugênio. *O crime do Padre Sório: Maçonaria e Igreja Católica no Rio Grande do Sul 1893 a 1928*. Santa Maria: Editora da UFSM, Porto Alegre: Editora da Universidade do Rio Grande do Sul, 2001; TAVARES, Marcelo dos Reis. *Entre a Cruz e o e o esquadro: o debate entre a igreja católica e a maçonaria na imprensa francana (1882-1901)*. 2006. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Estadual Paulista, Franca, 2006; NEVES, Berenice Abreu de Castro. *Intrépidos Romeiros do Progresso: maçons cearenses no Império*. 1998. Dissertação (Mestrado em Sociologia), Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 1998; Silva, Augusto César Acioly Paz. *Pedreiros do mal: Maçonaria x Igreja Católica em Pernambuco (1900-1912)*. 2007. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2007; MOREL, Marco, SOUZA, Françoise Jean de Oliveira. *O poder da Maçonaria: a História de uma sociedade secreta no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008; AZEVEDO, Celia Marinho. *Maçonaria, anti-racismo e cidadania: uma história de lutas e debates transnacionais*. São Paulo: Annablume, 2010.

histórico e historiográfico, a seguir apresentaremos as fontes consultadas e a forma como as tratamos, porque elas serviram de base, ao longo desta produção de escrita da História da Maçonaria que discorreremos nos capítulos dessa Tese.

Fontes para “se” discutir a Maçonaria em Pernambuco (1930-1945)

Como apontou Alexandre Barata (2006, p.21), vários são os desafios que o historiador encontra para estudar a Maçonaria. As dificuldades inerentes ao limitado acesso, aos espaços de pesquisa e às fontes documentais produzidas pelos maçons, por se tratar de uma instituição iniciática onde os ambientes maçônicos nem sempre são franqueados com tanta facilidade. Muito deste impedimento ocorre pela forma como ainda alguns grupos maçônicos no Brasil encaram a sua instituição na perspectiva que preservam um “segredo” fundamental para a existência e o desenvolvimento da Maçonaria.

Esta atitude, por parte de alguns setores maçônicos, impede o acesso às fontes e aos objetos maçônicos, contribuindo ainda mais para a permanência de uma visão pouco precisa a respeito da instituição e da sua importância no período histórico que analisamos ou, até mesmo, na história recente. Todos estes fatores dificultam, a elaboração de uma historiografia e a pesquisa histórica que se ocupa dessa sociedade e atrai a atenção do público em geral, desfazendo assim estereótipos e preconceitos, muitos deles, perpetuados pela postura da instituição que é pouco convidativa aos que pretendem se enredar nas teias da história maçônica.

Os documentos que foram utilizados no presente estudo e constituíram-se em fontes principais dos nossos questionamentos e análises, foram das mais diversas procedências. Além da multiplicidade dos documentos, enfrentamos outra situação que foi o caráter descontínuo de muitos deles, principalmente as fontes documentais maçônicas, que diferente, por exemplo, das posições e argumentos produzidos pelos intelectuais conservadores, ligados ao Ideário Católico, tinha a seu favor o fato de que as suas produções e os seus meios de difusão tiveram uma regularidade de publicação, quando se tratava dos jornais. Realidade diferente se comparado ao material produzido pelos maçons, que

quando não deixou de ser produzido por problemas de ordem financeira ou mesmo pelo recolhimento das autoridades policiais, principalmente, depois de 1937, fez com que o acervo ganhasse este caráter descontínuo, aliado à pouca importância que os maçons pernambucanos deram não somente ao seu acervo documental como também a preservação de suas próprias memórias.

No caso específico da nossa jornada em direção ao “oriente maçônico”,¹⁴ o percurso foi realizado com relativo acesso aos arquivos e bibliotecas, principalmente no caso dos espaços maçônicos que foram permitidos a serem consultados. Nesses espaços, deparamo-nos com algumas bibliotecas que ocultavam “tesouros” que até mesmo os seus mantenedores não conheciam na sua integralidade. Dentre estes “tesouros” descobertos, encontramos uma coleção de revistas maçônicas na Biblioteca “desorganizada” da Loja Segredo e Amor da Ordem em Recife, *O arquivo maçônico* publicado entre 1907-1913 e que foi a fonte principal da nossa discussão, na Dissertação de Mestrado e utilizada, parcialmente, em partes do primeiro capítulo dessa Tese.

Além dessa publicação, em outras bibliotecas, encontramos livros antigos, processos de iniciação maçônica, fotos, instrumentos de trabalho secular e obras de arte que contribuíram, enquanto importantes referências, no sentido de formar a nossa sensibilidade de historiador, tornando-se um auxílio fundamental na construção da nossa pesquisa sobre a Maçonaria.

Realizamos, ainda, pesquisas no Arquivo Público do Estado de Pernambuco (APEJE), onde, na hemeroteca, nos debruçamos sobre os jornais maçônicos, localizados e que recortavam o período dessa pesquisa: *O archote* (1932-1934), *Mensageiro do Bem* (1937) e *O obreiro* (1947). Exemplares que, mesmo possuindo uma periodicidade irregular e descontínua, são testemunhos efetivos e importantes dos lugares defendidos pelos maçons pernambucanos, pois neles encontramos os espaços sociais advogados pela Maçonaria. Neste

¹⁴Na simbologia maçônica “o Oriente” congrega vários significados, dentre o que nos apropriamos para estabelecermos esta metáfora, toma o Oriente enquanto o lugar onde a luz do conhecimento se origina. Nesse sentido, o ato de conhecer é algo que se processa a partir da iluminação sobre as trevas. Numa alusão de que o conhecimento é algo que lança sobre a falta dele feixes de claridade, para que o indivíduo possa então a partir da iluminação conhecer e libertar-se da ignorância. Como podemos observar, esta metáfora tem uma tradição próxima ao ideário da ilustração. Cf: [www. Maçonaria. net](http://www.Maconaria.net). Acesso: 28/08/2013.

sentido, os jornais tanto os “maçons” quanto os “profanos”,¹⁵ nesse estudo, são utilizados enquanto fontes, não os compreendendo enquanto um relato menor no processo de construção da História que realizamos ao longo dessa pesquisa¹⁶.

Os jornais: *Jornal do Comercio*, *Diário de Pernambuco*, *Folha da Manhã* e *Jornal Pequeno* depositados no APEJE, foram também consultados na busca em “jornais profanos” por informações e até mesmo referências sobre Maçonaria pernambucana. Nesse sentido, encontramos extramuros aos templos maçônicos, referências à instituição nem sempre positivas, como no caso dos artigos que forneciam alusão ao fechamento das suas atividades, a partir de outubro de 1937. Outro exemplo desta visibilidade maçônica nos órgãos de imprensa que não se encontravam vinculados à instituição, foram localizados nos artigos produzidos por Mário Melo, nos anos de 1939 e 1941. Nesse último ano ocorreu uma acalorada polêmica entre o conhecido jornalista e membro do Instituto Histórico e Geográfico Pernambucano e o frade carmelita Frei Romeu Peréa, que tomou conta da imprensa diária pernambucana e recifense. Com relação a esse debate esmiuçamos melhor os seus desdobramentos no quarto capítulo dessa Tese.

Ainda na Hemeroteca do APEJE, selecionamos e pesquisamos nos periódicos produzidos pela intelectualidade católica como *A tribuna*, publicação da Arquidiocese de Olinda e Recife e *A gazeta*, órgão da Paróquia da Boa Vista, depoimentos importantes na forma como os segmentos ligados à hierarquia da Igreja e ao laicato católico pensavam e representavam a Maçonaria. Afora essas publicações e somando-se ao conjunto delas é importante salientar também a *Revista Fronteiras* e o *Boletim da Arquidiocese*, localizados e transcritos na Biblioteca da Cúria Metropolitana da Arquidiocese de Olinda e Recife, compondo-se num rico acervo para os nossos questionamentos e reflexões.

Outro conjunto documental importante para que pudéssemos rastrear os “passos perdidos” da Maçonaria, foram os prontuários funcionais encontrados no

¹⁵ Referência utilizada pelos maçons para qualificarem publicações que não se encontram vinculadas à Maçonaria, não se constituindo, portanto, em órgãos de publicidade do ideário e das suas ações maçônicas.

¹⁶Essa consideração a respeito do valor dos jornais, enquanto fontes importantes na reconstrução da História, guarda uma forte relação com as reflexões e questionamentos esboçados também LUCCA, Tania Regina. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi. (Org.). *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2005, p.111-153; SAMARA, Eni de Mesquita; TUPY, Ismênia S. Silveira T. *História & documento e metodologia de pesquisa*. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

Arquivo da Delegacia de Ordem Política e Social, seção Pernambuco. Este acervo está disponível no APEJE e é constituído por fontes da repressão à maçonaria pernambucana, congregando uma diversidade de depoimentos e testemunhos, composto de ofícios, boletins de investigadores, atas de apreensão de material das lojas e de instrumentos de trabalho maçônico que foram reunidos por este departamento, a partir de outubro de 1937, além de comunicação e impressões dos agentes da repressão sobre a Maçonaria. Um dado interessante a respeito deste conjunto documental é que se encontrava desorganizado, tendo uma parte, possivelmente, extraviada ou não encaminhada para a Delegacia de Ordem Social, haja vista que com o processo de redemocratização muitas lideranças maçônicas ligadas às oficinas fechadas, ao requererem os seus arquivos eram, muitas vezes, informados de que os mesmos não se encontravam sob a custódia deste órgão de segurança.

Além dos espaços de pesquisa frequentados no Estado, pesquisamos também nos arquivos públicos do Estado do Rio de Janeiro e de São Paulo, onde procuramos observar, a título de comparação com o material coletado nos acervos pernambucanos, como ocorreu a repressão nestes locais. Inclusive voltando a nossa atenção para o fato de que diferentemente destes dois estados, a Maçonaria pernambucana continuou com suas atividades suspensas de outubro de 1937 até a redemocratização em 1945, empreendendo nossas considerações, sob tal perspectiva.

Tanto a pesquisa nesses acervos, como a organização e a leitura dos documentos consultados foram imprescindíveis, na formulação da nossa base argumentativa, constituindo um corpo e um sentido sobre o tema discutido ao longo da Tese, com dimensões fundamentais na urdidura da História que pretendíamos analisar.

Diante dessa preocupação em sistematizar os questionamentos às fontes e a sua natureza, além de imprimir um sentido para as nossas reflexões, foi feita a opção por estruturar a Tese em quatro capítulos, acreditando que da maneira como se encontra organizada, favorece a visão sobre o tema e seus desdobramentos, enquanto objeto de estudo.

No primeiro Capítulo intitulado “A construção da identidade maçônica em Pernambuco nas primeiras décadas do século XX (1900-1937)”, procuramos

construir uma análise que mostrasse os fins da Maçonaria e a sua atuação nas primeiras décadas do século passado, apontando quais as suas posições políticas e ações desenvolvidas em Pernambuco, que se constituíram em pontos importantes para a formação dos maçons e da Maçonaria como representação e construção da identidade liberal-democrata, laica, tolerante em defesa de uma educação pública para todos os segmentos, em oposição aos segmentos da hierarquia e intelectualidade Católica Romana, como também observarmos quais os locais que ocupavam no interior das ações e contendas políticas do período.

No segundo Capítulo, buscamos evidenciar quais as posições tomadas pelos maçons pernambucanos com o advento da Revolução de 1930 demonstrando o lugar que assumiram, enfatizando as estratégias de organização e atuação maçônicas ao longo da década até o fechamento das lojas maçônicas em outubro de 1937 e o advento do Estado Novo. Procuramos também destacar as iniciativas no processo de expansão das lojas maçônicas e o papel desempenhado pelas bibliotecas por elas financiadas, além das frentes de ação e defesa propostas pelos maçons e sua imprensa, ao longo da década de 1930.

No terceiro Capítulo as nossas preocupações principais foram evidenciar o cenário de intolerância a partir da ação antimaçônica dos segmentos ligados ao laicato católico romano, por meio de publicações periódicas e posições públicas, formando e divulgando o ideário antimaçom, com vinculações antissemita e anticomunista. O que em muito contribuiu para as imagens como a Maçonaria passou a ser identificada e representada ao longo das décadas de 1930 e 1940, pelos intelectuais e partidários das ideias católicas abrigados, principalmente, na Congregação Mariana e por meio dos periódicos para a elaboração de uma sensibilidade antimaçônica.

No quarto e último capítulo tratamos sobre os destinos da maçonaria pernambucana no Estado Novo (1937-45). Observando o processo de fechamento e permanência da Maçonaria na ilegalidade e como durante o período ocorreram debates em torno da instituição e os motivos que fizeram com que permanecesse banida nos “tempos de Agamenon”, mesmo quando em outras unidades da federação a sua reorganização foi permitida dentro de certos limites. Finalizamos esse capítulo, destacando como os maçons pernambucanos se encontravam com a redemocratização em 1945 e as continuidades de uma

mentalidade antimaçônica com o final do Estado Novo, apontando suas origens e significados.

Sabemos que toda pesquisa histórica é uma visão parcial sobre determinado tema e período estudado. É nesse sentido, portanto, que também encaramos nosso “exercício de História”. Ou seja, não como uma visão definitiva a respeito da temática que nos propomos a discutir, mas constituindo-se numa perspectiva e versão que suscite novas perguntas, questionamentos e reflexões para incentivar novas abordagens. Bem como dialogar e provocar novos pontos de vistas sobre os estudos existentes, contribuindo dessa forma, para que a Maçonaria permaneça “viva”, enquanto tema histórico e historiográfico.

CAPÍTULO 1

A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE MAÇÔNICA EM PERNAMBUCO NAS PRIMEIRAS DÉCADAS DO SÉCULO XX (1900-1937)

As primeiras décadas do Século XX em Pernambuco foram marcadas para a Maçonaria, por um forte processo de reorganização, que se desdobrou, do ponto de vista institucional, num conjunto de ações que vão refletir de maneira concreta, na forma como a mesma passou a compreender quais seriam os seus campos de atuação, além de favorecer uma identidade importante para os maçons desenvolverem seus objetivos, ao mesmo tempo em que contribuíram na formulação de novas visões a respeito de suas práticas, pelos setores¹⁷ que se contrapunham ao seu discurso e maneira de compreender a sociedade.

Dentro desse processo de reestruturação, que marcaria a experiência maçônica nas três primeiras décadas do Século XX, encontramos o seguinte: o processo de interiorização, representado pela fundação de núcleos maçônicos em várias regiões do estado e o processo de descentralização, representado pela desburocratização da Maçonaria, o que vai dar uma certa autonomia às Lojas sediadas em outras cidades. Assim, essas ações ampliaram o raio de atuação e da propaganda maçônica no Estado, se constituindo num elemento importante de vitalidade para a própria instituição, dando-lhe outra dimensão.

É importante apontar que as ações maçônicas, tinham sim, uma preocupação na formação de uma identidade, compreendida aqui, como um elemento fundamental para que tanto a Maçonaria quanto os maçons, tivessem na sociedade uma representação. Mesmo para além de toda a complexidade que este conceito agregue, compreendemo-lo como um aspecto importante na formação de um sentimento de pertencimento, que se forja de maneira relacional

¹⁷ Os setores a que me refiro seriam os que se encontravam ligados à hierarquia da Igreja Católica de forma mais direta, como os seus sacerdotes, como também os leigos que tanto nas três primeiras décadas do século XX, foco principal de análise deste capítulo, como também ao longo das décadas de 1930-40, período central da nossa Tese, exerceram um papel fundamental na difusão de uma visão negativa e estereotipada com relação aos maçons e à instituição, sendo então popularizadores e incentivadores destas representações.

e, ao mesmo tempo, dialogando com a diferença, elemento importante para a sua construção e ação maçônica¹⁸.

Neste sentido, e nos guiando dentro dessa perspectiva, podemos observar ao longo do presente capítulo, que os maçons pernambucanos, para forjar a sua identidade, uniam-se em torno de projetos e debates que os faziam estabelecer sentimentos de pertencimento com relação a instituição, que podem ser apresentados como: a defesa e promoção de ideias e práticas que faziam deles, difusores do ideal liberal, através da crítica à intolerância da Igreja Católica, da promoção da educação, da laicização e do patrocínio da leitura através de sua rede de bibliotecas, acreditando que através desta prática os indivíduos se ilustrariam e construiriam uma sociedade melhor.

Outro ponto de ação está relacionado aos debates políticos em torno da defesa dos ideais democráticos. Tais exemplos são importantes, a nosso ver, uma vez que colaborava não somente na formação de um sentimento de pertença e unidade, mas na formação de uma identidade, marcada pela posição dos maçons em torno de tais questões, demarcando assim, como eles pretendiam ser reconhecidos ao mesmo tempo em que formulavam uma imagem do que eles qualificavam como contrária ao que defendiam e desaprovavam, mostrando então, qual era a diferença entre ser maçom e estar vinculado ao ideário católico, não defendendo os mesmos valores que os maçons pretensamente se colocavam enquanto propagadores.

Em torno de todo este debate sobre a identidade maçônica, é importante observar que dentro do período delimitado neste capítulo, a Maçonaria atravessou um forte processo de reestruturação que marcaria a experiência maçônica nestas três primeiras décadas do Século XX, encontramos os seguintes: o processo de interiorização representado pela fundação de núcleos maçônicos em várias

¹⁸ Em torno desta discussão é importante pontuar ainda, a colaboração que os historiadores, sociólogos e antropólogos ofereceram na definição e utilização deste conceito ao mesmo tempo em que a leitura das suas reflexões nos ajuda a operacionalizar melhor este conceito. Para essa questão ver: BAUMAN, Zygmunt. *Identidade: entrevista a Benedetto Vecchi*. Trad. Carlos Alberto Medeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 2005; SILVA, Kalina Vanderlei; SILVA, Maciel Henrique. *Dicionário de Conceitos Históricos*. 3ª. ed. São Paulo: Contexto, 2013; HALL, Stuart. *Da Diáspora: Identidades e Mediações Culturais*. Trad. Adelaine La Guardia Rezende. Belo horizonte: Editora da UFMG; Brasília: Representação da Unesco no Brasil, 2003; MENDES, José Manuel Oliveira. *O desafio das identidades*. In: SANTOS, Boaventura de Souza. *Globalização e as Ciências Sociais*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2002, p.503-540; SIQUEIRA, Antônio Jorge de. *Identidade Pessoal e Identidade Relacional*. In: *História Cultural, História da Cultura: Impasses e Perspectivas*. Recife, 10/05/2006. (Apresentação Mesa Redonda).

regiões do estado, e o processo de descentralização representando um processo de desburocratização da Maçonaria estabelecendo certa autonomia às Lojas sediadas em outras cidades. Assim, essas ações amplificaram o raio de atuação e propaganda maçônica no Estado se constituindo num elemento importante de vitalidade para a própria instituição.

Além dos aspectos acima citados, outra dimensão que se incorporava nesse plano mais amplo de reestruturação maçônica, seria a criação e fortalecimento de uma imprensa periódica composta de jornais e revistas, patrocinada pelos grupos maçônicos, com objetivos muito bem delimitados, que seria o de fornecer um rosto para a Maçonaria, onde fosse possível dar publicidade ao seu ideário, construindo uma voz maçônica, preocupada em discutir questões que fossem compreendidas pelos maçons e sua instituição, como direcionamentos importantes para a sua atuação, tanto do ponto de vista social quanto político.

Partindo dessa perspectiva num contexto histórico específico, no Período Republicano, a Maçonaria desenvolveu uma estratégia de atuação no meio social, forjando assim uma Cultura Política, preocupada em discutir aspectos da realidade brasileira, que não se identificava especificamente com nenhuma legenda ou lugar político institucionalizado.

Dessa maneira, podemos desconstruir a visão historiográfica de que a Maçonaria com o advento da República perdeu a sua atuação política e social, pois em nossas pesquisas o que constatamos foi o contrário. A questão da educação pública e laica, principalmente, para os setores sociais menos favorecidos, a defesa de um princípio de tolerância religiosa e do Liberalismo enquanto ideologia política, continuaram sendo temas defendidos pela Maçonaria.

Essa forma de pensar, colocada em prática pela Maçonaria pernambucana, sofreu ao longo destas três décadas, momentos de avanços e de paralisações, marcados pelas contingências institucionais internas, crises assim como o “Abatimento de colunas”¹⁹, devido aos custos e às complicações financeiras próprias do gerenciamento maçônico.

Mesmo com toda essa diversidade de questões, verificamos a partir das nossas pesquisas, uma preocupação por parte da instituição durante o Período

¹⁹ Expressão utilizada no meio maçônico para referir ao desaparecimento de lojas maçônicas.

Republicano, em se colocar como espaço de discussão de proposições e, sobretudo, resistência na defesa de um ideário liberal e moderno.

A preocupação da Maçonaria em manter a defesa do ideário a que se vinculava desde o Século XIX, no momento da sua organização institucional em Pernambuco e no Brasil, passava também, como apontamos acima, pela tentativa de utilização de outros instrumentos de visibilidade social, o que provocou um impacto na reformulação de uma forma de se fazer perceber a instituição em sua positividade. Isso vai demonstrar claramente, uma preocupação em superar a imagem formulada por alguns setores contrários à propaganda maçônica.

À frente dessa força tarefa, estavam intelectuais e representantes da hierarquia católica romana, que colaboravam na formação de uma visão sobre a Maçonaria, calcada na perspectiva de apresentá-la como uma sociedade secreta, que se norteava por objetivos políticos específicos, com a finalidade de atacar e desestabilizar a ordem constituída, estratégia que ocorreria através das influências ou participação direta em movimentos considerados conspiratórios.

Essa suposta dimensão conspiratória foi exaustivamente explorada pelos órgãos de imprensa ligados à Igreja Católica, inserindo nas suas páginas relatos que pretendiam demonstrar as “maquinações maçônicas” contra os princípios religiosos, assim como, o ataque, mesmo que, de maneira dissimulada, à ordem constituída, quando eram identificados como mentores de movimentos políticos.

Um exemplo da utilização desse recurso pode ser observado em junho de 1907 no jornal *A tribuna*, sediado em Recife, órgão ligado à Igreja Católica e porta-voz oficial das suas práticas e visões de mundo. O jornal apresentou nas suas páginas, o artigo intitulado: “Maçonaria e Exército” que reproduziu notícias do envolvimento dos militares italianos com a ordem maçônica. Esta aproximação foi assim descrita:

Roma, 10 – Na sessão de hoje da Câmara dos Deputados o Almirante Mirabello, Ministro da Marinha, declarou que tudo sabido que a Maçonaria não era estranha ao movimento dos inferiores de Spezzia, foram interrogados a esse respeito alguns militares. O governo não quer a limitação da liberdade do pensamento, mas acha que é prejudicial à

disciplina militar pertencer à sociedades secretas. Sua Excelência foi muito aplaudido.²⁰

Como podemos observar, a partir do trecho acima, o jornal católico não escondia os seus objetivos na formulação e utilização de uma imagem sobre a Maçonaria como uma instituição que não se encontrava estranha ao movimento encabeçado pelos militares italianos. O hebdomadário católico reforçava assim, a lógica e a perspectiva da conspiração política maçônica, dimensão amplamente irradiada pelos setores críticos à mesma, contribuindo na formulação de uma visão negativa e estereotipada sobre a Maçonaria.

Ao carregar as tintas sobre os dois aspectos citados, os intelectuais católicos tornavam-se figuras importantes na composição dos fortes matizes utilizados na pintura proposta pelo catolicismo brasileiro acerca de uma visão antimaçônica, que acompanharia esta instituição durante as primeiras décadas do Século XX. Perspectiva essa, embasada numa suposta existência de uma “ganância maçônica”, pintada pelos segmentos contrários ao ideário maçônico, como um elemento que faria parte da sua essência, e estaria ligado aos seus principais objetivos de influenciar secretamente a política e defender o liberalismo interpretados pelos setores críticos à Maçonaria como princípios anticristãos e satânicos, pelo fato de não respeitarem as hierarquias “naturais”²¹, elementos tão caros aos setores ligados ao catolicismo.

Influenciados pela desconstrução desta imagem sobre a Maçonaria, a preocupação dos seus membros seria então desenvolver outra perspectiva imagética sobre os seus fins e objetivos, que passariam a ter um apelo social mais efetivo. A partir dessa lógica, é que compreendemos a estratégia de reestruturação adotada pela Maçonaria pernambucana, em consonância com um movimento em nível nacional, no sentido de fazer-se mais presente na sociedade e construir espaços de publicidade, a partir do que pensavam os próprios maçons.

Encontraremos em Pernambuco no ano de 1906, fazendo parte deste esforço de reorganização maçônica no estado, a fundação da revista *Archivo*

²⁰Sem autor. Maçonaria e Exercito. A tribuna, Recife, 15/06/1907, p.3.

²¹ Este termo era utilizado largamente pelo discurso dos intelectuais ligados à visão Católica romana de mundo, no sentido de estabelecer a concepção de que existia uma lógica intrínseca ordenadora do mundo e das relações sociais, estabelecida a partir do ideário católico.

maçônico, tendo o seu número de lançamento ocorrido em setembro de 1906, a partir da congregação de esforços de um conjunto de obreiros da Loja Segredo e Amor da Ordem, localizada na cidade do Recife.

Essa publicação surgiu inicialmente como um órgão representativo de algumas lojas recifenses e foi posteriormente adotado como uma espécie de porta-voz extraoficial da maçonaria pernambucana, angariando a colaboração de maçons de destaque social e cultural, inclusive, nos meios literários e intelectuais “profanos”²², como por exemplo, Manoel Arão, Mario Melo, Pereira da Costa e Alfredo Freyre²³. No editorial de apresentação intitulado “Os nossos intuitos”, observamos quais eram os principais objetivos pretendidos por este órgão de imprensa.

Um traço visível nas palavras da mensagem de abertura era a de que o *Archivo maçônico* trazia um novo alento para a propaganda maçônica em Pernambuco, além de fornecer um espaço de publicidade e promoção da instituição.

²² Expressão utilizada pelos maçons se referindo a tudo que ocorre fora do ambiente maçônico.

²³ **Manoel Arão (1874-1930)** - natural de Afogados da Ingazeira/PE desenvolveu as atividades de jornalista, escritor, poeta, orador e romancista. Colaborou com vários jornais e revistas pernambucanas, como por exemplo, o Diário de Pernambuco, onde de 1893-1901 foi redator. Frequentou a Faculdade de Direito do Recife e foi iniciado na Maçonaria pela Loja Cavaleiro da Cruz, sendo um dos seus principais animadores, colaborando com a imprensa maçônica escreveu livros sobre a História da Maçonaria no Brasil e a sua importância social e política; **Mario Carneiro de Melo (1884-1959)** – foi iniciado na Loja Segredo e Amor da Ordem jornalista, escritor, historiador e geógrafo desenvolveu várias atividades ligadas ao campo da imprensa e da Cultura. Foi integrante do Instituto Histórico e Geográfico de Pernambuco, onde desempenhou por vários anos o cargo de secretário. Colaborou com a imprensa diária do Recife, sendo um dos seus principais polemistas, desenvolveu estudos históricos sobre a Maçonaria e outros temas ligados a História de Pernambuco, e ficou conhecido como um ardoroso e intransigente defensor do legado cultural e histórico pernambucano; **Francisco Augusto Pereira da Costa (1851-1923)** – desenvolveu uma extensa obra no campo da História, Geografia e Folclore, colaborou na imprensa diária do Recife, iniciando as suas atividades no jornalismo quando tinha 20 anos, foi iniciado maçom pela Loja Conciliação, teve uma participação marcante em outras instituições como O Instituto Histórico e Geográfico de Pernambuco, e na Academia Pernambucana de Letras sendo um dos seus fundadores, desempenhou ainda as atividades de professor no Ginásio Pernambucano e no Liceu de Artes e Ofício. Tendo ainda sido eleito Deputado estadual na eleição de 1901, faleceu na cidade do Recife no ano de 1923; **Alfredo Freire (1874-1961)** – pai do sociólogo Gilberto Freyre desempenhou várias funções administrativas como a de delegado, promotor público, juiz, secretário da repartição de segurança do Estado. No campo educacional atuou nos colégios Americano Batista, Escola Normal Pinto Júnior, além de ter sido professor Catedrático de Economia Política na faculdade de Direito do Recife. Foi iniciado na loja Conciliação na cidade do Recife no ano de 1896 por influência da família Agra, que tiveram papel fundamental no desenvolvimento desta oficina durante as primeiras décadas do século XX.



Fig. 01 – Manoel Arão

Fonte: Archivo Maçonico – Arquivo Loja Segredo Amor da Ordem



Fig. 02 – Mário Melo

Fonte: Archivo Maçonico – Arquivo Loja Segredo Amor da Ordem

Eis como a citada publicação dirigia as palavras iniciais aos seus leitores:

A Maçonaria no momento actual, fortalecida de novos elementos, mais do que nunca precisa de fazer propaganda de seus intuitos e crear campos de acção em que os seus proselytos ponham em actividade as suas idéas e concepções[...] Por outro lado o

jesuitismo a passos largos invade a nossa pátria, espalhando em todas as regiões a semente do mal e da hypocresia, do vicio e da corrupção [...] D'ahi a palpitante necessidade de congregarem-se todos os esforços para com o remédio salutar da moral, da experiência e da bóa razão impedir a proliferação dessas sementes[...] E assim se apresenta o Archivo Maçonico á imprensa e á maçonaria universal.²⁴

Ao se preocuparem, com o exposto acima, na propaganda e na constituição de campos de ação para difusão dos ideais defendidos pela Maçonaria, percebemos de maneira clara, o intuito dos maçons em formular uma representação social sobre a atuação maçônica, diferente da propagada pelos seus opositores, contribuindo assim, na elaboração de uma identidade, que deixasse clara quais seriam as preocupações e questões propostas pela Maçonaria.

Neste sentido, podemos vislumbrar que um dos temas a ocupar profundamente a preocupação da Maçonaria Pernambucana, durante estas três primeiras décadas do Século XX, estava relacionado ao ensino enquanto elemento importante no processo de formação dos cidadãos.

Lançando um olhar a partir da imprensa maçônica pernambucana nessas primeiras décadas, mesmo com os lapsos de publicação dos periódicos que encontramos no cenário pernambucano de 1900-1937, o papel da educação na sociedade, principalmente, voltada para os segmentos sociais menos abastados seria um fator importante na defesa e construção de identidade entre os maçons. Tornando-se uma demanda prioritária em suas ações, não seriam poucas as oficinas maçônicas que instalariam nas suas dependências um pequeno complexo cultural, tendo como eixos: uma escola elementar e uma biblioteca.

Outro aspecto que se destacava como elemento de identidade entre os maçons pernambucanos, naquele período, foi a união em torno do combate ao ensino religioso católico, principalmente nas escolas públicas. Ao assumirem tal postura, os maçons compreendiam que eram peças importantes nos debates contra a violação do princípio republicano de laicidade do Estado, perspectiva advogada de forma intransigente por eles e que, os colocavam como defensores do pensamento liberal, ideologia fortemente combatida pelos setores mais

²⁴Sem autor. Os nossos Intuitos. *Archivo maçônico*, Recife, 12/09/1906, p.2.

conservadores da sociedade, e que se encontrava nas raízes de organização da Maçonaria na modernidade.

Cada um dos elementos acima apresentados se constituiu em aspectos forjadores de uma possibilidade de compreender o que seria a Maçonaria, sendo importante na composição de uma dada imagem, mas ao mesmo tempo, tornando-se uma identidade que marcaria a experiência de ser maçom e da própria instituição, encontrando no interior do ambiente maçônico algumas formas de se revelar e até mesmo se reproduzir. Pensando sobre esses aspectos, é que no desenvolvimento desse capítulo aprofundaremos a análise destes elementos, para que nos permitam compreender, de maneira mais clara, o comportamento que a Maçonaria foi desenvolvendo ao longo do período estudado.

Ainda dentre os elementos que instituíram uma identidade maçônica, acreditamos ser importante a sua organização e o seu caráter iniciático e ritualístico. Os rituais nas sociedades humanas que tem o poder de criar e fortalecer elos de identificação sobre aqueles que são submetidos a tais cerimônias (BENIMELLI, 2005; ELIADE, 1992).

Esta perspectiva não poderia ser diferente no interior do mundo maçônico, considerando, o seu caráter iniciático e as cerimônias que se desdobram na sua própria lógica de organização. Esses rituais, se tornam ao mesmo tempo, um traço diferenciador em relação a outras instituições e também se constitui num caráter que produz identificação, entre os membros que são recebidos pela Maçonaria e pelos setores que se encontram fora dos seus templos.

Diante dessa observação, acreditamos que, explorar e analisar o caráter simbólico e iniciático, que deságua, no esforço em conceituar e entender o que é ser maçom e a forma como pretendem ser percebidos na sociedade, compõem-se num aspecto fundamental, para pensarmos o próprio sentido histórico da Maçonaria, enquanto instituição e os significados das suas ações na sociedade de maneira um pouco mais específica, a partir destas três primeiras décadas aqui analisadas.

1.1. A Maçonaria o seu caráter iniciático e simbólico

Na sessão magna ocorrida no dia 18 de maio de 1921, falando para um templo repleto de familiares e “profanos”, que participavam da parte pública da cerimônia de iniciação de um novo grupo de obreiros da Loja²⁵ Maçônica Conciliação, localizada na cidade do Recife, o Orador da Loja, Alberto Roberto da Costa, após apresentar suas reflexões com relação à importância do acontecimento e da própria Maçonaria, em determinado momento do seu discurso, construiu uma conceituação a respeito da Maçonaria:

Não devemos compreender a Maçonaria como uma simples sociedade de auxílio mútuo, tal qual ficou e esta reduzida, não obstante todos os dispositivos das nossas leis, sabiamente elaboradas, e a braços com as negativas que nulificam a sua força e o seu dever [...] A ordem compete assumir a vanguarda dos grandes movimentos sociais, impondo o regime da justiça e da equidade, regulando todas as manifestações e imprimindo á atividade maçônica uma feição proveitosa e cheia de exemplos alevantados que possam robustecer a nossa fé e guiar com segurança os destinos das lojas ou da Ordem. (COSTA, 1921, p.31).

A partir da visão estabelecida pelo citado maçom, do ponto de vista institucional a Maçonaria não deveria contentar-se somente em ser uma entidade de ajuda entre os seus filiados. A missão desta instituição deveria ser mais ampla suplantando esta perspectiva que, muitas vezes, se limitava a expedientes internos.

A Maçonaria deveria ter então uma atuação social e política no meio “profano”²⁶, direcionando as suas posições na defesa da justiça e da igualdade, sendo estes dois elementos dimensões importantes de apoio aos movimentos a que ela deveria aderir.

Observamos nesse fragmento do discurso, que não deixava de ser institucional, o traçado de uma concepção para afastar a imagem maçônica de

²⁵ Local em que os maçons se reúnem (o mesmo que Templo). Sua entrada principal se localiza no ocidente, o Venerável Mestre no oriente. Uma Loja para estar devidamente regular, deve contar com pelo menos sete mestres. A reunião deve ser sempre em um local coberto e devidamente fechado.

²⁶ Diz-se assim, todo ser humano que não foi iniciado na Maçonaria. Não se trata de uma denominação ofensiva, mas apenas uma distinção entre iniciado e não iniciado.

elementos ou visões que a vinculasse a qualquer tipo de perspectiva hermética ou secreta. Representações essas recorrentes entre aqueles que assumiam a postura de críticos da instituição encontrando ecos fortes nos mais variados meios sociais e de classes.

Ao contrário dessa ideia e, na tentativa de instaurar outra perspectiva de compreensão sobre a Maçonaria observamos nas palavras de Alberto Costa a preocupação em desconstruir e avançar sobre as formas simplistas de apresentação tanto do ideal maçônico, quanto do seu significado.

A esse respeito o autor expressou uma compreensão da instituição que ressalta como aspecto importante o seu compromisso sociopolítico. Dimensão que extrapolava os espaços internos dos templos e que procurava ter uma finalidade maior, agenciando assim, a defesa de temas que, de alguma maneira, pudessem ser pensados pelas pessoas que não se encontravam vinculados institucionalmente, mas que podiam, de alguma forma, sentir a presença e a ação maçônica.

1.2. O caminho da iniciação

Ao cruzar o pórtico central da Loja Conciliação, localizada no Bairro da Boa Vista, na cidade Recife em janeiro de 1914, Antônio Francisco de Jesus, operário nas obras de reestruturação do Porto do Recife, contava com 25 anos de idade e apresentava-se após um ano da assinatura do documento, que solicitava sua iniciação na referida Loja.

O caminho percorrido pelo neófito, Antônio de Jesus, no processo de admissão como membro efetivo deste círculo maçônico dividiu-se em várias etapas. A primeira delas teve início na sessão de reunião ritualística, em novembro de 1912, momento em que os maçons daquela Oficina apreciaram o nome de Antonio e de outros “profanos”, com o objetivo de aprovar ou desaprovar os pedidos de iniciação que chegavam as suas mãos. A formalização do desejo de tornar-se membro efetivo da Loja Maçônica Conciliação, como também de outras oficinas maçônicas em Pernambuco, acontecia através do preenchimento de um pedido de iniciação.

Esta espécie de solicitação, assinada por Antônio de Jesus, constitui-se em um documento importante, no sentido de entendermos como se estruturava o processo de entrada de membros no interior de núcleos maçônicos, além de desvendarem partes importantes do ritual da cerimônia de iniciação, além de outros aspectos que marcavam o tornar-se maçom e a representação da qual eles eram alvos na sociedade. Assim, com o desejo de tornar-se membro da Loja Conciliação, Antonio Francisco de Jesus enviou a solicitação abaixo:

PEDIDO DE INICIAÇÃO

A Benemerita Loja Conciliação

O abaixo assignado, natural de Pernambuco nascido em 8 de Novembro de 1889 profissão mechanico residente a rua das Ubaías nº 30, estado casado desejando ser iniciado maçom, vem solicitar a inclusão de seu nome no quadro dessa Benemerita Loja.

Recife, 26 de Novembro de 1912.

O candidato

Antonio Francisco de Jesus

O Apoiador

Joaquim da Silva Ratis.²⁷

A partir do texto acima se iniciava a entrada de “um profano”, objetivando tornar-se um dos seus membros efetivos da Maçonaria. Os dados expressos no documento eram legitimados pelo apoio de um maçom que conhecia o candidato concorrente, como um apoio importante para que o profano fosse aceito na Loja a qual se candidatava para ter acesso.

Tais aspectos, revelam elementos significativos no sentido de lançarmos sobre esta instituição um olhar que ultrapasse as imagens que foram sendo socialmente construídas, muitas vezes de forma apressada, contribuindo para a formulação de estereótipos socioculturais.

A formalização do processo de admissão, tinha como primeiro passo a exposição das credências do indivíduo, com isso os maçons pretendiam construir uma lógica seletiva, onde os que eram admitidos no interior da sua sociabilidade

²⁷RATIS, Joaquim da Silva. Pedido de Iniciação. Recife, 26/11/1912 – Arquivo da Loja Conciliação. p.1.

deveriam merecer pertencer à Maçonaria. Dessa forma, o processo de iniciação era composto de várias etapas. Realidade que não foi diferente para Antonio Francisco de Jesus. Uma vez apreciado o seu nome, em reunião ritualística com a presença exclusiva de maçons.

O edital contendo informações sobre o candidato publicado em dezembro de 1912, além da reprodução da solicitação de iniciação ocorreu sua afixação no salão central da Loja Conciliação. O Secretário da Loja enviou cópias das informações veiculadas no edital para outras lojas do estado. Este recurso representava uma prática comum entre as lojas maçônicas, principalmente, como estratégia de afastar ou até mesmo barrar a entrada de pessoas que haviam solicitado entrada numa outra oficina e haviam sido recusados por algum motivo.²⁸

Uma prática muito comum era a manutenção pelas lojas maçônicas, dos chamados “livros negros”, denominação bastante sugestiva e que representava uma lista de nomes de “profanos” recusados para iniciação. A sindicância em torno de um nome era algo levado muito a sério pelas lojas maçônicas e devido a isso os processos de iniciação duravam um longo período para serem concluídos, pois eram solicitadas, dentro da rede de sociabilidade maçônica, que contava com membros em vários locais que iam de delegacias a órgãos de trabalho, informações comprobatórias da integridade do candidato que requeria entrada para determinada “oficina”²⁹ maçônica.

No citado caso de Antonio Francisco de Jesus, após suas informações terem sido enviadas para algumas lojas e a **Delegacia do Grão Mestrado**, órgão que representava o Poder Maçônico Federal no estado de Pernambuco, a Loja Conciliação recebeu respostas positivas a respeito do “profano” Antonio Francisco de Jesus. Dentre às que enviaram suas apreciações em torno do candidato da Conciliação, encontramos no seu processo de pedido de iniciação, a Loja Segredo e Amor da Ordem, localizada no Oriente do Recife, que por meio do seu Secretário, Gilberto Fraga Rocha, endereçou correspondência à Loja Conciliação, assim posicionando-se em relação ao profano Antônio Francisco de Jesus:

²⁸GOUVEIA, João Batista. Edital de Iniciação. Recife, 03/12/1912 – Arquivo da Loja Conciliação p.1.

²⁹Expressão maçônica utilizada também para referirem-se ao seu local de reunião, pode ser compreendida como sinônimo de Loja ou Templo.

A' GL:. DO SUP:. ARCH:. DO UM:
Sob os auspícios do Gr:. Or: do Brasil
Secret:. Da Benem:. E Subl:. Loj:. Cap:
Segredo e Amor da Ordem ao Or:. Do Recife
Estado e Pernambuco 26 de Fevereiro de
1913 E:. V:
Ill:. Ir:. Secr:. Da Bem:. Loj:. Cap:. Conciliação
Comunico-vos que no archivo desta bem:
Off:. nada consta em desabono do prof:
Antonio Francisco de Jesus que requereu
iniciação nessa Resp:. Loj:., segundo
comunicação que nos dirigio a Delegacia do
Sap:. Gr:. Mestr:. Da Ordem neste Estado em
prancha de 16 de Fevereiro de 1913 E:. V:.

Saúde, Paz e Prosperidade

Gilberto Fraga Rocha

Secr:³⁰

Ao lado desta correspondência, enviada por parte da Loja Maçônica Segredo e Amor da Ordem, outras “oficinas” como a Seis de Março de 1817, cerca de um mês após enviou sobre o “profano” em questão a seguinte informação: “scientifico-vos, que nesta secretaria nada consta em desabono ao profano de nome Antônio Francisco de Jesus”. Segundo as informações enviadas pelas lojas consultadas, encontramos também junto ao processo de iniciação de Antonio Francisco, pareceres de membros da Loja Conciliação.³¹

O ponto alto na direção da conclusão deste processo foi representado pela cerimônia de iniciação, que se constitui numa forma de batismo, um ritual de passagem e repleto de uma forte carga simbólica. Retomando a trajetória de Antonio Francisco de Jesus, após chegar à Loja Conciliação, ele e os outros “profanos” que se encontravam no salão principal do prédio, foram avisados de que teria início da cerimônia, se apresentando o “**Irmão Preparador**”, membro da Loja que tinha como função principal conduzir os “profanos” durante o processo de iniciação. Antonio Francisco de Jesus e os demais iniciantes, que se

³⁰ROCHA, Gilberto. Correspondência entre a Loja Maçônica Conciliação e a Segredo e Amor da Ordem. Recife, 26/02/1913. Arquivo da Loja Conciliação.

³¹ARAUJO, Antônio Francisco de. Resposta ao escrutínio realizado para o processo de iniciação de Antônio de Jesus à Loja 06 de Março de 1817. Recife, 17/03/1913 – Arquivo da Loja Conciliação. p.1.

encontravam à noite, foram vendados e conduzidos a um espaço no interior da Loja denominado “Câmara de reflexões”.

No interior desse espaço, uma pequena sala iluminada apenas por um castiçal com velas acesas, a penumbra tomava conta do local. A mobília da “Câmara de reflexões” resumia-se à mesa e cadeira e sobre a mesa encontrava-se uma ampulheta e uma caveira, símbolos que forçariam Antônio e os demais profanos a refletirem simbolicamente a respeito de questões importantes dentro do ritual de iniciação: o tempo e a finitude humana. As reflexões a respeito destas dimensões encontravam no preenchimento do **“Testamento Moral e Filosófico”**, um ponto importante e decisivo no interior da mística de iniciação. Este documento era formado por seis questões, sendo elas: os deveres do homem para com Deus, a humanidade, a pátria, a família e para consigo.

Diante das respostas aguardadas no templo central pelos membros da Loja Conciliação, o candidato à iniciação poderia ter o seu processo finalizado ou não. Ao responder as perguntas, Antônio de Jesus datou e assinou informando ao **“Irmão Preparador”** a conclusão do preenchimento do Testamento Moral e Filosófico. De posse das questões, respondidas por Antônio e da apreciação positiva de suas respostas, a Assembleia Maçônica reunida solicitava a preparação do candidato para o desfecho da cerimônia.³²

Diante da exposição apresentada de como se estruturava os caminhos que levavam à iniciação de um candidato a membro de uma loja maçônica, é possível observarmos algumas questões que marcavam as diferenças que caracterizavam esta instituição, fornecendo-lhe uma lógica específica e, conseqüentemente, uma maneira de se representar na sociedade. A primeira das questões que se constitui numa marca diferenciadora seria o seu caráter iniciático, dimensão observada na cerimônia que narramos acima.

A iniciação maçônica desfruta, sem sombra de dúvidas, no interior do mundo maçônico, não somente de um caráter central, mas, sobretudo distintivo. Além de constituir-se na maneira de adentrar nesta instituição, representa a forma como a Maçonaria se organiza, pois, o saber que supostamente cultiva, encontra-se na iniciação que é o momento da revelação. Ao ser iniciado, o “profano” que se

³²JESUS, Antônio Francisco de. Testamento Moral e Filosófico. Recife, 24/01/1914 – Arquivo da Loja Conciliação. p.1-2.

torna maçon entra em contato com estes ensinamentos. Tal fórmula remonta, dentro do discurso produzido pelos maçons, as suas raízes históricas e de organização oriundas das corporações das construções no Período Medieval, onde o conhecimento era entendido como uma dimensão iniciática.

A dimensão ritualística e simbólica constitui-se, um elemento diferenciador da sociedade maçônica. Todos os atos desta instituição passam por cerimônias e, a iniciação representa somente uma delas. As reuniões são acessíveis apenas aos seus membros e atravessadas por palavras de ordem que guardam um significado simbólico para os iniciados, e ainda, toda uma forma ritualística de se portar no interior do templo maçônico. Esse fato ajuda a reforçar visões muitas vezes apressadas que comparavam essa instituição a uma religião ou até mesmo como uma sociedade antirreligiosa, marcas que foram sendo sistematicamente utilizadas para representá-la.

Estas características construíram sobre a Maçonaria, um conjunto de visões negativas e pouco elucidativas a respeito dos seus reais objetivos, fato que ajudou a carregar a munição dos seus opositores, mas também, como apontamos, a marcar a própria identidade maçônica, contribuindo assim, na formulação de um sentido histórico para que a própria instituição e seus membros se percebessem identitariamente, compondo um discurso próprio, buscando suas tradições num passado longínquo³³.

Algumas possibilidades se apresentam para compreendermos os motivos com os quais a Maçonaria tem sido representada ao longo do tempo de maneira difusa. Esta associação pode ser pensada a partir de algumas questões. A primeira delas estaria relacionada à peculiaridade enquanto organização, onde o caráter iniciático e ritualístico são elementos que colaboram na composição de visões estereotipadas e negativas, irradiando-se entre aqueles que não pertencem à instituição.

O estabelecimento dessa maneira negativa de ver a Maçonaria, não foi fruto unicamente dos seus detratores. Os próprios maçons, durante vários anos,

³³Para entender melhor a perspectiva da construção das tradições enquanto um conceito no interior do campo da História e seus usos para pensar a Maçonaria enquanto objeto histórico e historiográfico ver: HOBBSAWM, Eric; RANGER, Terence. *A invenção das tradições*. 5ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997; JACOB, *apud* AZEVEDO, Celia M. Marinho. *Maçonaria, anti-racismo e cidadania: uma história de lutas e debates transacionais*. São Paulo: Annablume, 2010, p.56-56.

colaboraram de alguma maneira com esta visão pouco precisa, a respeito dos seus fins, ao não darem publicidade as suas ações mostrarem as suas finalidades nos espaços públicos. O peso desta posição ajudou, inclusive, a reforçar os estereótipos sociais e culturais que se desenvolveram a respeito da instituição.

Durante as primeiras décadas do Século XX, com a fundação de periódicos e a expansão das “oficinas” maçônicas em várias regiões do país, a Maçonaria continuava no processo de reverter as imagens construídas de forma estereotipada para mostrar a “verdadeira” face maçônica à sociedade, pretendendo veicular a imagem de uma instituição preocupada com as questões que afetavam o país³⁴.

A preocupação em exercer uma atuação mais eficaz no espaço público, transpondo os muros das “oficinas maçônicas”, tinha uma lógica dupla. A primeira delas, seria desconstruir as visões negativas que eram instituídas sobre os maçons e a Maçonaria, pelos representantes da Igreja Católica Romana pelos setores mais conservadores no sentido de associar a ação desta instituição ao fomento de revoltas e combate aos ideais do catolicismo³⁵.

O segundo fator vinculava-se à preocupação com a construção de uma imagem social positiva para a instituição, diferente da que era difundida. A estratégia para tal reformulação ocorreu a partir do desenvolvimento de ações realizadas de maneira mais próxima da sociedade, que ajudariam a Maçonaria a desfazer-se do suposto véu de mistério que a envolvia, através de um conjunto de atividades que fornecessem uma maior visibilidade à instituição.

Tal perspectiva, tomou conta do ideal maçônico em Pernambuco durante as primeiras décadas do Século XX, por meio da participação dos seus sócios, nos debates públicos a respeito de questões sociais e culturais, que se tornavam concretas a partir de ações como: o patrocínio de escolas e bibliotecas mantidas por algumas lojas em várias partes do estado; a defesa de um Estado Laico frente

³⁴Para pensar esta dimensão ver BARATA, Alexandre Mansur. *Luzes e sombras: a ação da Maçonaria brasileira*. Campinas, Editora da UNICAMP, 1999; MOREL, Marco; SOUZA, Françoise Jean de Oliveira. *O poder da Maçonaria: a história de uma sociedade secreta no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008. p.179-199.

³⁵É possível encontrar uma larga posição de autores que contribuem na composição deste ideário, para citar alguns exemplos deste universo ver: BERTRAND, L. *A Maçonaria seita judaica: suas origens, sagacidade e finalidades anticristãs*. São Paulo: Minerva, 1936; BARROSO, Gustavo. *A história secreta do Brasil*. Porto Alegre: Revisão Editora, 1990-1993. (6 volumes); SALVINI, R.O. *Um capítulo sobre a Maçonaria*. s.n.t.

à intolerância religiosa; além da sua atuação na imprensa, esfera que contribuía para uma reconstrução da imagem da Maçonaria, pois através de uma imprensa patrocinada pela instituição, passaria a contar com uma voz que marcaria a forma como os maçons pretendiam se fazer representar na sociedade.

1.3. A Maçonaria e a República

A implantação da República no Brasil, ao contrario do que ficou sacralizado na historiografia brasileira, não foi de um processo de desorganização e extinção das atividades maçônicas, como propôs Sérgio Buarque de Holanda (1985, p.289-305). Ou seja, diversamente do quadro descrito pelo historiador paulista, a Maçonaria com a República e, mais especificamente, nas primeiras décadas do Século XX, experimentou quando confrontamos com o Período Imperial, uma nova estratégia de atuação que se desenrolou em várias esferas da instituição.

Do ponto de vista institucional, encontraremos uma nova maneira de a Maçonaria portar-se na sociedade, que, não se reduzia simplesmente, à vinculação político-partidária. A política passava a ser compreendida na sua concepção mais ampla, onde se pensava formas de inserção político-social que estivessem relacionadas aos debates sociais, culturais e políticos que animavam as primeiras décadas Republicanas.

Esta visão, defendida pela Maçonaria pode ser compreendida à luz do conceito de Cultura Política, uma vez que podemos perceber uma maneira de inserção nos debates nacionais, que se afastavam mais especificamente a programas definidos por partidos, na defesa de ideais vinculadas a determinadas legendas políticas, porém que não produziam sobre a Maçonaria amarras político-partidárias. É evidente nas posições maçônicas uma identificação com o ideário liberal e republicano, no que tange as suas características definidoras enquanto ideologia.

O relacionamento com a defesa deste ideário mais amplo expressava-se no seu compromisso com a educação, na defesa de princípios de laicização da sociedade e de tolerância religiosa. E são alguns exemplos importantes de como os maçons pernambucanos compreendiam a política, e definiam as suas

estratégias de intervenção como a utilização da imprensa como espaço de ressonância social, a realização de ações educacionais e culturais, por meio da fundação ou patrocínio de escolas e bibliotecas, além da compreensão do seu papel social, ao pensarem ações que ajudassem aos menos favorecidos, mesmo pela concepção da filantropia tão largamente usada na instituição, não deixava de constituir-se num posicionamento político.

Dentro desse espírito, observamos a atuação marcante dos maçons em torno das questões educacionais, tidas como sendo decisivas para o desenvolvimento da nação. A educação para os maçons deveria pautar-se pelo princípio da laicidade, não podendo sob-hipótese alguma ser espaço de proselitismo religioso. Por isso, a campanha ferrenha promovida pela Maçonaria no combate ao ensino religioso nas escolas públicas, desvendando os seus “malefícios” para a formação de uma sociedade mais tolerante e laica.

A respeito desta questão, o *Arquivo maçônico* no início de 1912, trazia entre os seus artigos, uma denúncia contra os administradores do Colégio Santa Margarida, instituição de ensino mantida por senhoras da sociedade e que contava com a colaboração do clero recifense. O caso apresentado pelo autor do artigo girava em torno da expulsão de uma aluna do citado colégio, pelo simples fato da mesma não participar das práticas religiosas executadas pelo clero diocesano. Em torno desta questão o articulista desferiu um conjunto de críticas aos procedimentos adotados pelo educandário.

Uma das questões expostas incidia sobre a ilegalidade de tal prática por parte dos mantenedores do colégio, uma vez que se tratava de uma instituição “equiparada”, ou seja, para o seu funcionamento havia sido autorizado pelo órgão de instrução pública. E por conta da situação tal atitude representava, na interpretação do periódico maçônico, uma afronta ao dispositivo da laicidade estabelecido no interior das escolas pelo regime republicano³⁶.

Ao se colocarem contra a posição da escola, a publicação maçônica reafirmava a sua defesa ao princípio de laicidade e tolerância que deveriam ser preservados nas instituições de ensino, por meio das leis propostas pela Constituição, principalmente num espaço de ensino que tinha a sua equiparação as leis que geriam as escolas públicas. Ao mesmo tempo em que, o *Arquivo*

³⁶Sem autor. Intolerancia Religiosa nos Collegios. *Arquivo maçônico*. Recife, 02/1912, p.5.

maçonico criticava a intolerância representada pela expulsão da aluna, o próprio articulista, não deixava de mostrar um ponto de vista preconceituoso com relação às senhoras que administravam o educandário, que eram representadas como desfrutando de uma “estreita visão intellectual”. Ao traçarem tal perfil das administradoras do Colégio, os redatores do *Archivo maçônico* utilizaram o mesmo expediente de estereotipização de que eram vítimas, usando argumentos contundentes para desqualificar aqueles que eram alvos de suas críticas.

No número de março do mesmo ano, o caso ocorrido no Colégio Santa Margarida voltou a figurar no corpo das matérias que constituíam o *Archivo Maçônico*. A retomada do caso inseria-se, na perspectiva adotada pelo órgão maçônico, como exemplo a ser combatido por aqueles que estivessem arregimentados nas mobilizações por uma sociedade mais laica e tolerante. Destacando os efeitos nocivos desta vinculação religiosa no interior de um espaço de ensino, o autor do texto observava:

O Santa Margaria, entregue á evidente incompetência de quem o dirige – são inaptos para formar caracteres, para argamassar uma base moral a uma sociedade que, na sua expressão neutra, que é uma consequente directa do ensino leigo[...] educar é disciplinar emoções: instruir é alargar a esfera da consciência e do entendimento: eis o que não sabem e deviam saber as educadoras a quem nos vimos referindo.³⁷

Os argumentos do autor do artigo reforçavam a sua visão negativa, sobre a interferência das práticas religiosas no interior das escolas. Na sua perspectiva a educação tinha como função formar uma base moral, que permitisse construir nos educandos, uma consciência intelectual e moral neutra e livre de visões preconceituosas e intolerantes. Dimensões que, segundo o articulista maçom, eram cultivadas por uma educação que estivesse a serviço de qualquer culto religioso.

A denúncia de práticas intolerantes nas escolas, não se constituía na única dimensão explorada pelo periódico maçônico, quando tratava do tema Educação. Encontramos também nas páginas do periódico, uma preocupação com a questão da educação primária, nível de ensino que se constituía num elemento de

³⁷Sem autor. O ensino nos collegios. *Archivo maçônico*. Recife, 03/1912, p.3-4.

preocupação por parte da Maçonaria. Reproduzindo uma conferencia apresentada no dia 6 de março de 1912, data repleta de simbolismo para a maçonaria pernambucana, o Chefe do Departamento Educacional da Associação Cristã dos Moços e professor do Colégio Americano Batista, o Dr. Alfredo Freyre, apresentava para um auditório lotado no Teatro Santa Isabel, as suas reflexões a respeito da escola primária.

A conferência, realizada na noite da citada data, foi reproduzida nos números de abril a julho no *Archivo maçônico*, na forma de quatro artigos. Neles, observamos a preocupação do educador pernambucano com relação à situação em que se encontrava o ensino no Brasil e em Pernambuco. As suas reflexões a respeito da importância do ensino de forma em geral e do ensino primário de maneira particular, guiava-se no sentido de ressaltar o caráter de construção da cidadania que deveria acompanhar o ensino nas escolas. Para tanto, seria necessário, como apontava Alfredo Freire, realizar um esforço de reorganização, não somente da estrutura das escolas, como também, desenvolver uma estratégia de reorganização na formação dos docentes, indivíduos imprescindíveis no processo educativo. Defendendo o argumento do aspecto do desenvolvimento da cidadania que a educação podia legar para a sociedade, sendo esta uma das crenças cultivadas pelos maçons. Reproduzimos abaixo, parte da conferencia do Prof. Alfredo Freire, que assim posicionava-se frente à política e a Educação:

Si conseguirmos encher o espirito de nossos filhos, futuros eleitores, de inteligência que os habilite a votar com acerto, e incutirmos-lhe o espirito de liberdade, estará frustrado o fatal pressagio. Mas, si pelo contrario, os deixarmos criar na ignorância, então esta republica se desmanchara numa desastrosa decepção. Todo o incentivo com que possa contribuir o governo nacional, tudo o que sejam capazes de fazer os estados, tudo o que possa produzir em toda a parte os bons cidadãos, e principalmente toda a cooperação do instituidor primário, acolhamol-o entre saudações, como o remédio que há de livrar o paiz do mais luctuoso destino.³⁸

Esta visão compartilhada pela maçonaria pernambucana e proferida por um dos mais atuantes maçons no estado contribui, de maneira importante para

³⁸FREIRE, Alfredo. A escola primaria. *Archivo maçônico*. Recife, 04/1912, p.10-11.

compreendermos o valor que a educação guardava no interior das demandas políticas e sociais defendidas pela Maçonaria, as quais não se limitavam à propagação destas ideias somente do ponto de vista teórico, por meio da promoção de artigos ou de conferências. A preocupação com a Educação e mais especificamente a primária, voltada para as camadas menos favorecidas, citada na conferência de Alfredo Freire como o segmento social que deveria ter uma maior assistência educacional, inclusive para que pudesse ter acesso à cidadania, à liberdade e à igualdade, não encontrou ressonância somente do ponto de vista discursivo, visto que a fundação e a manutenção de escolas e bibliotecas extrapolavam a dimensão meramente teórica e assumiria um exemplo concreto.

A fundação de escolas e bibliotecas além de se encaixar no projeto maçônico de transformação da realidade nacional, tinham um papel relevante no sentido de constituírem-se em espaços de contato e aproximação do mundo “profano” com o mundo da Maçonaria. Ao promover o patrocínio de estabelecimentos de ensino e espaços de leituras, os maçons pernambucanos além de desempenharem a sua atuação política e social, acreditavam que através da educação construiriam uma nação mais “civilizada” e desenvolvida. O estabelecimento destes núcleos funcionava como espaços de propaganda, com objetivos bem concretos de desconstruir as imagens negativas que estavam coladas ao imaginário social e cultural em relação à Maçonaria.

O processo de organização de escolas e bibliotecas tendo como patrocinadoras as “oficinas” maçônicas pernambucanas, a partir do que foi possível observar em nossas pesquisas, ocorreu em duas fases: a primeira delas se estabeleceu nas duas primeiras décadas do Século XX, e seguindo a lógica analisada por Alexandre Barata (1999), foi uma época de forte processo de interiorização, pois das 19 lojas maçônicas existentes em Pernambuco neste período, dez delas encontravam-se nas cidades do interior, e destas pelo menos quatro contavam com bibliotecas ou escolas, ou mesmo as duas juntas.

Dos exemplos que podemos destacar salienta-se a Loja Fraternidade e Progresso, da cidade de Goiana, que tinha sob a sua custódia uma biblioteca com um acervo composto de mais de 6.000 títulos franqueados ao público daquela cidade, além de manter uma escola primária. No caso da Loja Instrução e Beneficência, localizada na cidade de Paudalho, além da biblioteca os obreiros da

“oficina” mantinham uma escola. A Loja Maçônica Dever e Humanidade situada em Caruaru mantinha também com recursos próprios uma escola primária. Em Timbaúba a Loja Obreiros do Norte, contava também com uma biblioteca que atendia o público da cidade.³⁹

Com isso, vê-se o esforço da maçonaria brasileira no sentido de interiorizar a sua propaganda, descentralizando as suas ações e ganhando enquanto instituição, uma maior visibilidade no país. Na segunda fase, que podemos cronologicamente delimitar entre os anos de 1912 até 1922, no entanto ocorreu uma inversão, na medida em que o movimento de organização das escolas e bibliotecas, desenvolvidas pelas lojas do interior sofreu um retrocesso. Uma das explicações se deve às dificuldades financeiras para manter as ações, uma vez que os próprios maçons sem qualquer tipo de subvenção pública eram quem arcavam com as despesas para patrocinarem as escolas e a organização das bibliotecas.

A Loja Frei Caneca localizada na cidade de Limoeiro, que durante a primeira fase de expansão e organização não contava com escola, passou a patrocinar ações educacionais no interior. As outras lojas que passaram a desenvolver ações no campo da instrução primária foram a Escola Saldanha Marinho, patrocinada pela Loja Restauração Pernambucana e a Escola Manoel Arão que se encontrava sobre a tutela da Loja Cavaleiro da Cruz, ambas localizadas em Recife. As duas escolas juntas perfaziam um total de 101 alunos matriculados, e tinham como público alvo os segmentos menos favorecidos. (BASTOS; CARAJURU; DIAS, 1922).

Ao construírem estes espaços voltados para a formação dos indivíduos, tendo como foco principal os segmentos menos favorecidos, os maçons pernambucanos pretendiam dar sua parcela de contribuição social, aspecto amplamente discutido nos artigos e conferências públicas promovidas pelas lojas maçônicas de Pernambuco, seguindo uma proposta defendida pela maçonaria brasileira como observou um pesquisador:

A construção de uma ampla rede de escolas primárias e de bibliotecas que pode ser considerada o instrumento mais

³⁹CAMARA, Nilo. A Maçonaria de Pernambuco em 1910. *Arquivo maçônico*. Recife, 12/1912. p.20-27.

sólido utilizado pela Maçonaria para a divulgação das suas ideias. A criação de escolas e de aulas noturnas para os filhos dos maçons e para as camadas populares procurava fortalecer uma identificação das lojas maçônicas como herdeiras das “luzes”, libertadoras da consciência dos homens e fiéis escudeiro no combate às trevas, representadas pelo fanatismo da Igreja Católica. De forma análoga, essas escolas procuravam combater a identificação da Maçonaria com a ideia do “complô”, da conspiração. (BARATA, 1999, p.138-139).

Norteados por esta lógica, que não deixava de se constituir numa bandeira política, que pode ser interpretada à luz da Cultura política, o apoio ao ensino primário e à organização de bibliotecas amparava-se na visão humanista nutrida pela Maçonaria, que destacava a importância do conhecimento, para a formação e libertação das consciências. Essas ideias não deixavam de relacionar-se à identificação maçônica com os princípios liberais, tão largamente defendidos pela instituição e que acabaria por atrelar e até mesmo estabelecer a imagem da Maçonaria àquele ideário.

As preocupações políticas da Maçonaria e sua agenda propositiva não se limitavam à defesa somente do ensino primário e fundação de bibliotecas. Encontra-se também nos seus discursos a preocupação da instituição na promoção de debates, onde aspectos e temas que pensassem questões sobre a ordenação política com um enfoque mais teórico tivessem um espaço de reflexão.

A este respeito encontramos nas folhas do *Arquivo maçônico* um artigo do maçom Dr. Ferrer, publicado no mês de julho de 1911, o qual mostra que a sua preocupação central era a de pensar o complexo cenário político e social americano. O autor traz como ponto de reflexão, o fato de que não bastava apenas assumir a identidade de um Estado republicano e democrático, como fazem muitas nações. Para o autor, muita gente tem a ideia de que:

A palavra republica tem algo de mágica e faz brotar a democracia com as suas vantagens e benefícios, garantindo a todos o pleno exercício de liberdades publicas e privadas. Falar em republica é dizer: eleição livre, verdade financeira, igual distribuição de impostos, progresso econômico, leis protectoras de direitos. Infelizmente ocorre uma enorme distancia entre o desejo e a realidade.⁴⁰

⁴⁰FERRER, Dr. Vicente. Democracia e republica. *Arquivo maçônico*. Recife, 07/1911, p.29.

Ao enunciar os elementos acima, como dimensões importantes na composição do ideal republicano e democrático, o articulista pretendia construir um parâmetro para dimensionar as nações que praticassem os elementos expostos, como expressão real do ideário republicano e democrático. Ao dimensionar tais características, como partes integrantes destes regimes, o Dr. Ferrer, concluía que a maior parte das nações americanas, que se diziam republicanas e democráticas não o eram de fato, mas apenas do ponto de vista discursivo. Entre elas os Estados Unidos, que se autodenominava uma nação republicana e democrática, mas que na verdade tinha como inspiração principal a prática de um imperialismo desmedido sobre as demais nações do continente.

O esforço de análise pretendido por este maçom, tinha como objetivo principal provocar uma discussão a respeito do que representaria de fato estabelecer regimes políticos inspirados em determinados ideários políticos. Ao realizar tal exercício de análise, o Dr. Ferrer deixava claro que a defesa destes dois pontos se constituía numa agenda política importante para os maçons pernambucanos, principalmente frente aos vários desmandos que a República e democracia brasileira promoviam e que deveriam encontrar na voz maçônica um espaço de desaprovação.

Ainda tendo aspectos da política no centro do seu debate, os maçons do *Arquivo maçônico*, comprovaram que aquela imagem de desmobilização durante o período republicano no Século XX lançada sobre esta instituição não é exata. Na contraposição a tal perspectiva, podemos a partir do artigo “As eleições e a Maçonaria” encontrar um exemplo importante na desconstrução desta visão sobre a Maçonaria enquanto uma instituição sem atuação política e social durante o Século XX.

Nesse artigo, publicado em janeiro de 1912, vislumbramos que o órgão maçom representando os anseios da maior parte da maçonaria pernambucana, tinha uma posição clara, em relação ao embate eleitoral que se processaria na mesma época. Na perspectiva defendida pelos maçons pernambucanos e que deveria ser uma postura em outras unidades da federação, simbolizando um esforço da maçonaria brasileira, os maçons deveriam apoiar os candidatos filiados a Maçonaria que pretendessem se lançar na disputa eleitoral. Esse apoio,

na visão do articulista do *Arquivo maçônico* tinha que ser feito as claras, publicamente, com as “lojas” se posicionando em torno da candidatura daqueles obreiros que desejassem se lançar na corrida eleitoral.

Ao defenderem tal postura, os maçons pernambucanos, tinham objetivos muitos claros que giravam em torno da promoção de uma imagem mais pública e que mostrasse a utilidade social e política da Maçonaria enquanto instituição. Além destes aspectos observamos ainda que ao levarem seus obreiros aos espaços de decisão política os seus intuitos seriam também o de:

Que levando adeptos de seu credo ás camaras do poder por excelência do regimen democrático, á maçonaria ocorre especializar-se antes “um programa político integral a seguir e a ser por esses representantes defendido” [...] iir:. Que são simples votantes e ir:. que se apresentam candidatos, o Archivo Maçônico incita os primeiros para que em todo o Brasil, das urnas, no próximo pleito, saiam victoriosos os nomes dos últimos, assim contribuindo para que as idéas liberais vinguem esplendidas e formosas.⁴¹

Pelo que foi dito, acima é possível se depreender outros aspectos que se tornam importantes no sentido de constituir uma determinada forma de como os maçons desejavam ser percebidos na sociedade. Dentre estas imagens, verificamos o objetivo em demonstrar o poder de unidade e a força da união dos maçons na tentativa de eleger os seus membros. Ao trabalhar tal perspectiva, os maçons pretendiam demarcar a amplitude do seu poder no interior da sociedade, além do comprometimento com dois aspectos que parecem constituir-se elementos chave no seu ideário e na cultura política desenvolvida pelos maçons pernambucanos nas primeiras décadas do Século XX. A postura de defesa e manutenção do ideal democrático e liberal abria margem para que estes aspectos afirmassem uma identidade e representação do que significava ser maçom durante o período estudado.

As reflexões sobre a situação internacional, os desdobramentos e consequências da 1ª Guerra Mundial também foi alvo de preocupações e análises por parte da maçonaria brasileira, encontrando nas “lojas” pernambucanas espaços de irradiação e debates. Através do manifesto, lançado em agosto de

⁴¹Sem autor. *As eleições e a Maçonaria. Arquivo maçônico*. Recife, 01/1912, p.5.

1914, intitulado “Appelo Pro Pace”, voltava-se para uma crítica contundente ao conflito internacional rogando que o estabelecimento da paz e da fraternidade fosse prontamente restabelecido. Assinado pelo Grão-Mestre Lauro Sodré, o texto constitui-se num exemplo de destacar como imagem maçônica, a sua defesa à paz e a fraternidade, como princípios fundamentais que deveriam nortear os ideais e práticas maçônicas.

Quatro anos após o lançamento desse manifesto, comemorando o encerramento do conflito mundial (1914-1918), O Grande Secretário Geral da Ordem, T. C. Daemon, sob o Grão-Mestrado do ex - Presidente Nilo Peçanha (1906-1910), emitiu uma circular em novembro de 1918, data importante tanto para a República quanto para a maçonaria brasileira. Neste documento, encontra-se a reafirmação dos princípios defendidos no manifesto endereçado a todas as “oficinas” maçônicas espalhadas pelo Brasil. A circular do Grande Oriente do Brasil/GOB ao chegar às lojas pernambucanas foi divulgada e celebrada pelos seus obreiros. Nas suas linhas iniciais o autor reafirmava que:

Nesta hora feliz em que no horizonte desponta uma nova era de paz e de progresso para todos os povos que habitam nosso Planeta, sinto-me bem em me congratular com essa Off.: Por esse auspicioso acontecimento. Certo, isso não é uma simples manifestação de jubilo pessoal . É sim o sentir da collectividade maçônica que venturoso neste instante interpreto, visto nossa Ord.: Delirar de entusiasmo ante a ultimação da guerra, que enchia de tristeza e magua a todos os maçons espalhados pela superfície da terra [...] De facto instituição essencialmente pacifista, abominando o emprego da força e da violência, a Maçonaria, é lógico, não podia assistir sem sincera dor o sanguinário espetáculo de que foi theatro o velho continente.⁴²

Analisando o discurso, observamos por meio da produção dos dois documentos referenciados, tanto o manifesto, quanto a circular, a preocupação dos maçons em produzirem um posicionamento a respeito da situação internacional, expressando uma dimensão importante a respeito das crenças políticas partilhadas pela maçonaria brasileira, onde o pacifismo era compreendido como a melhor solução para a resolução do conflito internacional.

Ao lado desta posição pacifista, o GOB também tomou algumas resoluções importantes como, por exemplo, a organização de campanhas e ações

⁴²DAEMON, T.C. Circular as Lojas Maçônicas do País. Rio de Janeiro, 15/11/1918, p.1.

entre as lojas federadas, para que realizassem o socorro às vítimas do conflito. O reconhecimento ao conjunto de ações orquestrado pelo Grande Oriente do Brasil com a finalidade expressa de ajuda aos que sofriam pelos reflexos da 1ª Guerra Mundial, foi encaminhada pelo governo francês no ano de 1915, ao enviar um documento oficial de agradecimento pela remessa da quantia de dez contos de réis para auxílio dos vitimados pela Guerra. (SOUZA; MOREL, 2008, p.185).

Aliada a estas práticas que se constituem em exemplos de atuação política, defendendo uma determinada perspectiva, encontramos práticas mais partidárias durante o desenrolar do conflito europeu, como por exemplo, a resolução tomada pelo então Grão Mestre Nilo Peçanha, após a declaração oficial de Guerra tomada pelo estado brasileiro em relação à Alemanha. Depois dessa resolução, em novembro de 1917 o GOB fez circular nas diversas “oficinas” um decreto que declarava “inconveniente”, a presença de irmãos maçons nascidos no Império Alemão em reuniões realizadas nas várias lojas espalhadas pelo país. Com tal atitude, a Maçonaria brasileira, assumia uma posição política em relação ao conflito, colocando-se institucionalmente no campo “pró-entente cordiale” contra a Alemanha e Império Austro-húngaro.

Por meio de tal resolução, vê-se quebrada a lógica maçônica de fraternidade entre os seus membros, tão difundida no seu ideário, uma vez que ficava interdita a participação de um irmão maçom em reuniões. Nesse sentido, percebe-se mais uma posição nacionalista do que internacionalista, aspecto utilizado pelos seus detratores para justificar a tomada de “cuidados” em relação às atividades maçônicas. Ao se posicionarem ao lado da Tríplice Entente, o mesmo apoiado pelo estado brasileiro, os maçons do país pretendiam afastar qualquer tipo de associação maçônica de apoio a *Entente Cordiale*. Ao mesmo tempo em que reforçava como apontamos, a sua posição de defesa e apoio a nação brasileira, sem, contudo assumir um discurso beligerante.

1.4. Construindo templos e disseminando ideias (1900-1930)

Além de todo o esforço empenhado para o patrocínio de bibliotecas e escolas, bem como ao incentivo Maçônico no campo da imprensa, recurso

importante como apontamos, que pudesse divulgar não somente os pontos de vista, mas as ações e o ideário a qual se ligavam, observa-se que os maçons pernambucanos por meio da fundação de oficinas criavam outro campo estratégico, no sentido de dar à Maçonaria, enquanto instituição, uma amplitude nacional.(SOUZA; MOREL, 2008)

Tal objetivo, pode ser vislumbrado, a partir da instauração da República, mas de maneira mais intensa em Pernambuco desde 1904, até o final da década de 1920, quando constituíram uma estratégia maçônica no estado para expandir a propaganda maçônica através da organização de lojas nas cidades do interior, como é constatável no quadro em que apresentamos ao final do capítulo, em que tentamos mostrar a estruturação deste processo. A preocupação da ordem maçônica, em desenvolver a fundação de “oficinas” em regiões do interior do estado, não se desligava dos mesmo objetivos pretendidos através do incentivo à imprensa, à fundação de escolas, bibliotecas e obras de beneficências para construção de propaganda positiva e mais efetiva acerca da instituição, reconstruindo de alguma maneira o ideário negativo que existia em relação a Maçonaria, além de consequentemente fornecer uma visibilidade mais efetiva para as suas ações. (SILVA, 2007)

Perseguindo estes objetivos, constatamos um esforço considerável até o final da década de 1920, na inauguração de novos espaços maçônicos nas várias regiões do Estado, descentralizando, assim, as atividades maçônicas da capital e cidades mais próximas, e atingindo áreas mais distantes. Este processo continuou a se desenvolver, tendo fases de avanços e de estagnações até a suspensão das atividades maçônicas em Pernambuco no ano de 1937, período que analisaremos de maneira mais detida no próximo tópico.

Com o objetivo de fornecer uma imagem de como se constitui este processo, construímos a partir de um conjunto de informações encontradas no *Livro do Centenário*, publicação da maçonaria brasileira durante as festividades do primeiro centenário da Independência do Brasil ocorrido em 1922, aliado a pesquisas realizadas sobre algumas lojas pernambucanas, um quadro da atividade maçônica em Pernambuco até o início da década de 1930.

A partir deste conjunto de informações, vislumbramos a existência de um forte processo da presença maçônica em várias cidades do interior, ação que

pode ser interpretada como uma verdadeira força tarefa, que tinha objetivos muito claros. O primeiro deles seria o de interiorizar mais ainda as ações maçônicas, com a finalidade de criar uma rede de lojas que tivessem uma amplitude nacional, como uma das formas de disseminar o seu ideário. O segundo objetivo, seria desconstruir visões negativas e estereotipadas a respeito desta instituição, ao aproximar a presença das ações maçônicas nos vários municípios espalhados pelo país.

Diante destas questões, o quadro abaixo nos ajuda a pensar algumas questões importantes, para compreendermos melhor a importância desse processo e o que ele significou, do ponto de vista institucional para a Maçonaria pernambucana, marcando a experiência desta instituição no estado.

Tabela 01 – Quadro de Lojas em Atividade no Estado de Pernambuco (1900-1930)

Nome da loja	Título	Data de fundação	Oriente
Seis de Março de 1817	Benemerita	-1821	Recife
Philotimia	Benemerita	01-10-1849	Recife
Conciliação	Benemerita	03-07-1859	Recife
Segredo e Amor da Ordem	Benemerita	02-09-1862	Recife
Restauração Pernambucana	Capitular	06-05-1868	Recife
Regeneração	Capitular	01-02-1871	Recife
Luzeiro da Verdade	Capitular	29-07-1873	Recife
Cavaleiros da Cruz	Benemerita	15-12-1873	Recife
Fraternidade e Progresso	Benemerita	27-02-1874	Goiana/PE
Obreiros do Porvir	Benemerita	02-03-1894	Nazaré/PE
Mensageiros do Bem	Capitular	01/02/1904	Garanhuns/PE
Saint George	York	30/07/1904	Recife
Segredo e Verdade	Capitular	01/09/1906	Vitória/PE
Obreiros do Norte	Capitular	13/04/1907	Timbaúba/PE
Instrução e Beneficência	Simbólica	07/11/1907	Paudalho/PE
Frei Caneca	Capitular	06/03/1908	Limoeiro/PE
Aurora Pernambucana	Capitular	16/04/1909	Quipapá/PE
Obreiros da Caridade	Capitular	02/08/1909	Catende/PE
Fraternidade Palmaresense	Simbólica	1929	Palmares/PE
Total de Lojas: 19	Capitular: 09 Benemerita: 08 Simbólica: 01 York: 01		Oriente Recife: 09 Oriente Interior: 11

Fonte: BASTOS; CARAJURÚ; DIAS. 1922, p.325-330.

A partir do quadro acima, por meio dos dados elencados, observarmos algumas questões com relação à propaganda e disseminação do ideário maçom no estado de Pernambuco. Uma das primeiras questões se relaciona com a lógica estabelecida pela maçonaria brasileira, onde podemos perceber que a fundação

de lojas maçônicas sofreu, nas cidades do interior, um aumento se comparado à fundação de templos maçônicos em relação ao Recife. Sob tal ponto, observamos de maneira concreta, a preocupação da maçonaria brasileira através do GOB, em construir uma propaganda com contornos nacionais. O que só seria possível através de um forte processo de ocupação de várias áreas do interior do país.

Do ponto de vista territorial durante as três primeiras décadas do Século XX, as lojas maçônicas a partir do processo de interiorização estabeleceram-se praticamente nas regiões da Zona da Mata e do Agreste, considerando que o Sertão até a década de trinta do século passado foi um espaço sem atuação das atividades maçônicas. De alguma maneira, a lógica de expansão levava em consideração alguns aspectos interessantes de serem pontuados. Dentre eles ressaltam-se alguns pontos como a importância econômica de algumas dessas cidades nas microrregiões em que estavam inseridas, além de observarmos que boa parte delas possuía meios de comunicação, o que não constituía um processo de ação isolada, pois a maior parte das cidades era cortada pelas estradas de ferro, facilitando o desenvolvimento econômico e o intercâmbio de ideias.

Com relação às cidades e regiões apresentadas no quadro acima que foram influenciadas pela propaganda maçônica, observamos que não ocorreram grandes alterações durante a maior parte da década de 1920, pois crises econômicas entre as lojas e conflitos internos provocaram uma desmobilização no caráter expansivo e de interiorização, promovidos pela maçonaria pernambucana nas décadas anteriores.

Uma tentativa de reorganização maçônica ainda durante os anos 1920 foi a fundação do Grande Oriente de Pernambuco/GOPE, no mês de dezembro de 1926. Com atribuições de representar os poderes maçônicos nacionais no estado, o Grande Oriente local tentou liderar e colocar em prática novamente um processo de reorganização, tendo como preocupações principais fiscalizar as atividades e direcionar a política de fundação de novas lojas.

A atuação deste corpo maçônico, passado o processo de estruturação, pode ser percebida após três anos da sua fundação, no ano de 1929. Nos esforços encetados pelo GOPE, destacamos a fundação da “oficina” Fraternidade Palmeirense, localizada em Palmares, cidade situada na Mata Sul pernambucana.

Na época, este município contava com uma extensa área territorial, congregando distritos que depois se transformariam em municípios autônomos, como seria o caso de Catende, onde havia um grupo de maçons, e também em Joaquim Nabuco e Maraial.

A cidade de Palmares se destacava como importante centro regional, sobressaindo-se, principalmente, nas áreas de atividades ligadas à produção açucareira e ao comércio. A fundação da loja maçônica naquela cidade foi fruto da ação de várias lideranças locais, entre elas, o militar Edmundo Osmundo Cavalcanti que foi o seu primeiro venerável e Miguel Jasselli, que após a saída do militar tornou-se o segundo venerável da história desta loja maçônica. A data de criação dessa oficina maçônica se deu no dia 13 de maio, simbólico para a história nacional e também de festa para os maçons, quando era celebrada a libertação dos escravos pela Lei Áurea.⁴³

Observamos ao longo do capítulo que os maçons pernambucanos ao contrário do que muitas vezes foi evidenciado pela historiografia, não deixaram de posicionar-se e discutirem questões políticas e sociais, que tivessem algum tipo de importância. Ao mesmo tempo em que a publicação de jornais, a organização de escolas, bibliotecas e lojas, constituíram estratégias importantes, no sentido de manter a sua presença na sociedade, disseminando os seus valores, identidades e visão de mundo.

A maçonaria pernambucana mesmo atravessando momentos de desmobilização, entremeados por fases de reorganização, é importante pontuar, não permaneceria alheia às transformações que tomariam lugar nos anos finais da década de 1920. E marcaria a sua visão e presença nos desdobramentos políticos e sociais que tomariam lugar com a Revolução de Outubro de 1930, até o advento do Estado Novo em Pernambuco, como iremos discutir ao longo do próximo capítulo.

⁴³CRONOLOGIA V de 1921 a 1930. Disponível na Internet: www.minhapalmares.blogspot.com.br. Acesso em 18/09/ 2012.

OS MAÇONS E A REVOLUÇÃO DE 1930 EM PERNAMBUCO

No novo momento político representado pelo movimento de 1930, a Maçonaria pernambucana, mesmo tendo nas suas hostes indivíduos que fizeram parte do poder durante o Período da República Velha (1889-1930), preferiu se alinhar aos novos tempos. Este ajuste de posição política pode ser percebido através de um manifesto produzido por um conjunto de lojas maçônicas pernambucanas que formaram um Comitê denominado “Pró-liberdade de Consciência”. A loja que encabeçava a direção desse grupo maçônico foi a Cavaleiros da Cruz. A História da organização desta comissão maçônica, remonta aos debates intensos em relação à aprovação do ensino religioso nas escolas públicas, reivindicação encabeçada pela elite clerical e intelectual católica romana e, que em outros estados vinha ganhando corpo.

No documento, produzido pelo “Comitê Pró-maçônico Liberdade de Consciência” os maçons evidenciavam a memória da instituição, construindo a versão de, qual teria sido as posições assumidas pela maçonaria brasileira e pernambucana em particular, frente aos desdobramentos do processo político conhecido como Revolução de 1930. Com relação aos acontecimentos que se desenvolveram no período pré e pós-revolucionário, os autores do citado manifesto, sinalizavam a posição de apoio da Maçonaria local, dentro deste conjunto de forças que contribuíram para a vitória do ideal revolucionário e aliancista em 1930.

Com o objetivo de construir a sua versão sobre os acontecimentos e, como uma forma de legitimar a sua ação política e social nos desdobramentos do processo que culminou com a Revolução de 1930, os maçons pernambucanos destacavam as atitudes tomadas no interior dos embates políticos, que compuseram o cenário que desencadeou na tomada de poder pelos partidários da Aliança Liberal, como se pode ver na citação abaixo:

Ainda o Sr. Washington Luis dominava o Catete e a Maçonaria pernambucana intimava-o a renunciar o mandato popular que traíra[...] Nas trincheiras de 4 de outubro estiveram, lutando, maçons militantes[...] E enquanto isso, antes da Victoria, os actuaes e ardorosos revolucionários condenavam por seus órgãos a revolução “Como obra sem Deus”, “diabólicas machinações da Maçonaria, do comunismo e de outras doutrinas atheas”.⁴⁴

Ao apontarem a sua participação no desenrolar dos embates políticos que tiveram efeito a partir da Revolução de 1930, ao mesmo tempo em que mostravam qual a posição dos representantes católicos romanos frente a tal acontecimento, os maçons pernambucanos pretendiam mostrar, não somente, as suas posições de envolvimento com a concretização deste ideário, mas também apontar como a hierarquia católica tinha se comportado durante o desenrolar dos acontecimentos. Quando apresentavam o clero como crítico do processo, os maçons pernambucanos tinham como objetivo questionar o caráter desse segmento social, vendo nas suas ações a busca por interesses particulares.

Tais afirmações dos maçons a respeito dos representantes da Igreja Católica Romana se impunham, pelo fato de que, no momento da publicação do manifesto, estava ocorrendo um forte debate sobre o estabelecimento do ensino religioso nas escolas públicas, questão fortemente combatida pelos maçons. Ao legitimarem a sua participação nos eventos de 1930, os maçons de Pernambuco pretendiam mostrar que a aprovação de tal lei, seria um retrocesso para a preservação de um Estado laico privilegiando um segmento social que não havia tomado parte ativa nos desdobramentos que levaram à Revolução de 1930.

Ao ressaltar o fato, os maçons demonstravam que, ao contrário das forças católicas que aderiram ao movimento, somente após o triunfo das forças aliancistas, a Maçonaria estava desde o primeiro momento ao lado daqueles que desejavam a mudança do regime. Enquanto as lideranças religiosas defendiam a legalidade com o governo de Washington Luis, os maçons o criticava conclamando-o a deixar o poder.

⁴⁴Maçonaria e Revolução. Recife, s/d. Prontuário Funcional 1527-A – DOPS - APEJE.

Nesse sentido, os maçons pernambucanos chamavam a atenção para a liderança exercida por vários companheiros em favor do processo revolucionário; muito deles figuras importantes, tanto no seio da instituição, quanto na política e nos espaços intelectuais e culturais profanos, o que tinha como objetivo, demonstrar o grau de enraizamento maçônico na sociedade brasileira e pernambucana. Em trecho do manifesto, como o que vemos abaixo são salientados figuras e momentos importantes, no desenrolar do processo revolucionário:

Figuras de grande relevo no movimento liberal e na Revolução foram e são membros activos da ordem maçônica. João Pessoa – o maior vulto da Revolução - foi um grande maçom. E morreu com os braços cruzados sobre o peito como um authentic Cavaleiro Rosa Cruz. Mauricio de Lacerda e Nereu Ramos, nossos irmãos, foram recepcionados pela maçonaria pernambucana, quando da visita da Caravana Liberal. Adolpho Bergamini e Evaristo de Moraes são figuras de relevo no Grande Oriente do Brasil. J.J Seabra é maçom do mais alto grau. Marrey Junior é grão-mestre do grande Oriente de São Paulo. A maioria dos amigos mais dedicados de João Pessoa e que formavam a linha de frente na heróica resistência parahybana, são expoentes na maçonaria do visinho. Mario Castro foi Grão-Mestre do Grande Oriente de Pernambuco na sua phase inicial e é um authentic leader liberal neste Estado. Rafael Salvatorio – Grão-Mestre do Grande Oriente do Rio Grande do Sul – morreu na linha de frente, lutando pela Revolução. Flores da Cunha, Adalberto Correia, Raul Filho, Léo da Costa e tantos outros maçons formaram na vanguarda da incontida avalanche gaúcha.⁴⁵

Ao elencarem estas lideranças que assumiam papel de destaque tanto no interior da Maçonaria quanto no mundo “profano”, o interesse dos maçons pernambucanos era o de construir uma imagem da instituição, baseada em dois propósitos concretos: o primeiro deles, destacar a identidade maçônica do ex-presidente do estado da Paraíba, com o objetivo de legitimar a ligação entre a Maçonaria e todo o ideário e as ações defendidas pela Revolução, colocando-a assim, no lugar de um dos agentes de transformação.

Com relação ao segundo propósito, quando é descrito o cenário do assassinato de João Pessoa, os autores do manifesto tiveram o intuito de

⁴⁵Idem.

ressaltar o simbolismo maçônico, ao destacarem que o ato de morrer com as mãos cruzadas sobre o peito, constitui uma referência simbólica maçônica. Ao emprestarem tal dramaticidade ao evento, os maçons exploravam além da ligação de João Pessoa com a Maçonaria, mostravam o evento, como um exemplo da atitude que seria esperada dos verdadeiros maçons, e, de que, se necessário, defender com a própria vida os ideais em que acreditavam.

O cenário de complexidade instalado com a nova ordem política, pelos vitoriosos de 1930, não deixou de se constituir também num momento de fortes transformações no interior da Maçonaria pernambucana. Dentro de tal situação percebemos que como ocorrera nas duas primeiras décadas do Século XX, um momento de reorganização institucional, a partir dos novos rumos que a sociedade enfrentava no pós- 1930.

Frente à nova realidade, a maçonaria pernambucana vai passar por várias modificações internas, com objetivos claros de inserir-se nos debates e demandas que ganhavam o espaço público no período pós-1930. Algumas posições seriam marcadas, retomando e mantendo estratégias de ação, como, por exemplo, a de permanecer incentivando o processo de interiorização, no sentido de que a mesma continuasse a ter apelo e representação nacional. Além deste aspecto, no campo à discussão político-social, observamos, por parte dela, o enfrentamento com antigos e novos atores sociais e políticos, que ao mesmo tempo traziam antigos e novos debates, como por exemplo, o tema da educação laica, que iremos abordar no tópico adiante. Ao mesmo tempo em que se instalava no seio da maçonaria uma discussão e enfrentamento, diante do ideário fascista, representado no país, pelo Integralismo e, que passava a constituir-se num dos polos de debate na sociedade, ao qual a maçonaria não podia fugir.

Este embate entre o ideário maçônico e o ideário integralista, representaria, no campo da política um choque entre as posições de defesa dos ideais de matriz liberal, que sempre constituíram bandeira de ação da maçonaria, frente ao conservadorismo e defesa de uma lógica tradicional e antiliberal, conflito que se salientou no interior da Cultura política, nos anos de 1930 e 1940.

Sob este ponto de vista, podemos antever, por parte da maçonaria local, a preocupação em deixar visível a sua inserção no interior dos grandes debates nacionais, apelo importante, no sentido da formação de uma representação

preocupada em deixar expressa a vitalidade da instituição, frente ao ideário contrário às suas propostas.

2.1. Esquadrinhando espaços e fundando novos templos: a expansão da Maçonaria em Pernambuco (1930-37)

Até o mês de outubro do ano de 1937, ano em que a Maçonaria teve suas atividades suspensas pelo governo do Estado Novo de Getúlio Vargas, existiam em PE 28 lojas maçônicas, distribuídas nas principais microrregiões do estado. Deste quadro, se comparado à década anterior, é possível contabilizar o surgimento de oito novos núcleos maçônicos, tendo como recorte cronológico, o período que se estende do ano de 1929 a 1937. Este processo de difusão desencadeado pela maçonaria pernambucana seguia, como afirmamos, a lógica da estratégia de interiorização e reorganização institucional, processo ocorrido desde o início do Século XX, com fases de avanços e recuos.

Aspecto importante a ressaltar, é que dentro deste quadro no pós-1930 vai ocorrer, além de desavenças com setores externos, vários conflitos no seio do mundo maçônico pernambucano. Como exemplo desta situação, tivemos a polêmica que foi instaurada entre O Grande Oriente⁴⁶ de Pernambuco, durante os anos de 1931-32, quando um conjunto de lojas maçônicas se colocaram em posição contrária ao governo provisório, por este revogar o ensino leigo nas escolas públicas, permitindo o ensino facultativo da educação religiosa.

As lojas Cavaleiros da Luz e Cavaleiros da Cruz, propuseram o debate em torno da questão, lançando fortes críticas a tal resolução. No desenrolar do debate, a primeira das lojas maçônicas citadas, fundou um periódico, denominado *O archote*, veiculando no mesmo, um conjunto de artigos de forte teor anticlerical e de crítica à suspensão de uma educação laica nas escolas públicas. Além dessa iniciativa, a outra oficina, Cavaleiros da Cruz, organizou um comitê denominado “Pró-liberdade de consciência”, que deveria funcionar como uma espécie de fórum onde seriam discutidos os ideais de pensamento, inspirado, do ponto de vista político, em posições liberais.

⁴⁶ Poder Maçônico a que estão subordinadas as Lojas Simbólicas a ela afiliadas. Um Grande Oriente é comandado por um Grão Mestre.

A polêmica vai se desenrolar entre o Grande Oriente de Pernambuco e as lojas maçônicas Cavaleiros da Luz e Cavaleiros da Cruz, no ano de 1932 devido ao fato de que, o Grande Oriente não havia tomado uma posição contra tal resolução. No quarto numero d' O Archote, de maio de 1932, lê-se o seguinte:

Foi quando do governo provisório aprobe cogitar da revogação do ensino leigo nas escolas [...] Questão sobremodo palpitante, nem por isso conseguiu despertar para a luta aquela unanimidade que seria de esperar, principalmente da parte de quem tem sobre os ombros pesadas responsabilidades e devia definir-se então asado momento. Alem disso, fenômeno interessante, dentre as poucas que terçaram armas ainda houve quem arrefecesse levado talvez pelas tapeações dos interessados na "camouflage" do "facultativo", cujos efeitos prevíamos, em tempo [...] Empolgada pela transcendência do assunto, que implicava num passo agigantado á retarguada no plano das grandes conquistas do povo brasileiro, logo surgiu a loj :: "Cavaleiros da luz", disposta a combater por todos os meios o atentado que queria perpetuar contra a liberdade de crença, estereotipada, de começo na base das imposições mínimas.⁴⁷

No relato acima inserido no Archote pela Loja Cavaleiros da Luz, encontramos as motivações que provocaram a proscrição das citadas lojas do circulo de convivência maçônica, ligado ao Grande Oriente de Pernambuco. Na perspectiva adotada pelo periódico, o ensino laico nas escolas públicas e sua necessária revogação, era matéria em que os maçons pernambucanos deveriam interferir concretamente, pois dizia respeito à liberdade de crença, dimensão que sempre teve, no seio da maçonaria lugar de grande destaque. Para d'o *Archote*, o não posicionamento do Grande Oriente local, era analisado como uma posição de fraqueza, pois estava fugindo ao debate a respeito de uma importante questão, como era a defesa de uma educação laica e o combate a qualquer ação de clericalismo junto ao Estado, ideário que fazia parte do campo discursivo maçônico e que emprestava uma identidade a essa instituição.

Como o desdobramento da questão, vai haver uma cisão no interior do mundo maçônico pernambucano. O Grande Oriente local, órgão máximo da maçonaria pernambucana vai suspender as atividades das lojas Cavaleiros da Luz e Cavaleiros da Cruz e Luzeiro da Verdade por considerar um ato de rebeldia

⁴⁷Sem autor. O Litígio entre as Lloj :: "Luz da verdade" e Ccav :: da :: Luz" e o Gr :: Or :: de Pernambuco – Suas determinações e seus epílogos .O *archote*, Recife 05/1932, p.1.

as críticas realizadas por estas lojas às ações do governo provisório no que dizia respeito a introdução do ensino religioso nas escolas públicas.

Por trás deste fato, é possível antever algumas questões: a primeira delas a de que, parte dos maçons pernambucanos, a partir do fato, que levou essas oficinas a serem proscritas, não concordava com a linha política adotada pelo GOPE, pois tal política se constituía, numa espécie de imobilismo diante de questões como, a tolerância religiosa e o ensino laico, que encontravam na Cultura Política, um ponto de ação. Outra questão, consistia na atuação política das lojas Cavaleiro da Cruz, Cavaleiro da Luz e a Luzeiro da Verdade, demonstrando que a tão propalada visão no interior da historiografia pernambucana e brasileira da falta de atuação maçônica durante o período republicano no Século XX, constitui-se num aspecto que precisa ser reinterpretado.

A consequência imediata deste conflito foi o surgimento de uma nova “potência maçônica”, fundada no dia 27 de novembro de 1932, através do Decreto nº 74, expedido pela Grande Loja da Paraíba, que reconhecia o funcionamento da Grande Loja de Pernambuco. Por meio de circular enviada ao Secretário de Segurança Pública de Pernambuco em fevereiro de 1933, o então Grão-Mestre, Dr. Eugenio de Mendonça Paes Barreto, apresentava esta nova entidade maçônica:

Regularmente fundada e instalada, a Soberana Grande Loja de Pernambuco foi RECONHECIDA pela Serenissima Grande Loja da Paraíba, que LHE EXPEDIU a competente CARTA CONSTITUTIVA, por decreto nº 74 de 27 de Novembro de 1932 [...] Na sua primeira reunião, a Soberana Grande Loja de Pernambuco elegeu os Altos Funcionarios da “Assembléa Geral” (Grande Loja) em 18 de Janeiro, os quais tomaram posse em 25 do mesmo mês, tudo como consta da circular anexa [...] A Soberana Grande Loja de Pernambuco, como único Alto Corpo da Maçonaria Simbolica Universal neste Estado, conta com as seguintes lojas:

Sob nº 1 – A Loja Fraternidade Palmarense, em Palmares, Pernambuco,
2 – Luzeiro da Verdade, nesta cidade,
3 – Cavaleiro da Luz, nesta cidade,
4 – Cavaleiro do Oriente, nesta cidade,
5 – Amor e Ordem, em S. José do Lage, Estado das Alagoas,

6 – Segredo e Verdade, da Vitoria, neste Estado, esta a ser regularizada, além de outras deste Estado que se preparam para aderir á Maçonaria Universal.⁴⁸

O envio ao Secretário de Segurança Pública do Estado, da circular acima, constituía-se numa tentativa de demonstrar a validade social das suas ações, deixando clara quais seriam os objetivos da Entidade, assim como, identificando quem eram as pessoas que faziam parte da Grande Loja. Além do Dr. Eugenio de Mendonça Paes Barreto, encontramos o historiador e jornalista Mário Melo, desempenhando o cargo de Grão Mestre Adjunto, posição de destaque no interior desta agremiação maçônica.

A vida da Grande Loja, em Pernambuco, não passaria alheia às discussões internas. Um exemplo desta questão foi a resolução tomada em junho de 1933, pelo Grão-Mestre da Grande Loja Eugenio de M. Paes Barreto que endereçando circular ao Capitão Nelson Melo, Secretário de Segurança Pública do Estado de Pernambuco comunicava a interrupção dos direitos maçônicos de duas lojas a Cavaleiro da Luz e a Luzeiro da Verdade. A justificativa utilizada pelo representante máximo da Grande Loja pautava-se nos argumentos abaixo:

Essas lojas que funcionam no segundo andar do prédio nº460 á rua do Imperador, foram desvirtuadas da sua finalidade maçônica, transformando em centro de política subversiva, por isso que foram punidas maçonicamente [...] como o caso afete á Ordem Social, esta sereníssima Grande Loja, que tem sido alvo das iras dos dirigentes daquelas lojas insubordinadas, a ponto de se constituírem clandestinamente em organização pseudo-maçônica sob o mesmo titulo distintivo desta sereníssima Grande Loja de Pernambuco.⁴⁹

Ao enviarem a circular ao Capitão Nelson Melo, o objetivo dos maçons da Grande Loja, era de firmarem uma diferença entre os maçons legalmente constituídos, e os que assim não se encontravam. Ao realizarem essa diferenciação, os próprios maçons da Grande Loja, através do seu Grão-Mestre, pretendiam permanecer imunes a qualquer tipo de vigilância e repressão de que pudessem ser alvos.

⁴⁸BARRETO, Eugenio. Ofício da Grande Loja de Pernambuco ao Secretário de Segurança Pública do Estado de Pernambuco. Recife, 08 /02/1933. Prontuário Funcional 3904 – DOPS – APEJE.

⁴⁹Circular da Grande Loja. Recife, 03/06/1933. Prontuário Funcional 3904 – DOPS – APEJE.

Porém uma questão continuava presente nos argumentos tecidos por Eugenio Barreto: a da atuação subversiva do ponto de vista político ensejada pelas lojas suspensas. Seguindo a tradição tanto da Loja Cavaleiro da Luz quanto a da Loja Luzeiro da Verdade, é possível que a sua atuação através do *Archote* e seu posicionamento sobre algumas questões que tomaram conta da sociedade pernambucana tinha como alvo, além da questão do ensino, a crítica a posturas do clero pernambucano, como por exemplo, a denúncia feita na *Revista Fronteiras*, ligada à intelectualidade da Igreja Católica Romana. No seu número de janeiro de 1933 os articulistas do periódico lançava sobre os responsáveis pelo *Archote* as seguintes acusações:

Aos que censuram ainda a divulgação da calúnia que indiretamente se faz procurando esmagá-la, procurando o que é contado com este escrúpulo, que a quadrilha maldita dos difamadores engendram e propagam a sua obra. *Fronteiras* será lido, nesse número especial, em toda a América Latina. Deste modo, levantaremos barreira ao hábito dos caluniadores que, a semelhança do jornaleco *Archote* publica invencionices mentirosas passadas em terras longínquas na esperança de não serem refutados. Deixamos ainda bem claro que ainda não apontamos os responsáveis pela calúnia que agora destruimos. Estamos, porém, trabalhando no sentido de descobrir estes infelizes de mal gosto ou de gosto pervertido, apontamos a sociedade para que deles se defenda.⁵⁰

A calúnia a que *Fronteiras* se referia foi a lançada na cidade do Recife e que tratava do envolvimento amoroso, do Pe. Fernandes, mentor intelectual da Congregação Mariana, do Colégio Nóbrega, e uma freira que desempenhava as suas funções no Hospital Pedro II. Ao centrar sobre o *Archote* tais qualidades, os redatores da revista *Fronteiras*, utilizavam um contradiscurso sobre a publicação maçônica, devolvendo argumentos negativos, na mesma intensidade aos usados contra a publicação católica.

Outro exemplo que nos fornece indícios para explicarmos os motivos que levaram ao fechamento das lojas Cavaleiro da Luz e Luzeiro da Verdade, ratificando a tese que defendemos de que, ao contrário do que foi posto pela historiografia, os maçons e a Maçonaria mantiveram sim uma inserção nos

⁵⁰Sem autor. Nota da Redação. *Revista Fronteiras*, Recife 01/1933, p.3.

debates políticos da Era Vargas, pode ser encontrado nas páginas da mesma revista, em março de 1933, no artigo intitulado “Relato da romaria que o ‘pensamento livre’ levou a efeito no dia 19”. O artigo denuncia, a participação de um grupo de maçons na articulação de uma movimentação grevista junto ao operariado da Pernambuco Tramways.

No entanto, a movimentação não teve o sucesso esperado. Nas considerações do autor do artigo, após o insucesso da mobilização os pobres homens “ludibriados pela Maçonaria iam melancolicamente, como um corpo estranho, pelas ruas desertas da cidade. Pobres motorneiros!”.⁵¹

Apesar de a *Revista Fronteiras* não deixar muito evidente quais teriam sido as lojas participantes da articulação levada a efeito pelos maçons, junto aos motorneiros da empresa de transportes urbanos da cidade do Recife, é possível estabelecer algumas conexões. A primeira delas encontramos na circular enviada ao **Secretário Geral de Ordem Social do Estado**, pelo **Grão Mestre da Grande Loja**, que relatava a atuação subversiva encetada pelas lojas, a Luzeiro da Verdade e a Cavaleiro da Luz.

O apoio a estas questões, tanto de crítica às ações do clero pernambucano quanto de apoio a movimentos grevista, desempenhados por estas oficinas, foi sendo visto, por parte dos órgãos de segurança do estado como exemplo de atuação subversiva, por questionar uma suposta ordem social, aspecto que acabava influenciando o poder institucional maçônico. Esse comportamento, das citadas lojas, extrapolava os direcionamentos da instituição e criava para a Grande Loja uma situação de instabilidade já que o grupo passava a ser identificado como questionadores da ordem estabelecida.

O desfecho da polêmica, que levou a proscrição dessas lojas maçônicas, não limitou o processo de expansão da Maçonaria pernambucana. Ainda em 1933, os maçons Manoel Monteiro da Silva, Joaquim Basileo Mendes, José Manoel da Silva, José Bertino de Araújo, Severino Julião de Azevedo, Leopoldino Luís Soares e Cicero Lyra e Silva, reuniram-se na noite de 31, na cidade do Cabo de Santo Agostinho, onde moravam, para levarem a efeito a fundação de uma loja

⁵¹Sem autor. Relato da Romaria que o “Pensamento Livre” levou a efeito no dia 19. *Revista Fronteiras*, Recife 03/1933, p.4.

maçônica aprovada com a denominação de Alvorada da Paz com atividade na mesma cidade do Cabo.

Transcorreram cerca de oito meses, até que a “oficina” maçônica fosse efetivamente regularizada. O condutor do processo foi o Grão Mestre da Grande Loja de Pernambuco, Eugenio de Paes Barreto, auxiliado pelo seu Grão Mestre Adjunto Mário Melo, que, no dia 07 de janeiro de 1934, conduziu a cerimônia de regularização do espaço maçônico. Assim, foram oficialmente iniciada as atividades da Alvorada da Paz.

Estiveram presentes à cerimonia cerca de mais 15 maçons visitantes, ligados à Grande Loja de Pernambuco, além da presença de Imigildo Bezerra, maçom grau 30, representante do Grande Oriente de Pernambuco, fato que simbolizava a coexistência pacífica entre estes dois poderes maçônicos no Estado.⁵²

Como salientamos no relato acima, a fundação de novos núcleos maçônicos, fazia parte da política de expansão da instituição, que ganhava corpo e ocupava cada vez mais espaço no interior pernambucano. Assim, entre 1933 a 1937, surgem novos templos, em cidades como Jaboatão dos Guararapes, Gravatá, Arcoverde, Bom Conselho, Bezerros, Belo Jardim e Canhotinho. A partir desse novo fôlego de expansão, foi possível o desenvolvimento de ações maçônicas em todas as regiões do estado. Tal perspectiva, de alguma maneira, colocava-se contrária à visão de estagnação muitas vezes presente em referência à Maçonaria.

A fundação dessas oficinas⁵³ nas cidades citadas provocou toda uma sorte de polêmica, haja vista a visão que foram sendo forjadas. Visões como a de que os maçons praticavam rituais satânicos, que passavam por juramentos de sangue, contribuíam para a formação de um imaginário social e cultural, atravessado por um alto teor negativo junto a determinados setores da população. Outra visão que foi se tornando corrente, a partir dos anos trinta, foi a de que os maçons simbolizavam uma sociedade aliada ao comunismo ateu e ao projeto judaico de dominação mundial, daí suas críticas à religião católica romana. Essa

⁵²Ata de visitante. Sessão de regularização da Loja Alvorada da Paz. Cabo, 07/01/1934. Prontuário Funcional – DOPS - APEJE.

⁵³A utilização de termos como oficina, loja e templo é usada neste trabalho para referir ao espaço físico em que os maçons concentram suas ações e trabalhos ritualísticos e festivos.

mitologia política era fortemente difundida pela intelectualidade católica e conservadora, se constituindo numa das expressões da propaganda antissemita que tomou conta do país durante a década de 1930⁵⁴.

Na construção desse imaginário, a Maçonaria era colocada como instituição de vanguarda dentro do processo de dominação judaico-comunista. O seu caráter secreto, denunciado pelos seus opositores, constituía-se num importante recurso para planejar, confabular e colocar em prática os planos dos opositores dos princípios “legítimos da sociedade” que, dentro do imaginário cristão católico romano, revelavam-se em um mundo orientado pela ordem e tradição.

Como apontou o historiador espanhol José Antonio Ferrer Benimelli, no seu estudo *El contubernio judeo-masónico-comunista*, a lógica da relação entre estes três elementos passava pela visão de que seria um só corpo de ação. Mesmo não parecendo, tinham uma raiz comum, tal imaginário tomou conta da forma como a Maçonaria passou a ser vista no mundo, de forma mais forte, a partir dos anos 1930. (BENIMELLI, 1982, p.135-350).

Este discurso serviu como justificativa e foi utilizado, principalmente, pelos regimes autoritários e totalitários, no sentido de encerrar as atividades maçônicas, e, além disto, construir um imaginário social carregado sobre os maçons, pintando a imagem de estarem a serviço do comunismo e da “obsessão judaica de dominação mundial”.

Assim, todo maçom seria um comunista e/ou agente do judaísmo internacional em potencial. Acreditamos, portanto, que a instalação de novas oficinas maçônicas se constituía numa estratégia para tentar reverter tal visão. Para isso, os maçons tentavam desenvolver ações que aproximassem os habitantes da cidade do seu círculo de convivência, como uma estratégia no sentido de diminuir ou mesmo reordenar a visão que os setores mais tradicionais e conservadores acabavam divulgando sobre a instituição. Como exemplo desse esforço, temos os casos das lojas Fraternidade e Progresso e Obreiros do Porvir, a primeira, localizada na cidade de Goiana e a segunda na cidade de Nazaré da

⁵⁴Sobre os desdobramentos do discurso antissemita no interior do universo político e cultural brasileiro ver: CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. *O antissemitismo na Era Vargas: fantasmas de uma geração*. 3ª edição ampliada. São Paulo: Perspectiva, 2001; _____.(Org.). *O antissemitismo nas Américas*. História e memória. São Paulo: Edusp, 2007.v.1.

Mata. Um aspecto que ligava as ações destas duas lojas maçônicas residia no fato de que fundaram nas adjacências das suas instalações, bibliotecas que eram franqueadas ao público, além de servirem como espaço de formação para os próprios maçons e suas famílias.

2.2. As bibliotecas maçônicas como difusoras da educação e cultura

A Loja Fraternidade e Progresso durante os anos trinta, era reconhecida na cidade de Goiana e na região, como uma instituição que prestava relevantes serviços no campo da beneficência, além de fomentadora de atividades culturais, traço que ficou evidente com o exemplo que citamos. A História da formação desse gabinete de leitura está intrinsecamente relacionada à figura do seu fundador Basiliano Lobo, maçom que no ano de 1876, organizou uma biblioteca, dois anos após da fundação da referida loja Maçônica⁵⁵.

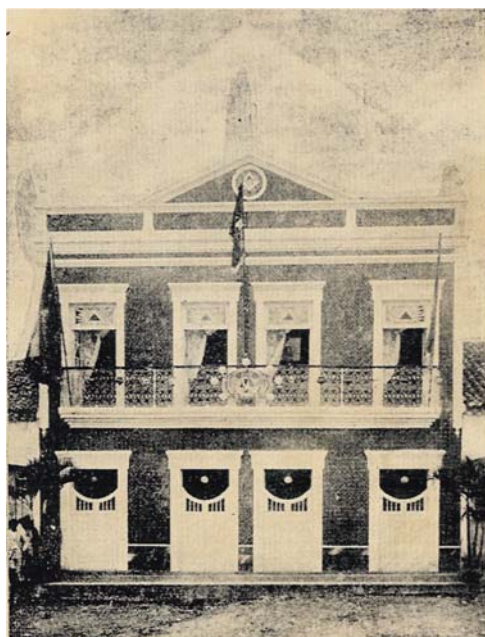


Fig. 03 – Loja Maçônica Fraternidade e Progresso – Goiana - PE

Fonte: Archivo Maçônico – Arquivo Loja Segredo Amor da Rodem

⁵⁵Para compreender melhor o processo de organização e formação deste espaço de leitura que inicialmente era patrocinado pelos maçons goianense, e que posteriormente foi incluído dentro do seu patrimônio. ver: CAVALCANTI, Paulo. *A luta clandestina: o caso eu conto como o caso foi*. Recife: Editora Guararapes, 1985. V.4.

Outro maçom que se destacou na sociedade goianense foi o Dr. Ângelo Jordão de Vasconcelos, que desempenhou funções junto ao judiciário do Estado, sendo juiz de algumas cidades do interior. Foi ainda, um dos principais animadores no processo de reorganização da biblioteca durante os anos 1930, sendo um dos responsáveis em homenagear o Desembargador Francisco Luiz, dando o seu nome à biblioteca, em função da doação de todos os seus livros à Loja Fraternidade e Progresso.

Esse espaço de leitura, chegou a contar nas suas estantes com um variado acervo, que perfazia um total de 6000 volumes. A sua importância junto à sociedade goianense e na formação intelectual de muitos cidadãos do município, foi destacada por Paulo Cavalcanti, ao remontar o valor daquele espaço na formação sócio cultural dos munícipes.

Com a implantação do regime de força, inaugurado em outubro de 1937, que teve em Pernambuco como um dos seus desdobramentos, a repressão as atividades maçônicas no Estado e conseqüentemente, o encerramento das atividades promovidas pelas bibliotecas e escolas mantidas, pelos maçons. Essa instituição, passou então a ser cada vez mais compreendida dentro da lógica da suspeita, principalmente pelos órgãos de segurança do Estado. (CAVALCANTI, 1985).

O mesmo ocorreu com a biblioteca da Loja Obreiros do Porvir, na cidade de Nazaré da Mata. Ainda em outubro de 1937, o Delegado de Polícia local, o Sargento João dos Reis Sobrinho, acompanhado pelo Escrivão da Delegacia Euclides da Silva e os senhores Severino Leal e Demerval Miranda, maçons ligados à Loja Obreiros do Porvir, dirigiram-se ao prédio da loja maçônica, na Rua Joaquim Nabuco nº 54, acompanhados de mais duas testemunhas, os senhores Antonio Leão e Murilo Almeida.

Na presença dos representantes da oficina maçônica, o Sargento João dos Reis Sobrinho entregou o telegrama enviado pela Secretaria de Segurança Pública do Estado, assim como o ofício que ordenava o processo de busca e apreensão dos arquivos e das chaves da Loja. A resolução, encaminhada à Loja Maçônica Obreiros do Porvir, tinha como justificativa o entendimento da Comissão Executora de Guerra e da Secretaria de Segurança Pública, a respeito das ações

da Maçonaria no país. Reproduzimos abaixo parte do Auto de Apreensão dos arquivos da citada oficina:

Conforme instruções da Secretária da Segurança Pública do Estado e determinação da “comissão Executora do Estado de Guerra” apresentassem todo o arquivo dessa sociedade e permissão para plena busca, em vista das suspeitas que sobre a referida instituição recaem como compartilhante das alterações verificadas na ordem pública em oposição ao regime governamental do país, sendo logo tudo posto à disposição da mesma autoridade que, tomando as chaves do arquivo foi este aberto donde se retirou o arquivo constante da relação junta e ainda aberta foi uma estante da biblioteca da qual foram retirados também diversos livros especificados em outra relação junta.⁵⁶

Podemos observar, como é bem visível nas considerações contidas no texto que figurava como uma das justificativas para o fechamento do templo maçônico de Nazaré, o fato de a instituição representar um perigo à ordem pública. Tal perspectiva está estabelecida na passagem em que se constrói uma argumentação de suspeita sobre as suas ações em relação ao regime governamental instaurado. Este ar de suspeição que se construía sobre a Maçonaria, e que se colocava como justificativa para o fechamento das suas atividades guardava certa relação com o ideário anticomunista desenvolvido com maior força, a partir da tentativa fracassada da Intentona Comunista em 1935.

O Coronel Azambuja Vilanova, Comandante da Região Militar, sediada no Recife, era um dos que compartilhava da visão de que a Maçonaria, junto com o comunismo, seriam órgãos de ação e propaganda do sionismo internacional. Em entrevista concedida ao *Jornal do Comércio* em 23 de outubro de 1937, dia do fechamento das lojas maçônicas no país, o Coronel expunha as justificativas que existiam para o cerceamento das ações da Maçonaria no estado e no país. Na entrevista, o militar construía as seguintes impressões:

A Maçonaria é, como o comunismo, uma organização de propaganda do Sionismo [...] Estou convencido de que a quase totalidade dos maçons brasileiros ignora de que sob a capa de igualdade, fraternidade e humanidade, a maçonaria não passa de

⁵⁶ Auto de Apreensão Loja Obreiros do Porvir. Nazaré da Mata, 23/10/1937. Prontuário Funcional – DOPS – APEJE, p.1-2.

uma instituição destinada exclusivamente, a batalhar pelo supremo interesse do judaísmo: - A conquista do mundo. Devo declarar, ainda, que meu avô paterno Antonio de Azambuja Villanova, era maçã – grau 33 – e que pediu, certa vez, insistentemente, a todos os filhos, que fugissem, sempre, da maçonaria, pedindo-lhes, também que nunca permitisse que seus filhos, por sua vez, fizessem parte della.⁵⁷

Os argumentos do Coronel Vilanova, enquadravam-se dentro do ideário construído pela intelectualidade católica e conservadora do estado e do país, ao se referirem a respeito da Maçonaria. Percebemos que o tom utilizado pelo militar na sua análise, é o de revelar uma espécie de segredo, algo que era inaudito, asseverando o tom sombrio em que a Maçonaria se movimentava. Um recurso muito forte usado pelo entrevistado, no sentido de justificar as decisões que estavam sendo tomadas e colocadas em prática, foi o da utilização de uma experiência pessoal e familiar, como a descrita na citação acima, quando o seu avô paterno, um maçom graduado, no seu leito de morte, havia pedido aos familiares que mantivessem distância daquela sociedade.

Esta imagem provocava um impacto considerável nos leitores da entrevista concedida pelo militar. O cenário descrito e os argumentos utilizados, contribuíam para reforçar a visão negativa sobre a instituição. Alguns aspectos observados e enunciados pelo Coronel Azambuja, como o fato do seu avô no leito de morte ter pedido aos filhos que não se associassem à Maçonaria, constituiu-se num elemento importante na estruturação do arsenal imagético/discursivo, contribuindo na construção da visão de desconfiança, que pairava em torno dos verdadeiros objetivos da Maçonaria, legitimando tais temores.

A propagação desse discurso e a sua efetivação, tiveram sua concretização, no fechamento dos templos e suspensão das atividades dos maçons, nas várias cidades do estado e de tantos outros municípios do Brasil. Para mostrarmos um caso concreto e local, dos efeitos dessa resolução voltaremos a nossa análise sobre o destino da Loja Maçônica Obreiros do Porvir, localizada na cidade de Nazaré da Mata. Após o ato de fechamento e o encaminhamento via telegrama de que a determinação do Secretário de

⁵⁷Sem autor. Determinado pela comissão executora do Estado de Guerra: o fechamento de todas as Lojas Maçônicas do País. Jornal do Comercio, Recife, 23/10/1937, p.3.

Segurança Pública, havia sido cumprida, estando o Delegado em posse dos arquivos, do mobiliário e da biblioteca da oficina maçônica.

É interessante que se faça uma reflexão a respeito do conteúdo da biblioteca da citada Loja, como um elemento importante para que possamos compreender qual o lugar que este espaço desfrutava no interior da instituição e o seu valor como espaço de formação intelectual e cultural, para os que a utilizavam.

Como pontuamos em outros momentos desse capítulo, a manutenção e o franqueamento das portas daquele espaço de leitura para os cidadãos de Nazaré, inseria-se no aspecto daquilo que os maçons, a partir da organização da República, entendiam como sendo “alta política”⁵⁸ e que passaria a fazer parte dos seus hábitos e ações, constituindo-se numa forma de Cultura Política, no sentido de encarar qual seria o seu papel institucional e social.

Como analisou Robert Darnton (BURKE 1992, p.199-236), as práticas de leituras tem importância fundamental na formação sociocultural de uma sociedade. Daí que as bibliotecas são meios imprescindíveis na formação dos hábitos de leitura e na formação sociocultural do indivíduo. O seu conteúdo pode ser um aspecto extremamente elucidativo, no sentido de nortear os seus objetivos, o caso da biblioteca maçônica da Loja Obreiros do Porvir, se comparada à que existia na Loja Fraternidade e Progresso, constata-se diferenças que devem ser evidenciadas.

Em primeiro lugar a biblioteca da cidade de Goiana contava nas suas prateleiras com um acervo em torno de 6.000 títulos, enquanto a biblioteca da “oficina” maçônica da cidade de Nazaré, possuía um acervo tímido, composto por 48 títulos que somavam ao todo 65 volumes. No entanto, tal questão não deve ser fundamental para medir a importância de uma, em relação à outra. Entendemos que, ambas, enquanto espaços de formação intelectual, independente da

⁵⁸Este conceito de “alta política” foi usado por Quintino Bocaiuva, no seu discurso de posse como Grão-mestre adjunto do Grande Oriente do Brasil (GOB), no ano de 1897. Ele representava a concepção de compreender a política não estando ligada a determinado agrupamento partidário, mas como expressão do alinhamento com questões que promovessem o desenvolvimento da humanidade, através da defesa de princípios como educação, tolerância religiosos, a questão social e do trabalho, patriotismo, aspectos que contribuíssem no verdadeiro progresso nacional. Para compreender melhor a análise tendo este conceito como um dos campos norteadores ver: BARATA, Alexandre Mansur. *Luzes e sombras: a ação da Maçonaria brasileira (1870-1910)*. Campinas: Editora da Unicamp, 2000, p.116-117.

quantidade de volume das obras, tinham importância decisiva na formação intelectual, política e cultural daqueles que as procuravam.⁵⁹

Observando o catálogo das obras que estavam na biblioteca sediada na loja em Nazaré da Mata, aspecto que, como assinalou Robert Darnton, na sua obra, compõe-se em testemunho deveras importante para realizar uma análise das possibilidades de leitura oferecidas pela instituição e, podermos refletir sobre os motivos da existência de determinados títulos nas prateleiras. O que deve ser ressaltado, principalmente, em se tratando de uma biblioteca mantida e financiada por uma loja maçônica que, mesmo tendo seus livros franqueadas aos cidadãos daquela cidade, não deixava de ser um espaço institucional e como tal exprimia na sua coleção de livros, os hábitos de leitura que procurava imprimir nos frequentadores daquele espaço. (Idem).

A partir da perspectiva proposta por Silvia Cortez Silva, quando analisou uma das bibliotecas mais importantes na formação da intelectualidade católica e conservadora dos “Tempos de Casa-Grande”, a da Congregação Mariana do Colégio Nóbrega, podemos estabelecer uma comparação entre esta biblioteca e a existente no templo maçônico. Ambas tinham objetivos expressamente claros: o da formação intelectual dos indivíduos que entravam em contato com os livros das suas estantes. Por tal motivo os títulos disponíveis não se encontravam organizados de forma aleatória, mas, guardando um propósito. Como expressou a autora no seu estudo:

Analisando os objetivos e os títulos da coleção, percebemos que estes se coadunavam com as metas propostas. Tratava-se de uma biblioteca de cultura católica cuja fonte de inspiração provinha em grande medida, de pensadores franceses e da elite intelectual jesuíta como era o caso do Leonel Franca. (SILVA, 2010, p.134).

Esta referência de biblioteca de cultura católica, cuja inspiração principal derivava dos intelectuais católicos franceses e dos padres Jesuítas, nos diz muito a respeito de quais as estratégias e de como os organizadores desse gabinete de leitura pretendiam formar os seus leitores e intelectuais. Tal observação pode ser aplicada ao nosso objeto de estudo, a biblioteca maçônica da Loja Obreiros do

⁵⁹Auto de Apreensão Loja Obreiros do Porvir. Nazaré da Mata /PE, 23/10/1937. Prontuário Funcional 1527 B – DOPS – APEJE, p.1-2.

Porvir, na análise dos títulos disponíveis naquele espaço. Com base no Auto de Apreensão, executado pela Delegacia da cidade de Nazaré da Mata, foi encontrado um catálogo contendo as obras da biblioteca maçônica organizada pelo escrivão da polícia de Nazaré.

Com base nas informações fornecidas pela polícia, podemos visualizar a seguinte divisão do acervo da biblioteca da Loja Obreiros do Porvir, destacando as áreas principais de conhecimento que são encontrados naquele espaço de leitura e que fornece uma visão, a respeito de que tipo de leitor essa instituição pretendia formar e os assuntos que pretendia veicular enquanto espaço de sociabilidade. A esse respeito podemos dividir o acervo a partir das informações contidas no Auto de Apreensão dos arquivos e da biblioteca existente naquela loja maçônica.

Esta divisão que realizamos, a partir do acervo elencado pelo catálogo, mostra que a biblioteca possuía um pequeno acervo. Observamos que era formada por uma grande diversidade temática. De forma geral, das áreas temáticas, as que reuniam a maior quantidade de títulos eram as que diziam respeito à Maçonaria e política que juntas, perfaziam o total de 33 volumes, somando quase que a metade do acervo da biblioteca.

As outras áreas, em ordem de importância, no que diz respeito à quantidade de títulos eram: História e biografia, seção jurídica, religiosidade, livros didáticos/escolar, seguidos das áreas de Literatura, Economia, Filosofia, Medicina e Agricultura. A partir deste cenário, podemos considerar que a biblioteca da loja maçônica da cidade de Nazaré, tinha como pontos de destaque a preocupação de fornecer um campo de conhecimento que estivesse sintonizado com uma melhor formação dos seus frequentadores, nas áreas referentes à Maçonaria e à política.

A importância destes dois assuntos, no interior daquela biblioteca maçônica, não se justificava por mero acaso, mas sim pelo fato de que a lógica de composição do espaço, orientava-se no sentido de ter, como ponto marcante, o estudo destes temas, por meio dos quais os maçons efetivavam o seu objetivo de se tornar uma instituição mais popular, junto a um conjunto maior de pessoas, principalmente, aquelas que não foram “iniciadas nos seus segredos”. O contato dessas pessoas com uma literatura maçônica, ajudaria no processo de desmistificação das visões construídas sobre a instituição, contribuindo para a

reconstrução do entendimento do que viriam a ser de fato a Maçonaria e quais os seus objetivos.

Dentro do acervo específico que tratava da Maçonaria, encontravam-se obras ritualísticas, doutrinárias e de fundo histórico, como, por exemplo, o livro *A Maçonaria no Rio Grande do Norte*, livro que procurava oferecer subsídios a respeito da organização e sua história no estado potiguar. Outro trabalho que tratava de subsídios históricos, mas com um forte viés propagandístico, principalmente, no sentido de ressaltar a importância desta instituição no desenvolvimento do país, era o livro *Maçonaria e Independência*.

Compartilhando ainda do propósito, na formulação de uma memória histórica que contribuísse para a criação de um papel de importância e destaque para as ações maçônicas, encontramos no acervo da citada biblioteca, obras biográficas que tinham esta finalidade. Um exemplo disto era a biografia de Gervásio Pires, pois na medida em que destacava a sua identidade maçônica, contribuía no intuito de destacar a importância política e histórica da Maçonaria no processo de desenvolvimento histórico do país.

Ainda no conjunto de obras importantes, no interior da biblioteca e que cumpria os objetivos traçados pela instituição, encontravam-se as referentes à reflexão política. Dentre elas *Democracia na América* e *A ideia republicana*, além das obras de Rousseau, em uma coleção de 10 volumes, contendo seus textos filosóficos e políticos. A partir deste conjunto de obras, podemos avaliar que as leituras, de alguma forma, cultivadas naquele espaço, orientavam-se dentro da tradição iluminista, liberal e democrática, marca que acompanhava as próprias origens do modelo moderno de Maçonaria no Ocidente e ainda, a sua experiência histórica e política tanto na chamada República Velha quanto nas décadas de 1930 e 1940.

Mesmo construindo um acervo que, em grande parte, se encaminhava dentro desta tradição, encontrava-se ainda nas estantes daquela biblioteca, autores como Joseph-Pierre Hilaire Belloc, autor católico, que, na sua obra construiu uma crítica da sociedade, formada a partir da modernidade. Além deste exemplo, outros textos como a Bíblia e o Novo Testamento, *Le genie du christianisme*, de Chateaubriand, obra dogmática deste escritor e pensador, que continha uma apologia ao Cristianismo, mostrando-o como a mais poética e humana das religiões, aspectos

que, segundo o autor, contribuíram para que o Cristianismo fosse a base para todas as transformações do mundo moderno.

A miscelânea de livros podia, num primeiro momento chamar, a atenção do leitor, como algo inusitado ou mesmo contraditório, tratando-se de um espaço patrocinado pela Maçonaria, instituição muitas vezes representada como antirreligiosa e anticlerical. O que podemos apreender deste acervo, como nos orienta Darnton, é que ele não deixa também de refletir os traços daqueles que os construíram. Esta marca é um aspecto importante e que deve ser levado em consideração. Neste sentido é bem possível considerarmos que os maçons de Nazaré, apreciavam leituras relacionadas à política, ao ideário democrático e ilustrado, não sendo também, adeptos do discurso antirreligioso e anticlerical radical, que dominava algumas lojas maçônicas no estado e no país.

O que, num primeiro momento podia representar uma contradição, não deixava de ressaltar um aspecto que deve ser considerado ao analisarmos esta biblioteca, o de que, mesmo tendo uma quantidade expressiva do seu acervo voltada para a propaganda maçônica e política de viés democrático e liberal, não deixemos de considerar o aspecto de que também pretendia se constituir num espaço de leitura. Esse espaço tinha como objetivo, a formação de uma cultura geral aos seus frequentadores, o que era visto pelos órgãos de repressão como um aspecto que mereceria uma vigilância maior, principalmente, a respeito do que era consumido no interior daquele acervo.

Tal perspectiva assumia um caráter importante, uma vez que este local de leitura se encontrava numa pequena cidade do interior do país, onde não existiam muitos espaços destinados àquele fim em meados dos anos 1930 do Século XX. Levando tal perspectiva em consideração, é possível assegurar que este gabinete de leitura, se não era o mais importante, pois não temos informações mais precisas a respeito, certamente era um dos principais estabelecimentos para a promoção e desenvolvimento da prática da leitura na cidade e na região na onde se localizava.

Devido a tais aspectos, acreditamos que houvesse no acervo, títulos que pudessem destoar ou serem contraditórios. A imagem construída sobre a Maçonaria, principalmente, as obras que tratam de assuntos relacionados à religião, não podem ser vistos como estranhos no interior desta coleção, uma vez que ela se

colocava no sentido de formação de uma cultura geral para aqueles que usavam as suas dependências e tinham nela, o principal meio pelo qual poderiam construir uma formação intelectual e alargar a sua visão de mundo.

Organizada dentro do princípio de promover a formação cultural e intelectual dos habitantes de Nazaré, a biblioteca da Loja Obreiros do Porvir, juntamente com as outras três bibliotecas, mantidas no estado: Loja Segredo e Amor da Ordem, localizada na cidade de Recife; Loja Fraternidade e Progresso, localizada em Goiana e a Loja maçônica Mensageiro do Bem, na cidade de Garanhuns, somadas às quatro escolas laicas mantidas por oficinas maçônicas no estado, constituíam-se em locais de formação intelectual, política e cultural, sendo pensados a maior parte destes aparelhos socioculturais para os filhos de maçons e de famílias pobres que não tinham acesso a este tipo de bem.

A cada biblioteca e escola fundada pelos maçons, mais um espaço de ilustração era conquistado, ao mesmo tempo em que seria afastada a ignorância. Dentro desta lógica, os maçons tinham entre os seus objetivos formar cidadãos que tivessem a visão crítica necessária para o debate junto às tendências intolerantes, representadas pelos intelectuais católicos e conservadores, adeptos das propostas da Ação Integralista Brasileira/AIB, movimento político que mesclava uma forte proposta conservadora, autoritária e nacionalista, dialogando com o pensamento católico romano dos anos 1930. Ainda dentro da diversidade de matrizes políticas que o Integralismo encerrava, encontravam-se fortes expressões de antissemitismo e antimaçonismo que norteavam o discurso dos partidários do Sigma, tanto em nível nacional como local.

Em importante estudo sobre os integralistas e a maneira como foram reprimidos a partir do Estado Novo, Giselda Brito Silva (2002) analisou que dentro da ordem do discurso integralista, o combate que travavam era pela defesa da nação. Como afirmou a autora, ocorreu na expressão em seus discursos, a ênfase pela construção de uma ordem discursiva que combatia todo tipo de hábito, ideologia e conduta que fosse considerada por eles, como “exterior” ou “alienígena” a nossa formação cultural e religiosa.

Dentro dessa plêiade de inimigos, encontrava-se a Maçonaria e as suas derivações, que na acepção dos “camisas verdes” seriam enviados do judaísmo

internacional e do comunismo. Estas forças eram vistas como expressões de exotismo, possuindo doutrinas que não comungavam com a verdadeira alma do povo brasileiro. Para conseguirem, segundo a citada pesquisadora, o efeito de sentido discursivo necessário para se colocarem como a expressão da alma brasileira e de um projeto novo para os destinos do Brasil, os integralistas negavam “qualquer vínculo com outros projetos políticos, especialmente porque a proposta nacionalista do integralismo prometia combate a tudo que fosse estrangeiro”. (Idem, p.57)

Por meio desse recurso discursivo, os integralistas pretendiam se colocar como os “diferentes”, contrários ao que achavam que era forasteiro, alheio aos anseios e ao modo de vida nacional. Preocupando-se em fortalecer tal visão, estruturou-se dentro do discurso integralista, recurso compartilhado pelos intelectuais católicos, uma visão de que a Maçonaria seria na verdade um corpo estranho ao nosso tecido social, e que, segundo os adeptos do Sigma, compartilhava dos mesmos desejos de dominação internacional nutridos pelos judeus e comunistas.

Superando os efeitos discursivos, temos um exemplo concreto desse embate político que colocava em campos diferentes os maçons e os integralistas. Os primeiros, como paladinos da liberdade e da ordem democrática, contra as aspirações fascistas e autoritárias, representadas pelos integralistas. Podemos observar esta relação, através dos desdobramentos provocados pelos conflitos estabelecidos, na cidade de Rio Branco, atual Arcoverde no interior do estado, entre os chamados “filhos da viúva”⁶⁰ e os partidários do Sigma.

Segundo as referências localizadas na correspondência do Núcleo Integralista de Arcoverde, nas informações trocadas entre as sedes do partido, nas várias cidades do interior do estado, encontramos informações sobre a propaganda integralista na atual Arcoverde. O chefe da seção local, Napoleão Arcoverde,

⁶⁰ Esta expressão que é utilizada pelos maçons para se autodenominarem, possui algumas explicações e significados, dentre elas, podemos destacar que o Filho da viúva é um apelido comumente aplicado aos maçons. Viúva, no caso é a própria Maçonaria, enquanto instituição, já que seu fundador, Hiram Abiff foi assassinado. Dessa forma, seus filhos, maçons seriam órfãos de pai. Essa, naturalmente, é uma alegoria, e não é a única inspiração dessa curiosa expressão. Na verdade, essa expressão é bastante antiga. Ela já era utilizada nas antigas Iniciações, especialmente nos Mistérios Egípcios. Filhos da Viúva eram todos aqueles que se iniciavam nos Mistérios de Isis e Osíris, pois Isis era a esposa viúva do deus Osíris, morto pelo seu invejoso irmão Seth. (ANATALINO, www.recantodasletras.com.br. Acesso:16/08/2013).

importante comerciante e liderança política do município, mostrava como ocorriam as relações entre o núcleo integralista local e as demais forças políticas e sociais da cidade. No caso específico, do nosso estudo, Arcoverde traçava um quadro da receptividade da Loja Maçônica Barão do Rio Branco à propaganda integralista na cidade.

A correspondência em questão, endereçada a Nelson C. Silva, o Presidente da Junta de Nucleação Provincial de Pernambuco, Napoleão Arcoverde trazia informações preciosas com relação ao processo de divulgação da propaganda do Sigma. Além de destacar as dificuldades encontradas, compondo com riqueza de detalhes os segmentos contrários aos integralistas na cidade.

Na sua avaliação, a ideologia integralista estava gradativamente ganhando espaço e adeptos dentro do cenário político local. Relatando as atividades e a situação do Núcleo Integralista, Napoleão Arcoverde, destacava como se encontravam organizados:

O nosso núcleo, fundado no dia 2 do corrente, vai em bom andamento. Estamos lutando contra os seguintes inimigos:

A repartição do correios e telégrafos: onde os respectivos funcionários são nossos inimigos declarados(exceto o agente e o telegrafista, o primeiro indiferente, o ultimo simpatizante, porem que não podem de forma alguma por um freio aos outros funcionários)[...]

A maçonaria: Sendo grande o numero de maçons aqui, na sua maioria comerciantes, estão ameaçando os empregados que simpatizam com o nosso movimento, de demissão, chegando a fazer pressão junto a um irmão afim do mesmo demitir um nosso companheiro que é empregado dele. Não foram e parece que não serão atendidos. O empregado é do Sr. José Estrela de Souza, que apesar de maçom é o único que não nos hostiliza [...] O protestantismo: Este nos acusa de clericalistas, um dos pastores é também maçom [...] Os políticos: todos os políticos estão contra nós. Uma professora municipal foi censurada porque assistiu à sessão de instalação do nosso núcleo. No entanto talvez, no caso de eleições contemos com todo o professorado, que é simpatizante sem poder externar opinião com receio de demissões [...] Os desocupados: porque não tendo o que fazer combatem seja a que e o que for[...] Contamos com as simpatias do vigário da freguesia e dos católicos da cidade. Antes sermos combatidos do que olhados com indiferença. Do combate surgirão adeptos. Estou ativando a toda pressa a organização de uma escola noturna para adultos, que farão exercícios disciplinares.⁶¹ (Grifos no original).

⁶¹ARCOVERDE, Napoleão. Ofício ao companheiro Nelson C. Silva presidente da junta de nucleação província de Pernambuco- Recife. Rio Branco, 08/05/1937. Pasta 4938 – DOPS – APEJE.

A partir deste Ofício é possível saber do clima que se instaurou na sociedade rio-branquense em decorrência da fundação do núcleo integralista, como ficava evidenciado no relato do seu chefe, naquela cidade. A situação, como Arcoverde narrava, era de oposição ao movimento integralista em vários setores. Com relação à posição dos maçons locais, a sua intenção era de utilizar a influência que desfrutavam, nas palavras do integralista, junto aos membros da Loja Barão do Rio Branco e pessoas próximas, no sentido de não deixar que os partidários do Sigma ganhassem espaço na cidade.

Isso refletiu numa conduta política de combate, adotada pelos maçons frente às forças conservadoras, posição que deixou as seguintes evidências: primeiro, a de que os maçons estavam interagindo, apesar do conflito ser local, dentro do cenário político nacional, ao adotar uma posição de combate às forças consideradas reacionárias; o segundo aspecto a ser destacado, se referia ao grupo social que formava a base da Maçonaria, na cidade de Rio Branco. Como podemos antever, a maior parte dos seus filiados era proveniente do comércio e de profissões liberais, desfrutando no interior da sociedade rio-branquense de certo poder de influência, sensação percebida pelos partidários do Sigma.

O nível de hostilidade dos maçons ao Integralismo na referida cidade, parece ter sido intenso, salvo exceções, como a do Senhor José Estrela, comerciante local que, mesmo sofrendo pressões dos seus confrades, não parecia ser um forte oponente às ideias do movimento integralista. Isso se tornava mais evidente uma vez que não havia por parte do comerciante uma atitude de perseguição aos funcionários que simpatizavam com aquele credo político. Mesmo assim, é possível considerar que, de maneira geral, o clima de embate na cidade entre os partidários do Sigma e “os filhos da viúva”, demonstrava a existência de um forte grau de confrontos, o que nos ajuda a perceber claramente as posições dos maçons locais, frente às forças e ao cenário político-ideológico desenhado no país.

Assim, este documento torna-se muito elucidativo, no sentido de repensarmos aquela imagem construída sobre a Maçonaria durante a República, que ficou sendo percebida e discutida pela historiografia, como uma instituição sem atuação e alheia ao debate político estabelecido durante o período do recorte do nosso estudo. Constatamos, ao contrário do que ficou posto, que os maçons e a sua instituição

desenvolveram estratégias de ação política, cultivando muitas vezes hábitos diferentes dos que estavam sacralizados pela historiografia, principalmente ao reduzirem a atividade desta instituição ao posicionamento político partidário.

Observamos que suas táticas e compreensão do que era percebido como ação política, foi mudando e moldando-se aos novos tempos, passando a ser compreendida dentro de outro enfoque por meio do estabelecimento de novas estratégias de combatividade, expressos neste capítulo e que se refletem, por exemplo, na defesa dos princípios republicanos, que eram vistos com descrédito no interior do cenário político e cultural da Era Vargas. Isso de alguma maneira acabava refletindo uma áurea de desconfiança sobre a Maçonaria, principalmente, por se colocar como defensora desses princípios.

A combatividade e ação política da maçonaria pernambucana se revelavam, de alguma maneira, através da instauração de novos núcleos de propaganda, durante a Década de 1930, e da formação de uma imprensa, onde podemos encontrar os pontos de vista dessa instituição no Estado. Mesmo contando com um número incipiente de publicações e com uma periodicidade comprometida, voltaremos nosso olhar para a análise de duas publicações que expressavam o pensamento da maçonaria pernambucana durante o período, mostrando de alguma forma os espaços de combatividade e o ideário defendido pelos maçons no estado.

2.3. Maçonaria e imprensa nos anos 1930

Analisando o espaço de uma revista enquanto elemento fundamental na composição de um campo intelectual para determinado segmento social, François Sirinelli (apud RÉMOND, 2003, p.231-262), observou como tal espaço se constitui em um importante ambiente na formulação de sociabilidades, além de lugar imprescindível para a fermentação de ideias que viessem nortear o horizonte de determinado grupo social. Essa observação, pode ser transposta para a realidade dos maçons pernambucanos, pensados aqui, como atores políticos e intelectuais, com possibilidade de difusão da sua visão de mundo e, principalmente, através da imprensa por eles patrocinada.

Dois periódicos foram importantes, no sentido de contribuir, uma vez que de alguma maneira expressavam a visão dos citados maçons, durante a década de 1930. O primeiro deles, o já citado, *O archote*, publicação da Loja Cavaleiros da Luz, localizada na cidade do Recife, tendo sido fundado em 1932, como resultado da polêmica que havia se instaurado no estado devido à questão do caráter facultativo do ensino religioso nas escolas públicas, aprovado pelo governo provisório de Pernambuco, após a Revolução de 1930.

Como analisamos, a situação provocou uma ruptura no interior da maçonaria pernambucana, uma vez que o grupo que atuava junto ao citado periódico, passou a realizar críticas contundentes às posições de inatividade tomada pelo Grande Oriente de Pernambuco, acerca da questão. Mesmo contando somente com um número completo e uma página datada de 20 de agosto de 1934, o periódico localizado na hemeroteca do Arquivo Público do Estado de Pernambuco, foi encontrado em meio ao material recolhido pela Delegacia de Ordem Política e Social, possivelmente, no ano de 1937. O Jornal possibilita, de alguma maneira, conhecer, mesmo que sumariamente, as posições e visões desta sociedade, durante a década de 1930. (NASCIMENTO, 1969, p.39).

O outro espaço que analisaremos, de divulgação do ideário maçônico em Pernambuco, será o jornal *O Mensageiro*, órgão patrocinado pela Loja Maçônica Mensageiros do Bem, da cidade de Garanhuns, que circulava quinzenalmente, entre os meses de maio e outubro de 1937, publicação que trazia, de maneira intensa, o ideário que norteava as reflexões da Maçonaria do estado. Mesmo sendo produzido numa cidade do interior, podemos rastrear, a partir dela, quais as principais preocupações deste segmento social, principalmente porque, o ano de 1937 foi decisivo do ponto de vista político, uma vez que era um momento pré-eleitoral.

O archote, órgão que representava os interesses da Loja Cavaleiro da Luz, foi uma publicação irregular, surgida, como frisamos, a partir das discussões que tiveram ensejo, devido ao conflito que se estabeleceu, fundado nas críticas promovidas por um conjunto com relação aos desmandos promovidos pela Igreja Católica Romana junto aos poderes laicos do Estado.

A própria denominação do jornal, escolhida pelos irmãos maçons da Loja Cavaleiro da Luz remetia para qual seria o objetivo principal do jornal: o de

constituir-se numa tocha luminosa a espantar e combater as trevas propiciadas pelo obscurantismo religioso promovido pela intelectualidade católica de Pernambuco.

Fazendo uma análise do material que encontramos na edição de maio de 1932, além do extrato do *Archote* de 20 de agosto de 1934, encontrado em meio ao dossiê da Loja Fraternidade e Progresso, da cidade de Goiana, podemos observar que esta publicação tinha como tônica e alvo principal, as práticas desenvolvidas pelos vários segmentos do catolicismo romano em Pernambuco.

Nas folhas dessa publicação, encontramos artigos que se voltavam para os religiosos católicos, sempre representados como sujeitos que tinham como finalidade ludibriar a boa fé das pessoas, apresentando fórmulas que muitas vezes não correspondiam à realidade. Um desses exemplos, está no artigo encontrado na página 3, e que tem por título “A confissão”, assinado sob a forma de um pseudônimo, pratica muito comum nos periódicos da época, principalmente, utilizado em artigos trazia críticas contundentes às práticas religiosas do catolicismo. O artigo fazia uma reflexão crítica a respeito de um dos sacramentos mais importantes da religião romana, a confissão, que simbolizava a remissão dos pecados praticados pelo fiel e sua possível absolvição. O sacramento foi alvo de críticas por parte do *Archote*:

Analysae as religiões, uma por uma, compare-as e verificaes que, de todas as religiões das civilizadas, a que da mais ampla liberdade para o mal é a religião romana. E é fácil de apreender isso immediatamente, seu largo raciocínio e sem buscarmos as bases da maldade, em que ella se fundou. Sabeis que pela “confissão” a criatura deposita no confessional todo o enredo de suas misérias Moraes, Espirituaes e phisicas, e ahi obtem as penitencias e as indulgências, digamos, o perdão de todo o seu mal proceder. O sacco que havia levado para o templo, cheio de suas ignominias ou de suas simples contravenção a moral christã, esvasiou-se vindo para fora, assim vasto, a encher-se novamente. Indulgências são comparadas directa ou indirectamente. O direito de peccar é livre só há para os pecadores o dever de contar aos padres as suas faltas publicas ou privadas. Santa ingenuidade! Até quando reinaes entre as mulheres de minha terra? Século XX! Até quando guardaes esse atrazo inconcebível? E ainda há criaturas humanas, intelligentes por supposto, que se

confessam e a quem: admitamos que não façam a padres devassos, mas sim a virtuosos prelados e de uma moral irreprezível.⁶²

Observamos que ao descortinar os elementos principais da prática da confissão, o articulista pretendia desvelar o caráter nocivo que tal ato propiciava para o indivíduo, pelo fato de que a confissão abria espaço para o indivíduo expor os seus erros e conseguir a absolvição, o que na visão do autor “A. T.” abria espaço para que se incorresse no erro novamente, pois o fiel trocava os seus pecados por indulgências. O mais irracional de tal prática, segundo o articulista era, o fato de o pecador revelar os seus erros e receber a absolvição de uma pessoa, que como ele estaria da mesma forma, exposto ao pecado. Ao lançar esta questão, o articulista do *Archote* não concebia que a figura do padre tivesse qualquer tipo de atributo que o fizesse superior aos seus fiéis.

Nos parágrafos mais à frente do artigo, expressava todos os malefícios a que se prestou a confissão ao longo da história da Igreja, pois, na avaliação do autor, o confessionário foi o lugar de todos os tipos de crueldades, profanações e estratégias, para que os representantes do catolicismo tivessem vantagens. A lista mencionada pelo articulista era extensa, passando pela atuação dos Jesuítas que utilizavam a influência do confessionário para saberem segredos de Estado e influenciar na política, além de se aproveitarem do espaço para praticarem o assédio às mulheres.

Ainda no mesmo número, encontramos outro artigo intitulado, “Comentário oportuno”, que expunha as estratégias utilizadas pelo catolicismo, para ganhar espaço na sociedade, através da ação de organizações voltadas para o desenvolvimento de atividades sociais missionárias em diversas regiões do mundo, bem como junto ao operariado. Esta atuação foi compreendida pelo autor, como uma prática do clericalismo, que ganhava a cada dia mais corpo, não somente, em cidades ou regiões distantes, mas dentro do próprio estado e na cidade do Recife. Observamos na avaliação do articulista, um tom de preocupação com a expansão de tal ideário, pela imposição de uma prática intolerante, por parte dos representantes da Igreja que, como afirmou o autor: “A irradiação maléfica do

⁶²Sem autor. A Confissão. *O archote*, Recife, 05/1932, p.3.

clericalismo já atingiu os meios operários e não há quem lhe escape [...] Assim é que ai daquele que, operário, não fizer a sua profissão de fé catholica!”⁶³ A partir destas afirmações, a publicação maçônica evidenciava assim, o caráter pernicioso do catolicismo enquanto instituição.

O tom de critica e anticlericalismo não sofreram mudanças na linha editorial do *Archote*, pelo que constatamos a partir do seu número de agosto de 1934. Nesse número foi denunciado o procedimento de uma educadora de orientação católica, em uma escola publica no município de Recife. Sob o título “Castigos inquisitoriais”, o autor, usando o pseudônimo de “Vigilante”, associava as práticas de uma jovem professora de uma escola municipal, baseada na humilhação e no castigo excessivo, às práticas executadas pela Inquisição.⁶⁴

Ao destacar e promover tal associação, o “Vigilante” não o fazia de maneira aleatória, utilizando no seu discurso, uma fina ironia, dizendo que, a jovem professora pertencia à Associação das Filhas de Maria. Ao chamar a atenção para este fato, o autor reforçava todo o seu discurso anticlerical, com o objetivo de estabelecer que tais praticas não estariam distantes do que a Igreja Romana, ao longo dos séculos, pregava. Sobre esse ponto, o texto finalizava com a seguinte reflexão: “A doutrina da Egreja Romana em todos os tempos é o cré ou morre, [...], portanto os castigos corporaes sejam o único meio que ela emprega e recomenda aos seus adeptos”.

A ironia e a critica aos religiosos ligados à Igreja, não cessava com as denúncias realizadas pelo “Vigilante” e expostas no paragrafo acima. Reproduzindo uma quadrinha popular, *O archote* representava os religiosos católicos dentro da seguinte ótica: “ Menino só fala em bolo, Só em pão fala o padeiro; padre só fala em dinheiro”.⁶⁵ Ao dar publicidade a estes versos, a publicação maçônica reafirmava a visão que nutria, a respeito dos representantes do catolicismo, pintados como indivíduos ávidos por vantagens financeiras, representação que reiterava a imagem negativa que possuíam com relação a esse segmento social.

Atuando de forma um pouco diferente do *Archote*, a publicação *O mensageiro* patrocinado pela Loja Maçônica Mensageiros do Bem, da cidade de Garanhuns, não

⁶³Sem autor. Comentários Oportunos. *O archote*, Recife, 05/1932, p.4.

⁶⁴Sem autor. Castigos Corporaes. *O archote*, Recife, 08/1934, p.4.

⁶⁵Idem, ibidem.

centrava a sua munição nos representantes da hierarquia ou da militância católica, seu alvo era outro, os integralistas. O conteúdo que este órgão pretendia divulgar, além das notícias da política e da realidade cotidiana da cidade de Garanhuns e da região, passava pela veiculação da propaganda institucional e do combate aos pressupostos do Integralismo.

No número de abertura, em maio de 1937, destacava e defendia os princípios que o norteavam, bem como, qual o ideário político defendido. Utilizando como pano de fundo para as suas reflexões, o cenário difícil que se descortinava para a Maçonaria, principalmente na Europa, quando, em vários países como Rússia, Alemanha, Itália e Portugal, ocorria uma perseguição velada aos maçons, fruto dos regimes ditatoriais que haviam chegado ao poder nesses países. Analisando tal aspecto, o articulista não fazia nenhuma diferença entre tais sistemas de governo, se era de direita ou, de extrema-direita, como, os analistas na maioria das vezes os enquadravam. Na visão do “Vigilante” todos eram iguais, pois limitavam a liberdade dos indivíduos. Ao lançar esta visão, o autor do texto deixava expresso qual era o lugar ocupado pela Maçonaria, no interior dessas relações de forças:

Estamos daqui a ouvir a gargalhada dos inimigos da maçonaria, rodando satisfeitos, do <<alto>> dos seus tamancos... É que a maçonaria é um fator de desordem, dirão eles. Será mesmo por isso, leitor benévolo? Não a verdade infelizmente para eles e felizmente para nós, é bem outra [...] A Maçonaria proclama a <<absoluta liberdade de crença>>, de pensamento, de acção, quando essa acção não venha ferir os interesses coletivos. A Maçonaria combate toda e qualquer manifestação de violência, de opressão, de garroteamento das liberdades sociais. A maçonaria combate os tiranos, aniquila os soberbos abomina os que tem prazer no crime e na guerra.⁶⁶

Ao reproduzir esse sentimento, o periódico maçônico deixava evidenciar qual seria o seu lugar dentro do ethos político da década de 1930. Observamos a defesa dos princípios liberais, ideário que, também, desde as décadas iniciais do século, como refletimos, foi alvo de preocupação e fazia parte da sua Cultura política, a partir do que pudemos rastrear nas suas publicações.

A defesa desses princípios liberais colocava a Maçonaria num campo oposto, como como já foi dito anteriormente ao Integralismo, doutrina política que construíra

⁶⁶O Vigilante. Para Pensar. *O mensageiro*, Garanhuns, 15/05/1937, p.1.

no seu campo discursivo, uma crítica contundente a tudo o que representasse a democracia liberal e seus defensores. Nesta dimensão, a perseguição à Maçonaria se justificava, pois era uma das instituições que tinha no ideário liberal sua base de formação, além, é claro, da sua característica de sociedade iniciática, o que, no interior de regimes, onde a vigilância constante suprimia as liberdades, fazia com que a Maçonaria aparecesse como uma instituição considerada perigosa.

Reproduzida um pouco desta lógica de construção negativa, que tinha espaço na imprensa e entre os segmentos contrários, a Maçonaria, no mesmo número de abertura do quinzenário *O mensageiro*, dá uma resposta às incursões feitas pelo jornal integralista *A razão*, da cidade de Garanhuns. Em artigo assinado por Manuel Virginio, pseudônimo de Lídia Cansanção⁶⁷, a denúncia feita contra os membros da Maçonaria acusados de serem ateus e contrários à religião. Como resposta a tais acusações o articulista desferiu um conjunto de posições contrárias a estas afirmações, mostrando que defender tal posição era desprestigiar os muitos católicos, protestantes e deístas que participavam desta sociedade.⁶⁸

Observando que a estratégia principal da jornalista integralista, era macular a imagem da Maçonaria enquanto instituição, o “Vigilante”, não deixou de soltar as suas alfinetadas a respeito dos reais motivos dos “camisas verdes” voltarem o seu arsenal contra os maçons:

A soma de serviços prestados pela maçonaria ao mundo – e particularmente ao Brasil – é tão grande, tão valiosa, que todas as forças verdes, pretas, azuis, vermelhas ou cinzentas do mundo, reunidas. Não conseguiriam apagar da memória dos povos, dos países das nações, os benefícios de uma associação que tem como fim principal “cavar ruínas ao vício e erguer templos à virtude”.⁶⁹

Ao apontar estes aspectos “os filhos da viúva”, pretendiam construir uma visão, que ressaltasse a importância institucional da Maçonaria frente às críticas muitas vezes maliciosas de que era alvo. Ao ponderarem sobre as acusações, os maçons pernambucanos não perdiam de vista os principais responsáveis por esta

⁶⁷Sob a verdadeira identidade da articulista do jornal *A razão*, Lídia Cansanção ver: NASCIMENTO, Luís do. *História da Imprensa em Pernambuco (1851-1954)*. Recife: Editora Universitária da UFPE, 1986-1994, p.174.

⁶⁸VIGILANTE. Teimosa. *O mensageiro*, Garanhuns 15/05/1937, p.4.

⁶⁹Idem.

ação e, neles destacavam a mais negativa visão, apontando as suas relações com o ideário totalitário e vendo os integralistas como “arremedo ridículo dos partidos totalitários da carcomida Europa, partidos que representam os últimos arrancos do absolutismo, prestes a ser devorado pelos seus próprios adeptos”.⁷⁰ Diante de tais argumentos, podemos considerar qual o lugar ocupado pela Maçonaria no cenário político e ideológico: a defesa das forças e princípios liberais, frente à ação conservadora, antiliberal e antidemocrática, proposta pelos chamados “camisas verdes”.

O embate entre as forças do Sigma e os “pedreiros livres” seria uma constante. Nas folhas do quinzenário maçônico de Garanhuns em quase todos os números, encontramos artigos produzidos pelos intelectuais maçons ligados a este órgão de imprensa, tendo como fio condutor quais seriam os verdadeiros objetivos dos partidários do Integralismo e qual a sua finalidade política. Seriam publicadas notícias que estabeleciam as relações entre o Integralismo e as suas simpatias ao Nazismo.⁷¹

Com o objetivo de destacar as ações do Integralismo no Brasil, e questionando a validade dessa proposta política com o objetivo expresso de combater a propaganda dos seguidores do sigma, na cidade de Garanhuns e na região, o número de julho de 1937, do Mensageiro trazia na capa, sob o título, “Documentário dos jornais”, um apanhado de notícias, colhidas junto à imprensa nacional, a respeito de atos de violência encetados pelos partidários do Sigma contra alguns adeptos, que arrependidos pretendiam se desligar da agremiação. Um dos casos citados foi o do jornalista Paulo Zing. Outros exemplos transcritos pelo quinzenário maçom, davam conta de posições defendidas por lideranças do Integralismo, como o seu principal representante, Sr. Plínio Salgado, que teria defendido o uso da violência contra os partidários da Democracia Liberal.⁷²

A utilização de uma coletânea de notícias que destacavam as ações violentas dos adeptos do Integralismo, constituía-se numa maneira de combater tais forças, utilizando-se do mesmo expediente de que os maçons eram vítimas: a difamação ou seja, a publicação de notícias que enfatizassem atitudes suspeitas ou negativas da

⁷⁰Idem, ibidem.

⁷¹GATO escondido. *O mensageiro*, Garanhuns 27/06/1937, p.4.

⁷²Sem autor. Documentário dos jornais. *O mensageiro*. Garanhuns 25/07/1937, p.1.

instituição. Ao dar publicidade a tal conteúdo, os maçons pretendiam denunciar à sociedade a visão de que, a mensagem do Sigma era extremamente perigosa, uma vez que embasava seu campo de ação no extremismo e no uso da violência.

Mas, não eram somente as contendas que preenchiam as folhas do *Mensageiro*. Como salientamos, os periódicos tinham também como preocupação veicular uma imagem das ações institucionais maçônicas. Orientado por esta perspectiva, encontraremos a preocupação em dar publicidade para a sua atuação na cidade de Garanhuns e na região. Através de projetos que do ponto de vista extrapolavam o campo do discurso e da denúncia e assumiam uma proposta concreta de ação. A esse respeito temos a manutenção da Biblioteca Manoel Arão e da Escola Sete de Setembro.

No caso do primeiro projeto, encontraremos no cabeçalho da página principal, do citado jornal, em 27 de julho de 1937, uma mensagem que conclamava os intelectuais da cidade a esforçarem-se na arrecadação de livros para o acervo daquele espaço de leitura, frisando ainda que se tratava do único local do tipo existente na cidade.⁷³



Fig. 04 – Frontispício do Jornal Maçônico Mensageiros do Bem

Fonte: APEJE

Ao inserir tal aspecto, os maçons pretendiam extrapolar os muros dos seus templos e promover uma campanha em que houvesse o envolvimento de todos os segmentos da cidade. Por trás deste plano, podemos encontrar, por parte dos filiados da Loja Maçônica Mensageiros do Bem, o objetivo de desenvolver uma aproximação e abertura das ações maçônicas junto à comunidade, ao mesmo tempo em que se pretendia desmistificar cada vez mais a Maçonaria como uma instituição considerada perigosa.

⁷³Sem autor. Propaganda da Biblioteca Manoel Arão. *O mensageiro*, Garanhuns 27/06/1937, p.1.

A manutenção, tanto da biblioteca, quanto da Escola Sete de Setembro, era compreendida pelos maçons, como obras concretas, no sentido de afastarem a ignorância e o obscurantismo, base que tornaria possível o progresso e grandeza da nação. A preocupação com a alfabetização, principalmente dos setores menos favorecidos, despontava como uma das ênfases maçônicas, sendo essa escola, um espaço, na visão dos obreiros da Mensageiro do Bem, cuja missão fundamental, era “o ensino das creanças desprotegidas da sorte”⁷⁴

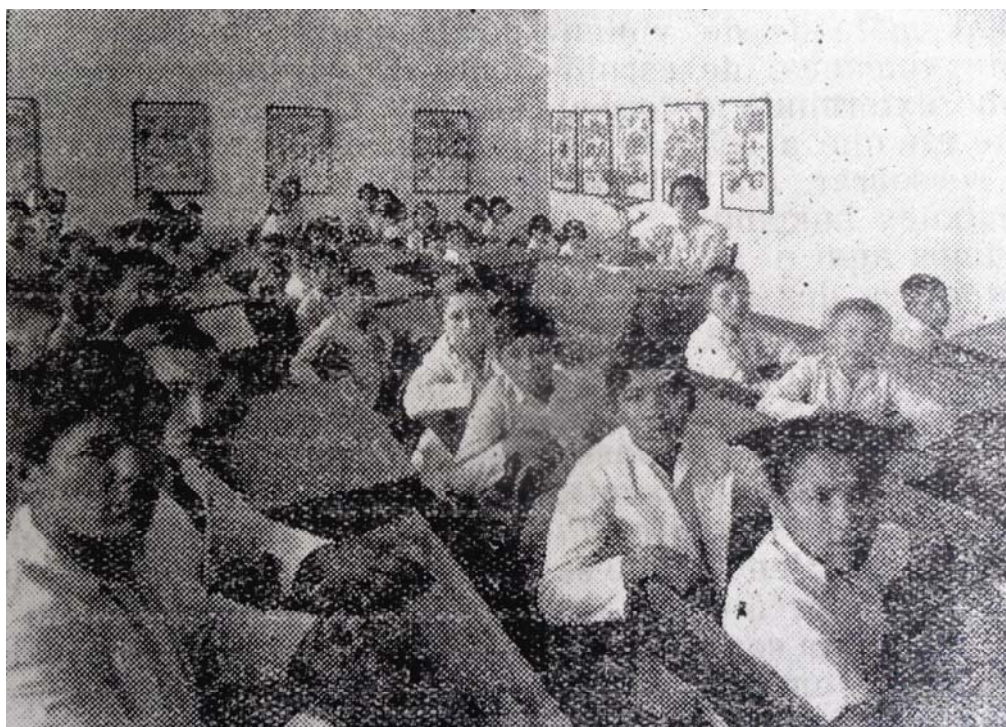


Fig. 05 – Sala Noturna da Escola Sete de Setembro

Fonte: APEJE

Ao apontarem o seu público alvo, como sendo prioritariamente, os menos favorecidos, os maçons de Garanhuns colocava em prática uma ação que animava toda a Maçonaria pernambucana e brasileira, que se desdobrava também numa ação política: a da defesa do acesso à educação aos setores menos favorecidos da sociedade, antiga bandeira maçônica que, a partir das décadas iniciais do Século XX foi tomando corpo.

⁷⁴Sem autor. Escola Sete de Setembro. *O mensageiro*, Garanhuns 07/09/1937, p.6.

A edição do citado quinzenário maçônico do dia 07/09/1937 destacou-se em relação aos outros números, devido a quantidade de páginas que, dessa vez, chegava a mais de vinte. Observamos aí, uma dupla finalidade em relação à tiragem do mensageiro nesse dia do aniversário da Independência do Brasil. A primeira delas a de constituir-se numa edição comemorativa, à considerada data magna da pátria. Com esse objetivo encontramos vários artigos que discutem a importância do Sete de Setembro para a sociedade brasileira, inclusive trazendo uma programação de festividades organizadas pela Loja Maçônica Mensageiros do Bem. Ao lado do caráter festivo, podemos considerar que o conjunto de artigos e ações elencadas pelo periódico, serviram também para formular uma imagem e uma memória positiva com relação à Maçonaria e a sua importância no desencadeamento do processo da Independência.

Exemplo desta afirmação, pode ser observado na imagem que abria a primeira página do *Mensageiro* na referida data, como podemos ver abaixo:



Fig. 06 – Capa do Jornal O Mensageiro

Fonte: O mensageiro. Garanhuns 07/09/1937, p.1.

A iconografia como fonte histórica, se presta às mais variadas possibilidades de análise, tornando-se desta forma um rico material para a reflexão de um determinado contexto e da mensagem que este material pretende encerrar. Este material será tratado assim, com os mesmos questionamentos que fazemos às demais fontes históricas, com perguntas tais como: Quando? Onde? Quem? Para quê? Por quê? São indagações que nos ajudam a interpelar e procurar construir, a partir destas fontes, as explicações que precisamos. Não podemos tomar as imagens como retrato da situação real, mas perscrutar os seus significados no processo de composição, encarando o material iconográfico e questionando as motivações e objetivos que podemos decifrar a partir do que foi estabelecido nas fontes iconográficas. (PAIVA, 2006, p.17-35).

A partir dessas considerações, é possível observar a carga de sentimentos que os maçons da loja Mensageiros do Bem com a publicação desta imagem na capa principal do seu periódico, pretendiam despertar. Tendo no primeiro plano a imagem de uma mulher representando a Liberdade, trazendo na corneta que toca, os signos da Maçonaria, tornando-se muito sugestivo no que diz respeito à importância que a instituição pretendia dar a sua participação no interior do processo de Independência nacional. O toque da liberdade maçônica animava, e, de certa forma, conduzia o futuro Imperador Dom Pedro, que aparece no primeiro plano da imagem, empunhando uma espada e liderando os seus soldados, numa clara menção ao desfecho do processo que resultaria na emancipação nacional.

No segundo plano, identificamos outro signo importante dentro do cenário, que é a imagem do sol despontando no horizonte. O que possibilita a leitura do novo momento que surgia para o Brasil, com o sol permitindo a iluminação necessária para os embates futuros, perspectiva que não deixava de relacionar-se ao lugar desfrutado pela Maçonaria no desenrolar do processo histórico. Ainda no interior deste cenário, onde vemos a Maçonaria surgindo como um ícone importante no processo de libertação da nação, é possível encontrar ainda uma dimensão tradicional no campo da compreensão da História. Elementos que podemos inferir ao construir a perspectiva de que o processo histórico ocorrera, tendo à frente a liderança de Dom Pedro I, que guiava, com a espada em punho, todos os seus subordinados, no caminho iluminado da liberdade, mesmo tendo a imagem da

liberdade maçônica como uma referência maior. Isso significava destacar a importância histórica assumida pela Maçonaria no evento, tendo a figura do herói como um elemento de leitura importante, inclusive vendo a própria instituição dentro desta chave de leitura e interpretação.

Esta imagem, como salientamos, é extremamente significativa dentro da perspectiva de que a Maçonaria pretendia adotar no interior da representação, da memória e da consciência histórica frente à sociedade, e neste sentido, como representação, de qual teria sido o seu papel nos desdobramentos que inauguraram o Sete de Setembro. A própria publicação se prestava como uma espécie de documento-monumento, no propósito de ativar e construir uma determinada memória e consciência histórica que colocasse a Maçonaria no interior do processo histórico, a forma de como pretendia ser representada e até mesmo compreendida⁷⁵.

Após a publicação do referido número festivo, *O mensageiro* contou apenas com mais duas tiragens. No dia 19 de setembro, encontramos vários artigos que noticiavam como havia sido as comemorações ensejadas pelo Sete de Setembro, tendo como uma das principais organizadoras a Loja Maçônica Mensageiros do Bem. Outro número, saiu em outubro de 1937, dias antes da ordem que obrigava o fechamento das lojas maçônicas pelo governo Vargas. Durante estes oito meses de publicação, ao longo do ano de 1937, *O Mensageiro* tornou-se uma das únicas vozes públicas da maçonaria pernambucana. Através dele, podemos compreender que, do ponto de vista político, os maçons permaneciam aliados ao ideário liberal, tentando constantemente se divorciar da visão de que compunham um braço avançado da propaganda comunista e do judaísmo, acusações que foram sendo impostas à Maçonaria e que serviram como uma das justificativas para o fechamento das suas atividades, ainda no mês de outubro de 1937.

A interdição das atividades da Maçonaria ocorreu num período extremamente conturbado e complexo do ponto de vista político, em um ano pré-eleitoral. Nesse sentido, encontramos nas páginas, acima dos artigos, mensagens que mostravam uma clara simpatia à candidatura a Presidência de José Américo, compreendida como uma força política que traria uma proposta alternativa ao fascismo integralista.

⁷⁵Sobre essa reflexão ver LE GOFF, Jacques. *História e memória*. 5ª. ed. Campinas, Editora da UNICAMP, 2003; RÜSSEN, Jörn. Como da sentido ao passado: questões relevantes de Meta-História. In: *História da Historiografia*. Ouro Preto, Edufop, 2009, número 2, março 2009, p.163-209.

Mesmo sendo uma posição nutrida pelos maçons de Garanhuns, não podemos deixar de observar a possibilidade de que tivesse adeptos no interior de outros espaços de atuação maçônica no estado.

Além das simpatias no campo de vista político, encontraremos ainda nas páginas do citado periódico a tentativa em desfazer muitos dos preconceitos de que os maçons eram alvo, estabelecendo encontros com os setores considerados como os principais promotores desta visão, ou seja, os intelectuais conservadores e antiliberais, dentre os quais, se destacavam os integralistas, alvos das críticas dos maçons. É inegável, o papel desempenhado por estes setores, que, unidos aos intelectuais católicos, muitos deles simpatizantes do “credo verde”, se uniam na construção de uma visão negativa a respeito da Maçonaria, principalmente, numa fase onde crescia, de forma assustadora, a descrença, tanto no liberalismo quanto na democracia política.

Nessa perspectiva, no próximo capítulo discutiremos, de maneira mais aprofundada, a visão que estes intelectuais foram forjando a respeito da Maçonaria, procurando compreender o clima de intolerância que se instaurou na elite conservadora, a partir dos anos 1930. Essa elite foi conquistando espaços de poder importantes e de irradiação da sua visão de mundo, principalmente, tendo na Maçonaria um dos principais fantasmas a se combater. A partir deste arsenal ideológico e discursivo, que teriam sua materialidade evidenciada, na composição de um forte discurso antimaçom, buscaremos então compreender como se constituíram as justificativas que levaram a proscrição as atividades maçônicas em Pernambuco e noutras regiões do país a partir de outubro de 1937.

CAPÍTULO 3

“OS CAPANGAS DE DEUS”⁷⁶ CONTRA “OS FILHOS DA VIÚVA”: INTELECTUAIS CONSERVADORES E ANTIMAÇONISMO EM PERNAMBUCO (1930-1945)

3.1. A Institucionalização da intolerância

No ano de 1931, a sociedade pernambucana acompanhou a materialização do sentimento de intolerância, que por vezes tomou conta do discurso dos setores ligados à hierarquia eclesiástica católica romana, com relação aos maçons, por meio do evento que ficou conhecido como “A batalha da Loja Conciliação”. Este acontecimento encontrou, na pena do Secretário da Congregação Mariana, Nilo Pereira, um dos mais destacados representantes do laicato intelectual católico, uma narrativa que adquiria “ares” de um confronto heróico, colocando em campos opostos, as forças divinas, representadas pelos congregados marianos, contra as forças satânicas, que tinham nos maçons os seus principais representantes⁷⁷.

Em análise mais recente, a chamada “batalha da Conciliação”, referendava o ideal dos “novos cruzados” que passa a ser evidenciada, a partir dos congregados marianos ligados ao Colégio Nobrega, já em 1931:

[...] Quando um grupo deles, representado pelas famílias ilustres do estado, provocou uma arruaça na Loja Maçônica Conciliação justificada pelo fato dos maçons estarem fazendo comícios para impedir o ensino religioso nas escolas. Nilo Pereira, então Secretário da Congregação, no seu relatório referente ao ano de 1931, transformou o acontecimento numa epopeia de cristãos versus hereges. (ATAÍDE, 2001, p.184)

⁷⁶ Expressão utilizada por Paulo Cavalcanti no seu livro “o Caso eu Conto como o Caso foi”, para referir-se aos congregados Marianos ligados ao Colégio Nobrega, em relação as suas atitudes de intolerância com relação a segmentos sociais que não compartilhassem do seu ideário e credo.

⁷⁷ Para maiores detalhes sobre a narrativa a respeito do assunto consultar *A tribuna*, Recife 07/01/1934, p.1.

Nesse jogo de imagens não é preciso muito esforço para percebermos que os maçons seriam os hereges na história. Como discutimos no capítulo anterior, a defesa do ensino laico nas escolas públicas, por parte da Maçonaria, entra em confronto com a nova determinação, da introdução do ensino religioso obrigatório. Embate que trouxe algumas consequências, sendo a maior, a crise institucional gerada entre as lojas que apoiavam o combate à legalização do ensino religioso nas escolas públicas e aquelas que preferiram silenciar frente a esta questão. Como pudemos observar, tal embate culminou na formação de outra potência maçônica independente ao Grande Oriente local, que foi a Grande Loja de Pernambuco.

O episódio descrito acima ainda se constituiu num exemplo concreto do ideário de intolerância⁷⁸ que, a partir da década de 1930, marcou Pernambuco e reverberou nas relações políticas, culturais e sociais entre os diversos grupos políticos existentes no estado, principalmente entre aqueles defensores de fórmulas mais conservadoras e os que defendiam propostas mais liberais que tiveram sua realidade agravada, a partir da instalação do Estado Novo, constituindo o que alguns autores chamaram de “tempos sombrios”.

Este arsenal discursivo-imagético, veiculado em periódicos produzidos pela militância intelectual católica romana, apontando os maçons como um perigo a ser combatido e extirpado ganhou, durante este período, um forte apelo emocional, que tinha nos púlpitos das igrejas e na pena de intelectuais católicos, personagens importantes na colaboração de uma posição menos coadjuvante do catolicismo na sociedade brasileira, requerendo para os católicos um lugar de maior destaque no seio de uma nação de essência católica como ponderava grande parte da imprensa católico-militante do período⁷⁹.

⁷⁸Para pensar este conceito ver: WIESEL, Elie. Prefácio. In: BARET-DUQCROQ, Françoise. *A Intolerância*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000; AROUET, François Marie. (Voltaire). *Tratado sobre a tolerância*: por ocasião da morte de Jean Calas. São Paulo: Escala Educacional, 2006, p.127; ECO, Umberto. Definições léxicas. In: BARET-DUQCROQ, Françoise, 2000. 2000, op. cit., p. 17.

⁷⁹Esta posição militante vivenciada pela Igreja Católica Romana na Década de 1930, com a organização de espaços de intervenção na Cultura Política do país tem suas raízes a partir do final da segunda década do Século XX, onde muitos autores veem na figura do Cardeal Leme um dos grandes animadores. A publicação da sua pastoral em 1916 e a sua nomeação em 1921 para a função de Arcebispo Coadjutor do Rio de Janeiro, contribuíram para que suas ideias sobre a posição dos católicos frente às questões políticas e nacionais tivessem uma maior visibilidade. A ação do Cardeal e de outros pensadores como, por exemplo, Jacson de Figueiredo, foram fundamentais na construção de um laicato militante político. Mentalidade que alcançou na década de 1930, uma maior institucionalização e esforço na ocupação de espaços de poder, promovendo um discurso

Neste cenário de embates, não podemos deixar de observar o papel desempenhado pelos intelectuais ligados ao ideário católico que, através dos órgãos de imprensa que se constituíram e se multiplicaram durante as décadas de 1920 a 1940, em Pernambuco e no resto do país, exerceram um papel importante e influente. Na construção de um ethos, que passou então a ditar determinadas posições acabando por influenciar ou representar, demandas que a hierarquia da Igreja Católica Romana mantinha simpatia ou eram combatidas.

Dentro dessa representação e seguindo os passos que podemos vislumbrar a partir do evento que ficou conhecido como “A batalha da Conciliação”, localizamos a constituição de um discurso relacionado aos setores católicos, onde a intolerância e a não aceitação daqueles que se encaixassem na visão de mundo católico era promovido por estes intelectuais.

No discurso produzido por tais setores, os maçons desfrutavam de uma posição, onde a aversão era uma perspectiva e um modelo delineador nas relações católico – maçônicas. Os maçons eram vistos como personagens que não se enquadravam ao modelo de mundo defendido pelos pensadores vinculados ao ideário católico, e que usavam os jornais e revistas como suas tribunas na propagação de ideias recheadas de aspectos negativos e preconceituosos a respeito deles.

3.2. Os Congregados Marianos, sua biblioteca e o antimaçonismo em Pernambuco na Década de 1930.

No campo de reafirmação e construção de modelos e representações que exploravam uma visão negativa e preconceituosa da Maçonaria, uma força potente se destacava: os Congregados Marianos, associação tutelada pelo Colégio Nobrega, tendo no Padre Jesuíta Antônio Paulo Ciriaco Fernandes, o Pe. Fernandes, uma das figuras centrais, e seu verdadeiro mentor intelectual. Responsável pela formação intelectual de vários membros da elite pernambucana,

institucional ao mesmo tempo militante e cruzadista. Para compreender melhor a formação desta cultura política constituída pela Igreja Católica, de forma mais intensa a partir da Era Vargas e entender suas raízes ver: AZZI, Riolando. *Historia da Igreja no Brasil: ensaio de interpretação a partir do povo*: tomo II/3-2: terceira época: 1930-1964. Petrópolis, Vozes, 2008; SILVA, Severino Vicente da. *A Primeira Guerra na Tribuna Religiosa: o nascimento da neocristandade*. Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1985. (Dissertação de Mestrado em História).

mais especificamente aquela atrelada a um ideário reacionário e conservador. O Pe. Fernandes era um dos responsáveis na instrumentalização deste espaço, onde a sua biblioteca, passou a constituir-se no centro formador e difusor do ideário antimaçônico em Pernambuco nas décadas de 1930 e 1940.

Numa análise minuciosa a respeito da importância deste ambiente na composição de uma sociabilidade intelectual e intolerante, a professora Silvia Cortez Silva (2010, p.109-143), recompôs a importância que a Congregação desempenhou na formação da referida elite sob a batuta do Pe. Fernandes. Essa elite, ganhou devido a sua formação intelectual, grande destaque nas revistas e jornais atrelados a este ideário conservador, assumindo inclusive, a partir de Novembro de 1937, espaços de poder, dentro do regime que se inaugurava no Brasil e em Pernambuco, com o Estado Novo.

Lideranças intelectuais importantes como Manoel Lubambo, um dos redatores da *Revista Fronteiras* e Nilo Pereira, a quem já nos referimos, contribuíam com vários periódicos da imprensa Católica. Outros personagens que desfrutavam de destaque em outras áreas do conhecimento e que colaboravam, ocasionalmente, com essa imprensa, eram Etelvino Lins e Apolônio Sales, constituindo-se em exemplos concretos da formação legada pela Congregação Mariana, onde a juventude pernambucana tinha o Palácio da Soledade como morada usufruindo dos livros existentes na biblioteca da Congregação e dos livros existentes na biblioteca da Congregação e dos encontros dos Marianos da Mocidade Acadêmica (CMMA).

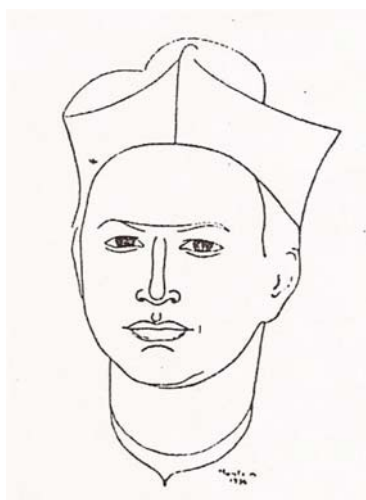


Fig. 07 - Pe. Fernandes, no bico de Pena do artista Vicente do Rego Monteiro.

Fonte: *Fronteiras*, set.1938,p, 3.

A preocupação inicial do Pe. Fernandes na composição deste acervo, que data de 1929, era de que servisse à consulta e formação dos acadêmicos, que teriam ao seu dispor um acervo voltado para as áreas de Filosofia e Religião, estudos importantes no amadurecimento intelectual dos congregados, preparando para os debates na sociedade com maior desenvoltura e rigor no campo intelectual.

O acervo da citada biblioteca foi ampliado consideravelmente ao longo da década de 1930, perfazendo um total de cerca de 1.830 títulos, subdivididos em vários assuntos. Nesse tocante, a seção da biblioteca que nos chama uma maior atenção, é a referente às obras de teor antimaçom e catalogada na parte referente à Maçonaria.

Sob tal aspecto, mesmo sendo classificadas como obras cujo tema norteador era a Maçonaria, não seriam encontradas nesta coleção nenhuma referência a livros que analisassem essa instituição, sem construir dela uma visão negativa. Os argumentos principais estabelecidos nas obras que compunham essa parte do acervo, objetivavam formar sensibilidades a partir de uma visão negativa da Maçonaria, com um nítido viés antissemita, característica essa que passaria a constituir-se numa forma de olhar e compreender a instituição maçônica.

Encontrava-se no acervo obras referentes à Maçonaria como: *Sinagoga paulista*, *História secreta do Brasil*, *Judaísmo*, *Maçonaria e Comunismo*; *Protocolos dos sábios de Sião*; *Les forces secrets de la revolution*, *La franco maçonerie e société des nations*. Estes seriam os títulos mais utilizados na formação intelectual dos Congregados, e base para os argumentos e ideias antimaçônicas, que ganhariam espaço nos artigos veiculados pela imprensa ligada ao ideário católico no estado.

Dentre os autores antimaçons mais lidos pelos Congregados, encontramos Léon de Póncins, destacado escritor e ensaísta francês, um dos mais conhecidos intelectuais antimaçom e antissemita. Suas obras constituíram-se em fortes divulgadoras de uma visão sobre a Maçonaria, enquanto instituição mancomunada com o judaísmo, num plano para desestabilizar a cristandade ocidental. A sua obra de maior destaque sobre o tema, e que se constituía numa referência para os Congregados *As forças secretas da revolução*, que na biblioteca da congregação possuía uma edição original, em francês. (SILVA, 2010, p.138).

O conteúdo da citada obra revisita boa parte dos argumentos que seriam expostos na imprensa católica pernambucana, sobre a participação da Maçonaria na Revolução francesa e na Revolução russa; métodos utilizados para chegar ao poder, e sua força “oculta”, na condução dos movimentos que pretendiam desestabilizar a sociedade, com a ajuda do poder judaico e seu projeto de dominar o mundo completamente, influenciando a ordem política, principalmente combatendo e destruindo as forças do catolicismo. (PONCINS, 1937, p.115).

A circulação dessas ideias, forjadas a partir da leitura das obras encontradas no acervo da biblioteca da Congregação e a disseminação de tal ideário, tendo como veículo a *Revista Fronteiras*, em cujo corpo editorial estavam personagens com grande relação de proximidade com a Congregação Mariana e o seu mentor intelectual, o Pe. Fernandes. No artigo intitulado “Os grãos mestres da Maçonaria internacional a Ordem dos B’nai B’rith”, está claro que o articulista quer mostrar a existência de relações entre a Maçonaria e o Judaísmo:

A ordem Maçônica Internacional dos B’nai Brith (filhos do testamento) é aberta sómente aos judeus [...] Fundada a 3 de outubro de 1843, em New York City, conta atualmente mais de um milhão de lojas divididas em trinta países do mundo. Em 1880, a Alemanha foi dotada da primeira loja B’nai B’rith constituída fora dos Estados-Unidos. No advento de Hitler, existiam 200 lojas B’nai B’rith na Alemanha com 14.000 membros. A França possuía sómente duas até estes últimos anos, uma em Mulhose e outra em Paris. Leon Blum e Trotsky pertencem á Ordem dos B’nai B’rith[...] São os B’nai B’rith que constituem o agrupamento mais poderoso do judaísmo mundial. Ali reside atualmente o Kahal, ou poder secreto judeu; ali funciona o “secret service” da política judaica. É preciso ser de uma monumental ingenuidade para acreditar que essa ordem se ocupa exclusivamente de obras de beneficência.⁸⁰

Ao apresentarem esta entidade judaica como uma espécie de Maçonaria, o articulista da *Revista Fronteiras*, pretendia reafirmar as estreitas ligações entre o ideário maçom e o Judaísmo, como sendo, no final das contas a mesma coisa. Mesmo constituindo-se numa loja eminentemente judaica, a lógica desta entidade seria a mesma da Maçonaria existente nos vários países, pois se organizava dentro de um principio ritualístico e propagandeando as suas ações de beneficência. Neste

⁸⁰GRÃOS Mestres da Maçonaria Internacional – A Ordem dos B’NAI B’RITH, Revista Fronteiras, Recife 12/1933, p.5.

sentido, tanto a B'nai B'rith quanto a maçonaria convencional, compunham-se dos mesmos objetivos, ou seja, difundir e estabelecer o poder judaico no mundo.

Outra leitura obrigatória na formação antimaçônica dos Congregados era a obra de Gustavo Barroso⁸¹. No acervo da biblioteca encontravam-se três títulos de destaque todos eles voltados para a análise da Maçonaria, *A Sinagoga Paulista*, *História secreta do Brasil* e, *Judaísmo, Maçonaria e Comunismo*. Nessas três obras é visível a retomada da temática da conspiração judaico-maçônica-comunista, temas abordados pelo autor a respeito do complô que seria fomentado por essas três forças políticas, tendo como horizonte principal a destruição da civilização ocidental. As ideias de Barroso tiveram ainda grande influencia no ideário integralista no país. (WIAZOVSKI, 2004).

Outro livro do mesmo autor e que estava entre os mais lidos pela intelectualidade católica foi *A História Secreta do Brasil*, que se constituiria em obra de referência na análise do papel desempenhado pela maçonaria brasileira ao longo da História do país, sem deixar de fazer a ligação entre os personagens judaicos e maçons, Barroso construiu sua análise, amparada numa verdadeira teia conspiratória que tece de maneira incisiva a associação entre judeus e maçons, como agentes invisíveis da nossa história, baseado em autores como León Poncins e L. Bertrand (1933). O tema do complô seria discutido ainda em outras obras que foram sendo publicadas nos anos finais da década de 1930⁸². No discurso antimaçônico, disseminado por Barroso, os objetivos dessa “tríade maligna” seria o de manter o domínio político e econômico sobre a sociedade brasileira, colaborando na destruição dos valores da sociedade cristã, que, ao longo dos anos 1930 e 1940, tornou-se sinônimo de brasileira.

⁸¹Sobre o pensamento antisemita produzido por Gustavo Barroso e a sua efetividade no interior do pensamento político e cultural brasileiro, ver: MAIO, Marcos Chor. *Nem Rotschild nem Trosky: o pensamento antisemita de Gustavo Barroso*. Rio de Janeiro, Imago, 1992.

⁸²Barroso tornar-se-ia durante a Década de 1930, um dos mais destacados e prolíficos autores antimaçom brasileiro. Elaborando uma obra sobre este tema que trazia como um dos aspectos norteadores do seu antimaçonismo a perspectiva antisemita, filiando-se então a corrente que pensava as ações da Maçonaria dentro do ideário do complô maçônico-judaico-comunista. Dentre as suas obras encontramos além do célebre *História Secreta do Brasil*, *A Sinagoga Paulista* (1937); *A Maçonaria: seita judaica* (1937) que foi uma tradução. Além de *Judaísmo, Maçonaria e Comunismo*. Esses livros tiveram um importante papel na forma como os intelectuais ligados ao catolicismo, começariam a representar a Maçonaria, superando a dimensão exclusivamente satânica como muitos a compreendia e passando a observá-la como uma instituição associada a forças políticas que pretendiam desestabilizar o cenário político internacional e brasileiro.

O líder integralista na sua *História secreta do Brasil* promove um passeio por nosso desenvolvimento histórico, desde o processo de ocupação pelos portugueses, até a instalação da República, tendo como mote principal e repetitivo, a presença oculta, das forças maçônico-judaicas, conduzindo os eventos históricos. A sua visão da História é de que sempre existia uma verdade oculta a ser revelada, tendo por trás dela a ação dos maçons e dos judeus. A sua missão intelectual, seria então, a de desvendar, revelar a verdadeira História, lançando o seu olhar analítico e revelador sobre os principais fatos históricos. Construindo a visão de que, por trás dos acontecimentos encontraríamos a mão maçônica e judaica, sempre disposta à desestabilizar a ordem e os valores constituídos, além de se preocuparem em obter algum tipo de vantagem de grupo ou financeira sobre os eventos ocorridos. (BARROSO, 1991-1993).

A circulação deste ideário encontrou-se presente nos espaços intelectuais ligados ao catolicismo romano, além de fazer parte dos argumentos utilizados pelos grupos que se contrapunham à Maçonaria enquanto instituição, como por exemplo, a Ação Integralista Brasileira, da qual Barroso era um dos membros mais graduados e destacados. Quase cerca de um ano após a publicação dos primeiros volumes do livro *História secreta do Brasil*, é possível observar a utilização dos pressupostos defendidos nessa obra por parte dos partidários do Integralismo, no estado de Pernambuco. Através de um artigo-resposta, escrito pelo jornal *O mensageiro* patrocinado pela loja Maçônica da cidade de Garanhuns, foi possível rastreamos a utilização dos argumentos expostos no texto de Barroso.

No artigo assinado por Heli Leitão⁸³, um dos principais colaboradores deste jornal maçônico, e intitulado Sowenhagen, o colaborador maçom, analisava os dois primeiros volumes da *História secreta do Brasil*, centrando a sua argumentação nos seguintes aspectos: o tratamento dado a História do Brasil, pelo escritor integralista, constituía-se numa análise pouco fundamentada e passional sobre movimentos políticos importantes da nossa história, como por exemplo, a Revolução de 1817, um julgamento negativo. Na visão do autor integralista, este movimento não teria tido nenhuma importância histórica, pelo fato de ter sido forjado pelos maçons e judeus, única e exclusivamente, na sanha de enfeixar mais poder em suas mãos.

⁸³LEITÃO, Heli. Sowenhagen, *O mensageiro*, Garanhuns 15/05/1937, p.1.

Os argumentos críticos, ao livro de Barroso, se tornaram mais contundentes, quando o comentarista do periódico maçônico Heli Leitão, o comparou ao eminente intelectual antissemita austríaco, professor Sopenhagen. Na visão do articulista, Gustavo Barroso compartilhava da mesma visão antissemita defendida pelo professor austríaco, o que fazia com que o líder integralista enxergasse os maçons em colaboração com judeus, em todos os eventos da nossa História, tornando assim, a sua análise pobre e tendenciosa. Outro aspecto destacado pelo colaborador do *Mensageiro* que contribuía, na sua visão, para o no enfraquecimento das análises de Barroso, era a sua posição xenófoba e fortemente influenciada pelo credo integralista. Sobre esse aspecto Heli Leitão, argumentava que a postura do escritor integralista, em nada contribuía para o desenvolvimento de uma análise verdadeira, com relação ao nosso passado histórico.

Em contrapartida a esta análise de Barroso, considerada pelo articulista do *Mensageiro* pouco elucidativa e preconceituosa, Heli leitão desconsidera as especulações do chefe integralista, encerrando seu artigo com os argumentos do sociólogo pernambucano Gilberto Freyre que frisava a importância em não desmerecer os nossos eventos políticos e sociais, como havia feito Barroso na sua análise da História.

Destacando ainda, a importância na preservação de tal perspectiva, Leitão afirmava “que a obra dos antepassados, o esforço desmesurado dos heróis, que lutaram por um Brasil maior e mais liberto, o snr. Barroso deprime e diminue, como se a sua xenofobia só permitisse o heroísmo num brasileiro que tivesse como ele essa mania de verde”.⁸⁴ (grifos nossos). O autor ponderava que, ao invés de fazer uma análise dos nossos eventos históricos e político-sociais, propondo um campo de isenção, as análises de Barroso caíam numa dimensão passional que, muitas vezes em lugar de descortinar, enevoava o olhar sobre a memória e a história da sociedade brasileira, cumprindo não um serviço, mas, um desserviço.

Os integralistas ligados ao núcleo de Garanhuns, não deixaram de explorar tal clima de desconfiança, segundo denúncia do *mensageiro* que circulou em setembro de 1937, trazendo nas suas páginas a defesa dos maçons contra a atitude de antissemitismo expresso, no jornal integralista *A Razão* que havia circulado na

⁸⁴Idem.

quinta-feira em 16 de março de 1937, contendo um artigo onde denunciava uma firma judaica que não pagava impostos na cidade acerca de dois anos.

Em resposta à tal queixa, veiculada pelo periódico verde, o jornal maçônico trazia na página três um artigo sem autoria, onde eram confrontadas as informações contidas no jornal integralista, além de utilizar-se de um conjunto de adjetivos negativos para representar o citado periódico, sob o título questionador de, quem seria mais judeu, *O mensageiro* assim posicionou-se:

O pasquim verde que se distribue às quintas-feiras, gratuitamente, por falta de freguez, bem demonstra o seu programa de mentir e ameaçar [...] Numa de suas colunas eivadas de <<besteiras>> diz que uma <<firma judaica>>, daqui, não paga impostos há dois anos. Termina ameaçando-a, lembrando que só a moda de Hitler... Nesse pedacinho ficou provado, pelos próprios camisas verdes que o integralismo é de fato copia do nazismo, cujas orientações obedece [...] Não há nega-la. O mais interessante, porém é que ameaçam aos judeus porque não pagaram os impostos. Agora vejamos: quem é mais judeu? Aquele que não paga a dois anos, ou o chefe local que SEIS ANOS não paga os seus impostos? Quem mais judeu ... e velhaco?⁸⁵.

Percebemos, no argumento construído pelo autor do artigo, o objetivo de diminuir a importância do jornal integralista, utilizando, para tal, termos que pretendiam construir a representação de que o jornal não contava com a mesma qualidade desfrutada pela folha maçônica. Para o autor do artigo, o motivo da péssima qualidade do periódico residia no fato de que *A razão*, ao invés de investir num jornalismo de qualidade, encontrava-se mais preocupado na disseminação de “besteiras” nas suas colunas, dando destaque a assuntos e temas que não continham nenhuma importância ou relevância. Feita esta primeira intervenção, com o objetivo de rebaixar a importância da publicação integralista, o autor do artigo centrou então o seu foco de análise numa estratégia em questionar a validade da notícia veiculada pelo jornal *A razão*, a respeito da atuação da firma judaica que estaria operando no município de forma ilegal.

Sob tal aspecto, é possível perceber que, a posição da imprensa maçônica era de defesa em relação às denúncias formuladas pelo jornal integralista, chegando o articulista do *Mensageiro* a questionar a validade das declarações efetuadas pelo chefe integralista local. Apontando-o como um sujeito de má fé, que não cumpria os

⁸⁵QUEM seria mais judeu?. *O mensageiro*, Garanhuns 19/09/1937, p.3.

seus compromissos. Ao salientar tal aspecto, é possível perceber qual a estratégia pretendida pelo articulista do periódico maçom, assim como a visão que pretendia construir, com relação ao líder integralista de Garanhuns. O *Mensageiro*, pretendia, ao mesmo tempo, desmascarar a liderança integralista, mas também questionar qual seria a validade das suas denúncias uma vez que mesmo o autor não cumpria os seus deveres mais básicos, enquanto cidadão.

A utilização de tal expediente por parte da imprensa integralista, não deixa de se inscrever na circulação do ideário antissemita que se tornou tão presente, durante as décadas de 1930, sendo muito bem analisada pela historiadora Maria Luiza Tucci (2001). A expressão deste fenômeno propiciou a estereotipização da figura do judeu e a manutenção de uma visão negativa, evoluindo na maior parte das vezes para uma posição intolerante.

Este tipo de notícia ganhava nas páginas da imprensa católica e conservadora grande espaço de difusão, tendo como objetivo reforçar a visão do judeu que tinha como objetivo tirar vantagem de determinadas situações, mesmo que a notícia se apresente, numa primeira leitura, como tentativa de reproduzir uma informação desinteressada, ou até mesmo reparadora de uma situação de ilegalidade. Dentro de uma situação onde cada vez mais se ampliava o ideário antissemita nos meios intelectuais e, que encontrava na imprensa uma caixa de ressonância, não podemos ler o artigo divulgado na imprensa verde sem deixar de ver nele, a tentativa também de formação de uma visão estigmatizadora dos judeus e, conseqüentemente, dos maçons que no discurso corrente estariam a seu serviço⁸⁶.

A partir do que pudemos apresentar neste tópico, tanto a biblioteca da Congregação Mariana, quanto as obras que circularam na formação da intelectualidade católica e conservadora no estado, tendo este espaço como um dos locais de difusão, nos ajuda a compreender o papel que estas leituras desempenharam na formação de uma mentalidade antimaçônica, alimentada pelo

⁸⁶Na construção desta mentalidade antissemita no país e da sua difusão nos vários espaços, não podemos deixar de observar a profusão de obras que tenha cada vez mais tratado esta faceta da nossa História. Desconstruindo a visão de que o preconceito e o antissemitismo não fez parte do ideário de nossa intelectualidade, mesmo que durante longo tempo a nossa historiografia não tenha devotado sob este aspecto um olhar mais contundente. Ver: CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. *O antissemitismo nas Américas*. São Paulo, FAPESP, 2007; GOFFMAN, Erving. *O estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. 4ª ed. São Paulo: LTC, 1988.

discurso do complô judaico e que conseguiu desfrutar no seio desta intelectualidade um campo de atuação e difusão.

3.3. Intelectuais e imprensa

A relação entre a imprensa e os intelectuais sempre guardou a mais íntima aproximação, uma vez que o trabalho intelectual pressupõe a difusão e o debate das ideias. Esse aspecto encontrou na imprensa um dos elos fundamentais na cadeia de propagação das ideias defendidas pelos indivíduos ou grupos que se aventuraram no exercício do trabalho intelectual. Como bem anotou Tânia Regina Lucca (apud PINSK, 2005, p.111-153), os jornais e revistas adquirem uma importância crescente para os historiadores, como fontes de trabalho e questionamento necessários, para que possa reconstruir os debates e cenários, ensejados pela pesquisa histórica, onde muitas vezes o que é dito e divulgado na imprensa, através de jornais e revistas, mostra a vitalidade dos embates no interior de uma sociedade.

Dito isso, é possível evidenciar a importância desse meio de difusão de ideias, enquanto fonte histórica, para o estabelecimento que tal recurso desempenhou como tribuna da intelectualidade católica e conservadora pernambucana, que desempenhava nestes espaços, uma função importante e simbólica, ou seja, contribuía no sentido de formular e traduzir as visões que se pretendiam discutir, cimentar e explorar, no profícuo campo de ideias e projetos políticos, que as décadas de 1930 e 1940 representaram na sociedade pernambucana.

Tal aspecto, contribuía no sentido de orientar a linha editorial de um conjunto de periódicos que foram importantes para validar e difundir, nos corações e mentes, as formas como os maçons pernambucanos deveriam ser representados, apontando as suas características e projetos. No sentido de enveredarmos no interior deste debate, por vezes acalorado, contaremos no campo da imprensa, com alguns guias que seriam porta-vozes importantes no estabelecimento desse ideário antimaçom, dentre eles o jornal *Tribuna*, o *Boletim da Arquidiocese*, *A gazeta* e a *Revista Fronteiras*. Por trás desses órgãos, se destacava a figura do articulista que se constituía na voz do intelectual, autorizado a construir a representação dos setores

aos quais se combatiam e davam sustentação discursiva e ideológica, sendo desta forma legitimadores do ideário defendido por essas publicações, tornando-se assim, espaços coletivos de propagação de crenças e valores, aspectos importantes para efetivar e fornecer uma densidade intelectual aos setores que publicavam tais periódicos.(LUCCA apud PINSK, 2005, p.140)

Diante de tal perspectiva, concordamos com François Sirinelli (apud REMÓND, 2003, p.231-262) no seu conhecido artigo, onde discute a história intelectual, procurando dar, de alguma maneira, forma a esse personagem que, na historiografia foi muitas vezes compreendido dentro de uma perspectiva polimorfa. Para o historiador francês, um dos elementos importantes para compreendermos a ação do intelectual ou, até mesmo esse personagem, do ponto de vista histórico e historiográfico, seria a partir da construção da sociabilidade, enquanto meio importante de sedimentação e formação do intelectual.

Neste sentido, a imprensa que por ora citamos constituía-se num local imprescindível para a formação deste sentimento de convivência e compartilhamento de visão de mundo, tão importante na construção do intelectual e de sua dimensão como ator social, histórico e cultural⁸⁷, além de contribuir no sentido de garantir legitimidade para as posições adotadas por este personagem. Dessa forma, como salientou Sirinelli:

Todo grupo de intelectuais organiza-se também em torno de uma sensibilidade ideológica ou cultural comum e de afinidades mais difusas, mas igualmente determinantes, que fundam uma vontade e um gosto de conviver. São estruturas de sociabilidade difíceis de apreender, mas que o historiador não pode ignorar ou subestimar. (apud REMÓND, 2003, p.248)

Diante das questões elencadas pelo historiador francês, observamos que as publicações tornavam-se um lócus importante, tanto de formação de uma identidade do grupo, quanto de ação, o que acabava contribuindo de alguma maneira para

⁸⁷Sobre a dimensão da sociabilidade enquanto aspecto importante na formação de grupos intelectuais, consultar o trabalho de Heloisa Pontes sobre o grupo que se organizou em torno da *Revista Clima* que inaugurou uma nova forma de crítica no campo das Artes e da Literatura. A perspectiva adotada pela autora nos ajudou a compreender melhor como a sociabilidade intelectual desfrutada na composição de um jornal ou revista, constitui-se num elemento importante para a formação destes intelectuais. VER: PONTES, Heloisa. *Destinos mistos: os críticos do grupo Clima em São Paulo (1940-1968)*. São Paulo: Cia. das Letras, 1998.

unificar as posições adotadas pelos intelectuais que se encontravam à frente desta imprensa alinhada ao ideário católico, fornecendo uma frente de batalha indivisível e influente no combate aos agentes maçônico-judaico-comunistas em Pernambuco⁸⁸, como sempre se referiram à Maçonaria.

Tal posição, a do sentimento de unidade, no caso do núcleo intelectual que se formou junto à imprensa católica de Pernambuco, nos ajuda, em muito, a compreender a força e vitalidade com que os argumentos construídos em relação a Maçonaria tornou-se um centro difusor de representações sobre os “pedreiros livres. Essas imagens, apesar de serem construídas por meio de parâmetros de estigmas, estereotipização e preconceitos, passaram por algumas variações, como observamos. A perspectiva da *Revista Fronteiras*, por exemplo, adotou de maneira mais expressiva um viés mais antissemita do que as demais publicações, como a *Tribuna*, o *Boletim da Arquidiocese* ou *A Gazeta*, periódicos que discutiremos alguns artigos para compreensão e análise sobre a formação, via imprensa, de uma mensagem antimaçônica que como apontamos variou nas suas cores e tons.

Preocupados em explorar mais o caráter subversivo maçônico do ponto de vista político, destacando ora a dimensão liberal e secreta, ou mesmo as suas relações com ideologias de esquerda ou seu perfil satânico, observamos nas outras publicações, pouca utilização de um discurso mais fortemente enviesado pelo antissemitismo que se encontrava de maneira muito mais presente nas colunas da *Revista Fronteiras*, através dos artigos de Vicente do Rego Monteiro ou Manoel Lubambo.

Na construção dessa realidade, os colunistas-intelectuais que assinavam muitos dos artigos a serem analisados constituíram-se em importantes personagens na formulação de um discurso e visão de mundo a respeito das ações e finalidades dos maçons, provocando dessa maneira o estabelecimento de uma visão política e cultural acerca da Maçonaria e dos seus filiados. Esse ponto de vista, em alguns

⁸⁸Sobre a manipulação e propagação deste ideário ver: BENIMELLI, J. A. Ferrer. *El contubérnio Judeo-Masónico-Comunista. del Satanismo al escándalo de la P-2*. Madri, Edições ISTMO, 1982; GOHL, Jefferson William. *O real e o imaginário: a experiência da Maçonaria na Loja União III em Porto União da Vitória: 1936-1950*. 2003.163p. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Paraná; ARRIBAS Javier Dominguez. La utilización del discurso antimasónico como arma política durante el primer franquismo (1939-1945). In: *Hispania. Revista Española de Historia*, 2006, vol. LXVI, núm. 224, septiembre-diciembre, p. 1107-1138.

momentos, como no caso relatado na abertura do capítulo, revestia-se de fortes doses de intolerância em relação ao que o ideário maçônico representava.

Desse modo, o contexto ora descrito, como bem analisou Graça Ataíde (2001, p.184), pode ser compreendido dentro do que a autora conceituou como “Recristianização da sociedade”, período que se efetivou e se justificou através da implantação de um projeto articulado entre o clero, lideranças políticas católicas e seus intelectuais, numa posição onde tais lideranças buscavam ocupar mais espaços de atuação e poder no interior do Estado.

Este processo que, do ponto de vista histórico, tem suas raízes nas posições assumidas por D. Leme, então Arcebispo de Olinda e Recife, no final da primeira década do Século XX, concretizada a partir da sua exortação pastoral de 1916, foi fundamental para que se constituísse uma intelectualidade militante, tendo como um dos primeiros patronos Jackson de Figueiredo. A “Pastoral”, publicada pelo Arcebispo, acabou sintetizando um conjunto de questões que se tornaram bandeiras defendidas pela tradição intelectual católica romana imbuída pelo ideário restaurador que se constituiu a partir das décadas de 1920 e 1930 em Pernambuco e no país. (MOURA, 2012).

Dentre as questões discutidas pela “Pastoral” de Dom Leme, encontramos temas de fundo político e social que passavam por uma propaganda de participação efetiva dos católicos nos debates nacionais. Outro tema que desfrutava de reconhecimento no interior do projeto intelectual e político católico era o que se relacionava ao ensino religioso e ao Estado laico, tema polêmico e alvo de combates por parte da imprensa maçônica, tendo essa, uma posição diversa da assumida pelos representantes do catolicismo.

Esta experiência inicial à frente do Arcebispado de Olinda e Recife ampliou-se quando D. Leme foi transferido para o Rio de Janeiro, como Arcebispo-Coadjutor, em 1921, dimensionando assim o projeto de “neocristandade”, construído inicialmente em Pernambuco (SILVA, 1985). O alargamento desse projeto do catolicismo, que tinha como um dos vetores importantes uma maior participação dos católicos, ou a retomada da posição de destaque deste credo no campo das ideias e no seio das elites intelectuais “entorpecidas pelo liberalismo-maçônico”, usufruiu, como nos referimos no parágrafo anterior, do auxílio de Jacson de Figueiredo que

idealizou e organizou o Centro D. Vital, um dos principais espaços animadores da nova forma de ser católico, proposto pelo projeto neocristão, sintonizado com a preocupação em reaver o lócus político e intelectual católico, frente a tantos projetos e ideologias, que a partir das décadas de 1920 e 1930 ganhariam espaço no Brasil⁸⁹.

Exemplo claro desta posição que a Igreja passou a desempenhar frente às questões políticas, pode ser observada nas páginas da *Tribuna*, órgão ligado à Arquidiocese de Olinda e Recife, durante 1930, ano em que ocorreu o movimento político que mudou os destinos do país. Empreendendo um exame dos meses de fevereiro a outubro, vemos nos seus artigos a preocupação sobre as condições políticas do Brasil, assim como, as posições que deveriam ser assumidas pelo clero diante de todo este cenário de transformações.

No mês de fevereiro de 1930 a discussão suscitada pelo periódico, voltava-se à questão do ensino religioso. No artigo, sob o título “Coisas do Liberalismo”⁹⁰, assinado por P. A. Negromonte, colaborador do citado periódico, tecia um longo comentário a respeito de um texto publicado no jornal católico *O operário*, editado no estado de São Paulo. No texto em questão, o tema discutido era a recente posição adotada pelo Estado de Minas, em liberar o ensino religioso nas suas escolas públicas, sendo a posição do artigo de desaprovação a tal medida.

Para justificar a desaprovação, a publicação católica analisava que tal proposição tinha sido pensada sob a égide do Liberalismo, uma vez que a lei colocava que a administração do ensino religioso seria ofertada, após a decisão dos pais e que deveria ter como alvo a crença religiosa preponderante dos alunos da escola. Para o autor do texto, publicado nas páginas do *Operário*, o estabelecimento dessa decisão abria margem para que outras religiões tivessem também privilégios. Nos argumentos do autor do artigo, vê-se que defendia uma posição na qual, os direitos do catolicismo deveriam ser preservados acima dos demais. Colocando-se de forma contrária à visão do periódico paulista, Negromonte observava que:

⁸⁹Este projeto de composição intelectual foi levado a cabo pela Igreja Católica Romana por meio da formação de espaços e divulgação de ideias, que passariam a ser referência para o catolicismo durante a década de 1930, pode ser compreendido, a nível nacional, a partir do estudo de DIAS, Romualdo. *Imagens de ordem: a doutrina católica sobre autoridade no Brasil, 1922-1935*. São Paulo: UNESP, 1996.

⁹⁰Negromonte, P. A. Coisas do Liberalismo. *A tribuna*, Recife 06/02/1930, p.3.

Foi aqui um tropeço do jornalzinho catholico paulista. Ele não vê que a lei beneficia uma população escolar em que a media de protestantes é de 4... Qual é melhor: ensinar a verdadeira religião a 96 filhos de catholicos e a protestante a 4 protestantinhos, ou deixar tudo vegetar no indiferentismo religioso?⁹¹.

A conclusão do pensador católico pernambucano, divergia da proposta defendida pelo jornal católico paulista. O padre pernambucano compreendia que a lei aprovada em Minas Gerais, mesmo podendo dar lugar a outras crenças religiosas, como por exemplo, o Protestantismo, privilegiava mais ainda os católicos, pois estes tinham proporcionalmente, em relação a outros credos religiosos, uma maioria absoluta. Podemos entrever, ainda, dentro da análise do autor, uma postura pouco condescendente com outras religiões, ao tratar o catolicismo, como “verdadeira religião”.

Ao assumir esta atitude, observamos, na concepção de Negromonte, uma postura de intolerância, em relação a outros credos que não tivessem o Cristianismo, de raiz católica, como a principal referência. Dessa forma, pode ser efetivamente compreendida, quando Antônio Negromonte caracteriza o Protestantismo como uma falsa religião. Ao se colocar dessa forma, o religioso expressa, um sentimento de oposição e desrespeito para com os protestantes e suas práticas religiosas. Construindo sobre o outro, no caso o Protestantismo, uma visão em que, aspectos como, verdadeiro e falso, faziam parte do seu discurso enquanto elemento constitutivo do que representava ser protestante.

Ao ressaltar a negatividade das denominações religiosas que não se enquadravam no horizonte cultural e religioso do catolicismo, compunham imagens que reafirmavam estereótipos em relação ao protestantismo, sendo possível observar a aplicação concreta do sentimento de intolerância sobre estes setores.

Depois desta discussão com respeito à legitimidade, ou não, do ensino religioso nas escolas mantidas pelo governo, discussão esta que possuía forte viés político, a conjuntura social e política voltava a tornar-se tema de discussão nas páginas da *Tribuna*, principalmente no período de calor dos combates da Revolução de 1930. Em outubro de 1930, o periódico católico descrevia, com riqueza de

⁹¹Idem, ibidem.

detalhes, os desdobramentos propiciados pelos combates travados na capital pernambucana, colocando em campos opostos, as forças legalistas e revolucionárias.

O destaque principal dado a este cenário, foi o do papel desempenhado pelo clero católico pernambucano, nos desdobramentos que tiveram lugar durante o movimento de 1930. Construindo um argumento, que procurava ressaltar o papel de destaque e a ação desempenhada pelo clero local, a publicação católica assim se expressava:

A toda hora, como prestava socorro nas trincheiras, no meio das ruas em combate, o padre do clero de Recife se encontrava entre os feridos nos hospitais, nos dias de luta e quando esta cessada elle continuou e continua no seu posto do qual jamais poderá se afastar [...] Bem haja este clero integrado heroicamente na consciência de sua missão! [...] Quando, bem próximo, definitivamente triumphar o movimento que procura reintegrar o Brasil nos destinos que lhe cabem, donde vinha traiçoeiramente sendo afastado, junte-se á história desta jornada gloriosa a pagina nobilitante que escreve o clero do Recife.⁹²

Ao mesmo tempo em que se ressaltava, o caráter de abnegação do clero local no auxilio aos feridos, transformando muitos dos seus espaços, em locais de assistência, encontramos no discurso acima a preocupação em frisar o sentimento de ação, desempenhado pelos religiosos recifenses, numa clara relação de que, dentro dos destinos construídos, neste novo momento histórico, o clero e a Igreja Católica Romana tinham tomado parte efetiva no processo. O destaque a tal argumento pode ser compreendido, a partir da atitude dos clérigos, pois simultaneamente, se preocupavam, tanto com as questões espirituais, como também com os destinos políticos da nação.

O artigo evidenciava que, a partir deste novo momento político, ocorreria uma maior inserção da Igreja Católica, nas discussões dos problemas nacionais e locais. A formação desta imagem militante, que vai conduzir a atitude do laicato católico, passa a contribuir para uma cultura política, em que a Igreja Romana buscava conseguir, junto ao Estado, a garantia de certas benesses, assim como, proporcionar atitudes mais vorazes em relação à forma como os fiéis deveriam se

⁹²A Ação do nosso clero. *A tribuna*, Recife 09/10/1930, p.5.

portar, diferentemente do comportamento revelado no período da chamada República Velha.

Nesse momento em que os católicos enfrentavam uma árdua batalha contra todo um ideário político múltiplo, em que se deparavam com o Liberalismo, comunismo e o próprio maçonismo, visto como desdobramento destas duas ideologias políticas, era importante, na visão de muitos intelectuais, uma posição cerrada de defesa e ação ao mesmo tempo, como ocorreu no campo do simbólico:

As figuras bíblicas de Marta e Maria foram recuperadas pela imprensa numa clara opção pelo dinamismo e pela ação de Marta, em detrimento do ideal contemplativo de Maria, mesmo que o comportamento desta última fosse apontado nos evangelhos como ideal. Assim, vários artigos passaram a ser escrito para reificar o papel de Marta, contextualizando a mesma naquele momento da Igreja. Nilo Pereira, Congregado Nariano e líder do laicato católico em Pernambuco, doutrinava pela imprensa, utilizando o simbolismo de Marta, acerca do novo momento de ação religiosa. (ALMEIDA, 2001, p.75)

Os debates que elencavam essas duas personagens bíblicas, como modelos a serem seguidos, tornavam-se importantes no sentido da utilização de tais imagens. No caso, Marta se apresentava como modelo a ser seguido pelo laicato católico, principalmente devido o seu comportamento dinâmico, onde a ação deveria colocar-se no lugar da contemplação. (IDEM)

Ação, que por muitas vezes foi sendo exigida como atitude dos intelectuais católicos, tinha como alvo importante, o laicato católico. Este, por sua vez, deveria adotar uma postura política diante do projeto de uma sociedade que tivesse a religião como principal visão de mundo, devendo ser demonstrada, tanto nas ações como nas ideias. Devido a tal questão, a forte preocupação da intelectualidade católica com a educação, encontrava-se na difusão da “boa imprensa”, bem como, de uma literatura de qualidade, aspecto este que passava por obras que difundissem o ideário católico-cristão, frente às ideias dissolventes, representadas pelo ideário maçônico.

Tanto a educação, quanto as ideias passavam a ser densamente discutidas por essa intelectualidade, numa forte evidência de que, os católicos, tinham obrigações sociais e políticas no sentido de permanecerem alerta, a qualquer tipo de ideologia dissolvente e “exótica”, que representasse perigo à lógica do mundo

cristão, dentro daquilo que seria demarcado como campos de ação contra os “erros modernos”: o Liberalismo, o bolchevismo e o maçonismo, que seriam as ideias dissolventes e desestabilizadoras da sociedade.

A imprensa no interior deste campo de combate passaria, portanto, a constituir-se num importante meio de veiculação de visões contrárias aos agentes da desintegração, fomentando assim, estereótipos e práticas de intolerância e não aceitação das ideias vinculadas ao ideário maçônico representante das demandas liberais e bolchevistas, além dos interesses judeus. A partir do cenário acima descortinado, discutiremos a seguir a política adotada por estes periódicos ligados ao ideário católico e conservador, tentando salientar como estes órgãos seriam celeiros importantes, na difusão de todo um conjunto de ideias que serviriam de base sobre a qual se edificariam as impressões e a forma como a Maçonaria passaria a ser representada, durante as décadas de 1930 e 1940.

3.4. A imprensa católica e a divulgação das visões sobre a Maçonaria

Localizado no centro da terceira página do jornal *A tribuna*, na sua edição de julho de 1935, encontramos um depoimento do Cardeal Leme, na época símbolo máximo da Igreja Católica no Brasil, que nos mostra qual a linha editorial a ser seguida por aquele órgão de imprensa, passando também a balizar outros periódicos que se identificassem com este segmento político e sociocultural.

Nas palavras do Cardeal, ficava evidenciado qual deveria ser o lugar ocupado pela *Tribuna* no seio do laicato e da intelectualidade católica, isto é, a *Tribuna*, como todos os órgãos de imprensa que se alinhavam ao lado da mensagem e do ideário católico, difusores da “boa imprensa”, ou seja, para Dom Leme todos teriam obrigações de auxiliar, moral e materialmente, a boa imprensa”, já que “distribuir ao povo um bom jornal é obra mais meritória que dar-lhe pão e dinheiro, pois está escrito: “não só de pão vive o homem”.⁹³

Sob esta orientação *A tribuna* passou então a usar como um dos seus subtítulos um “órgão da Associação da Boa Imprensa”. Utilizando como conceito a

⁹³LEME, Dom Sebastião. Boa Imprensa. *A tribuna*, Recife, 04/07/1935, p.3.

divisa “boa imprensa”, a citada publicação pretendia, marcar, qual a sua posição frente a outros órgãos, procurando expressar quais os princípios que orientavam a sua política editorial e campo de ideias. Sob este aspecto, *A tribuna* deveria cerrar combate às doutrinas intelectuais, consideradas “exóticas”, expressão bastante veiculada no período, pela imprensa católica e conservadora, no intuito de construir a concepção de que, os ideais defendidos por estes setores, alinhavam-se ao que era nativo e pátrio, frente aos que se coadunavam às visões de mundo Marxistas, Liberais e Maçônicas, representadas como a marca das teorias exóticas que infeccionavam o nosso pensamento nacional⁹⁴.

Nessa perspectiva, compreendemos o conceito de “boa imprensa” à luz do ideário da sociedade que deveria ser recristianizada. A partir deste aspecto, o cultivo de uma imprensa inspirada pelo ideal de ser “boa”, passava por uma visão e ação profilática, ou seja, de prevenção com relação ao conteúdo e às ideias que deveriam ser exploradas nos periódicos, que se coadunavam com esta proposição. A lógica defendida pela *Tribuna*, *Gazeta*, *O Boletim Arquidiocesano* e a *Revista Fronteiras*, fundiam-se, pois estas publicações preocupavam-se com o exercício e a prática da chamada “boa imprensa”, enquanto, recurso necessário ao combate principalmente, ao ideário maçônico e ao caráter “degenerador” e “nocivo” que as leituras e ideias defendidas por este grupo poderiam causar à ordem social.

Discutiremos a partir das pesquisas efetuadas no jornal *A tribuna*, algumas das estratégias utilizadas por essas publicações que se colocavam enquanto guardiãs do ideal da “boa imprensa”. Nesse sentido, a linha editorial do semanário católico que tinha surgido ainda no começo do Século XX, como guarda avançada do processo de reestruturação católica no período inicial da República, mantinha-se na mesma lide: a de montar barreiras aos “inimigos” do catolicismo, sendo neste contexto a Maçonaria um destes.

Como observou Tania de Lucca (apud PISNKY, 2005, p.111-153) e Elide Rugai Bastos (2003, p.146-171), a relação entre a imprensa e os intelectuais

⁹⁴Uma imagem recorrente no discurso produzido pelos intelectuais ligados ao catolicismo e doutrinas políticas conservadoras era de representar este período como um corpo doente que necessitava de procedimentos saneadores, tendo como remédio as práticas políticas ligadas ao ideário mais conservador. Ver: ALMEIDA, Maria das Graças Andrade Ataíde. Op. cit. CARNEIRO, Maria Luiza Tucci Carneiro. Op. cit.; VIEIRA, Nelson H. Construindo a imagem do judeu. Rio de Janeiro: Imago, 1994; GIRARDET, Raoul. *Mitos e mitologias políticas*. São Paulo, Cia. das Letras, 1987.

estrutura-se em mão dupla uma vez que, como analisamos, aquela serve como uma plataforma de difusão das ideias destes sujeitos que muitas vezes chamam para si a missão de lançar questões e pensar uma determinada realidade, além, é claro, de a imprensa servir como espaço de fermentação e formação de sociabilidades.

Dito isto, não podemos deixar de perceber na *Tribuna*, este conjunto de questões, que se desdobravam também no sentido de formulações a respeito da Maçonaria. Um conjunto de visões que contribuíram fortemente na elaboração de uma representação em uma dimensão estabelecida, como podemos acompanhar, a partir dos artigos por nós analisados, dentro do campo da nocividade. Elegendo como um dos motes principais, na construção do discurso, a respeito da associação dos “pedreiros livres”, no conjunto de forças contrárias ao Cristianismo de raiz católica, e que, na visão dos intelectuais e do clero, tinha como um dos objetivos centrais a desagregação de um modelo de moral que se encontrava ligado ao ideário conservador e tradicional.

Exemplo concreto era a acusação de uma moral defendida pelos maçons que ganhou as páginas da *Tribuna* em janeiro de 1934. Com o título “moral maçônica” foi narrada, com riqueza de detalhes, a organização do Congresso da Liga Pró-estado Laico, com a participação ativa de várias lideranças, dentre elas, a do Grão-Mestre da Maçonaria local. Nas palavras do autor do artigo, o ponto central das discussões proporcionadas por este encontro, foi a apresentação das “elevadas finalidades morais da escola leiga”.⁹⁵

Ponderando a respeito de tais finalidades, o articulista da *Tribuna* utilizava a respeito desta temática um forte tom de ironia, ao discutir os pretensos objetivos defendidos pela Maçonaria, no que dizia respeito ao ensino laico. Sob tal aspecto a publicação católica demonstrava quais seriam as verdadeiras finalidades dos maçons ao proporem as questões. Usando o jornal francês *La croix*, o artigo veiculado na *Tribuna* reproduzia várias passagens que remetiam à posição maçônica em relação às questões de fundo moral. O articulista da *Tribuna* assim demonstrava os verdadeiros fins morais daquela instituição:

⁹⁵MORAL Maçônica. *A tribuna*, Recife, 24/01/1934, p.2.

O pudor é uma invenção moderna, filha do desprezo que os cristãos tem da forma e da matéria [...] De acordo com semelhante teoria, um conselheiro municipal de Paris, tripingado graduado, ousava dizer: “Queremos arrancar às meninas e moças o sentimento sagrado do pudor”[...] E um irmão Hubbarb, traduzindo na pratica esse belo programa moral maçônica, dava na sua escola estranhos conselhos às meninas suas alunas.⁹⁶

Utilizando a publicação francesa como uma voz autorizada para demonstrar os verdadeiros objetivos da Maçonaria, o citado artigo, deixava de maneira clara quais eram os reais fins maçônicos. Evidenciando, principalmente, o campo da moral ao apresentar que as “elevadas finalidades morais da escola leiga” dirigiam-se deliberadamente para mulheres, público alvo do catolicismo. Neste sentido, e ao revelar tal proposição, os intelectuais ligados à *Tribuna*, aproveitavam para reforçar e chamar a atenção das famílias. Salientando que os elevados preceitos morais defendidos pela Maçonaria eram, na verdade, os corruptores das almas e dos instintos femininos. Agindo, como observamos na narrativa construída pelo autor do semanário católico, numa perspectiva de pura má fé.

No mesmo jornal, datado de 10 de fevereiro sob o título “Diga quem te persegue sacerdote”⁹⁷ Claudia Save, uma das suas colaboradoras, lançando mão de um estilo jornalístico que tinha na postura interrogatória seu elemento principal, pretendia, através do seu texto, responder à provocação proposta pelo periódico maçônico *O archote*, editado na cidade do Recife, em artigo intitulado “os padres não trabalham” lançava um conjunto de estereótipos sobre o clero.

Tendo como objetivo refutar os argumentos tecidos pelo periódico maçônico, a autora do artigo, considerava como “imbecil”, o conjunto de questões elencados pelo articulista da folha maçônica, para qualificar os religiosos como preguiçosos. Para contrapor-se ao discurso formulado pelos maçons, Claudia Save descreve as atividades clericais, envoltas numa áurea de heroísmo e bravura. Com o argumento de que os padres envolviam-se num verdadeiro processo civilizador, ao executarem as suas atividades nos mais diversos rincões do país, inspirados por um forte espírito de abnegação, seria no mínimo uma atitude vil na compreensão da jornalista católica, representar os religiosos como sujeitos improdutivos.

⁹⁶Idem, ibidem.

⁹⁷SAVE, Claudia. **Dize-me, quem te persegue sacerdote?. A tribuna**, Recife 10/02/1934, p.3.

Após esta defesa inicial, a autora volta toda a sua argumentação para um conjunto de questionamentos a respeito das reais ações maçônicas, colocando em dúvida a sua atuação filantrópica e educacional. O emprego deste procedimento circunscrevia-se na realidade enquanto um recurso para criar sobre o ideário maçônico, o artifício da dúvida, deixando para os leitores a visão de que, por trás de todo o “bonito” discurso maçônico, o que existia na verdade era mais propaganda dos maçons do que obras concretas. Com esta afirmação a autora constrói, um espectro de desconfiança e dissimulação a respeito dos maçons, entre a população.

Ao evidenciar o sentimento da desconfiança, Claudia Save questionava, onde estariam os “colégios, hospitais, lazaretos e orfanatos” patrocinados, que os maçons tanto divulgavam, como sendo parte da sua obra humanitária e filantrópica. A autora interrogava, em tom de desconfiança, a existência concreta destas ações e das suas finalidades, com uma estratégia com objetivos muito bem definidos, ou seja, o de construir uma áurea de dúvida sobre as “verdadeiras praticas”, que, segundo ela, eram largamente propagandeadas pelos “filhos da viúva”.⁹⁸.

Como exemplo deste ferrenho questionamento proferido pela citada autora, encontramos no seu texto, utilizando como recurso estilístico e discursivo, uma preocupação de mesclar aos seus argumentos o elemento da dúvida junto a uma crítica contundente aos aspectos e ideias defendidas pela Maçonaria. Desse modo, Claudia Save observava:

Ela que apregoa o comodismo da vida religiosa, esquecer-se-á que á sociedade do mistério devemos, em germen, a expulsão dos jesuítas em Portugal, a perseguição católica no México, os distúrbios contra a nossa fé, a Revolução Francêsa, a prisão do nosso D. Vital, para citar exemplos mais conhecidos e próximos? Dize-me: os que te perseguem tem eles uma vida ilibada e irrepreensível? São os que querem o divorcio e a escola leiga, a descristianização da sociedade, a morte de tudo o que pleitêas, são eles felizes, retos e puros?⁹⁹ .

Elencando as principais atuações maçônicas a autora citou os vários movimentos que teriam sofrido a ação daquela instituição, tentando desta forma

⁹⁸Expressão que muitos órgãos da imprensa católica utilizavam para fazer referencia aos maçons, com um estilo impregnado de forte ironia.

⁹⁹SAVE, *Claudia*. **Dize-me, quem te persegue sacerdote?**. *A tribuna*, Recife 10/02/1934, p.3.

demonstrar qual seria “a verdadeira” obra maçônica. Claudia Save, a partir da sua exposição, pretendia deixar bem claro qual “a verdadeira” obra humanitária patrocinada pelos maçons: o incentivo a revoluções, perseguição a religiosos e a defesa de princípios como o divórcio e escola laica. Ideias que promoviam, na visão da autora, o desaparecimento de uma sociedade onde os princípios cristãos subentendam-se católicos tivessem na verdade respaldo.

Tais denúncias evidenciadas na *Tribuna*, viriam reincidentemente nas páginas deste semanário católico. Outro exemplo, cuja finalidade seria, na visão do jornal, revelar os planos acalentados pela Maçonaria, está na edição de maio de 1934, Quando foi divulgado um artigo do periódico francês *Eco de Paris*, onde detalhava informações esclarecedoras a respeito das posturas da Maçonaria francesa em proibir a divulgação do nome dos seus membros.¹⁰⁰

Segundo a reportagem analisada pela *Tribuna*, o uso desse expediente, a não informação da identidade dos seus membros maçons, decisão tomada pela Maçonaria daquele país, tinha como objetivo fazer com que a instituição pudesse agir mais livremente junto ao Senado francês, influenciando resoluções que beneficiassem o ideário defendido por aquela associação. Ao citar tais questões, A *tribuna* pretendia questionar as “verdadeiras” ações maçônicas ao dar publicidade ao caso da maçonaria francesa. Assim, o semanário católico pernambucano tinha objetivos bem claros: o de revelar as supostas estratégias empregadas pela Maçonaria na sua sede em conquistar e influenciar o poder.

Ao relatar em detalhes o caso noticiado pelo *Eco de Paris*, o jornal *A tribuna* acreditava ser de interesse público o conhecimento de tais artimanhas, como uma forma de prevenir a sociedade pernambucana e até mesmo a brasileira, do caráter ardiloso da Maçonaria. Tentando desconstruir a imagem que os maçons pernambucanos eram diferentes dos franceses. Ao combater esta visão o periódico católico pernambucano evidenciava o caráter universal da Maçonaria que por tais particularidades, tinham os mesmo objetivos em qualquer lugar do mundo onde estivesse alojada.

Perspectiva semelhante defendeu o articulista A. Claraval, em artigo publicado na primeira página da *Tribuna*, dias depois. Destacando o caráter

¹⁰⁰Desmascarando a Maçonaria francesa. A Tribuna, Recife, 16 de maio de 1934, pg.3.

dissimulado da Maçonaria, o autor fazia um conjunto de questionamentos sobre, quais seriam os seus reais objetivos:

Iludidos na sua boa fé muitos entram na maçonaria imaginando ser ela uma simples instituição de beneficência. Ora, meus caros amigos não me explicarão por que razões uma instituição de beneficência se há de rodear de tantos mistérios, de tantos símbolos ridículos, de tantas cerimônias estapafúrdias, e de tantos e tão horrendos juramentos? Quizerá saber também por que motivo há de sempre fazer guerra a quem não se alista nas suas fileiras? Pois é certo que muitos se veem constrangidos a dar os seus nomes a essa seita excomungada, para não verem, a sua carreira de médicos, administradores, de engenheiros, etc. acintosamente travada pelos agentes da maçonaria. Que só sabe praticar atos de maledicência.¹⁰¹

Em seu discurso, o autor do artigo evidenciava na Maçonaria, uma natureza ludibriadora. Enquanto perspectiva importante para pensar a instituição é possível inferir, a partir da citação acima, uma preocupação por parte de Claraval na construção de uma visão onde a descrença constituía-se num aspecto importante para analisar a Maçonaria, expondo a sua ritualística e cerimônias numa dimensão burlesca, criando assim, uma visão depreciativa a respeito da instituição, questionando ainda a respeito das tão propagadas obras e ações de beneficência que a Maçonaria era responsável, o autor observava:

Beneficência, a maçonaria a praticará também, mas os beneficiados são os companheiros filiados na sua seita, e as suas famílias. Onde estão porém os institutos maçônicos de beneficência pública? Onde estão os seus hospitais, os seus leprosários, os seus sanatórios para tuberculosos, os seus asilos para a velhice desamparada destinados ao público indistintamente; onde tem coisa que de longe se possa comparar as beneméritas conferências Vicentinas, aos hospícios, aos recolhimentos, às creches, às instituições de caridade, dirigidas com tanto zelo e tanta abnegação pelos filhos e filhas da Igreja Católica, por tantas congregações religiosas?¹⁰²

A conclusão de Claraval era a de que os únicos beneficiados de toda a obra maçônica seriam os próprios maçons. Por meio de tal argumento o autor lançava dúvidas sobre os tão proclamados objetivos veiculados pelos maçons a respeito do

¹⁰¹CLARAVAL, A. Resoluções maçônicas a recordar . *A tribuna*, Recife 13/06/1934, p.1.

¹⁰²Idem.

seu caráter beneficente. Além de pretender evidenciar esta questão, o autor ponderava, ainda, em estilo de comparação, a resposta de que as obras da Igreja Católica e de suas organizações, em relação à beneficência, eram muito mais claras e concretas do que as maçônicas.

Ao mesmo tempo em que se reforçava um determinado discurso e imagem sobre a Maçonaria fundada nas suas ações suspeitas e ardilosas, havia também a preocupação em mostrar a nação francesa, como um espaço, onde os maçons agiam livremente, sem uma maior fiscalização dos poderes constituídos. Na perspectiva adotada pelo periódico católico, de alguma maneira a obra maçônica possuía um caráter satânico, que pretendia desestabilizar o legado da sociedade cristã - católica ocidental.

A este respeito *A tribuna* insiste em noticiar as relações existentes entre a Maçonaria e a França. Na seção “Notas e notícias”, do citado jornal católico que trouxe a seguinte notícia:

Ninguém ignora que o governo da França, há muitos anos é uma sucursal da Maçonaria. Cumpriu as PRANCHAS de laicização do ensino, expulsou os religiosos, perseguiu a Igreja, amparou e estimulou a ação de todas as agremiações que a combatem [...] Agora chegou a sua vez. Mas na primeira dinamite que os realistas ou comunistas lhe jogaram, acovardou-se a maçonaria e retirou para a Bélgica os seus famosos arquivos! Para a Bélgica?!... Sim para a Bélgica, governada por católicos, vítimas de todas as calúnias da seita! E essa é a nossa vingança – amparar quando perseguidos, os nossos mais encarniçados inimigos.¹⁰³

Como se pode observar, o teor desse artigo ratificava os argumentos que apresentamos anteriormente, sobre o uso da representação formuladora de uma visão onde se buscava identificar o ideário maçônico ao governo francês, sendo este uma espécie de agência autorizada da Maçonaria. No sentido de justificar tal perspectiva, encontramos no texto um conjunto de pontos que legitimavam a utilização de tal visão, mostrando que muitas decisões tomadas pelo governo francês, coincidiam na visão do articulista, com a visão de mundo maçônico como a autorização do registro civil, casamento civil e o ensino público laico pelo governo.

¹⁰³NOTAS e notícias. *A tribuna*, Recife 20/06/1934, p.3.

Ao reproduzir tal cenário, tendo a França, na maior parte das vezes como exemplo, o que se pretendia na realidade, era instalar uma posição de advertência com relação àquele país, representado, na maior parte dos artigos, como o centro difusor das ideias maçônicas, defendendo esta lógica, encontramos a utilização sistemática de imagens que pretendiam reforçar a ação livre da maçonaria francesa, recurso onde ficava evidente na memória dos leitores, como os maçons detinham o poder nos espaços políticos¹⁰⁴.

Em contrapartida a esta visão, a Maçonaria ganhava corpo no interior do mundo político francês. Um artigo publicado demonstrava o apoio que a Igreja Católica, através da Liga Eleitoral Católica, recomendava aos seus fiéis a apoiarem os candidatos integralistas. Surgindo como resposta a um texto escrito pelo historiador Mário Melo, publicado no *Jornal do Comércio* em outubro de 1935, onde o maçom mostrava a associação entre católicos e integralistas, vendo nelas uma espécie de “milícia do Cardeal Leme”. Mário Melo, o então Secretário do Instituto Histórico e Geográfico Pernambucano/IHGPE, foi tratado pelo periódico católico sob a ótica da ironia. Na visão do articulista da *Tribuna*, tal relação partiu da LEC após a análise do cenário e compromisso das legendas políticas com as causas católicas. Para o autor do artigo,

A Liga Eleitoral Católica consultou a todos eles sobre a maneira como acatariam os interesses da consciência católica no exercício dos cargos que disputavam. Desses partidos, apenas o Integralismo respondeu a liga de maneira satisfatória. E a Liga, cumprindo o seu estatuto declarou que só a legenda do integralismo era votável pelos católicos.¹⁰⁵

¹⁰⁴A utilização da França enquanto centro difusor do maçonismo radical sempre foi uma tônica. Tanto na literatura e imprensa antimaçônica, quanto entre os intelectuais católicos que produziam e divulgavam grande parte deste ideário. Essa divulgação tinha como um dos seus subprodutos o discurso do complô maçônico, que no imaginário e na Cultura Política francesa, bem como na ocidental, foram largamente apropriados e divulgados. Ainda no Século XVIII, através das narrativas produzidas pelos abades Barruel e François Lefranc, tivemos a instituição desta visão no interior da cultura política ocidental. A respeito dessas discussões consultar: BARATA, Alexandre Mansur. *Maçonaria, sociabilidade ilustrada e Independência do Brasil (1790-1822)*. São Paulo, Juiz de Fora: Annablume, EDUFJF-FAPESP, 2006, p. 198-208; François LEFRANC, *O véu levantado ou o maçonismo desmascarado; isto he: o ímpio e execrando systema dos pedreiros-livres conspirados contra a Religião Catholica, e contra o throno dos soberanos*. Tradução do francês. Lisboa: Imp. Liberal, 1822-23; BARRUEL. *Mémoires pour servir l'histoire du jacobinisme*. 1797.

¹⁰⁵REGISTRO. *A tribuna*, Recife, 10/10/1935, p.1.

Com suas afirmações, os intelectuais e integrantes da hierarquia da Igreja Católica Romana, por meio desse órgão de imprensa, apresentava o lugar político, cultural e social deste segmento. Sendo que, dessa maneira, a sua voz autorizada, nos ajudando a observar e compreender em qual lugar e inseria o projeto defendido pelos representantes do clero e seus intelectuais, ou seja, o da perspectiva tradicional e conservadora como modelo para a sociedade.

As condenações à Maçonaria, continuavam a preencher as páginas dos periódicos católicos, com uma clara posição de crítica ao que representava a instituição. Sob tal aspecto o artigo publicado na *Tribuna* pelo Pe. Huberto Rodhen, figura de destaque nos círculos intelectuais católicos nacionais, analisou a incompatibilidade entre catolicismo e maçonismo, constituindo um exemplo importante nesse debate. Os argumentos do padre Jesuíta, caminhavam no sentido de desconstruir a visão muitas vezes estabelecida, do caráter não hostil da Maçonaria brasileira ao catolicismo. Citando um conjunto de documentos maçônicos, referentes a congressos ocorridos no começo do século, o Pe. Rodhen, comprovou o argumento, de que existia uma postura de combate aos ideais católicos. O Pe. Jesuíta então observava:

Há quem diga que a Maçonaria brasileira não é hostil ao Cristianismo e a Igreja Católica. Vejamos o que dizem os documentos oficiais. O congresso Maçônico Riograndense de 22 a 26 de junho de 1902, diz que entre outras coisas: <<A Maçonaria tratará de combater o clericalismo no Estado negando aos padres recursos de qualquer natureza>> A <<Maçonaria tratara de demonstrar que a Igreja Católica Apostólica Romana, não é a executora dos princípios do Cristianismo. Que tal? Entre as tese votadas pelo Congresso Maçônico Brasileiro de 1909, encontram-se os seguintes dispositivos: <<A Maçonaria aspira a proibição da equiparação dos colégios mantidos pelas congregações religiosas>>. <<Os maçons devem procurar fazer com que as pessoas das suas famílias se abstenham do Batismo, do casamento e das encomendações da Igreja, por que esses atos nenhum valor teem perante as leis do país, e sua falta em nada prejudica o sentimento religioso>>[...] São essas as piedosas aspirações da cristianíssima Maçonaria Brasileira!¹⁰⁶

Utilizando-se inclusive de documentos elaborados pela Maçonaria, mesmo não sendo argumentos contemporâneos, o Padre Rodhen ao lançar luzes sobre a memória contida nestes testemunhos provenientes dos arquivos maçônicos, não

¹⁰⁶RODHEN, Pe. Dr. Huberto. Instruções sobre a Maçonaria .*A tribuna*, Recife 16/04/1936, p.1.

deixava de tentar evidenciar uma atualidade dos discursos, construindo, na sua argumentação a visão de que, tais práticas não deixaram de ser incentivadas pelos poderes maçônicos.

Outros exemplos que tentavam mostrar a associação e apoio da Maçonaria a movimentos políticos de esquerda tomariam corpo, durante os anos de 1937 a 1939, em órgãos de imprensa católicos, com a publicação de artigos que exploravam o caráter revolucionário e desestabilizador da Maçonaria. Essa imprensa explorava, notícias e referências internacionais, que relatassem os conflitos que se desenrolavam na Espanha, onde os maçons eram representados como uma das forças incentivadoras do conflito naquele país em associação com grupos de esquerda, dando-lhes apoio e muitas vezes, vendo nesses grupos um desdobramento da propaganda maçônica.

Na edição de setembro/outubro de 1937, *A Gazeta*, órgão vinculado à Paróquia da Boa Vista, localizada na cidade do Recife, reproduzia nas suas páginas um pequeno texto, sob o título de “Desmentindo”, onde o seu corpo editorial rebatia as informações de que, lideranças ligadas às forças legalistas do Exército do General Franco, na Espanha, seriam maçons. A pequena nota assim posicionava-se: “O general Quiapo de Lhano não é nem nunca foi maçom. O general Cabarelllos foi maçom, mas já não o é. Os generais Franco e Mola nunca foram maçons, mas são catholicos praticantes”.¹⁰⁷

A partir desta nota, o jornal católico tinha objetivos muito bem delimitados, sendo o primeiro deles: desconsiderar a identidade maçônica das principais lideranças do conflito espanhol, até mesmo frisando que a relação do General Cabarelllos com a Maçonaria não existia mais, pois havia sido cortada, como se tivesse extirpado o mal pela raiz e, por isso, a ênfase em observar que se o General houvesse cometido o equivoco de pertencer a Maçonaria, já não se encontrava mais associado àquela instituição.

Outra perspectiva importante, explorada a partir do discurso efetivado pela *Gazeta*, consistia em renegar a possível identidade maçônica e afirmar a posição de católicos praticantes de dois dos principais líderes das forças conservadoras na Guerra Civil Espanhola: o General Francisco Franco e Emilio Mola. Ao pontuar tal

¹⁰⁷ DESMENTINDO. *A gazeta*. Recife, set./out.1937, p. 24.

perspectiva, pretendia-se demonstrar como os maçons agiam de maneira torpe, uma vez que espalhavam boatos sem procedência sobre lideranças de destaque, tendo como objetivo central confundir os leitores e apresentar as lideranças como personagens de posição instável do ponto de vista político-ideológico.

Pretendendo ainda apontar as forças corrompidas que simbolizavam a Maçonaria, encontramos também na, *Gazeta*, um artigo que evidenciava o apoio maçom a certos tipos de modismo, que passavam a ser empregados em várias praias do mundo. A associação destes espaços às pocilgas, estabelecida pelo articulista, evidenciava o caráter sujo, desorganizado e deletério que tais modismos, incentivados pela Maçonaria, encetavam. Ao estabelecer tal paralelo é possível compreender que, sobre a imagem da instituição, pretendia-se destacar a sua atuação como corruptora dos costumes tradicionais, associando-a às práticas consideradas modernas e que deveriam ser combatidas.¹⁰⁸

Nas páginas seguintes da mesma edição, os propagandistas da *Gazeta* reafirmavam o seu compromisso com o ideário conservador e tradicionalista, ao atacarem novamente a Maçonaria como uma sociedade que vendia a ideia da democracia, mas na verdade o que fazia era impor a tirania dos seus ideais. Localizado no cabeçalho da página 15, pinçado de um periódico estrangeiro denominado *O antirrevolucionário*, os articulistas da *Gazeta* reproduziam a declaração daquele órgão, como uma espécie de conselho, aos ouvidos dos católicos e do povo que ainda teimava em admirar valores como a democracia, ou mesmo a instituição maçônica:

Num país católico, a democracia não é soberana do numero, mas a de uma minoria as ordens da Franco-maçonaria, que movimenta á sua vontade as massas despertando nelas todos os instintos anarchicos da natureza humana. A liberdade revolucionaria é unicamente a escolha da chapa de voto, e, com esta chapa, o povo apenas escolhe o seu tirano.¹⁰⁹

A Maçonaria, mesmo encontrando-se suspensa em Pernambuco e em alguns outros estados do país, continuava a assombrar os setores ligados ao catolicismo. Através do comentário impresso no periódico citado, os intelectuais, ligados a esse

¹⁰⁸Idem, p. 24.

¹⁰⁹As causas das praias transformadas em pocilgas – A Maçonaria e a corrupção dos costumes. A *gazeta*, Recife 17/08/1938, p.15.

jornal, pretendiam legitimar sua posição através da citação retirada de um órgão antimaçom espanhol. O fato de, tanto o Brasil quanto a Espanha, serem países fundados numa forte raiz católica, a menção estampada numa publicação católica, mesmo que estrangeira, expressava a mesma política editorial desse órgão de imprensa, ou seja, a cautela, no sentido de não enfraquecer a vigilância desses setores sobre as possíveis maquinações maçônicas.

O tema da conspiração e da aliança, tomava conta novamente da escrita do Cônego Jeronymo d'Assumpção e de José Nunes do Vale, nas páginas da *Gazeta*. Comentando a¹¹⁰ associação entre as forças maçônicas e os comunistas nos desdobramentos da Guerra Civil Espanhola, o artigo, por meio de vários exemplos ratificava a colaboração dos “filhos da viúva”, aos enviados de Moscou. Esta combinação, na visão do articulista, só demonstrava que estas duas forças, principalmente, a maçônica, ao contrário do que parecia, não estava morta nem inativa, como pensavam algumas pessoas. Nas palavras do autor do artigo, o serviço da Maçonaria prestado a Moscou e às forças de esquerda, constituíram-se num:

Apello lançado pelos maçons da hespanha a todos os “irmãos” dos diferentes paizes, apelo esse lançado publicamente, logo no começo da guerra civil e o apoio disputado a causa vermelha são um facto que todos já conhecem e que vem comprovar o que acima dissemos.¹¹¹

Ao destacarem esta aliança que ficava evidenciada pela posição tomada pelos maçons espanhóis, que se uniram à frente popular, contra as forças reacionárias do país, durante a Guerra Civil, podemos compreender que os setores ligados ao catolicismo, ao analisarem uma realidade exterior à brasileira, não deixavam de, nas entrelinhas, divulgarem tais questões como um exemplo a ser observado em nosso país, vinculando às forças maçônicas ao ideário comunista e de esquerda. Além de frisarem em qual campo político se filiavam, os maçons aproveitavam-se, também, para frisar que essas forças reunidas com um raio de ação internacional, tinham como principais objetivos desestabilizar a civilização

¹¹⁰VALE, José Nunes; D'ASSUMPÇÃO, Cônego Jeronymo. A aliança das esquerdas maçônicas e comunistas. *A gazeta*, Recife, 17/10/1938, p.1.

¹¹¹Idem, p.1.

cristã, através da promoção de uma onda internacional de perseguições promovidas pelos maçons. Nesse sentido, o articulista fazia a seguinte análise:

Desse apoio tem procedido os ataques de certos ingleses contra Portugal; esse apoio traz, a esta hora, em crise o governo belga por causa da simples nomeação de um encarregado de negócios para junto do governo de Burgos; desse apoio é que deflagrou a recente greve geral em França. Foi ele que fez malograr, nos conciliábulos diplomáticos, o reconhecimento da beligerância que havia sido prometido ao generalíssimo Franco, após a retirada dos primeiros voluntários italianos. E é a ele que se filia ao que parece o recente desentendimento franco-italiano.¹¹²

Nesta sucessão de eventos, descrita pelo órgão da Paróquia da Boa Vista, encontrava-se as garras da Maçonaria e do comunismo, espécie de irmãos siameses que estariam trabalhando, como ponderava o periódico, na “destruição completa da civilização cristã”. Utilizando essa imagem, o discurso proferido pela *Gazeta*, ganhava um forte apelo simbólico, pois destacava o caráter satânico da Maçonaria e o seu apoio à “causa vermelha”; exemplos concretos que deveriam ser observados pelos poderes constituídos no Brasil e que demonstravam o caráter nocivo que a mesma possuía e esforçava-se em disfarçar. Tal estratégia frente a todo esse cenário de crise internacional, nas observações do articulista da *Gazeta*, não se sustentava pelo simples fato de que “as suas mascaras”, encontravam-se descobertas.

Esse estado de coisas, norteou as práticas políticas durante a Década de 1930, levando-nos a compreender como a imprensa, ligada à Igreja Católica Romana em Pernambuco, construía os seus argumentos no sentido de demonstrar e ressaltar, o caráter prejudicial desfrutado pelos maçons e sua instituição, encontrando no noticiário da imprensa católica artigos que exploravam de forma negativa a associação e quase identificação entre a França e a Maçonaria. Estes artigos não deixavam de apresentar à argumentação de que, “os filhos da viúva” continuavam a desfrutar de prestígio naquele país, do ponto de vista político.

¹¹²Idem, p.1.

Encontraremos nas páginas da *Tribuna*, artigos que não deixavam de noticiar o outro lado da moeda: a crise atravessada pela Maçonaria em algumas partes do mundo, que, diferentemente da França, pareciam ter despertado e compreendido os verdadeiros malefícios causados pelos maçons ao mundo e à sociedade cristã ocidental. Como exemplo desta perspectiva, o artigo “A Maçonaria Agonizante” divulgava a visão de que a instituição representava um perigo, principalmente para a segurança e ordem pública das nações. Exatamente, pelo fato de ser “uma associação que faz do segredo, a alma de sua vida e que sob segredo, pode cometer todos e quaisquer atos”¹¹³, mas que estava cada vez mais, sendo alvo da ação dos governos no sentido de desmascarar seus principais objetivos.

Encontramos na referência acima mais uma vez, a ênfase na cláusula do segredo, enquanto categoria para pensarmos a Maçonaria, como uma instituição que não deveria merecer confiança por parte da sociedade. Tal discurso, de alguma maneira, sempre serviu no sentido de construir sobre a Maçonaria uma visão que tinha como lugares comuns o perigo e o malefício das suas ações.

Porém, os dias em que a Maçonaria conseguiria livrar-se das denúncias dos seus vários opositores, pareciam, segundo o artigo, está chegando cada vez mais perto do fim. A certeza dessa afirmação residia no fato de a existência de algumas ações concretas que acabavam com a independência e o poder da Maçonaria. Os exemplos utilizados pela imprensa católica, para demonstrar o processo da decadência maçônica, eram os da Itália, Portugal e Alemanha, países que, na época atravessavam, ou estavam, sob a influência de regimes com características autoritárias e totalitárias.

Dos exemplos que deveriam ser seguidos, o texto informava ainda que, mesmo em nações como Suíça e França, onde os “pedreiros livres” gozavam de liberdade e influência, existia um processo gradativo de perda de espaço e poder, por parte da Maçonaria. Mesmo com toda esta realidade contrária à propaganda maçônica, observada por Pierre Dominique, intelectual que segundo *A tribuna*, desfrutava de fortes vínculos maçônicos, o redator do texto via como um exagero, a propagação da ideia de um possível desaparecimento político da Maçonaria. Mesmo

¹¹³Sem autor. Maçonaria Agonizante. *A tribuna*, Recife 02/05/1934, p.4.

com os vários exemplos elencados no que se referia a diminuição de sua área de influência.

Observamos que um exemplo recorrente, no texto citado e em outros publicados em diversos periódicos, foi o da proibição das atividades maçônicas portuguesas, durante o governo salazarista. A atitude adotada por Portugal, foi saudada por grande parte da imprensa católica pernambucana, representando tal atitude um dos mais fortes dissabores que os maçons haviam conhecido na Europa.

A repercussão que este caso teve junto à imprensa, tinha contornos bem definidos, que passavam pela escolha deste exemplo, como símbolo da proibição das atividades maçônicas em Portugal, modelo concreto de que seria possível combater a Maçonaria, passando então a ser veiculada pela imprensa como uma fórmula a ser seguida pelas nações ao redor do mundo.

Essa polêmica e as repercussões advindas desse evento, foram examinados de maneira detalhada pelo *Boletim da Arquidiocese*, na publicação que abriu o ano de 1935, mostrando o processo, assim como, os desdobramentos promovidos pela atitude de Salazar em interditar as ações maçônicas em solo português. Sob este aspecto, discutiremos de maneira mais detalhada, no tópico seguinte, tentando inclusive, observar as implicações que tal notícia provocou no interior da intelectualidade católica, que se reunia em torno do periódico arquidiocesano.

3.5. O caso da Maçonaria portuguesa nas páginas do Boletim da Arquidiocese de Olinda e Recife

A proibição de funcionamento da maçonaria portuguesa foi o tema que abriu as páginas do órgão de imprensa editado pela Arquidiocese de Olinda e Recife, nos meses de janeiro e fevereiro de 1935. O que vinha como destaque, era a ação promovida pelo parlamentar português, José Cabral, durante a sessão de abertura da Assembleia Legislativa Portuguesa, com a exposição de um projeto polêmico, que propunha o fechamento das associações secretas naquele país, dentre as quais o principal alvo, era a maçonaria.

A perseguição à Maçonaria, pode ser compreendida dentro do contexto de combate ao ideário liberal na Europa, que teve como um dos desdobramentos a composição de regimes autoritários, como no caso português, o salazarismo. Que

se constituiu num regime de viés ditatorial, onde o alto grau de vigilância ao cidadão, empreendido pelo Estado, atingia todas as instâncias, principalmente as que tinham como forma de organização, o caráter secreto ou iniciático, como a Maçonaria.

Mesmo contando com a aprovação da maior parte da assembleia portuguesa, o Deputado José Cabral encontrou algumas vozes dissonantes ao seu projeto de lei, como a do poeta português Fernando Pessoa, que, em artigo publicado no *Diário de Lisboa* realizou uma análise da proposta apresentada pelo parlamentar, vendo na mesma um ato de censura, digna do Tribunal da Inquisição. Discorrendo sobre a Maçonaria, Fernando Pessoa desconstrói no seu artigo, argumentos usados pelo autor do projeto, e que lhes serviram de base para a imputação de culpabilidade da instituição. Senão, vejamos: dentro de uma visão pró-maçônica, o poeta português destacou a sua importância institucional, além de mostrar a total falta de conhecimento de causa do parlamentar. Nesse sentido, o poeta, mui inteligentemente argumenta:

Não faço, creio, ofensa ao sr. José Cabral em supor que, como a maioria dos antimaçons, o autor deste projeto é totalmente desconhecedor do assunto Maçonaria. O que sabe dele é até, porventura, pior que nada, pois naturalmente, terá nutrido o seu antimaçonismo da leitura da imprensa chama católica, onde, até nas coisas mais elementares na matéria, erros se acumulam sobre erros, e aos erros se junta, com a má-vontade, a mentira e a calunia, senhoras suas filhas. (PESSOA, 2006, p.45-68).

Tais argumentos, levantados por Pessoa, ao se reportar às especulações construídas pelo Deputado, situam-se entre o tom da ironia e da crítica velada, aos que, não tendo um entendimento profundo do que era a Maçonaria, enquanto fenômeno histórico, social e político, prestavam-se às construções mais absurdas, a respeito de suas ações. Mesmo realizando uma defesa lúcida da importância e do legado maçônico, o poeta português parece que foi uma voz dissonante frente ao ideário autoritário e ditatorial que tomou conta da sociedade portuguesa e incentivou a formação de um sentimento de vigilância antimaçônica de vários setores da sociedade, gerando posições de intolerância.

Como destacamos, o *Boletim Arquidiocesano* foi o principal veiculador das notícias sobre o fechamento das lojas maçônicas portuguesas. Ao longo de mais de

seis páginas, a publicação católica, lançando mão de vários artigos, tinha como preocupação demonstrar “a verdadeira face” da Maçonaria. O discurso construído nos artigos, que ganhavam espaço nas páginas da publicação tinham um forte viés antimaçom. Como sabemos o *Boletim* construía um discurso de um lugar estabelecido socialmente ligado ao ideário católico, sendo representante da voz autorizada dos intelectuais e da Igreja Romana. Assim, o silêncio e o interdito, muitas vezes observado nos textos, merecem ser analisados dentro do contexto e do lugar social de quem produzia o periódico, contribuindo para que possamos compreender melhor, o jornal como fonte histórica, e qual o lugar ocupado por esta publicação¹¹⁴.

Abrindo a série de artigos, encontramos “a Maçonaria e o Estado Português”¹¹⁵, onde foi publicada a reprodução da decisão encampada pelo Deputado José Cabral, em levar, à assembleia daquele país, uma proposta de combate às associações secretas, tendo como alvo principal a Maçonaria, compreendida pelo parlamentar como a principal expressão de uma instituição considerada como secreta. O autor do projeto justificava a elaboração da sua proposta, inspirada por ideais nacionais, não tendo interesse de perseguir nenhuma instituição. Neste aspecto, observamos uma contradição nos argumentos utilizados, pois mesmo endossando o seu interesse em perseguir, especificamente, a Maçonaria, abria margem para que isso acontecesse.

Observamos tal posição, recorrendo ao que o Deputado lusitano deixou expresso nos seus argumentos, no discurso da Sessão de Abertura da Assembleia Legislativa Portuguesa que foi reproduzido pelo *Boletim da Arquidiocese de Olinda e Recife*:

¹¹⁴A respeito da utilização destas categorias da análise do discurso/AD, compreendemos que podem se constituir em elementos importantes para pensarmos o nosso ofício enquanto historiadores, como demonstraram outros estudos no campo da AD e suas relações com a História. Como referencia para este exercício ver: SILVA, Giselda Brito. História e Linguística: algumas reflexões em torno das propostas que aproximam a História da Análise do Discurso. In: *Sæculum - Revista de História*. João Pessoa, p.28-41, ago./ dez. 2004; MENDONÇA, Daniel de. Como olhar “o político” a partir da Teoria do Discurso. In: *Revista Brasileira de Ciência Política*. Brasília, p. 133-169, jan./ jun. 2009; FERREIRA, Fabio Alves. Para entender a Teoria do Discurso de Ernesto Laclau. In: *Revista Espaço Acadêmico*. Maringá, PR, p.12-18, dez.2011.

¹¹⁵MAÇONARIA e o Estado em Portugal. *Boletim Mensal da Arquidiocese*, Recife jan./fev.1935, p.6.

Senhores deputados realmente a maçonaria proclama sempre quando as suas palavras se dirigem ao mundo profano, isto é, quando pretende influir no publico nos não temos objetivo político na nossa ação. Entretanto, numa mensagem que o grão-mestre da maçonaria portuguesa, General José Emeno Zibeiro Norton de Matos dirigiu em trinta e um, a grande dieta maçônica, isto é ao povo maçônico, dizia-se coisa que é interessante que vossas excelências conheçam.¹¹⁶

O tom empregado pelo parlamentar, reproduzido no trecho acima, traz como um dos elementos a ser analisado a preocupação em desvendar os reais objetivos da Maçonaria. Observamos o emprego deste tom ao vermos que, segundo o Deputado português, a Maçonaria atuava com duas lógicas. Seria, por um lado a forma como a instituição se reportava ao mundo qualificado como profano, ou seja, o exterior à sua ordem ritualística, onde assumia não ter nenhum fim político, e, do outro lado, a mensagem, do Grão-Mestre da maçonaria portuguesa no ano de 1931, comentada por José Cabral onde deixava expressa quais deveriam ser as posições da Maçonaria frente ao Estado português.

As palavras do Grão Mestre português foram reproduzidas no dossiê do citado mensário da Arquidiocese, tendo como fonte os discursos proferidos pelo parlamentar português, numa clara tentativa de demonstrar que, ao invés do que afirmavam os maçons portugueses, eles tinham sim, preocupações de fundo político, como dito no pronunciamento do líder maçom. Na composição da notícia, o órgão de imprensa católico, endossava as passagens mais fortes do discurso do Grão Mestre, construindo sobre as palavras do Deputado e a lógica que o *Boletim* pretendia formular: um discurso ou linguagem autorizada, com bem analisou Pierre Bourdieu (apud ORTIZ, 1983, p.156-183).

O desdobramento desta categoria é visível em outros trechos do dossiê formulado pelo boletim católico, podendo ser compreendida, como uma chave de análise, para entendermos quais os seus objetivos e fins, ao reproduzirem tais notícias. Ainda tendo o “legado nocivo da maçonaria portuguesa” como centro, o *Boletim da Arquidiocese* reproduzia mais um artigo do dossiê no início de 1935, com o título “A Maçonaria e a luta antirreligiosa”¹¹⁷. Nesse texto, era reproduzido o clima tenso que regulava as relações entre a Maçonaria e o catolicismo, destacando as

¹¹⁶Idem, p.7.

¹¹⁷A maçonaria e a luta anti-religiosa. *Boletim Mensal da Arquidiocese*, Recife jan./fev. 1935, p.9.

posições expressas num guia maçônico, editado no ano de 1903, onde, em uma das passagens, o catolicismo era acusado de incentivar a conspiração universal contra as liberdades dos povos.

A veiculação dessa visão por parte dos maçons, na concepção do Deputado português responsável pelo comentário dos argumentos contidos no referido guia maçônico, encadeava o seu foco de ideias, no sentido de demonstrar, de maneira óbvia, quais eram as posições ardilosas empregadas pelos maçons. E, nesse sentido, apesar dos maçons afirmarem reiteradas vezes de que não se envolviam ou se preocupavam com questões políticas e religiosas, era possível observar através dos documentos apresentados que “não era tão verdadeiras” as posições maçônicas.

É claro que, por trás deste foco narrativo elaborado pelas várias partes em que se dividia a série de documentos veiculados no *Boletim Arquidiocesano*, percebemos as estratégias que a elite intelectual religiosa católica pernambucana pretendia forjar com a publicação de tais matérias. O objetivo expresso da publicação centrava-se no recurso de, ao usar um caso concreto, que reproduzisse os malefícios provocados pela Maçonaria, usando documentos para dar legitimidade às acusações e que fosse possível formular um exemplo que justificasse, ou abrisse os olhos dos maçons e dos representantes de governos, tanto em Pernambuco quanto no país, para que observassem com cuidado as ações e as formas como a Maçonaria portava-se na sociedade. Assim, dependendo do seu perfil de atuação, seria possível encontrar as “verdadeiras” razões que conduziam suas atividades.

Dentre as várias imagens formuladas nos textos publicados no mensário católico, e que compunham o arsenal imagético e discursivo a respeito da Maçonaria, podemos elencar pelo menos dois que são elementos recorrentes no discurso antimaçom, se olharmos a partir de uma longa duração. O primeiro deles seria, na perspectiva de que, a Maçonaria, por trás do seu “véu de segredo”, detinha grande influencia e poder político junto ao Estado. No conjunto dos textos publicados pelo *Boletim*, extraídos do discurso proferido pelo deputado português, a sua maioria versa sobre as estratégias da maçonaria lusitana e suas recomendações, no sentido de estar próximo ou influenciando de alguma maneira pessoas de destaque no alto escalão do Estado português.

Outro aspecto que aparece nos discursos analisados, apresenta a Maçonaria enquanto uma instituição contrária à religião, e neste sentido de maneira mais intensa, combatendo o catolicismo, levando adiante uma campanha vigorosa contra o ideário religioso católico, dimensão que é possível observar na mobilização por um Estado laico, onde, a religião não tivesse vez. O texto publicado pelo periódico arquidiocesano questionava a veracidade da posição da Maçonaria quando à colocava alheia a tal questão. No entanto, sua posição em relação ao estado laico provava o contrário, ou seja, o de que a Maçonaria tinha sim, preocupações de fundo religioso.¹¹⁸

O caso da interdição da Maçonaria portuguesa que ganhou as páginas do *Boletim Arquidiocesano* nos meses iniciais do ano de 1935, pode ser compreendido dentro do esforço empreendido pela intelectualidade católica de Pernambuco no combate ao ideário liberal e laicista que a Maçonaria representava no campo do combate discursivo e simbólico entre os dois ideários opostos. Analisar um caso externo à realidade vivenciada na região, onde o *Boletim* era publicado, foi uma estratégia largamente utilizada pela imprensa católica que, por meio da publicidade de casos que envolviam a Maçonaria em outros países, servia como uma forma de chamar a atenção para a instituição, além de construir um discurso e uma imagem homogeneizadora da Maçonaria, mostrando que, esta tinha um discurso em determinado lugar, fazia parte de um plano de ação maçônica de maneira geral, pois sua atuação era sempre salientada como sendo de dimensão internacional.

Tal característica acabava provocando outra suspeita sobre o procedimento maçônico, o de que a instituição estaria a serviço de um ideário político de fundo internacionalista, neste caso, representado como associado ao comunismo. Nessa perspectiva, o discurso antimaçom via, incluído dentro do seu campo de análise, mais um elemento, ou seja, o de que os maçons, representavam como força política, uma associação ao ideário comunista, sendo quase sinônimos e tendo uma vinculação concreta, na visão de grande parte da intelectualidade católica.

Em um dos trechos dos artigos que relatavam o caso do fechamento da maçonaria portuguesa, uma parte do discurso do Grão-Mestre luso foi usada como exemplo desta ligação Maçonaria-comunismo:

¹¹⁸A maçonaria e a luta anti-religiosa. *Boletim Mensal da Arquidiocese*, Recife jan./fev. 1935, p.9.

O movimento, porém, se esta produzindo em todo o mundo, no sentido de ligar entre si intimamente as diversas nações de abolir fronteiras de diversas naturezas espiritual como econômica, de estabelecer penetrações de vários interesse intelectual e material. A existência da sociedade das nações, pacto de deilandkellogg e a tentativa agora feita pelo senhor brian para se conseguir uma união das nações da Europa são indicações seguras das tendências modernas contra os exagero dos nacionalismos [...]Verifica-se por essas palavras do Grão-mestre, claras de mais para o povo profano, que a maçonaria é alguma coisa a mais do que eu disse, porque ela é internacionalista, comunizante, anti-social.¹¹⁹

A partir dessa lógica, o caráter iniciático e ritualístico da Maçonaria, onde pessoas eram aceitas somente depois de um conjunto cerimonial, contribuía na formulação de visões baseadas sobre seus membros, por estarem em graus diferentes e não conheceram os verdadeiros fins da instituição, além do próprio caráter secreto das reuniões que estimulavam, mais ainda, a imaginação dos setores contrários ao ideário maçônico.

Em outro texto veiculado no *Boletim da Arquidiocese de Olinda e Recife* dos meses de setembro e outubro de 1935, o perigo político representado pela Maçonaria, voltava novamente à cena na publicação católica romana, não mais descrevendo a realidade lusa, mas pretendendo constituir-se num exemplo que deveria ser observado e tomado como lição. A lógica da argumentação aproximava-se daquela empregada na campanha levada a cabo pelo *Boletim* sobre o caso da maçonaria portuguesa.

Tanto a publicação da circular, produzida pela Liga Maçônica de Teófilo Otoni e a Loja Filadélfia¹²⁰ de Minas Gerais, quanto outro texto relatando a posição tomada por Simon Bolívar em relação à maçonaria colombiana, serviu como exemplo clássico para chamar a atenção dos maçons desavisados e dos governos estabelecidos, para os “verdadeiros” fins maçônicos. A postura de fechamento das lojas colombianas tomadas por Bolívar há mais de cem anos antes, deveria, na visão dos redatores do *Boletim*, constituir-se num exemplo a ser seguido pelos

¹¹⁹A maçonaria e a luta anti-religiosa. *Boletim Mensal da Arquidiocese*, Recife jan./fev. 1935, p.10.

¹²⁰O Integralismo diante da Maçonaria. *Boletim Mensal da Arquidiocese*, Recife set./out. 1935, p.160.

regimes políticos, caso eles não quisessem sofrer com as convulsões políticas, perturbação da tranquilidade pública e da ordem estabelecida.

Observamos, então que o *Boletim Arquidiocesano*, na divulgação desse caso, encampava a posição de um instrumento de difusão do ideário recristianizador, sentimento que foi compartilhado com outros órgãos de imprensa que se constituíam em espaços importantes do exercício intelectual católico. Dentro deste grupo podemos citar outros exemplos, como a *Revista Fronteiras* e a própria *Tribuna Religiosa*.

A *Revista Fronteiras*, constituiu-se, durante as décadas de 1930 e 1940, um espaço de exposição do pensamento conservador católico em Pernambuco, conseguindo alcançar um forte grau de repercussão. A referida publicação se tornou uma das principais fontes de veiculação de atitudes antimaçônicas eivadas de forte caráter antissemita e anticomunista, aspectos que iremos analisar.

Podemos compreender que tais publicações tiveram um papel fundamental na formulação e constituição das sensibilidades e da visão sobre a Maçonaria em Pernambuco, pois além de prestar-se a desenvolver suas atividades no campo da imprensa na defesa de ideias e visões de mundo, também se constituíram em campos de batalha contra os maçons e os ideais defendidos pela sociedade. Devido a tais características, acreditamos que, empreender uma reflexão sobre esses elementos, abrindo margem para pensarmos a ação destes meios de comunicação e o imaginário político, social e cultural que formularam, compõe-se numa abordagem importante, no sentido de entendermos as formas como a Maçonaria foi sendo representada e quais as suas raízes.

Estimulados para uma melhor compreensão do papel dessas publicações, na divulgação de uma mentalidade conservadora e antimaçônica, voltamos o nosso olhar para a veiculação de tais posições na *Revista Fronteiras*, um dos mais destacados veículos de produção de uma visão e uma cultura política, além de conservadora católica, fortemente antimaçônica, antissemita e anticomunista. Concepção que na visão da revista representava a Maçonaria.

3.6. A Revista Fronteiras: a morada do pensamento antimaçônico de viés antissemita e anticomunista

Surgida no mês de maio de 1932, a *Revista Fronteiras* foi publicada até março de 1933, sendo interrompida a sua edição por dois anos e meio, voltou a circular de dezembro de 1935 a junho de 1940. Desde a primeira fase da sua publicação, a *Revista Fronteiras* assumiu o papel de órgão de imprensa, vinculado à defesa do ideário católico e conservador, sendo palco de muitas polêmicas e defesa dos princípios proclamados pelos intelectuais ligados à Igreja Católica Romana, que tinham na lista dos seus inimigos o Comunismo, o Judaísmo e a Maçonaria.

Na revista, vê-se uma quantidade expressiva de artigos que versavam sobre os males provocados por este conluio de forças, representadas pelo comunismo-judaico-maçônico. Constituindo-se na “morada” de intelectuais que assumiam o espírito combativo, a *Revista Fronteiras* imprimiu, no cenário jornalístico dos anos 1930 e 1940 a sua marca, como uma publicação onde o anticomunismo, antissemitismo e o antimaçonismo constituíram-se numa chave de leitura importante para compreendermos a visão de mundo que essa publicação pretendia divulgar.

O núcleo de intelectuais que gravitavam em torno dessa publicação católica, constituía-se numa expressão cabal do ideário que iria tomar conta dos espaços de poder em Pernambuco com a chegada de Agamenon Magalhães na interventoria no estado a partir de 1937. Analisando o cenário mental que se desenvolveu nos “tempos de Casa-grande”, Silvia Cortez analisa a expressividade e a vitalidade do pensamento e das figuras que faziam da *Revista Fronteiras* a sua morada, a autora assim observa:

Reuniu em seus quadros a elite intelectual católica de extrema-direita, a maioria congregados. Publicou matérias oriundas de vários Estados do Brasil e do exterior, adequadas às diretrizes doutrinárias da revista. Artigos escritos por G. H. Chersterton, Pierre Gaxotte, Pe. Serafim S.J., Hilaire Belloc e Adolphe de Falgairolle, dentre outros, ganharam espaço em *Fronteiras*. (SILVA, 2010, p.146).

Os colaboradores acima elencados, são apenas parte dos que iriam figurar nas páginas da revista. A participação destes articulistas, somente garantiam a visibilidade e a importância que este órgão pretendia construir, no interior da imprensa católica pernambucana. A tais nomes se agregavam outros que comungavam das mesmas ideias, como por exemplo, Manoel Lubambo, Arnobio Wanderley, Willy Levin, Nilo Pereira, Guilherme Auler e Vicente do Rego Monteiro. Como bem analisou a citada autora, a *Revista Fronteiras* era quase que uma publicação extraoficial da Congregação Mariana do Colégio Nóbrega, uma vez que a maior parte dos seus redatores esteve sob a influência dessa associação católica laica, contribuindo na formação intelectual de parte dos representantes da citada revista. Muitos desses homens, como Manoel Lubambo, Nilo Pereira e Arnobio Wanderley, assumiram postos chave na administração estadonovista do interventor Agamenon Magalhães.

Um dos primeiros números a trazer o “poder internacional judaico” e como este se utilizava de entidades secretas para desenvolver os seus fins, foi o artigo publicado em dezembro de 1933, relatando a estratégia de organização e atuação da Ordem dos B’NAI B’RITH, instituição eminentemente judaica, que recebeu por parte dos colaboradores da *Revista Fronteiras*, uma face maçônica, sendo inclusive, representada como a Maçonaria judaica.¹²¹

Observamos que, a partir de tal associação e através dos argumentos expostos no artigo, pretendia-se construir um ideal generalizador, ao ressaltar que a citada Ordem, na verdade, constituía-se numa forma maçônica de organização. No sentido de afirmar tal identidade, logo no parágrafo de abertura do texto, o autor escreveu: “A Ordem Maçônica Internacional dos B’nai B’rith (filhos do testamento) é aberta sómente aos judeus”.¹²² Ao destacar esta identidade maçônica para uma instituição de origem e composição judaica, a *Revista Fronteiras* investia, dentro da lógica do ideário do complô (GIRARDET, 1989; GOHL, 2003), uma vez que salientava ao longo do artigo, passagens que pretendiam destacar a participação e a suposta influência de um poder judaico que transpunha os limites territoriais entre as nações e agia diretamente sob a vida dos indivíduos, sem a percepção e

¹²¹GRÃOS Mestres da Maçonaria Internacional: A Ordem dos B’NAI B’RITH. *Revista Fronteiras*, Recife dez.1933, p.4.

¹²²Idem, p.4.

consentimento destes. Essa estratégia, procurava, também, imputar sobre os chamados “os filhos da viúva”, a visão de forças ardilosas, contrapostas às católicas que se constituíam como fronteira, às ações maçônicas.

Ainda dentro do projeto revelador da “astucia maçônica” e suas intervenções no interior das sociedades, a *Revista Fronteiras*, de setembro de 1938, trazia na sua página principal um longo artigo, assinado pelo corifeu do antimaçonismo e da intelectualidade católica pernambucana, o Padre Jesuíta Fernandes. Sob o título “Os tabus maçônicos”, o diretor espiritual da Congregação Mariana do Colégio Nóbrega, construía um conjunto de argumentos no sentido de revelar quais seriam os principais dogmas defendidos pelas forças maçônicas universais.

Ao estabelecer para o conjunto de princípios defendidos pelos maçons, a conceituação de dogma, terminologia de fundo religioso, o Pe. Fernandes, não escondia o seu interesse de reduzir e associar a Maçonaria a uma espécie de religião, claro que, sendo esta ligada às forças satânicas, visão costumeiramente utilizada pelos intelectuais católicos, pretendia com tal estratégia formular um discurso contrário às demandas defendidas pelo ideário maçônico liberal, identificados pela Democracia, Liberdade, Igualdade e o combate ao analfabetismo, evidenciado pelo ensino laico e público.

Todos estes princípios eram, na visão do Pe. Fernandes, apoiados pela Maçonaria, e “seu aliado e filho predileto, o comunismo”. O discurso antimaçom produzido pelo Jesuíta ganhava o tom que iria caracterizar os seus argumentos e intervenções ao longo do texto, acentuando que todos os princípios supostamente liberalizantes da Maçonaria pretendiam na verdade desenvolver,

cérebros atrofiados para serem instrumentos dóceis nas suas mãos e discípulos que aceitem a sua doutrina sem discussão. Foi para isso que ela arrancou das mãos da Igreja as suas universidades e banuiu delas a filosofia escolástica, filosofia que ensina a pensar o amago das questões desmascarar o sofismo [...] A maçonaria apresenta-se como defensora da paz mundial, enquanto promove o ódio e guerra entre as nações como nunca a historia registrou.¹²³

Ao apresentar este discurso, o guru intelectual dos Congregados Marianos/CM, apontava a manipulação, como sendo uma característica marcante da

¹²³FERNANDES, Pe. Os Tabus Maçonicos. *Revista Fronteiras*, Recife set.1938, p.3.

forma como os maçons atuavam. Destacando essa dimensão perniciosa, o Pe. Fernandes pretendia revelar a “verdade” contida por trás dos ideais e finalidades maçônicas, muitas vezes representadas pelos seus filiados, como acima de possíveis interesses particulares. Na avaliação do líder da CM do Colégio Nóbrega, as ações promovidas pela Maçonaria e o ideário que defendia por parte dos seus membros para “buscar os seus interesses tenebrosos”.



Fig. 08 – Primeira página da Fronteiras, noticiando artigo do Pe. Antônio Ciriaco Fernandes sobre os Maçons.

Fonte: Fronteiras, set.1938.p, 1.

Os tais “interesses tenebrosos”, eram compreendidos pelos religioso Jesuíta, como sendo a disseminação de valores ligados à agenda liberal e ao ideário comunista, propostas tão diversas do ponto de vista ideológico, mas compreendida pela intelectualidade católica como tendo a mesma raiz, a maçônica. Um exemplo ainda forte no discurso construído pelo padre, era o de explorar os fatos ocorridos na Espanha, durante a Guerra Civil. Na visão do Pe. Fernandes, o comunismo, que era filho da Maçonaria, estava por trás de todas as perseguições e “sofrimentos” que martirizavam os religiosos e a sociedade espanhola. Essa situação constituía-se

num exemplo concreto das maquinações e “interesses tenebrosos”, apontados pelo intelectual católico e que encontraria uma solução no seu campo de reflexão com o estabelecimento e desenvolvimento de educação religiosa implementada em toda a sociedade, pois para o religioso, só a partir desta consciência seria possível usufruir de uma verdadeira democracia e educação de massas.

Como apontamos em outros momentos da nossa análise, este período histórico foi extremamente rico na construção de identidades e associações negativas, tendo como alvo a Maçonaria. Seguindo essa perspectiva e tendo ainda a *Revista Fronteiras* como referência, veremos, a utilização por parte deste periódico, do “martírio” de D. Vital, Bispo de Olinda e Recife. Em vários artigos publicados, é salientado o significado simbólico de Dom Vital para o laicato católico no país, sendo um modelo importante no combate ao maçonismo e tudo o que representava.

Encontraremos ainda na citada revista, vários artigos que mostravam “o suplício” vivenciado pelo referido frade Capuchinho, no seu combate aos poderes maçônicos e o árduo itinerário vivenciado pelo frade, com o desdobramento da Questão Religiosa no Século XIX. Esse evento era apresentado pela publicação como um divisor de águas no interior do catolicismo brasileiro, além de demonstrar qual seria a verdadeira face da Maçonaria em nosso país.

Nessa perspectiva, analisaremos a seguir, artigos que se ocuparam em discutir a citada questão, utilizando a figura do Bispo de Olinda e Recife, como expressão da mobilização católica contra a Maçonaria, tendo objetivos muito precisos: construir uma visão de continuum entre o período em que se desenrolou a Questão Religiosa, a realidade vivenciada pelo laicato e a intelectualidade católica, durante as décadas de 1930 e 1940. No citado período, em que os intelectuais católicos, como o Frei Vital, esforçavam-se em combater o que chamavam de maquinações e malefícios forjados pela Maçonaria à sociedade. E nessa empreitada, órgãos de imprensa como a *Revista Fronteiras*, seria um espaço de defesa da sociedade contra as teias maçônicas, ao mesmo tempo em que eram locais de formulação de uma representação sobre a Maçonaria.

3.7. O mártir Dom Vital contra a Maçonaria nas páginas da Revista Fronteiras

A *Revista Fronteiras* abriu o ano de 1933, trazendo um artigo intitulado “A Maçonaria – Extracto da Pastoral do Bispo Martyr Dom Vital”.¹²⁴ Nesse texto, o autor reproduz uma importante Carta Pastoral do frade Capuchinho que ocupou o Bispado de Olinda e Recife (1872-1878), revelando a sua posição sobre a Maçonaria e suas ações. A postura adotada pelo frade fundamentava-se no combate veemente à Maçonaria, destacando para tanto, os seus principais malefícios à sociedade. Recorrendo a exemplos concretos de maçons que descobriram os “verdadeiros” objetivos e intuítos que se encontravam ocultos por aquela instituição, por meio da publicação das suas memórias e depoimentos, a fim de mostrar qual seria a verdadeira face da Maçonaria. Encontramos tal exemplo na reprodução, por parte do religioso capuchinho, da história e trajetória maçônica do Barão de Kinning relatada pelo Bispo como um dos mais importantes entusiastas dos ideais iluministas, além de destacado maçom. Segundo o relato do Bispo, a certa altura da sua vida, o Barão não aconselhava a participação ativa de nenhum jovem em sociedades secretas, com a justificativa do caráter “perigoso” representado pela Maçonaria e suas congêneres, pois o nobre verificava que, na “verdade”, “ellas não são todas reprehensíveis no mesmo grao, mas são todas, sem distincção, inúteis e perigosa”¹²⁵.

Ao utilizar as afirmações de um maçom, o Bispo de Olinda legitimava os seus argumentos, demonstrando por meio da voz autorizada de um membro que pertencera à Maçonaria e por isso, tinha todos os fundamentos para relatar os perigos e objetivos que a instituição impunha à sociedade. Com tais argumentos, embasados nas considerações do Barão Kinning, o religioso pernambucano superava o campo das especulações e imprimia uma autenticidade aos seus argumentos, o que acabava soando de forma proveitosa para os que difundiam e contribuíam na disseminação de uma visão negativa sobre a Maçonaria e as suas ações.

¹²⁴VITAL, Dom. A Maçonaria –extracto da Pastoral do Bispo Martyr D.Vital, datada da fortaleza de S. João, aos 28 de março de 1875 Biblioteca da Curia da Arquidiocese Olinda/Recife. Revista Fronteiras Recife, jan.1933, p.2.

¹²⁵ Idem, p.2.

Na “Pastoral”, ainda é possível observar que, o estilo empregado por Dom Vital orientava-se no sentido de se posicionar como um conselheiro, apresentando nos seus argumentos uma forte preocupação em destacar as ações e os possíveis malefícios que poderiam ser urdidos pela Maçonaria. Denunciando, inclusive aos seus próprios membros, que, em várias passagens, são representados como incautos, pois, na visão do Bispo, os maçons não saberiam na realidade quais os verdadeiros fins desta sociedade. Essa posição, como salientamos, constituía-se num recurso recorrente nos discursos produzidos contra a Maçonaria.

Nesse sentido, observamos que os autores católicos romanos, usavam da mesma estratégia quando se reportavam à Maçonaria: o de demonstrar as ligações perigosas dos “pedreiros livres”, no campo da política e sua influência nefasta. O que nas palavras dos opositores da Maçonaria ficavam preservadas e encobertas, pelo manto do segredo e da estrutura ritualística hierarquizada em graus, não permitindo aos seus membros, conhecerem em detalhes todos os fins pretendidos pela instituição.

Ao observarmos de maneira mais detalhada a exortação pastoral de Dom Vital, verificamos em várias passagens, a preocupação em endossar uma visão em que, o segredo, enquanto característica maçônica, foi explorado de forma negativa e perigosa na relação desenvolvida com a sociedade. Além da reprodução deste aspecto, observamos na exortação pastoral, a utilização de uma atitude de vigilância em relação às ações da Maçonaria, como uma maneira de alertar e evitar que causasse algum malefício à sociedade.

A utilização desta posição de alerta, significava a forma como o catolicismo e seus representantes deveriam se portar, quando o assunto tratado fosse Maçonaria, pois, a obrigação do clero, na abordagem do Bispo de Olinda, amparado na visão metafórica da Bíblia, era conduzir da melhor forma possível o seu rebanho, chamando a atenção dos fiéis e conduzindo-os dentro do “verdadeiro caminho”. Através desta visão, é possível compreender a maneira utilizada por Dom Vital no seu texto, em relação aos homens entendidos como as principais vítimas da Maçonaria:

A todos ora nos dirigimos, mas com especialidade a vós, ó
homens illudidos que julgais que a Maçonaria consiste em

beneficências e banquetes; a vós, ó maçons, de grãos inferiores que ignorando os segredos da seita suppondes que elle não é hostil á Igreja, nem ao Estado [...] Meditai bem, meditai profundamente, ó homens de boa fé, nas seguintes palavras de um grande maçom: No alto da Ordem estão os homens perversos que não desejam senão riquezas, dominação e gozo, e para os quaes todos os meios são bons, contanto que sirvam para conseguir o fim. Mais abaixo estão aquelles que julgam ter alcançado o ultimo grão, EMQUANTO QUE NEM SEQUER TÊM SUBIDO O PRIMEIRO DEGRAO DO TEMPLO QUE LHES É DESCONHECIDO.¹²⁶ (Grifos nossos).

Observamos, diante das considerações efetuadas pelo Bispo de Olinda e Recife, uma posição de alerta frente às ações maçônicas, que tinham como característica definidora, segundo o religioso, uma face ludibriante e desestabilizadora do ponto de vista político, social e cultural. Podemos ainda perceber outras características que marcavam o discurso construído pelo clérigo e que se encontravam também presentes no documento analisado.

Dentre outros aspectos, a preocupação na utilização do ideário da conspiração e perseguição, que tinha no cristianismo de raiz católica o seu alvo principal. Unindo-se ao emprego do referido ideário, encontramos também a utilização do argumento, inclusive grafado todo ele em letras maiúsculas e que causava uma forte impressão, de que os maçons não conheciam na realidade os verdadeiros fins maçônicos. Ao lançar mão de tal alegação, os setores contrários à Maçonaria estabeleciam o elemento da dúvida, o que ajudava a dar uma maior densidade de verdade ao discurso construído.

Outro aspecto significativo e que transpõe especificamente a lógica interna do discurso, unindo a Pastoral publicada na década de 70 do século XIX, à linha editorial da *Revista Fronteiras*, era que a publicação católica tinha como objetivo principal utilizar imagem de Dom Vital, como exemplo e mártir, símbolo que deveria ser seguido e cultuado pelos católicos, representando uma prova concreta de todo o mal que a Maçonaria podia causar à sociedade e ao catolicismo.

A apropriação da imagem do religioso e a densidade dada à sua figura nos discursos dos órgãos de imprensa e dos intelectuais ligados ao catolicismo, constituíram-se na personificação do sentimento de resistência e defesa dos valores

¹²⁶ *Idem*, p.2.

fundamentais do catolicismo, frente à Maçonaria. O Bispo, foi então utilizado, enquanto personagem importante, no processo de desmonte e apresentação do verdadeiro caráter da Maçonaria, tornando-se inclusive, no discurso recristianizador das décadas de 1930-40, um Bispo de feições revolucionárias, um modelo a ser imitado pelos fiéis e intelectuais católicos, pelo fato de o frade Capuchinho ter combatido e se colocado de maneira ativa frente às ordens do Imperador Dom Pedro II e de toda uma elite política, na época, vinculada à Maçonaria.

Observamos ainda, a força da utilização da imagem de maneira mais concreta quando, a partir de 1922 ocorreu a fundação do Centro Dom Vital¹²⁷, sendo o religioso alçado à categoria de patrono e figura a ser lembrada por este espaço que se tornaria um dos mais importantes centros de difusão do ideário conservador e intelectual católico. Nesse sentido, o Centro Dom Vital cumpria ainda a missão de constituir-se num espaço de memória¹²⁸, uma vez que o Bispo de Olinda e Recife passou a desfrutar no seio do catolicismo militante das décadas de 1930 e 1940, o lugar de um personagem que sintetizava uma densa carga simbólica, representando o exemplo de um líder combativo e ao mesmo tempo “martirizado” por um regime político e pela Maçonaria. Isso era retomado pelos setores do catolicismo na associação, em alguns momentos, à situação vivenciada, principalmente apontando a perseguição que a instituição sofria sob a ação do ideário político liberal e maçônico e pela atuação de doutrinas qualificadas como exóticas, a exemplo do

¹²⁷Tendo à frente o intelectual católico Jacson Figueiredo apoiado pelo Cardeal Leme e outras figuras importantes tanto do seio da Igreja Católica Romana, do laicato e da elite intelectual católica do país, o centro Dom Vital surgiu em meados de maio de 1922, sendo os seus estatutos publicados nas edições de maio e junho de 1922. Dentre os objetivos principais que motivavam a fundação dessa instituição seria o de proferir uma “restauração espiritual dos nossos intelectuais”. Este Centro tornou-se num espaço de atração e formação de uma intelectualidade católica ativa, preocupada em desfrutar de uma presença cada vez maior tanto no campo das ideias quanto na política, tendo como público principais as classes médias e a elite. Procurando diminuir a possível sedução destes segmentos às “doutrinas exóticas”, como o materialismo, o positivismo, o marxismo e o maçnismo, compreendido por muito dos seus intelectuais como as faces da mesma moeda. Ver: DIAS, Romualdo. *Imagens da Ordem. A Doutrina Católica sobre autoridade no Brasil*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1996; CASALI, Alípio. *Elite intelectual e restauração da Igreja Católica*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995; MOURA, Carlos André Silva de. *Fé, saber e poder: os intelectuais entre a Restauração Católica e a política no Recife*. Prefeitura da Cidade do Recife, 2012.

¹²⁸Para pensar a importância da utilização de espaços para instituir, difundir e efetivar a utilização de determinada dimensão da memória social ver: LEGOFF, Jacques. *História e memória*. 5ª ed. Campinas, Editora Unicamp, 2003, p.419-476.

marxismo/comunismo que eram percebidas como corruptoras dos valores tradicionais da sociedade¹²⁹.

Neste sentido, Dom Vital tornava-se grande mártir do catolicismo brasileiro. O indivíduo que teria afrontado, de maneira contundente, “os filhos da viúva”, desmascarando a sua obra e alertando o povo brasileiro sobre os malefícios representados pela Maçonaria. Ainda durante a década de 1930 e 1940, como salientamos, encontraremos nas páginas da *Revista Fronteiras* várias referências ao papel desempenhado pelo citado religioso. Na maior parte das vezes, são narrativas que descrevem a figura do ex- Bispo de Olinda e Recife, como um verdadeiro combatente à obra maçônica, ao mesmo tempo em que era representado na condição de um sujeito perseguido e que provou de maneira amarga as consequências decorrentes de suas posições.

Aliado à representação do “guerreiro e perseguido”, localizamos no discurso desta publicação católica, a perspectiva de Dom Vital enquanto personagem de virtudes quase canônicas, onde a sua postura em desafiar as forças satânicas e maléficas representadas pela Maçonaria, daria margem para que fosse colocado no panteão dos mártires e santos.¹³⁰

Tal dimensão, representada pela “perseguição velada” sofrida pelo religioso pernambucano tornava-se sempre na tônica a ser explorada nos artigos publicados na revista. Por meio da recordação, onde a trajetória de vida do prelado era reconstituída pela ótica da perseguição e do sofrimento, principalmente após a sua prisão por ordem imperial e a sua morte prematura em 1878, tornava a narrativa do seu “martírio”, referência importante, numa visão rodeada por um forte apelo sentimental, aspecto que se pretendia estruturar a respeito deste religioso. Dom Vital transformava-se assim, num símbolo importante de luta contra a Maçonaria e a tudo o que aquela instituição representava¹³¹.

¹²⁹A concepção de organizações intermediárias que estaria a serviço da implantação, desenvolvimento e concretização de uma doutrina autoritária foi analisada na organização do Centro Dom Vital e o efeito simbólico da sua fundação no ano em que se comemorava o Centenário da Independência, data que desempenhava um forte poder simbólico no interior do imaginário sociocultural brasileiro. Ver: DIAS, Romualdo. *Imagens de ordem: a doutrina católica sobre autoridade no Brasil (1922-1935)*. São Paulo, UNESP, 1996, p.87-106.

¹³⁰PIO, Fernando. O Chantre Camello de Andrade. *Revista Fronteiras*, Recife jan.1940, p.3.

¹³¹A respeito da Questão Religiosa, os seus desdobramentos e a imagem de Dom Vital, ver: PEREIRA, Nilo. *Dom Vital e a Questão Religiosa no Brasil*. 2ª ed. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro; Recife: Arquivo Público Jordão Emerenciano, 1986; _____. *Conflitos entre a Igreja e o Estado*.

Tomando como referência um artigo publicado na *Revista Fronteiras* assinado pelo artista plástico pernambucano Vicente do Rego Monteiro, um dos principais expoentes da intelectualidade conservadora de raiz antissemita e antimaçônica na Era Vargas, observamos a concretização de, como a figura de Dom Vital foi utilizada.

Iniciando sua exposição com o objetivo de resgatar a figura de herói e das suas realizações frente ao Bispado de Recife e Olinda. Vicente do Rego Monteiro, retomou a ideia, largamente debatida durante os tempos de Dom Vital, do caráter diferente entre a maçonaria europeia e a brasileira, deixando clara a sua posição frente a tal questão. Para o artista plástico pernambucano, não existiam diferenças ideológicas entre estes dois ramos maçônicos; pois o discurso da diferença na verdade, era uma estratégia usada pelos maçons brasileiros para se aproveitarem e colocar em prática os seus planos mais nefastos.

Vicente Monteiro estabelecia na sua análise, a posição de aproximar o período em que Dom Vital combateu a Maçonaria, aos dias em que escrevia e refletia a respeito da instituição e suas práticas. Nesse sentido, o pintor pernambucano procurava então demonstrar e comprovar que as estratégias utilizadas pela Maçonaria no período do pastoreio de Dom Vital eram quase as mesmas aplicadas durante as décadas de 1930 e 1940, momento em que Monteiro refletia sobre as ações maçônicas.

Assegurando tal perspectiva, o artista plástico observava que, da mesma forma que os maçons pretendiam desestabilizar a ordem estabelecida no Século XIX, a Maçonaria pernambucana na década de 1930 tinha o mesmo objetivo, o de cerrar fileiras e combater qualquer tipo de disseminação do ideário católico.

A diferença apresentada pelo pintor pernambucano, com relação às práticas maçônicas do Século XIX, residia no fato de existir uma ênfase a mais na concretização do objetivo maçônico desestabilizador da sociedade: diferentemente ao período em que ocorreu a Questão Religiosa no Século XIX, em 1930 as fileiras maçônicas engrossavam com a participação do poder soviético e judaico. Ao procurar forjar tal relação, Vicente Monteiro, utilizava-se como assinalamos, da

lógica do mito da conspiração judaico-maçônica-comunista, como uma das maneiras de comprovar os reais interesses nutridos pelos maçons.

Através do texto publicado pelo artista pernambucano, podemos vislumbrar de maneira mais concreta o estilo empregado, inclusive, percebendo o jogo de palavras utilizadas e contidas no texto e que tinham como objetivo expresso, formular visões e imagens a respeito da Maçonaria, que acabavam reverberando sob os maçons, criando assim estigmas e estereótipos na forma como passavam a ser representados política, social e culturalmente.

Tais elementos, atuavam com eficácia, no interior do imaginário político, social e cultural do período. Para que possamos demonstrar, a articulação proposta pelo autor, na citação a seguir, onde Monteiro evidenciava como se organizava esta nefasta associação. Na sua visão, a estratégia estabelecida pelo “conluio judaico-comunista-maçônico” com o objetivo de alcançar o poder, seria o mesmo conjunto de forças que perseguiu Dom Vital. Para o artista, tal composição estruturou-se da seguinte forma:

O quanto estão ligados os interesses maçônicos aos interesses judaicos são inumeros os argumentos: Na França em 1813 Adriano Dupont, maçom e representante do povo, consegue que a constituinte adote a emancipação dos judeus [...] As estatísticas também falam: Na Russia comunista anti-christã, os judeus são os dominadores. Num total de 545 membros e administração comunista conta 347 judeus [...] Como uma justa reação contra as forças do mal, de Pernambuco partiu o primeiro grito contra a coligação maçônico-judaico, na pessoa de um pernambucano ilustre. Dom Frei Vital, Bispo de Olinda. Ele é um incentivo para nossa lucta nos tempos presentes.¹³²

Por meio desse trecho do artigo em discussão, é possível constatar a forma como o autor ajustava na ordem do seu discurso, a vinculação entre as forças maçônicas e judaicas. Na sua apreciação, Monteiro deixava claro que, as forças maçônicas e judaicas eram ao mesmo tempo complementares e entrelaçadas. Ao revelar a certa altura do texto que a junção destas forças era combatida por Dom Vital, o artista pretendia deixar expresso que existia uma anterioridade ao entrelaçamento judaico-maçônico e que o próprio Dom Vital esforçara em combater, mas que não desfrutou na sua empreitada do sucesso pretendido.

¹³²MONTEIRO, Vicente do Rêgo. Frei Vital. *Revista Fronteiras*, Recife mai.1936, p.4.

Ao explorar tal proposição, Monteiro contribuía na construção de uma voz de autoridade que ajudava a fortalecer, junto ao leitor, um sentimento de segurança sob as informações que estavam sendo por publicadas e que pretendiam dar conta das reais motivações que animavam a Maçonaria. Diante de tal atitude, outro aspecto que contribuiu para o sucesso dos argumentos defendidos, era o de que o seu artigo realizava o trabalho de lembrar as “verdadeiras raízes” da associação maçônico-judaico-comunista, vinculando-as à luta empreendida por Dom Vital durante a Questão Religiosa.

Os exemplos que foram discutidos pela imprensa e a intelectualidade conservadora e católica, que tinha com principal “*front* de combate”, as publicações relacionadas ao campo intelectual, político e cultural da hierarquia católica, construíram sobre os maçons e a Maçonaria, como foi possível observar ao longo do capítulo, um conjunto de visões que foram tornando-se instrumentos efetivos no estabelecimento de estereótipos e sentimentos, no sentido de formular uma carga de negatividade junto aos setores ligados aos “pedreiros-livres” e que se constituiriam em uma arma importante no processo de interdição das lojas e atividades maçônicas em Pernambuco, a partir do final de 1937.

É exatamente sobre os destinos que foram trilhados pela Maçonaria no pós-1937, quando o Governo Federal, por meio de uma resolução do Conselho de Segurança Nacional recomenda o fechamento das lojas maçônicas no país, que analisaremos no próximo capítulo a perspectiva que guardou uma relação intrínseca com todo o ideário antimaçom difundido por estes intelectuais ligados ao ideário católico e conservador, atuantes como caixas de ressonâncias política, social e cultural no sentido de construírem sobre os maçons e a instituição por eles representada, uma visão entremeada de preconceitos e estereótipos.

CAPÍTULO 4

A MAÇONARIA EM PERNAMBUCO NOS TEMPOS DO ESTADO NOVO (1937-1945)

4.1. A suspensão das atividades maçônicas em Pernambuco no prelúdio do Estado Novo.

A manhã de sábado do dia 23 de outubro de 1937, trazia estampada nas primeiras folhas dos principais jornais de circulação de Pernambuco, a notícia da recomendação do fechamento das lojas maçônicas do país e do Estado. Esta resolução tomada pela Comissão Executiva do Estado de Guerra, demarcava de alguma forma, o sentimento de autoritarismo e perseguição que o país atravessava, além de constituir-se num presságio aos acontecimentos que se desenrolariam cerca de quinze dias após com a instauração do Estado Novo, no dia 10 de novembro 1937. Esse ato de cerceamento à liberdade de associação e intensa fiscalização que marcaria a década de 1930, de forma geral, agravou-se após o movimento encampado pelos comunistas brasileiros no ano de 1935. Evento que acabou por intensificar decisivamente o sentimento anticomunista reinante nos meios políticos e intelectuais mais conservadores e na sociedade brasileira como um todo. (NETO, 2006, p.49; D'ARAUJO, 1999, p.14-26).

Favorecido por este forte sentimento anticomunista que se encontrava introjetado na cultura política da sociedade brasileira, podemos compreender a força que o discurso antimaçom, apresentado neste período, de vertente e inspiração anticomunista, desfrutou, não somente, na composição dos discursos, mas também no sentido de garantir a legitimidade para operar a interdição dos espaços maçônicos, sem uma contestação, mais efetiva, nem tanto da imprensa, nem dos setores maçons.

Esta carga de negatividade e o esforço em estabelecer relações de semelhança entre as ações maçônicas e comunistas, constituíram-se numa tônica

explorada nos jornais que circularam entre os dias 23 e 26 de outubro de 1937, tanto no âmbito do Estado de Pernambuco quanto na imprensa nacional. A referência dessa suposta relação estreita entre os maçons e comunistas, ganhava nos argumentos dos representantes da Comissão Executora de Guerra e dos setores militares, como no caso de Pernambuco, o Cel. Azambuja Villanova, fortes traços de antissemitismo, ao divulgar a ideia de que a Maçonaria, era representante diletta tanto do comunismo, quanto da propaganda sionista, como já analisamos no capítulo anterior.

O *Jornal do Comércio*, no dia 23 de outubro, trazia dois títulos referentes à disposição assumida pelo governo varguista na interdição das atividades maçônicas no país. O primeiro dos títulos, de maneira objetiva, destacava a notícia com as seguintes palavras: **“Determinado pela Comissão Executora do estado de Guerra, o fechamento de todas as Lojas Maçônicas do País”**¹³³. (Grifamos). Neste primeiro título, podemos observar, o caráter direto e seco, a respeito da mensagem veiculada pela matéria. O jornal não mostrava quais teriam sido as motivações reais, dimensão que seria mais bem explorada no segundo título da manchete, onde, com um sentido de desvelamento, os editores da notícia pretendiam apresentar quais teriam sido os motivos que haviam orientado tais medidas. O subtítulo assim se expressava: **“O coronel Azambuja Villanova põe em relevo os motivos em que se baseou aquela medida – os verdadeiros fins da instituição – Boa Fé dos maçons brasileiros – importantes revelações”**¹³⁴. (Grifamos).

¹³³ *Jornal do Comercio*, 23/10/1937, p.3

¹³⁴ Idem.



Fig. 09 – Matéria publicada no Jornal do Commercio, contendo a notícia de fechamento das Lojas Maçônicas no País e no Estado.
Fonte: APEJE

O conteúdo que ganhou forma ao longo do artigo, expressava uma forte visão anticomunista e antissemítica, restaurando o tema do complô judaico maçônico-comunista, tão largamente utilizado pela imprensa e por intelectuais da época, argumentando que, tanto a ideologia maçônica, quanto a comunista, estavam a serviço dos judeus. As declarações do Coronel, no sentido de apontar os malefícios causados pela Maçonaria à sociedade, se preocupa em resgatar várias narrativas que dessem força e sentido aos seus argumentos em defesa da proscrição das atividades maçônicas no país. O autor chega, inclusive a expor memórias familiares, ao relatar o pedido feito pelo seu avô no leito de morte para que nenhum dos seus filhos e parentes aderissem à Maçonaria, da qual o seu avô havia feito parte, pois existiam atividades nefastas que nem todos os integrantes sabiam, por conta da sua estrutura hierarquizada e ritualística.

No sentido de validar as suas declarações e lançar o artifício da dúvida sob a maçonaria, o Coronel Azambuja Villanova, mostrava o que representava um perigo

para a nação as supostas relações entre os “seguidores de Moscou” e “os filhos da Viúva”, concluindo, disse o Coronel Villanova:

Além disto certa loja dessa Capital expediu um prospecto político a todas lojas maçônicas do país, bastante divulgado, no qual se mostra aterrorizada com as ameaças contra a Liberdade, aparecidas constantemente, pelo surto dos extremismos, porém atacando só o Nazismo, o fascismo e o integralismo. Nesse manifesto é convocada toda a gente para combater a theorias de direita. Entretanto, por um “esquecimento”, talvez, nem se fala em comunismo.¹³⁵

Numa sociedade sistematicamente “assustada” pelo “fantasma do comunismo”, as declarações do militar ganhavam grandes proporções e repercutiam de maneira intensa não só na cidade, mas, em todo o estado. Verificamos a partir das citadas declarações, que, mesmo contando com um conjunto de imprecisões, ao falar sobre as supostas relações entre Maçonaria e Comunismo, como por exemplo, o caráter vago utilizado pelo Coronel, ao citar uma loja maçônica que havia divulgado um texto político, sem citar o nome da mesma. Em uma sociedade que não estivesse tomada pela histeria da perseguição e caça à dita subversão, constituir-se-ia num elemento de questionamento, tanto por parte da imprensa, quanto por parte dos segmentos defensores da liberdade e da democracia.

Outro aspecto que destacamos em nossa análise é a forma como a reportagem encontrava-se elaborada e veiculada no jornal, apontando o sentido de quais as posições da imprensa frente a tal questão. A partir do estilo empregado no artigo, podemos assinalar que a posição tanto do *Jornal do Comércio*, quanto do *Diário da Manhã*, jornais de grande circulação na capital pernambucana, expressavam um sentimento de compartilhamento com as declarações do Coronel Azambuja Villanova. Essa perspectiva pode ser salientada porque nos dois periódicos, que informaram um conjunto farto de detalhes sobre o caso não se encontra em nenhum dos dois, algo que se contrapusesse à versão oficial produzida. Até mesmo por parte da Maçonaria, fato que mostra que, ao dar publicidade a tal resolução, a imprensa estava cumprindo o seu dever cívico de

¹³⁵ O coronel Azambuja Villanova põe em relevo os motivos em que se baseou aquela medida – os verdadeiros fins da Instituição – Boa Fé dos maçons - brasileiros importantes revelações. *Jornal do Comercio*, Recife, 23/10/1937, p.3.

defesa da pátria, contra elementos considerados desagregadores da moral e dos considerados bons costumes.

Ainda no dia 21 de novembro, dois dias antes da notícia do fechamento das lojas ser veiculado pela imprensa, o então Governador de Pernambuco, Carlos de Lima Cavalcanti, recebia de José Carlos Macedo, Presidente da Comissão do Estado de Guerra instituído no início do mesmo mês, um telegrama que ordenava o fechamento imediato das lojas maçônicas existentes em Pernambuco. A ordem foi executada prontamente, pois, no outro dia, o Governador telegrafava para o “triumvirato”, composto pelo Ministro Macedo de Soares, General Newton Cavalcanti e o Almirante Dario Paes Lemos, as autoridades responsáveis pela comissão executora do Estado de Guerra.

No telegrama enviado, o Governador informava o fechamento de diversas lojas maçônicas da capital, entre elas a Redenção do Oriente, Cavalheiro do Oriente, Cavalheiros Templários, Firmeza e Humanidade e a Grande Loja Simbólica de Pernambuco, como também a apreensão dos arquivos das referidas lojas.¹³⁶

Depois da execução do processo de busca e apreensão em algumas lojas da capital, Carlos de Lima Cavalcanti repassou o processo de interdição das oficinas maçônicas existentes no Estado, para o 2º Delegado Auxiliar do Recife, Adalberto Maciel, autoridade que ficou responsável em telegrafar aos delegados e representantes da força policial, nos vários municípios do estado, comunicando a ordem expedida pela comissão de Guerra.

A partir do pesquisamos junto ao arquivo da Delegacia de Ordem Política e Social/Seção Pernambuco, no Arquivo Público Estadual, localizamos cerca de doze telegramas de alguns municípios pernambucanos, entre eles: Angelim, Sirinhaém, Garanhuns, Rio Branco (atual Arcoverde), Canhotinho, Quipapá, Maraial, Salgueiro, Caruaru, Cabrobó e Bodocó, que nos trazem informações sobre a forma como decorreu o processo de fechamento das lojas que existiam em algumas destas cidades.

Dos municípios elencados, somente quatro deles contavam com agremiações maçônicas, eram elas: Canhotinho, Caruaru, Rio Branco (Atual Arcoverde) e Garanhuns. A loja maçônica existente em Quipapá, tinha sido fechada em 1930,

¹³⁶Diário da Manhã, Recife, 23/10/1937, p.1-3.

porém, uma parte do grupo de maçons remanescente desta oficina, fundou uma loja maçônica em Canhotinho. Devido ao fato, Josino Lima, então Delegado de Quipapá, recomendava ao 2º Delegado Auxiliar do Recife, que fosse solicitado ao seu colega de Canhotinho, os móveis e arquivos que haviam pertencido à loja que existiu em Quipapá.¹³⁷

Além dos telegramas, encontramos ofícios de delegacias pertencentes a outros municípios que não foram citados acima, os quais informavam como se desenrolou os trâmites do fechamento das lojas e o destino que foi dado ao seu patrimônio. Os delegados de Bom Conselho, Altinho, Belo Jardim, Nazaré da Mata, Vitória de Santo Antão, João Alfredo, Ipojuca, Gravatá e Jaboatão, ao invés de enviarem telegramas a Adalberto Maciel, o 2º Delegado Auxiliar do Recife, remeteram ofícios timbrados das respectivas unidades citadas, com informações a respeito de quais tinham sido os direcionamentos tomados.

Deste conjunto de cidades, somente Bom Conselho, Belo Jardim, Vitória e Goiana, possuíam sede da Maçonaria. Na cidade de Gravatá, o acervo da oficina Saúde e Fraternidade, loja que havia mantido o seu funcionamento até o dia 02 de novembro de 1936 e, depois desta data, como relatou o Delegado da cidade, tinha “abatido Colunas”, encontrava-se em poder de Dinamerico Apolinário, ex-Secretário daquela loja todo o resto do patrimônio. O prédio em que funcionava, na rua Dr. Amaury de Medeiros, s/n, foi doado pelos seus obreiros ao Centro Espirita Enviado de Jesus. Esta possível “boa ação” dos maçons gravataenses, justificava-se pelo fato de que, as relações entre maçons e espíritas eram próximas. Podemos com alguma certeza, inferir que, muitos dos filiados à maçonaria gravataense fossem adeptos da doutrina kardecista.¹³⁸

Um aspecto que nos chamou a atenção com relação aos ofícios produzidos e enviados pelas autoridades policiais dos municípios, principalmente aqueles em que encontramos sedes maçônicas, era que, alguns deles, quando recebidos pelas autoridades da 2ª Delegacia Auxiliar do Recife, anotavam em algumas das extremidades de alguns desses ofícios, que não haviam recebido o material que as delegacias dos municípios haviam supostamente enviado e que era relatado nas

¹³⁷Telegrama Particular. Recife, 25/10/1937. Prontuário Funcional 7212 – DOPS – APEJE.

¹³⁸Ofício nº104. Recife, 24/10/1937. Prontuário Funcional 28897 – DOPS – APEJE.

considerações dos delegados. Esses relatos estão nos ofícios de apreensão do material e arquivos das lojas maçônicas de Gravatá, Vitória, Bom Conselho e Goiana.

Tomaremos como exemplo para análise, no sentido de explorar situação a que nos referimos, o ofício nº 341, encaminhado pelo Delegado da 1ª Zona Regional, com sede na cidade de Vitória, ao 2º Delegado Auxiliar, Adalberto Maciel, o qual reproduzimos abaixo:

Vitória, 27 de Outubro de 1937
Ilmo. Snr. Doutor Segundo Delegado Auxiliar

De acordo com o vosso telegrama de 22 do corrente fechei a Loja Maçônica “Segredo e Verdade” existente nesta cidade e apreendi o respectivo arquivo o qual vos remeto para fins convenientes.

Saude e Fraternidade

L. Resende
Delegado¹³⁹

Como é possível observar, a partir das considerações efetuadas pelo Delegado Regional, as ordens com relação ao fechamento da loja maçônica assim como a apreensão do material e dos documentos haviam sido cumpridas. Porém um mistério tomou conta deste processo, pois ao ser vistoriado pelos funcionários da 2ª Delegacia, como podemos ver na parte lateral desse ofício, redigido à mão, estar a seguinte observação: “não foi recebido os objetos a que tratou este ofício”¹⁴⁰, datado do dia 28 de outubro de 1937, seguido de uma assinatura não legível, da pessoa que ficou encarregada de examinar o material despachado pelas delegacias do interior.

Esse fato, como sinalizamos, não ficou circunscrito apenas ao caso da Loja Segredo e Verdade, outras lojas maçônicas, as cidades que foram citadas acima, também tiveram os seus arquivos extraviados como verificamos, nas observações que os funcionários da 2º Delegacia Auxiliar redigiram nos ofícios que chegaram ao Departamento de Polícia. Uma questão se impõe diante desta rede de mistérios e

¹³⁹ Ofício nº 341. Recife, 27/10/1937. Prontuário Funcional 28897 – DOPS - APEJE.

¹⁴⁰ Idem

intrigas: onde foi parar o material das lojas interditadas e por que não chegaram ao seu destino?

Acreditamos que a resposta possível para pode ser esboçada, guiando as nossas observações sobre os trajetos que possam ajudar o leitor na compreensão, inclusive, do impasse que se formou frente ao destino dos arquivos maçônicos. Questão que, a partir de 1945, quando da suspensão da proibição das atividades maçônicas no Estado, tomou conta da pauta dos ofícios encaminhados pelos responsáveis legais pelas lojas maçônicas, na tentativa de reaver o material extraviado pela polícia política, solicitação a qual muitas lojas não alcançaram o sucesso pretendido.

Aberto este pequeno parêntese para apontar os caminhos e descaminhos atravessados pelas lojas maçônicas e seus arquivos, voltaremos a nossa argumentação no sentido de pensar quais foram os percursos trilhados pelo material apreendido pelas delegacias do interior. Um ponto que contribui para pensar essa questão, orienta-se no sentido da probabilidade de que os maçons das respectivas cidades, muitos desempenhando papel de destaque social, prestígio e influência, além de relações de proximidade com as autoridades locais, tivessem conseguido extraviar parte do material apreendido, principalmente, aquele referente aos rituais e informações tidas como “secretas” pelos maçons.

Um exemplo dessa estratégia de intervenção dos maçons no sentido da Delegacia de Ordem Social não ficar com o arquivo e instrumentos do trabalho maçônico, podemos verificar, a partir da memória de um maçom que pertenceu à loja Rio Branco, localizada na cidade de Arcoverde. A partir da sua fala Valdir Moreno reproduziu uma versão, de como os “irmãos maçons” daquela oficina, encontraram uma maneira de preservar o seu acervo, sem entregá-lo completamente:

Lembro o irmão Valdir Moreno, sempre cauteloso em suas informações para não incorrer em erro, que, em 1938, o venerável Aprigio Estevam Tavares fora procurado pelo Sargento/Delegado da cidade e que lhe apresentará ofício da chefia de polícia da Capital, determinando a dissolução da maçonaria arcoverdense para sempre. E para que da mesma nada restasse, fossem todos os seus bens alienados (vendidos, doados etc.), de modo que não deixassem marca

para reativação. Naquele tempo era precária a iluminação pública, ficando a cidade às claras somente no começo da noite. Valendo-se disto, o Venerável Aprigio, durante a madrugada, com outros irmãos foram ao Templo e o esvaziaram, levando para seus cuidados os instrumentos de trabalho maçônico e demais pertences. (FERREIRA, s/d, p.4).

O testemunho deste maçom, contribui, de forma decisiva, no sentido de construir uma possibilidade de interpretação, acerca dos possíveis destinos trilhados pelos acervos maçônicos das lojas do interior que não foram encontrados pelos funcionários da 2ª Delegacia Auxiliar do Recife. A narrativa de Valdir Moreno, mesmo se referindo a um evento acontecido nos meses iniciais do ano de 1938, quando a Secretária de Segurança Pública pretendia endurecer suas ações contra os maçons pernambucanos, com o objetivo de banir qualquer tipo de tentativa de reorganização maçônica em Pernambuco.

O cenário descrito pelo maçom arcoverdense, não deixou de colaborar para que possamos ventilar a possibilidade concreta de uma ação direta dos maçons, ligados às oficinas elencadas, na defesa do seu patrimônio. O exemplo fornecido constituiu-se, portanto, num dado importante para garantir, com certa margem de segurança, a hipótese por nós aventada: de que, os arquivos das cidades de Gravatá, Vitória, Bom Conselho e Goiana, que teriam, supostamente, sido remetidos, mas não chegaram ao seu destino final; foram, de alguma maneira, interceptados pelos maçons destas cidades, sugerindo assim, através desta reflexão, uma luz sobre a cortina de fumaça que enevoava os desdobramentos deste caso.

Os meses de outubro e novembro foram de intensas transformações no cenário político brasileiro, principalmente, no caminho que levaria a um endurecimento do conservadorismo do nosso sistema político. Com a supressão do estado democrático, representado pela instauração do Estado Novo no país, que tinha como uma das suas justificativas mais prementes a intensificação do combate ao comunismo, principalmente após a descoberta e, ampla divulgação, feita pela imprensa do Plano Cohen¹⁴¹, que teria sido supostamente forjado pelos comunistas com objetivo de tomar o poder.

¹⁴¹ O Plano foi revelado pelo governo brasileiro e continha um suposto plano comunista com o objetivo expresso de tomar o poder. Como não houve questionamento da autenticidade do

Diante de tal contexto, não podemos deixar de observar, como ponderamos anteriormente, que as atitudes de fechamento das lojas maçônicas, justificadas por alguns dos colaboradores mais diretos do regime, devido às possíveis relações com o comunismo, seriam um dos primeiros atos que desaguiariam no processo de fiscalização e suspensão de atividades de outras sociedades civis constituídas, a exemplo dos partidos políticos que seriam fechados com a deflagração do Estado Novo no Brasil. Tais posicionamentos, ilustram a mentalidade e uma Cultura política conservadoras e autoritárias, que existiam no país, onde os nossos problemas políticos, ao invés de serem resolvidos dentro da ordem democrática, deveriam ser solucionados com a suspensão dela.

Em 10 de novembro de 1937, o Coronel Azambuja Villanova, Comandante da 7ª Região Militar, sediada na cidade do Recife, recebia o telegrama do Ministro da Justiça, Francisco Campos, comunicando a resolução por parte do Presidente Getúlio Vargas: a intervenção federal no Estado de Pernambuco. Destituindo o Governador Carlos de Lima Cavalcanti, figura que havia dado apoio e sustentação ao processo de organização do Estado pós-1930, mas que junto com Juracy Magalhães não compartilhava dos projetos ditatoriais de Vargas. A justificativa construída para operar esta substituição, nas palavras do comandante militar a atitude federal, amparava-se no fato de que a:

Situação política de Pernambuco já não podia causar surpresa como não podia surpreender a intervenção federal decreta para o Estado da Bahia. Em face de casos anteriores o snr. Presidente da Republica já não podia confiar nos snrs. Lima Cavalcanti e Juracy Magalhães. O paiz precisa de calma e de ordem.¹⁴²

O sentimento que o Coronel Azambuja, pretendia explorar nas suas declarações à imprensa local, era a visão de que os segmentos políticos que representavam o Estado e que haviam colaborado com o regime varguista no

documento, no dia 01 de outubro de 1937, Getúlio Vargas solicitou ao Congresso Nacional a decretação do Estado de Guerra, concedido naquele mesmo dia. Em seguida, usando dos poderes que esse instrumento lhe atribuía, deu início a uma intensa perseguição aos comunistas e também a opositores políticos, como o governador gaúcho Flores da Cunha, último grande obstáculo ao seu projeto autoritário. Este plano teve como um dos principais desdobramentos a implantação no dia 10 de novembro de 1937, de um novo regime que ficou conhecido como Estado Novo inaugurando uma nova fase política no país, simbolizado por um governo ditatorial.

¹⁴² NOVAS declarações do Coronel Villanova. *Jornal Pequeno*, Recife, 11/11/1937, p.1.

período anterior ao Estado Novo, não tinham fornecido provas de fidelidade às orientações dadas pelo Presidente da República.

Tal visão era compartilhadas pelos colaboradores do novo regime como foi o caso das declarações do Capitão de Fragata, Idelfonso Gouveia, um dos personagens que se encontravam no Palácio do Campo das Princesas, no momento em que Carlos de Lima Cavalcanti era deposto, a partir das ordens recebidas da capital federal.

Nas palavras do Oficial da Marinha, encontramos o reforço dos argumentos e do discurso oficial, onde os temas da ordem e tranquilidade, constituíam a tônica. Para o citado oficial, o país ficaria tranquilizado, “com o acto do Governo Federal, não só dissolvendo a câmara e o senado, como também, decretando a intervenção federal para os estados de Pernambuco e Bahia, focos das alarmantes actividades de elementos bolchevistas”.¹⁴³

Menos de um mês da instalação do Estado Novo, em Pernambuco o Comandante da Região Militar, a partir da reordenação das forças políticas, era substituído pelo político Agamenon Magalhães, um dos mais importantes e diletos colaboradores do varguismo. Agamenon Magalhães chegou a Pernambuco, no dia 03 de dezembro de 1937, como informa o historiador José Maria Neto (2006, p.1) com a missão de materializar no estado, da maneira mais próxima possível a proposta política do Estado Novo. Para executá-la, Agamenon Magalhães construiu uma “sofisticada rede política, não só para manter-se no poder como também para cooptar os diversos setores da sociedade para o projeto estadonovista”.¹⁴⁴

A conduta de Agamenon e dos seus auxiliares de governo, não foi muito modificada em relação à situação vivenciada pela maçonaria pernambucana, permanecendo a mesma realidade, imposta a partir de outubro de 1937. Orientando-se pela mesma política e visão implantada pelo seu antecessor, o Comandante da 7ª Região Militar, sediada no Recife, Coronel Azambuja Villanova. Diante deste contexto, a realidade maçônica em Pernambuco seria, de maneira geral, de desmobilização, mesmo com a ação pontual de alguns maçons que, durante o

¹⁴³Idem, p.1.

¹⁴⁴Idem, ibidem.

período de 1937-1945, tentaram através de solicitações reorganizarem a vida maçônica no Estado.

A orientação oficial foi a continuidade da política de supressão das atividades maçônicas em Pernambuco, inclusive com a tentativa de liquidação do seu patrimônio. Observaremos, nesses anos de supressão das liberdades, uma postura de silenciamento e de bloqueio, por parte da Secretaria de Segurança Pública do Estado, o que ficou evidente em relação aos maçons, não permitindo, o funcionamento de lojas mesmo com a reativação das atividades da Maçonaria no Rio de Janeiro, Minas Gerais e em São Paulo, entre o ano de 1938 e ao longo da primeira metade da década de 1940. Os maçons pernambucanos permaneceram proscritos das suas atividades até 1945.

4.2. “Os filhos da viúva” no Estado Novo em Pernambuco (1937-1945)

No dia 15 de dezembro de 1938, mais de um ano após a ordenação do fechamento das lojas maçônicas em Pernambuco, a oficina maçônica Barão do Rio Branco, localizada, na cidade de Rio Branco, interior de Pernambuco (atual Arcoverde), teve suas portas reabertas, com a presença dos seus membros. Porém, a reunião que aconteceria nas suas dependências na Rua Cardeal Arcoverde, no centro da cidade, não se revestia de nenhum caráter festivo, tendo como objetivo principal, cumprir uma nova determinação expedida pelo Dr. Etelvino Lins, Secretário de Segurança Pública do Estado, que, através do ofício nº 2570, enviado no dia 22 de outubro de 1938, recomendava o encerramento definitivo e a extinção das lojas maçônicas no Estado.¹⁴⁵

Segundo o relato do Delegado de Polícia Política local, o Sargento do 3º Batalhão, Paulo Ferreira Dantas, após entrar em entendimento com os membros da loja e a formação de uma comissão com cidadãos de Rio Branco que não tinham vinculação com a oficina maçônica local, cidadãos estes, com autoridade de dispor e decidir qual seria o destino do patrimônio da Loja Barão do Rio Branco. Foi então,

¹⁴⁵ Ata da Sessão Extraordinária. Rio Branco/PE, 15/12/1938. Prontuário funcional 1527 B – DOPS - APEJE.

autorizada à abertura da sede desta oficina maçônica, para a realização de uma reunião, com finalidades muito precisas, ou seja, deliberar e votar as seguintes questões:

PRIMEIRO: desligar a referida Loja da obediência do Grande Oriente e Supremo Conselho do Brasil, tornando-se uma organização independente; SEGUNDO: nomear uma comissão de cidadãos idoneos, residentes nesta cidade com poderes bastante geraes que lhes ficam outorgado desde já vender todos os haveres, bens moveis e imóveis da referida loja, assim como assinar documentos dar quitação, pagar seus débitos e se saldo houver fazer doação ao mesmo a quem julgar conveniente: TERCEIRO: extinguir para sempre a loja Maçônica Barão do Rio Branco.¹⁴⁶

Através do trecho acima é possível observarmos que as exigências e recomendações enviadas pela Secretaria de Segurança Pública de Pernambuco, para serem cumpridas, endureceriam ainda mais com relação aos setores maçônicos no estado; propondo inclusive, como ficou pontuado na terceira questão, a eliminação da loja maçônica local, podemos, então, verificar na maneira como o terceiro ponto foi redigido, a utilização de uma postura e argumento com forte teor autoritário. O ponto em questão, atrelado às outras duas determinações foram colocados em votação e aprovados pela assembleia formada por maçons e não maçons, constituindo-se em exemplos que expressou qual foi a postura oficial no Estado Novo em Pernambuco, com relação aos segmentos maçônicos.

Muito do desejo pelo silenciamento dos maçons locais, principalmente, com o advento do Estado Novo, devia-se pelo fato de que, parte do secretariado de Agamenon foi formada do ponto de vista intelectual, tanto dentro de uma forte cultura anticomunista, quanto de um antimaçonismo, que, na visão desses setores, nada mais era do que um desdobramento daquele ideário político, patrocinado em grande parte pelo judaísmo internacional.

Sob tal aspecto, como apontamos em outras passagens desse nosso estudo, esta visão tinha um lastro ambientado no forte sentimento antissemita, introjetado em muitos dos líderes intelectuais e políticos pernambucanos, que ganhavam espaço no governo Agamenon. Pois muitos deles, foram diletos pupilos dos ensinamentos e da formação intelectual forjada pela Congregação Mariana do

¹⁴⁶Idem

Colégio Nóbrega, no período, uma das associações mais dinâmicas e reconhecidas pelo seu conservadorismo.

Segundo Silvia Cortez Silva (2010, p.132), o *staff* do Estado Novo, sob a intervenção de Agamenon, era, em grande parte, formada por figuras que se encontravam vinculadas aos setores intelectuais ligados ao ideário católico e que eram remanescentes da Congregação Mariana do Colégio Nóbrega, sendo neste sentido “filhos intelectuais” do Padre Antônio Fernandes, o principal mentor dos congregados, personagem que teria nos “tempos de Agamenon”, uma livre circulação nos espaços de poder.

Um dos mais importantes colaboradores do governo Agamenon e Secretário de Segurança Pública, Etelvino Lins, a partir de dezembro de 1937, tinha militado e formado o seu caráter e intelectualidade, neste centro de sociabilidade católica e conservadora. Tal ideário assumiu gradativamente mais espaço no interior do campo político e intelectual pernambucano e nacional no pós-1930, a partir da estratégia de reaproximação entre Igreja Católica e o Estado, fomentando assim, um ideário recristianizador e restaurador dos valores e visões de mundo católico com maior força a partir do advento do Estado Novo. (ATAÍDE, 2001; DIAS, 1996; MOURA, 2012).

No caso de Pernambuco, através de Agamenon Magalhães, procurou-se construir a cópia fiel e mais aproximada do modelo idealizado por Getúlio Vargas e seus colaboradores mais diletos, dentre eles, o próprio interventor pernambucano. Diante dessa configuração de poder político, é possível observar, que, os congregados estariam, tanto no primeiro, quanto nos demais escalões da administração do Estado, usufruindo assim, de uma rede de sociabilidades e solidariedades, que não deixariam de influenciar e efetivar de alguma maneira as estratégias de ação do novo regime, principalmente, com relação a determinados segmentos. Animados por este “espírito novo”, emanado pelo regime político que se instaurava, seriam abertas várias cruzadas contra valores e práticas compreendidas como contrárias à visão que moldava o Estado Novo. (PIRES, 2008; SILVA, 2010).

Neste sentido, os maçons, o carnaval de rua, as religiões de origens africana, as doutrinas espíritas e protestantes, nada passava incólume aos olhos do Estado, que desempenhava uma postura vigilante, comportamento próprio de um regime

autoritário e de força, como o instaurado pelo Estado Novo. Dentro de tal lógica, todo e qualquer segmento que não se enquadrasse dentro da visão de mundo da Igreja Católica, passou então a ser julgado pelo signo da desconfiança, sendo alvo do poder fiscalizador e investigativo do Estado. (CAMPOS, 2009).

As aproximações dos representantes da intelectualidade católica conservadora, via congregação mariana, dos órgãos de segurança e repressão, passaram a constituir-se uma rotina. Um dos intelectuais pernambucanos, que presenciou a instalação desta lógica, entremeada de intolerância, violência e perseguições, foi o escritor Paulo Cavalcanti (1985, p.21). No seu livro de memórias, esse autor remontou o cenário de espionagem e perseguição instaurado pela força policial do Estado Novo, traçando as suas ligações com a intelectualidade e com o laicato católico, que tinha nos congregados marianos o seu modelo mais elaborado.

Relembrando aquele contexto, Paulo Cavalcanti pintou um quadro em vivas cores, do momento político tão importante de Pernambuco, destacando o posicionamento de autoritarismo, que marcou os “tempos de Agamenon”, desconstruindo assim, a versão que o governo pretendia construir, como uma verdade a ser imposta na memória pernambucana:

A polícia de Agamenon Magalhães sob a influencia dos congregados marianos e do seu líder, o Padre Jesuíta Antonio Fernandes, se arrogava o direito de espionar as atividades dos “nova-seitas”, dos “catimbozeiros”, dos “venerandos-irmãos” e dos espiritas, tratando-os sob a vala comum dos excomungados da Igreja ou dos perseguidos políticos da ditadura do Estado Novo. (1985, p.21).

Os “venerandos-irmãos” era o termo utilizado pelos intelectuais do segmento católico, com um tom de ironia, para se reportar aos maçons. Como podemos observar no testemunho de Paulo Cavalcanti, os considerados suspeitos eram encarados e reduzidos à lógica da suspeição implantada pelo aparato policial varguista e intensificado nos tempos do Estado Novo (SILVA, 2002) como sendo da mesma categoria os protestantes, espiritas e praticantes das religiões de origens africanas. Na visão e no discurso das autoridades policiais, esses segmentos de alguma maneira sofriam uma espécie de homogeneização, uma vez que a postura vigilante e a repressão eram iguais para todos eles.

Outra figura que, junto com Cavalcanti, testemunhou a respeito do poder usufruído pelos Congregados Marianos, na equipe de Agamenon, foi o jornalista e político pernambucano, Andrade Lima Filho, no seu livro *China Gordo: Agamenon e sua época* (1976). Obra que mescla dados autobiográficos, com uma percepção do autor sobre a realidade política, tanto da fase em que Agamenon foi interventor quanto do momento em que o político voltou ao governo de Pernambuco de forma democrática.

Esse autor, destacou a influencia e o poder de Agamenon, na elaboração de uma bem urdida trama política, tendo como espaço privilegiado de sua atuação política as diversas regiões e setores do estado. Andrade Lima destacou ainda, o prestígio e a influência que a Congregação Mariana desfrutava no interior e espaços de poder do Estado Novo, aspecto que podia ser vislumbrado, a partir dos vários cargos administrativos de relevância ou até mesmo de 2º escalão, que muitos dos seus “antigos” filiados desempenharam na interventoria do “China Gordo”, a partir de dezembro de 1937.

Sob tal aspecto Andrade Lima observou:

Oriundos todos da então poderosa Congregação Mariana, à época dirigida pelo famoso jesuíta hindu padre Antonio Fernandes, compunham eles a “inteligentzia” totalitária de Agamenon. Lá estavam: na Segurança, Etelvino Lins, seu Pina Manique; na Fazenda, Manuel Lubambo, o maurrasiano do grupo monarquista de Fronteiras; na Justiça, com a saída de Moura, Arnóbio Tenório, antes ocupante da secretaria do Governo; e, na Agricultura, Apolônio Sales, fazendo estágio para o Ministério, onde alternaria, depois, a criação de perus de raça com a prática dos exercícios espirituais, acumulando, assim, as vitualhas do corpo e as provisões da alma. Mas havia outros “infantes”: Nilo Pereira, por exemplo, colocado, à inglesa, no seu “righth place”, isto é, o setor da Educação, ainda departamento, ou José Maria Albuquerque Melo, que substituiu Tenório na secretária do Governo e a quem incumbia, entre outras coisas, encaminhar, depois de datilografado e revisto, o artigo de Agamenon para a Folha da Manhã. (FILHO, 1976, p.43).

Diante desse quadro de profissionais que, além do rigor técnico, ainda destacavam-se como exímios católicos militantes, ocupando locais e funções de direcionamento e implantação de políticas para o Estado, não podemos deixar de

considerar a força que tiveram, no sentido de impedir qualquer projeto ou ação de setores que não estivessem alinhados com a visão de mundo católico. Tais aspectos, como podem observar a partir das memórias tanto de Paul Cavalcanti, quanto de Andrade Lima, acabou voltando-se para vários segmentos sociais e políticos, a exemplo, no caso mais específico do nosso estudo, dos maçons.

É bem provável que a dificuldade em reorganizar a vida maçônica em Pernambuco no pós-1937, deu-se em grande medida devido à pressão que os congregados realizavam para barrar qualquer possibilidade de retorno ao cenário pernambucano das atividades maçônicas. Assim, enquanto no Rio de Janeiro as atividades maçônicas voltaram à normalidade, a partir de janeiro de 1938, em Pernambuco, estas atividades permaneceram suspensas até 1945, quando as colunas do Estado Novo, começaram a ruir.

Como podemos perceber, a atitude em relação aos maçons por parte do governo estadual, conduzia-se pela estratégia do silenciamento. Sem a menor preocupação em trazer este assunto para o debate, atitude que em nada destoava da própria condição do momento: o de um regime ditatorial. Nesse cenário, poucas vozes trariam algum tipo de defesa para as acusações que eram lançadas contra a Maçonaria e que eram conhecidas e repetidas dentro do forte discurso antimaçom, que continuava a ser produzido pelos opositores dessa associação.

Dentre as vozes que defenderam a Maçonaria e quebraram as paredes de silêncio que rodeava a instituição, encontramos a figura de Mário Melo, maçom de longa data, que havia sido ligado à organização da Grande Loja de Pernambuco e também aos debates a respeito do ensino laico, entre os anos de 1932 e 1933. Mesmo colaborando com o Estado Novo, Mário Melo não se furtou em defender a Maçonaria contra a associação que era feita da instituição com o judaísmo, comunismo e totalitarismo, que impregnou a imprensa pernambucana no ano de 1939.

No artigo publicado no *Jornal do Comércio* em outubro de 1939, Mário Melo então Secretário Perpétuo do Instituto Histórico de Pernambuco, utilizando o seu estilo ácido e contundente, além de um tom polêmico, realizou no citado texto uma análise sobre a Maçonaria e o lugar assumido pela instituição no interior de um

ambiente de transformações e ideologias de carácter extremistas, como o vivenciado em fins da década de 1930 até meados de 1940.

O autor vai desferir uma crítica categórica, tendo como alvo os jornalistas, seus colegas de profissão, que ao invés de utilizar um espaço de debates públicos como a imprensa com o objetivo de prestar um serviço relevante para a sociedade no sentido de fornecer explicações, acabavam que “por interesses inconfessáveis, deturpam os factos, usam de artimanhas, no sentido de justificar a causa ruim que abraçaram”.¹⁴⁷

Após esta primeira discussão, que remetia ao campo da ética profissional, o jornalista pernambucano centra o seu foco analítico no sentido de argumentar e elucidar as relações e a tríade, por ele exposta no título do artigo, que versavam a respeito das possíveis relações entre o Maçonismo, Judaísmo e Totalitarismo. A respeito desses aspectos, a posição de Mário Melo foi realizar a distinção de cada um destes elementos, apontando que tanto o Comunismo quanto o Nazismo eram doutrinas políticas condenadas pela Maçonaria, assim enfatizava o velho maçom:

A Maçonaria é refractaria a totalitarismos, donde sua acção doutrinaria, no século passado, contra as monarchias absolutas. Pela mesma causa os regimes totalitários não admitem o funcionamento da Maçonaria. Demais, o comunismo é ateu, e a Maçonaria – refiro-me á Maçonaria authentica e não as sociedades secretas que se rotulam de Maçonaria – tem Deus como principio básico. O Nazismo é pagão e a Maçonaria e Theista.¹⁴⁸

Ao destacar, qual o lugar da Maçonaria frente aos totalitarismos, inclusive observando a existência de uma maçonaria verdadeira frente à uma outra, onde não eram encontrados os legítimos princípios maçônicos, o autor demarcava qual o lugar da Maçonaria dentro de um cenário político onde ela era alvo das mais infundadas inverdades.

Outro aspecto, que podemos observar nos argumentos do jornalista e membro do Instituto Histórico Pernambucano, era marcar de uma vez por todas as diferenças entre Maçonaria e Comunismo, enfocando, que essa doutrina diferente daquela, era ateia, enquanto que a “verdadeira” Maçonaria tinha como um dos

¹⁴⁷ *Jornal do Comercio*, Recife 06/10/1939, p.2.

¹⁴⁸ *Idem*.

princípios basilares a crença numa divindade superior, sendo então uma sociedade teísta.

Constatamos através, dos argumentos expostos, que Mario Melo desconsiderava a Maçonaria de raiz francesa, ramo maçônico onde a crença numa entidade superior, não se constituía num princípio tão fundamental quanto aquelas que praticavam o Rito Escocês Antigo e Aceito¹⁴⁹. Pelo que podemos observar nas considerações do jornalista, ele deveria ser filiado mais ao ramo escocês, pelas suas posições políticas tidas como mais conservadoras.

Isto torna evidente que Mário Melo se tornou, com a instauração do Estado Novo, um dos seus colaboradores mais eficazes à frente da Comissão Administrativa do Estado. O desempenho da função não se deu somente pelas relações de amizade com Agamenon, mas também por compartilhar, de alguma maneira, da visão de que, a necessidade deste regime colocaria freios em possíveis desdobramentos políticos que conduzissem ao comunismo. Esta ideia era muito forte na Cultura Política do período, fato que não deixou de atingir a visão política de um intelectual da estatura de Mário Melo. (FONSECA, 2001, p.27-28).

É importante ressaltar que a publicação do seu texto, mesmo não fazendo menção em nenhum parágrafo sobre a situação de banimento vivenciada pelas lojas maçônicas pernambucanas, a exemplo do que acontecia nos regimes totalitários tão bem analisados pelo autor, apresentava-se como forma de combater a visão negativa forjada sobre a Maçonaria. Ao mesmo tempo em que o citado artigo constituía-se numa peça de defesa da instituição, pois mesmo não denunciando a realidade vivenciada pelos maçons pernambucanos, Mario Melo, através do seu texto, pretendia fornecer uma espécie de salvo-conduto para a Maçonaria, diante da sociedade pernambucana, tão impregnada do antimaçonismo congregado.

Acreditamos que esta influencia católico-militante, representada pelos congregados tenha se constituído numa importante dimensão, para que as lojas maçônicas do Estado, continuassem fechadas. Observamos, portanto, a “má

¹⁴⁹ É um dos ritos mais difundidos na Maçonaria composto por 33 graus, sendo os primeiros o de: Aprendiz, Companheiro e Mestre. As primeiras referências a este Ritual aparecem na França e os seus registros são franceses. Tudo ocorreu porque no final do século 17, vários maçons escoceses fugiram para a França em virtude de uma série de convulsões sociais que aconteceu nas Ilhas britânicas. Certamente que o tipo de cerimonial que utilizavam durante as reuniões que praticaram ficou definitivamente marcado como Ritual dos Escoceses ou Rito Escocês. No Brasil ele é um dos principais ritos operados nas várias lojas espalhadas pelo país. (Santos, sd, p.45-48)

vontade” dos representantes da administração pública pernambucana com relação à permanência da suspensão das atividades da Maçonaria, que possuía de alguma forma relação com um forte antimaçonismo, irradiado pelos congregados que ocupavam espaços na administração do governo pernambucano.

Não se constitui em mera coincidência o fato de que, o Departamento de Segurança Pública tinha sob a sua batuta, como citamos, Etelvino Lins um Congregado Mariano sob um longo período em que se tenha silenciado sobre a situação da maçonaria, em nível nacional, e permanecido até os fins de 1945 com a sua postura em não permitir nenhum tipo de liberação das suas atividades maçônicas quando solicitada pelos seus representantes.

No que tange ao fato analisaremos a seguir, uma solicitação encaminhada pelos representantes da Loja Segredo e Amor da Ordem ao Interventor Federal, Agamenon Magalhães, tendo como conteúdo, a autorização para reabertura da oficina maçônica. O início do processo ocorreu em 02 de setembro de 1940, quando os responsáveis legais pela citada Loja protocolaram no gabinete do Interventor um ofício, que requisitava a volta à normalidade, para as atividades do grupo maçônico localizado na Rua da Aurora no centro do Recife.

Junto ao documento, datado e assinado, encontramos os nomes de Nelson A. Melo, Presidente; Severino M. de Barros, Secretário; Djalma M. de Farias Tesoureiro. Os três maçons citados, eram filiados de longa data aquela instituição, sendo o último, figura de destaque no interior da administração pública municipal, desempenhando a função de Diretor da Fazenda da Cidade do Recife, além de ser um dos mais destacados e atuantes na comunidade espírita recifense.

O fato de Djalma M. de Farias encontrar-se nos meandros da administração pública, exercendo um cargo de visibilidade social e política, além de ter uma trajetória maçônica, foi um fator importante para que os maçons da Loja Segredo e Amor da Ordem encaminhassem a sua solicitação, dirigindo-se diretamente ao gabinete do Interventor, não encaminhando o documento para a instância que deveria deferir sobre esta questão, que era a Secretaria de Segurança Pública.

Esta estratégia, constituiu-se num indicio significativo das relações que os maçons de visibilidade política e social desfrutavam na sociedade, o que de alguma forma atingia a instituição, colocando por terra, o argumento frequente no seio da

historiografia de que, as redes de relações e prestígio social, com o advento da República tinham se extinguido para a Maçonaria.

O documento em questão, endereçado ao Interventor Estadual, após relatar como se operou o processo de fechamento das lojas em 1937 informava que as chaves do prédio se encontravam sob a custódia da polícia. Diante da situação, os maçons se colocavam com os seguintes argumentos para por fim à interdição:

Acontece, porém que já o governo Federal suspendeu essa interdição, recusando-se, no entanto, a polícia do nosso Estado a permitir que possamos funcionar. E como quer que tenhamos necessidade urgente de decidir sobre o patrimônio social e resolver a respeito da sua existência, sendo certo que está a se estragar o edifício de nossa sede, á rua da Aurora, onde ficaram em abandono moveis e utensílios de valor, urgindo ressalva-los de maiores deteriorações, solicitamos de V. excia conceda essa permissão de reabrir as mesmas portas e funcionar livremente.¹⁵⁰

Como observamos nas palavras dos maçons locais, era perceptível uma posição de recusa por parte das forças policiais pernambucanas em permitir a volta das atividades dos maçons do Estado, mesmo quando era sabido que a interdição havia sido suspensa em alguns estados. Tal aspecto, só nos ajuda a observar que a Tese por nós aventada: de que os Congregados Marianos através do seu círculo de sociabilidade no interior da Secretaria de Segurança Pública, impedia a reorganização dos maçons pernambucanos tem fundamento.

No parágrafo final da carta, os representantes legais da Loja Segredo e Amor da Ordem voltavam novamente a destacar o fato de que, várias lojas no país tinham retomado suas atividades, afirmando que não conheciam, devido a tal realidade, qualquer aspecto que os impossibilitassem de também retomarem os seus trabalhos. Os maçons argumentavam ainda que *“são as lojas maçônicas meras associações de beneficência, de caráter civil e nelas encontrará, estamos certos, o governo de V. Excia. Todo o apoio a obra de relevo que, ora, executa no Estado”*.¹⁵¹ (Grifamos).

¹⁵⁰FARIAS, et all, Carta endereçada a Agamenon Magalhães. Recife, 02/09/1940. Prontuário Funcional - DOPS - APEJE.

¹⁵¹Idem

Por meio desse documento, os filiados à Loja Segredo e Amor da Ordem, além de demonstrarem conhecimento, a respeito da situação das Lojas maçônicas em outros estados, aproveitavam para formular uma imagem institucional de organização, alinhada ao projeto do Estado Novo em Pernambuco. Merecendo assim, diante deste posicionamento, a condição de poderem organizar seus trabalhos sem as restrições punitivas que foram impostas à Maçonaria a partir de outubro de 1937. A atitude expressa pelos maçons constituía-se num desdobramento da orientação assumida pelo Grande Oriente do Brasil, representante máximo do poder maçônico que, após curta interrupção das suas atividades, retomadas no início do ano de 1938, formulou uma posição política de alinhamento à realidade vivenciada pelo país, com o advento do Estado Novo.. (PROBER, *A trolha*, dez. 1989, p.38).

A partir de pesquisas nos *Boletins do Grande Oriente do Brasil* (GOB) dos meses de outubro e dezembro de 1938 e março de 1939, constatamos que as atividades da Maçonaria na Capital Federal, o Rio de Janeiro, se encontravam normalizadas e que, o direcionamento desse corpo oficial de poder maçônico era de adesão aos princípios do Estado Novo, reiterando, em muitas passagens uma postura anticomunista.

Ao colocar-se em posição contrária ao comunismo, como mostrava o Boletim do GOB, fato que ficou claro, desde o discurso proferido pelo Grão Mestre do Grande Oriente do Brasil, Sr. Mario Marinho de Carvalho Behring, no dia 20 de janeiro de 1923 onde o mesmo alertava “os maçons brasileiros dos princípios violentos deste extremismo”, os maçons esforçavam-se no sentido de desconstruir a imagem que foi sendo elaborada pelos intelectuais e órgão de militância do laicato católico, que difundiam uma visão de cruzamento entre maçonaria e comunismo¹⁵². Como afirmava a carta encaminhada pelos maçons recifenses ao interventor do Estado, apontando a solicitude e fidelidade deste grupo para com o perfeito desenvolvimento do Estado Novo, podemos encontrar a reafirmação destes princípios e posição política em colaborar com o regime.

Num resumo das atividades encaminhadas pelo Grão Mestre do GOB, o Dr. Joaquim Rodrigues Neves, ao Delegado Especial de Segurança Política e Social do

¹⁵² *Boletim do Grande Oriente do Brasil*-GOB, out. 1938, p.22.

Distrito Federal, o líder maçônico destacava as ações de civismo e beneficência desenvolvida pelo Grande Oriente, numa clara proposta de justificar aos órgãos de repressão policial a importância da Maçonaria, ao mesmo tempo em que através do documento os maçons da Capital Federal, o Rio de Janeiro, pretendiam desmistificar qualquer tipo de visão negativa e estereotipada sobre as suas ações.

Um ponto do resumo de atividades do GOB encaminhado ao Delegado, que nos chamou a atenção e apresenta-se como uma preocupação em reafirmar a sua vinculação e apoio no plano ideológico ao Estado Novo, foi o item II, do documento que tinha como título: “SOLIDARIEDADE AO ESTADO NOVO”, nesta seção é possível constatar, a preocupação da instituição em legitimar, principalmente, aos órgãos de vigilância e repressão do Estado brasileiro, uma postura de alinhamento político. Na postura do GOB ficou então decidido o seguinte:

Ninguém é admitido no Grande Oriente sem afirmar expressamente que acata o regime político-social brasileiro (Art. 1 §1º da Constituição e Boletim de 1940, página 98; serão expulsos os maçons que professarem doutrinas contrárias ao regime vigente (Art. 30, §13 da Constituição). Provas do combate ao extremismo: Boletim de 1938, páginas 4,5,17,19,20,22,23,24,55; de 1941, páginas 3 e 8 [...]O Grande Oriente ensina a disciplina: Boletim de 1939, página 53 e difunde o sentimento de religiosidade: Boletim de 1939, página 116 e boletim de 1940, página 4 e 38 [...] Exmo. Sr. Presidente da República tem recebido frequentes manifestações de solidariedade do Grande Oriente e S. Ex. sempre se digna de agradecê-las.¹⁵³

O título da seção do relatório pretendia deixar evidente que os maçons brasileiros auxiliariam o governo nesta nova fase, sentimento que não era diferente no caso de Pernambuco, onde, como citamos, ao final do ofício enviado ao interventor os maçons da Loja Segredo e Amor da Ordem, mostravam-se dispostos a colaborar com o regime. O ardil utilizado pelos maçons cariocas surtiu efeito, Todavia, em Pernambuco, como já constatamos as tentativas da Loja Segredo e

¹⁵³ Boletim de 1938, página 51; de 1939, páginas 24, 26, 51; de 1940, páginas 5 e 180; Resumo das Atividades do GOB encaminhadas à Delegacia de Segurança Política e Social. Rio de Janeiro, 11/07/1941- Dossiê 01 Fundo Polícia Política - APERJ, p.2.

Amor da Ordem, não surtiram efeito, permanecendo assim as lojas maçônicas pernambucanas fechadas, até 1945.

A adesão da maçonaria brasileira ao Estado Novo contrariava um dos seus princípios institucionais, sempre referido e apresentado em defesa dos seus princípios liberais, ou seja, a de não funcionar em regimes autoritários. Como podemos observar, a atitude do Grande Oriente do Brasil não seria de resistência, mas, de adesão ao regime e a política varguista. Nesse sentido, podemos explorar no documento analisado, vários pontos de apoio e aclamação a figura do Presidente da República no exercício do poder. A resposta para compreender essa posição, pode ser encontrada, do ponto de vista institucional, numa cultura política forjada tanto numa posição anticomunista, quanto numa atitude nacionalista, fomentadas e intensificadas pelo Estado Novo.

Esse cenário de tratamento desigual, com estados da Federação onde a propaganda maçônica permanecia interrompida e outros locais em que os maçons conseguiram retomar as suas atividades, foi alvo de questionamento também por parte do Grão-Mestre da Grande Loja da Paraíba, ainda, no ano de 1938, em carta endereçada a Osvaldo Aranha. A autoridade maçônica paraibana, solicitava um tratamento igual para todos os corpos maçônicos:

[...] a valiosa intervenção de V. Excia, a fim de ser conseguida a normalização da vida maçônica, fazendo desaparecer essa desigualdade perante o governo da república [...] Desejamos ser tratados com a equidade alcançada pela maçonaria no Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro, o que só depende de mais um gesto de nobreza do eminente chefe de governo.¹⁵⁴

Como no estado de Pernambuco, o tratamento dispensado às lojas maçônicas, por parte dos órgãos governamentais seria igual uma vez que, mesmo tendo sido autorizado, como indicamos anteriormente, o funcionamento das lojas maçônicas em outros estados, a interdição permanecia em Pernambuco e na Paraíba.

Após essa análise comparativa a respeito do tratamento dispensado às lojas maçônicas e atuação no Rio de Janeiro, voltemos o olhar de maneira mais específica para a realidade pernambucana, principalmente, após os desdobramentos

¹⁵⁴Ofício da Grande Loja da Paraíba a Osvaldo Aranha. João Pessoa, 1938. OAcP 38.04.26/2, FGV p.2.

provocados, a partir do envio do ofício ao Interventor pelos maçons da Loja Segredo e Amor da Ordem.

Esta atitude provocou uma ação no interior da Secretaria de Segurança Pública de Pernambuco, de consulta por parte do 2º delegado Auxiliar Fábio Correia, ao Delegado Especial da Delegacia de Ordem Política e Social do Rio de Janeiro, o Capitão Batista Teixeira, sobre a situação das lojas maçônicas naquele estado.¹⁵⁵

A resposta à consulta, chegou cerca de oito dias depois, fornecendo as seguintes considerações a respeito do caso das lojas maçônicas e seu funcionamento na Capital Federal:

Respondendo radio 102, dessa Delegacia, informo vossenhoria orientação aqui seguida referente Lojas Maçônicas, e entidades Rito Secreto (Sociedades Teosoficas), so permite funcionem sessões publicas, para expediente, pagamento beneficência, pensões, funeraes etc, de modo serem fiscalizadas Policia Política¹⁵⁶.

A resposta encaminhada ao Delegado de Ordem Política e Social, por parte da autoridade policial do Distrito Federal a respeito das oficinas Maçônicas, foi um parecer elucidativo, a respeito da situação vivenciada pela Maçonaria naquele estado, com o funcionamento das atividades ligadas a expediente e solenidades públicas, como as relatadas pelo Boletim do Grande Oriente do Brasil dos meses de outubro de 1938 e março de 1939. Constatamos que mesmo com a fiscalização policial, as lojas tinham suas portas abertas e os maçons continuavam a desempenhar suas atividades de beneficência e cerimoniais não secretas, o que significava uma quase total volta à normalidade do ponto de vista da vida maçônica no Rio de Janeiro.

Essa era a reivindicação dos maçons pernambucanos que encontramos manifestada na solicitação endereçada a Agamenon Magalhães, no início de setembro de 1940. Tendo em mãos a resposta do Delegado do DOPS do Rio de Janeiro, Fabio Correa passou ao Secretario de Segurança Pública de Pernambuco, Etelvino Lins, o parecer da autoridade carioca. Diante da resposta do Delegado Especial, o Secretário de Segurança emitiu uma nota posicionando-se em relação à

¹⁵⁵ Corrêa, Fábio. Consulta por rádio nº 102. Recife 19/09/1940. Prontuário 7212. DOPS – APEJE.

¹⁵⁶ Baptista Teixeira Capitão Delegado Segurança Política Social Resposta rádio 102. Rio de Janeiro, 28/09/1940. Prontuário 7212. DOPS – APEJE.

solicitação encaminhada pelos representantes da Loja Segredo e Amor da Ordem, mas que era válida para as demais oficinas maçônicas no Estado.

Na nota publicada no início de outubro de 1940, Etelvino Lins, o Secretário de Segurança Pública de Pernambuco e congregado militante católico de plantão, assim se posicionou a respeito da volta a normalidade das atividades maçônicas:

Todas as lojas maçônicas do país foram fechadas antes de 10 de Novembro por ordem do governo federal [...] Nenhuma recomendação em sentido contrario recebeu até hoje o governo do Estado [...] Consultada informa a policia do Rio no radio junto, que a Maçonaria propriamente dita, não se acha funcionando [...] E nem se compreendia funcionassem sociedades secretas num regimen de autoridade como o em que nos achamos [...] Assim, e atendendo a que falam também os signatários em liquidar o patrimônio social, somos de parecer que esta sociedade poderá, para tal fim ser aberta, sujeitas á fiscalização da policia todas as sessões necessárias aquele objetivo. Recife, 5 de outubro de 1940 (a) Etelvino Lins de Albuquerque¹⁵⁷

As palavras do Secretário de Segurança por meio da nota emitida, construía um discurso diferente da declaração proposta pelo Delegado Especial do Rio de Janeiro. Na perspectiva adotada por Etelvino Lins, nenhuma resolução tinha sido emitida pelo Governo Federal ao estado, que recomendasse a volta aos trabalhos às oficinas maçônicas pernambucanas. Neste sentido, não encontramos no material pesquisado na documentação do DOPS, nenhum encaminhamento do Governo Federal apontando para esta questão, mesmo sendo sabido que desde janeiro de 1938, através de solicitações feitas, o Ministro da Justiça Francisco Campos, tenha autorizado o funcionamento de lojas maçônicas no Rio de Janeiro.

Assim mesmo, sem este parecer as orientações recebidas por Fábio Correa e repassadas ao Secretário Etelvino Lins mostravam, que diferentemente do que ocorria em Pernambuco, as Lojas maçônicas no Rio estavam abertas, mesmo que não pudessem se reunir secretamente, todas as demais ações realizadas continuavam a ser executadas. Observamos na declaração de Etelvino Lins uma posição em não permitir nem que as ações beneficentes, cerimônias abertas e festivas fossem executadas em Pernambuco. Evidenciando na nossa análise, uma

¹⁵⁷ Secretário da Segurança Publica. Nota sobre situação das lojas maçônicas em Pernambuco. Recife, 05/10/1940. Prontuário 7212 – DOPS – APEJE.

posição influenciada por uma postura antimaçônica, o que não era nenhuma novidade vindo de uma figura que tinha relações intrínsecas com a intelectualidade católica romana e conservadora pernambucana.

Este caráter antimaçom, tornava-se ainda mais visível nas próprias palavras do Secretário com a sugestão de que a permissão para a reabertura das lojas maçônicas só seria possível, em caso de liquidação do patrimônio social e claro que sujeitas à fiscalização policial nas sessões de reunião que fossem tratar desse objetivo. Fora essa situação os prédios continuavam interditados e as atividades maçônicas suprimidas.

A posição de Etelvino, reforça o nosso argumento de que, a permanência da condição de ilegalidade maçônica em Pernambuco, teve como um dos fatores o poder e a visão antimaçônica dos congregados junto aos vários espaços de decisão no interior da burocracia governamental. Na nossa perspectiva, tal conjuntura foi o que impediu até o final do Estado Novo, qualquer tipo de atuação da Maçonaria dentro da legalidade, mesmo quando essa se posicionava favoravelmente a maneira como o regime se organizava.

Esta visão antimaçônica de Etelvino, que se revestia também de uma concepção de que Maçonaria seria sinônimo de comunismo, como havia expressado o primeiro interventor pernambucano, Coronel Azambuja Villanova e fazia parte da mentalidade de vários secretários e pessoas de destaque do regime de governo Agamenon Magalhães. Também era partilhada por Fabio Correa, figura central no desenvolvimento da consulta feita sobre a situação de legalidade, ou não, da Maçonaria no Distrito Federal.

No dia anterior à publicação da nota, assinada por Etelvino Lins, o Delegado Auxiliar Fabio Correa enviou ao Secretário, além dos relatos que apresentavam a consulta feita ao Delegado carioca, o seu parecer com relação a qual deveria ser o procedimento sobre o funcionamento das agremiações maçônicas. Na sua visão, ponderava que as atividades da Maçonaria deveriam permanecer na ilegalidade. Como justificativa para esta questão, Correia apresentava os seguintes argumentos:

No golpe extremista, deflagrado neste Estado, tomaram parte elementos maçons graduados, chegando um deles a chefiar ataque aos comissariados da Torre e Casa Amarela, como

ficou apurado no inquérito procedido. A propria historia prova que movimentos revolucionário, de fins políticos, em vários paizes tem sido organizados, orientados e realizados pela maçonaria, que se tem valido para êxito de sua ação do seu ritual secreto [...] Assim, opino pela abertura das lojas maçônicas, unicamente, quando pretendam liquidar seu patrimônio, sujeitas, porém á fiscalização desta delegacia, todas as sessões de assembléa geral ou diretoria, bem como todas as dependências de suas respectivas sedes.¹⁵⁸

Como observamos nas considerações empreendidas pela autoridade oficial carioca, as supostas ligações entre Maçonaria e Comunismo reforçavam os argumentos para a manutenção da ilegalidade das atividades maçônicas. O Delegado para orientar o seu posicionamento fundamentava-se em dois aspectos, sendo primeiro deles, a participação de maçons graduados no golpe contra o Estado. Ou seja, era preciso observar maçons que tivessem no interior da ordem um papel de destaque e relevância, embora mesmo sem citar nomes e a loja maçônica a que pertenciam, mesmo sem dados mais concretos sobre quem seriam esses personagens, Fabio Correa expressava como pensavam as autoridades. Não podemos esquecer qual o lugar social e politico que o Delegado recebedor das informações ocupava no interior da burocracia estatal pernambucana, era uma voz autorizada e como tal a sua declaração encerrava um sentido de verdade irretorquível.

O segundo aspecto que merece menção era o que fornecia ao parecer do 2º Delegado Auxiliar um forte apelo principalmente no contexto de um momento, onde os discursos e o imaginário do anticomunismo e da possibilidade de desordem social eram constantemente trabalhados. E residia também no caráter “secreto” e ritualístico da Maçonaria, onde tal dimensão como apresentava o Delegado, representava um dos empecilhos para o processo de reorganização maçônica em solo pernambucano. O olhar de desconfiança construído pelo agente da ordem política e social não poderia ser diferente, ao tratar uma instituição que tinha como características diferenciadoras, as dimensões ritualística e secreta.

Como observou Benimeli (2005, p.41-42) estes dois aspectos que remetem, de alguma forma, ao oculto, trazem em si uma forte significação social que se

¹⁵⁸Ofício ao Secretário de Segurança Pública sobre a reabertura das Lojas Maçônicas. Recife, 04/10/1940. Prontuário 7212 – DOPS -. APEJE.

revertia como algo negativo para a sociedade, ao mesmo tempo em que, representava uma ameaça. Características que, no interior de um regime de forte vigilância como foi o Estado Novo, assumia um estatuto que justificava, inclusive do ponto de vista lógico e racional, a supressão das atividades da Maçonaria.

Nesta cruzada antimaçônica encontramos na imprensa diária exemplos que, mesmo não tratando da realidade local, pretendiam remeter o leitor ao caráter perigoso da Maçonaria e o risco que constituía pertencer a essa instituição. A *Folha da Manhã* em foi um jornal que assumiu a voz oficial do Estado Novo em Pernambuco, através de uma pequena nota este órgão de imprensa reproduzia em fevereiro de 1941 a notícia a respeito das últimas ações tomadas pelo Estado Romeno com relação à Maçonaria.

No artigo em questão, era detalhada a decisão do General Ion Antonescu, Primeiro Ministro romeno, em processar judicialmente os indivíduos que propagavam a informação de que seria maçom. As autoridades da Romênia acusavam como sendo os criadores desta acusação, “elementos que trabalham na propaganda subversiva”.¹⁵⁹

Ao destacarem que as acusações eram produzidas por setores ditos subversivos, de alguma maneira a citada nota publicada em Pernambuco tinha como objetivo claro, demonstrar que, as estratégias e as relações políticas estabelecidas pela Maçonaria mundo afora não mereciam confiança uma vez que, a mesma estava sempre associada a grupos e segmentos políticos, que tinham uma postura muito explícita em colaborar com as causas e projetos políticos subversivos. Essa suposta relação era, então, largamente divulgada pela imprensa estadonovista.

O efeito que uma informação jornalística como essa, causava, no interior de uma sociedade, onde o discurso da ordem se instituía, como elemento fundamental na organização do regime político, contribuía largamente, no sentido de estimular uma postura que legitimava um discurso antimaçom e anticomunista que encontrava na sociedade, um lastro eficiente para ser operacionalizado.

¹⁵⁹ACÇÃO Contra a Maçonaria na Romenia. *Folha da Manhã*, Recife 01/02/1941, s/p.

4.3. O frade reabilitado: debates entre Mário Melo e Frei Romeu Peréa a respeito da identidade maçônica de Frei Caneca

Este cenário de forte visão negativa com relação aos maçons, ganhou reforço entre os meses de abril a junho de 1941 nas páginas do *Jornal do Comércio* e da *Folha da Manhã*, jornais de grande circulação na imprensa diária de Pernambuco. Este fato foi, o intenso debate entre Mario Melo e Frei Romeu Peréa, este último, um frade carmelita espanhol, que residia no Recife e que engrossava, por meio das suas posições as fileiras da intelectualidade católica conservadora pernambucana.

A polêmica ensaiada entre Mário Melo e o frade carmelita iniciou num domingo de abril de 1941. Nas páginas do *Jornal Comércio*, Mário Melo no artigo intitulado *Frei Caneca e a Maçonaria*¹⁶⁰, abriu com o frade carmelita espanhol um forte debate a respeito da filiação maçônica de Caneca. O material a que o jornalista pernambucano se remetia e analisava, era uma série de artigos com perfis biográficos de intelectuais carmelitas, escrito por Frei Peréa no jornal *Diário da Manhã* que tinha como um dos personagens centrais Frei Caneca.

Logo no início do artigo Mário Melo justificava o seu interesse pelo estudo empreendido pelo frade espanhol, apontando que tal personagem havia sido objeto de suas análises. Citando o seu interesse pelo mártir pernambucano, Melo remontava a tese apresentada no ano de 1931, em meio às atividades ocorridas durante o segundo Congresso de História Nacional. Após manifestar os motivos que o levaram a deter-se sobre o texto produzido por Frei Romeu Peréa, o jornalista Mario Melo começou a apontar quais as questões que discordava do trabalho produzido pelo frade espanhol.

Dentre os aspectos apontados e que eram alvo de questionamento por parte do Melo e dos quais discordava, reproduzimos abaixo a seguinte apreciação que parecia ao jornalista pernambucano, como uma afronta as posições e a história do frade carmelita. O historiador, assim se expressa:

O folheto visa a qualquer fim não ainda esclarecido, porquanto o autor promete, para o futuro, um trabalho de reabilitação de Frei Caneca, não como patriota mas como frade [...] Ora, como patriota todos os brasileiros veneram sua memória e deixam de

¹⁶⁰MELO, Mario. *Frei Caneca e a Maçonaria*. *Jornal do Comércio*, Recife 20/04/1941, p.7.

parte sua vida de frade. Se alguém condena o patriotismo, a brasilianidade, o liberalismo de Frei Caneca porque era religioso, julgando incompatíveis esses sentimentos com a sotaina que vestia, não há de ser o patriota, o historiador que exalta as qualidades que o elevaram ao altar da Pátria.¹⁶¹

Na intervenção de Mário Melo, um dos primeiros aspectos observados nas especulações do frade espanhol, o de que na sua visão de historiador nacionalista, não poderia ser colocado em segundo plano a condição de religioso, de Frei Caneca esse aspecto não levado em consideração pelo frade carmelita evidencia na sua concepção uma análise que não trataria do ponto de vista histórico a personagem em discussão na sua complexidade e importância.

O segundo aspecto, que tornou o debate ainda mais acalorado nos artigos subsequentes era sobre a identidade maçônica de Caneca. Que na visão de Frei Romeu Peréa, segundo as palavras de Mario Melo, seria tratado como a maior desonra que poderia ser propagada sobre a imagem do carmelita pernambucano. Em torno de tal aspecto, o jornalista e historiador pernambucano rebatendo a conclusão estabelecida pelo Frade espanhol, onde asseverava que *“até este momento, não encontrei nenhum depoimento que positivasse a afirmativa de que Frei Caneca tivesse sido maçã”* (Idem) (Grifamos). Contrapondo-se a tal argumento, Melo demonstrava outros depoimentos e provas que pretendiam mostrar as fragilidades propostas por Frei Peréa, no seu estudo sobre Caneca.

No que dizia respeito às considerações do religioso carmelita, Mario Melo tratava com ironia as pretensões de frei Peréa em encontrar documentos que respondessem as suas conclusões. Ironicamente dizia que, se o frade tivesse partilhado com ele as suas investigações, aconselharia o mesmo de que, seria impossível, pelo menos naquele momento, com o fechamento das lojas maçônicas em 1937, pesquisar nos arquivos maçônicos, tais documentos.

Com relação à certidão que provasse a filiação maçônica de Frei Caneca, o historiador pernambucano achava pouco provável ser encontrada, pelo fato de ser maçom e de já ter perscrutado os seus arquivos. Outro elemento que endossava as suas ponderações sobre a certidão de filiação maçônica de Frei Caneca, era o seu

¹⁶¹Idem, ibidem, p.7.

conhecimento das *Obras Políticas e Literárias*, escritas pelo Frade, onde poderiam ser encontradas, segundo destacava Melo, referencias ao apreço que ele tinha pela Maçonaria, destacando a sua importância enquanto instituição e criticando as perseguições encetadas pelos papas e religiosos, utilizando-se de falsas ideias e da “velhacaria”, comportamento, como apontou Caneca, que seria inerente aos religiosos sem doutrinas e de caráter questionável.

Apresentando ainda mais evidências da identidade maçônica de Frei Caneca, o historiador pernambucano indicava outras fontes que seriam importantes, no sentido de garantir a relação de Caneca com a Maçonaria, além das escritas pelo religioso. Neste sentido, Mario Melo utilizando-se ainda de sua fina ironia apresenta outras referencias para que os caminhos de pesquisas do carmelita espanhol trouxessem provas mais conclusivas.

Dentre as referencias apresentadas, o Secretário Perpétuo do Instituto Histórico de Pernambuco, citava as obras do Padre Joaquim Dias Martins, contemporâneo e companheiro de Caneca que reafirmava em várias passagens da sua obra a identidade maçônica do mártir de 1824. Outra obra mencionada era a do carmelita Lino do Monte Carmelo que expunha, no relato que indicava a respeito do líder da Confederação do Equador, sua iniciação nas várias sociedades secretas, existentes no período, em Pernambuco, dentre elas a Maçonaria.

Após apresentar este conjunto de evidencias, Mario Melo propunha que, a reabilitação proposta por Frei Romeu Peréa, no seu folheto sobre Caneca, poderia ser iniciada, com a citação de todas essas evidencias. Melo finalizava o seu artigo observando que, no século anterior até a Questão Religiosa, no Brasil não havia incompatibilidade alguma no fato de ser maçom e religioso. Como exemplo dessa realidade, o jornalista apresentou dois Carmelitas Frei Candido de Santa Isabel Cunha e Frei Norberto da Purificação Paiva, que além de religiosos foram importantes maçons. Tendo os dois, ainda, uma participação efetiva na fundação da Loja Segredo e Amor da Ordem e como testemunho da identidade maçônica de ambos, o próprio Mario Melo garantiu que viu suas assinaturas na ata de fundação daquela Loja.

Este artigo escrito, por Mário Melo, com a proposta de constituir-se num espaço de debate a respeito de tal questão, não encerrou a polêmica sobre a

identidade maçônica de Frei Caneca. Pois dias depois, o frade espanhol publicou a resposta às observações de Mário Melo, reafirmando as suas conclusões a respeito da falta de provas da identidade maçônica de Frei Caneca. No seu texto Frei Romeu Peréa comprometia-se em aprofundar suas interpretações sobre as evidências apresentadas por Mário Melo e a sua análise sobre o estudo que havia produzido.¹⁶²

Quase duas semanas após a publicação desse último artigo, em maio de 1941, Frei Romeu Peréa rompia o silêncio, novamente, em torno da polêmica, assinando um texto nas páginas do *Jornal do Comercio*, onde aprofundava seus argumentos sobre a identidade maçônica de Caneca e demarcava a interpretação prometida no artigo anterior como resposta aos questionamentos proferidos por Mário Melo. Com um discurso centrado no reforço aos seus pontos de vista, o texto do religioso espanhol acabou colocando mais fogo na polêmica movida com o confrade do Instituto Histórico Pernambucano.

Ao responder às críticas apontadas por Mário Melo, o frade acentuava e reafirmava ainda mais o seu argumento da incerteza sobre a identidade maçônica de Caneca, descartando assim a postura do jornalista pernambucano, frente a este conjunto de questões. Analisando uma das suas primeiras considerações a respeito da filiação maçônica apontada por Mario Melo e embasadas nas obras literárias de Frei Caneca, Romeu Peréa observava que eram insuficientes para garantir a certeza de tal filiação maçônica, acusando inclusive, o jornalista pernambucano, de que os trechos por ele citados em nada garantiam uma prova histórica contundente. Para ele, essa prova só seria convincente com a consulta aos arquivos, trabalho que como relatava o religioso espanhol, fora por ele realizado, tendo como resposta dos maçons consultados nas Lojas maçônicas de Goiana, Recife e do Rio de Janeiro, não haver prova que legitimasse a iniciação maçônica de Caneca.¹⁶³ Este fato seria nas palavras de Frei Romeu Peréa, um dos elementos que se encontrava a favor da tese por ele defendida. Continuando os seus argumentos com o objetivo de rebater as considerações de Mário Melo, o religioso apontava serem suspeitos os livros em que o historiador pernambucano se fiava para considerar a identidade maçônica de Caneca: “Destes livros maçônicos que não reflectem nem de longe o pensamento de

¹⁶²PERÉA, Frei Romeu. Frei Caneca e a Maçonaria. *Jornal do Comercio*, Recife 26/04/1941, s/p.

¹⁶³MELO, Mario. Frei Caneca e a Maçonaria. *Jornal do Comercio*, Recife 09/05/1941, p.2.

Fr. Caneca, e sim o dos autores consultados, tira o snr. Mario Melo o argumento de achilles a favor da maçonaria de nosso carmelita pernambucano”.¹⁶⁴

Ao colocar sob suspeita os argumentos tecidos por Mário Melo, o frade espanhol insuflava, ainda mais, o caráter polêmico do intelectual pernambucano. O resultado desta intervenção não foi bem recebida por parte de Mário Melo que, ainda em maio de 1941, publicou outro texto no *Jornal do Comercio*. No artigo utilizou enquanto recurso estilístico uma linguagem muito mais irônica e ácida se comparado a que havia publicado no seu texto anterior em abril.

Levando as questões apontadas pelo frade espanhol ao nível da provocação, a posição assumida por Mário Melo foi de reafirmar e sustentar todos os argumentos defendidos no texto anterior, citando na defesa dos seus argumentos as passagens tanto das *Obras Políticas e Literárias de Frei Caneca*, quanto os depoimentos dos padres Joaquim dias, Lino do Monte Carmelo e Pereira da Costa. As duas primeiras obras foram escritas por contemporâneos de Caneca e a última delas por um reconhecido estudioso como Pereira da costa, ao qual o frade espanhol reconheceu como “a gloria mais pura da historia pernambucana, ao que o snr. Mario Melo não chega nem de longe” (grifamos) endossavam, nas palavras do historiador pernambucano, os seus argumentos da ligação maçônica do mártir de 1824.

As criticas às análises do frade espanhol, não cessaram em outro artigo, também, publicado no *Jornal do Comercio* dias depois, onde Mário Melo voltava a polêmica. Neste novo texto mais uma o jornalista pernambucano, “cutucava o frade com vara curta”. Tal atitude, tinha objetivo muito preciso: não arrefecer a polêmica sobre Frei Caneca e a Maçonaria, atitude bem ao gosto da personalidade de Mário Melo, conhecido polemista.

Nesse artigo Melo reclamou do silenciamento do frade, frente aos pontos levantados nos seus textos anteriores, atizando mais ainda os seus argumentos em relação à maneira como Frei Romeu Peréa analisava a questão. No sentido de construir sobre os seus argumentos um caráter de validade e desconsiderando os produzidos pelo frade, Mário Melo apontava as atitudes tomadas pelo religioso frente ao debate:

¹⁶⁴Idem, p.2.

Verifiquei, depois que o ilustre carmelita fazia citações em falso. Apontei-as, e, em caso de duvida, prova-lo-ei. O frade meteu o capuz na cabeça e retirou-se. Fôra pegado em flagrante [...] Continuou, porém, a discutir com Aurino Maciel, que usa apenas de agua benta, expargindo-a em galhos de arruda.¹⁶⁵

Na análise do historiador pernambucano, Frei Romeu Peréa ao fazer nas suas análises, citações de autores sobre Frei Caneca cortou passagens para legitimar os seus argumentos. Com isso, acusou as intervenções do religioso espanhol como apreciações duvidosas. Outro aspecto assinalado por Melo que contribuía na formação de uma visão limitada às posições tomadas pelo frade no interior desta polêmica, residia no fato de não querer mais debater sobre a questão da filiação maçônica de Caneca. Isto na visão de Mário Melo, constituía-se numa prova a mais das limitações intelectuais e de caráter do carmelita, sem condições de levar adiante o debate sobre Frei Caneca e a Maçonaria.

A resposta do frade à provocação do secretário do Instituto Histórico foi dada no dia seguinte. Nas páginas do mesmo jornal o carmelita iniciava a sua defesa, salientando que, a acusação de Mário Melo de que ele fazia citações falsas, truncando os períodos ao seu bel prazer, não eram verdadeiras. E respondendo ainda às acusações, Frei Romeu Peréa, afirmava a respeito das posturas e da personalidade do seu opositor na polêmica:

E' sumamente interessante a um snr., como Mario Mello, acusar a outros de incorrer em contradições. Precisamente esta foi a verdadeira causa de ter-me apartado da luta. Não ter sido pegado em flagrante, mas, ter eu pegado a elle repetidas vezes, o que me convenceu de que era impossível continuar disputando com um homem que tem a contradição como norma; contradição para consigo, e contradição para com os outros. Quem em Pernambuco conhece o verdadeiro pensamento do snr. Mario Mello? Quem desconhece a arte que só ele possui, de afirmar o absurdo e negar a evidencia? E o peor não é isto. O peor é que ele crê que os outros comungam com rodas de moinhos, e todos crêm quanto ele afirma.¹⁶⁶

A resposta do carmelita espanhol às provocações do historiador pernambucano, ganhou a mesma contundência do estilo do seu antagonista no

¹⁶⁵MELO, Mario. Frei Caneca e a Maçonaria. *Jornal do Comercio*, Recife 31/05/1941, p.7.

¹⁶⁶PERÉA, Frei Romeu. Frei Caneca e a Maçonaria. *Jornal do Comercio*, Recife 01/06/1941, p.2.

debate. Expondo e questionando o caráter de Mário Melo, o frade apontava quem seria na verdade o contraditório. A utilização de tal recurso, tinha como finalidade expor a verdadeira personalidade do jornalista pernambucano, ao mesmo tempo em que desconstruía a sua imagem enquanto intelectual, reduzindo-o a um sujeito que se envolvia nas polêmicas, somente para afirmar absurdos e mascarar as evidências. A estratégia do religioso, foi desconstruir a imagem do jornalista utilizando-se de argumentos semelhantes aos que foram utilizados por ele, para questionar a validade intelectual dos seus estudos sobre Frei Caneca.

Ao longo do artigo, Frei Romeu Peréa foi destacando passagens dos textos do jornalista pernambucano e interpretando-os sob a ótica da contradição, estratégia usada para colocar dúvidas sobre os argumentos e as teses apresentadas por Mário Melo, no contexto do debate. Justificando ao final do artigo de que se retirava do debate com Mário Melo a respeito das relações entre o revolucionário de 1824 e a Maçonaria, porque as teses que defendia estavam comprovadas e também por dignidade, e, não por medo em discutir o tema como havia sugerido o conhecido jornalista pernambucano.

A apreciação do frade carmelita a respeito das posições e do perfil de Mário Melo não colocou fim ao debate que durava mais de 30 dias e que, além do *Jornal do Comercio* tinha ocupado também as páginas do *Diário da Manhã*. O debate mobilizou, também, o intelectual alagoano Aurino Maciel, um confrade de Mário Melo no Instituto Histórico. Respondendo as observações do artigo publicado pelo frade em junho, Mário Melo retornava mais uma vez às colunas do *Jornal do Comercio* para rebater as críticas de contraditório tecidas pelo carmelita. Defendendo a sua o “homem dos sete instrumentos”¹⁶⁷, reportava-se ao frade e a análise por ele construída sobre o líder da Confederação do Equador tratando-o do ponto de vista intelectual com forte tom de ironia, destacando nas suas considerações que ao invés de expressar uma versão autêntica do pensamento de Caneca sobre a Maçonaria, usava as suas palavras de forma deturpada.¹⁶⁸

A esse respeito, assim escreve o jornalista:

¹⁶⁷ Forma como o próprio Mário Melo se autodenominava, para destacar o seu conhecimento musical, e se considerar um exímio instrumentista tocando: gaita, ocarina, sino, berimbau, realejo, violão, pistão. IN: GASPAR, Lucia. *Et all. Mario Melo, 1884-1959: uma Bibliografia*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 2012.

¹⁶⁸ MELO, Mario. Frei Caneca e a Maçonaria. *Jornal do Comercio*, Recife 04/06/1941.

Veja-se que frade perigoso é Frei Perea! Trunca o pensamento, suprime palavras e vem, candidamente, com tapeações de metaphysica, para cima de mim [...] Está tomando o bonde errado seu frade [...] Havendo eu transcrito o que sobre a Maçonaria escrevera Frei Caneca, elogiando-a ao ponto de dizer que seus estatutos eram extratos de evangelho, conclui que à falta de documentos [...] Devemos agradecer à Revolução de Franco haver mandado para aqui um frade hespanhol, para ensinar dignidade aos brasileiros...[...] O que eu não sabia era que, na Hespanha, trincar períodos fazer citações em falso, atribuir a outrem o que não escrevera fosse dignidade.

Como podemos observar, a pena do decano do jornalismo pernambucano, mais uma vez atribuía um carácter pouco seguro às análises empreendidas pelo carmelita espanhol em relação à questão de Frei Caneca ser ou não maçom. A preocupação de Mário Melo foi construir uma argumentação que demonstrasse o carácter pouco crível das análises do frade espanhol, repetindo, reiteradamente que ele agia com má fé do ponto de vista intelectual ao trincar passagens e fornecer interpretações pouco rigorosas. Tal estratégia constituiu-se na arma utilizada por Melo para fazer com que as intervenções de Frei Peréa fossem desacreditadas.

Outro aspecto, que se torna necessário abordar com relação à polémica que se desenrolou durante aqueles meses de abril e junho, foi de que o debate se revestia de um forte espírito antimaçom. Posição sobre a qual evidenciamos, que tomou conta do Estado Novo. Frei Peréa além de religioso e intelectual conservador desfrutava, também, da amizade do Interventor Agamenon Magalhães, uma vez que foi o seu confessor particular. Ademais, vale salientar aqui o sarcasmo de Mário Melo quando agradece ao General Franco, um reconhecido autocrata, a vinda do ilustre frade carmelita para atuar em Pernambuco.

Atribuir a Caneca citações que criticavam a Maçonaria como foi observada por Mário Melo, constituía-se também num importante indicio para que possamos observar que a posição assumida pelo frade carmelita em destacar a falta de provas da filiação maçônica de Caneca, tinha como objetivo, e podemos ler nas entrelinhas, a preocupação em descolar a imagem do religioso e de um ícone da identidade pernambucana, como não filiado a uma instituição tão perigosa quanto a Maçonaria, pretendendo uma quase reabilitação da sua imagem.

Nesse sentido, a postura de Mário Melo pode ser compreendida a partir da perspectiva de que o debate fomentado sobre Frei Caneca e a defesa dos seus vínculos maçônicos, serviu para provocar um debate público sobre o passado, mas nas entrelinhas elaborando uma defesa da instituição no presente. Como foi possível observar, uma vez que os argumentos do frade espanhol expostos por Melo, tinham como objetivo, colocar na boca de Caneca considerações sobre a Maçonaria, o que na visão do jornalista pernambucano não eram verdadeiras, denotando, assim, por parte do frade espanhol a preocupação em formular e endossar, mais ainda, uma visão negativa com relação à Maçonaria.

O debate em torno da filiação maçônica de Frei Caneca pelo que observamos a partir da pesquisa nos jornais, cessou após o último artigo assinado por Mário Melo no início de junho de 1941. Depois tanto o frade carmelita quanto o jornalista pernambucano enceraram a polêmica. A atitude exposta por Peréa em sair do debate parece que esfriou os ânimos de Mário Melo que não voltou a escrever sobre as relações maçônicas do mártir pernambucano.

Este sentimento que poderia se plasmar no campo das ideias a partir de um debate público onde figurava uma polêmica sobre a identidade maçônica de um herói pernambucano, trazendo todo um contexto de polêmicas, também, se materializou em situações concretas tomadas por parte do governo de Agamenon Magalhães, diante da condição de ilegalidade maçônica, ao dispor do seu patrimônio da forma que bem entendia.

Observamos um exemplo disso na maneira como o governo de Agamenon tratou o patrimônio das Lojas maçônicas, transformando muitas delas em órgãos do governo, muitas vezes não entrando em contato com os responsáveis legais destes prédios, que mesmo com as atividades suspensas, continuavam a serem os maçons. Tal evento pode ser interpretado dentro da perspectiva das ações que simbolizavam um forte sentimento antimaçônico, uma vez que ao se apossar de espaços que antes eram de propriedade da Maçonaria, ao ocuparem tais espaços com outras funções que não estavam vinculadas a esta instituição, pretendia-se de alguma maneira além de apagar as marcas maçônicas destes espaços, silenciar a sua memória forçando cada vez mais a sua desorganização.

Como representação desta prática, destacamos o processo de ocupação do prédio da Loja Maçônica Conciliação, localizado no Bairro da Boa Vista na cidade do Recife. A respeito da situação iniciada no dia 18 de setembro de 1942, através da solicitação do Secretário de Viação e Obras Públicas, Gercino Pontes, requisitando o prédio para que fosse instalado um Instituto de Pesquisas Tecnológicas e Associação de Cimento Portland. A solicitação foi deferida de forma positiva por parte do Interventor estadual, sem nenhum entendimento com os maçons que mesmo estando na ilegalidade ainda detinham, do ponto de vista legal, a posse sobre aquele patrimônio.¹⁶⁹

No entanto, cerca de dois meses depois, Gercino Pontes informava que, não sendo mais necessário aquele espaço para a implantação do referido órgão público, o prédio seria ocupado pela 1ª seção da Diretoria do Expediente e Contabilidade da Secretaria de Segurança Pública do Estado. Dai que, a partir do dia 02 de dezembro de 1942 o citado espaço ficou ocupado por este órgão governamental, até o final do Estado Novo, quando foi anulada a interdição das lojas maçônicas no Estado. Este fato permite que os representantes legais das lojas começassem a requerer, os arquivos e o patrimônio que havia sido alienado pelos órgãos públicos.¹⁷⁰

Tal exemplo como pontuamos constituiu-se num forte elemento para que possamos compreender, a forma como os agentes da repressão, trataram o patrimônio maçônico, mesmo com a tentativa de alguns setores maçônicos pernambucanos em reorganizarem suas atividades, não alcançando sucesso algum, até o final do Estado Novo.

Este contexto contribuiu para que percebêssemos que por trás deste impedimento, residia a força dos setores conservadores ligados à intelectualidade e à militância católica romana, que, através do seu antimaçonismo, trabalhavam nos bastidores do poder, com o objetivo de dificultar a reorganização da instituição, no Estado. Unindo-se a esse fator, outro aspecto que contribuiu no sentido de entrar e dificultar as tentativas de reabertura dos trabalhos maçônicos residia, de alguma forma, no caráter desmobilizado da instituição no Estado, com poucas lideranças

¹⁶⁹ Informativo 935. Recife, 24/10/1942. Prontuário Funcional 1527- A – DOPS – APEJE.

¹⁷⁰ Ofício n.1569. Recife, 02/12/1942. Prontuário Funcional 1527-A – DOPS - APEJE.

que tivessem um tráfego mais fácil nos espaços de poder e de decisão, durante o Estado Novo em Pernambuco.

Um exemplo destas tentativas frustradas em apresentar as forças policiais de repressão, a desigualdade na forma como a Maçonaria pernambucana era tratada em relação ao resto do país, encontramos, num recorte de jornal o edital de um concurso de anteprojetos arquitetônicos, para a construção de uma nova sede do Grande Oriente do Brasil, que não chegou a ser realizado. Junto ao recorte enviado ao Delegado Fábio, encontramos também, um bilhete escrito do próprio punho pelo jornalista Mario Melo onde lê-se a respeito das atividades da maçonaria carioca: *“aqui esta a prova de que a Maçonaria esta em pleno funcionamento no Rio de Janeiro”*.¹⁷¹ (Grifamos). Esta observação de Melo, enviada à autoridade policial, demonstra os vínculos de aproximação dele com o Delegado. E fornece um testemunho por parte do jornalista pernambucano, quase em tom de questionamento, de que de alguma maneira existiam forças que impossibilitavam a reorganização das atividades maçônicas locais, haja vista o tratamento desigual que sofria Pernambuco em relação a outras partes do Brasil.

Diante dessa situação não podemos colocar no limbo da História a força do sentimento antimaçom no Estado que, mesmo com a reorganização das Lojas, entre março de 1945 e, de maneira mais intensa, durante o ano de 1946, não cessou; constituindo-se ainda em um elemento que guardava força, no interior da Cultura Política pernambucana no Pós-Estado Novo.

O final do Estado Novo fez com que houvesse a retomada da democracia, no interior do sistema político nacional, o que, para os maçons de Pernambuco este novo momento simbolizasse as possibilidades de reorganização e reabertura das atividades maçônicas. Ao mesmo tempo em que solicitavam às autoridades a devolução dos seus prédios e a entrega dos seus arquivos e patrimônio institucional, os maçons tentavam reestruturar as suas ações e demarcar quais as questões e os temas que, no futuro, fariam parte das suas ações no espaço público.

¹⁷¹Recorte de Jornal assinado por Mário Melo. Recife, 04/1942. Prontuário Funcional 7212 – DOPS – APEJE.

4.4. Voltando a cena: a Maçonaria pernambucana e o fim do Estado Novo

Como foi discutido, a estratégia do governo de Agamenon Magalhães com relação à Maçonaria pernambucana, de não permitir durante os sete anos do Estado Novo a reorganização maçônica, mesmo diante das solicitações realizadas por alguns dos seus membros por meio de ofícios ou até mesmo de bilhetes enviados aos representantes do governo e ao poder policial, no Estado. O ano de 1945 constituiu-se no período de ocaso do regime estadonovista, realidade que foi se impondo, passando a ser cada vez mais questionada. Fato que agravou-se, após março de 1945, quando as forças de policiais do regime, atuando repressivamente frente às manifestações em prol da redemocratização, assassinaram o estudante Demócrito de Souza Filho e o carvoeiro Manoel Elias.

Neste clima de distensão quando o regime autoritário, implantado em 1937 começava a demonstrar os seus limites, passando a ter a sua legitimidade, cada vez mais questionada, a Maçonaria pernambucana começa a rearticular as suas forças, tendo como horizonte a iminência da volta à ordem democrática.

A saída de Agamenon Magalhães do governo estadual, em fevereiro de 1945 e a reconfiguração política que o país atravessava com o questionamentos por parte da sociedade, da imprensa e dos intelectuais, a respeito da legitimidade do Estado Novo, dentro de uma conjuntura mundial, onde a democracia estava vencendo os regimes autoritários, apresentava-se como uma nova possibilidade para que os maçons pernambucanos reconquistassem os seus espaços e reativassem os seus trabalhos.

Como exemplo dessa nova realidade e do acesso aos membros da burocracia estadonovista pelos maçons como pontes para espaços de decisão, foi percebido um bilhete encaminhado por Geraldo, um dos assessores do governo a Fabio Correia, Delegado Regional ligado à Secretaria de Segurança Pública de Pernambuco. Num tom de amizade, Geraldo apresentava um dos filiados da Loja Frei Caneca, da cidade de Limoeiro, para que pudesse reaver e ter acesso aos arquivos e material da respectiva oficina maçônica:

Amigo Fábio,
Vai ate ai, entender-se consigo o amigo... Abdias Melo. [...] representa ele a Loja Maçônica de Limoeiro e deseja saber algo sobre as possibilidades de devolução do arquivo da dita Loja [...] Embora trate-se de pessoa amiga e até seu subordinado, ficarei grato pela atenção que ele puder ser dispensada. Abraços do amigo, Geraldo.¹⁷²

Utilizando-se de funcionários que ocupavam cargos de destaque no interior da burocracia do Estado, os maçons através de suas redes de sociabilidade, forjadas independentemente da sua condição maçônica, pretendiam através destas articulações reativarem os trabalhos da instituição no Estado. A forma como o bilhete foi produzido expressa a preocupação de Geraldo em apresentar o representante da loja maçônica dentro da mais alta referência, apontando inclusive que além de seu amigo pessoal ainda tinha como outras referencias o fato de ser um funcionario da Secretária de Segurança, possivelmente, alguém ligado à força policial da cidade de Limoeiro. Pelo que observamos, a solicitação não foi atendida prontamente uma vez que ainda em março de 1946 os arquivos da Loja, em questão, não tinham sido ainda enviados para os solicitantes.¹⁷³

O exemplo acima, ajuda a ilustrar que além das redes de conexão dos maçons com figuras que desempenhavam funções importantes no interior da administração do Estado, o processo de rearticulação da ordem democrática, encontrava-se na iminência de constituir-se após “sombrios tempos de intolerância”. Assim, encontravam-se cada vez mais próxima as possibilidades de a Maçonaria sair do campo da ilegalidade e do processo de pressão, para que os maçons pudessem voltar novamente a se organizar de forma legal tomando conta de todo o ano de 1945 com o sucesso de algumas oficinas que passaram a receber a ordem de funcionamento e voltar as suas atividades.

Os primeiros focos de reorganização das atividades maçônicas ocorreram nas lojas do interior do Estado. Como exemplo, desse processo, encontramos a solicitação analisada no parágrafo acima onde o representante da Loja Frei Caneca na cidade de Limoeiro reclamava os seus arquivos e materiais. Mesmo trabalhando

¹⁷²Bilhete ao Delegado Fabio Correia. Recife, 26/07/945. Prontuário Funcional 6351 – DOPS – APEJE.

¹⁷³Informação 4889. Recife, 09/03/1946. Prontuário Funcional 6351 – DOPS – APEJE.

dentro desta lógica de rearticulação das forças maçônicas, no sentido de retomar os seus trabalhos no campo da legalidade, o movimento de reinício oficial dos trabalhos maçônicos em Pernambuco, teve na Loja Mensageiros do Bem, da cidade de Garanhuns o seu ponto de partida, seguida pelas oficinas maçônicas das cidades de Caruaru, Limoeiro e Vitória de Santo Antão.¹⁷⁴

No jornal maçônico, *O obreiro*¹⁷⁵, encontramos um artigo assinado por um dos redatores, que se constituía num claro e vivo depoimento sobre a situação atravessada pela maçonaria pernambucana, durante a “longa noite de intolerância”, representada pelos anos da ditadura do Estado Novo. No texto, o secretário do periódico maçom, num exercício de memória, relata a realidade atravessada pelos maçons pernambucanos nos anos da ditadura de Agamenon Magalhães, destacando que tiveram os “seus templos completamente ocupados ou desapropriados, patrimônios destruídos”. Este testemunho constitui uma narrativa importante para pensarmos a realidade atravessada pela maçonaria durante o Estado Novo.

A narrativa construída, embora de maneira genérica, sem a preocupação em apontar as situações específicas vivenciadas por lojas maçônicas e seus membros, durante o citado período, esforçava-se para difundir a ideia de que durante a fase de proibição legal a qual ficou submetida as atividades maçônicas no Estado, acompanhado do enrijecimento com relação a qualquer tentativa em permitir o funcionamento das lojas, não fez com que os maçons mesmo permanecendo no campo da ilegalidade deixassem de construir formas de reunirem-se e forjarem estratégias para reativar as suas atividades. O autor do artigo logo no início da sua exposição deixa expressa a visão de que incorria em gravíssimo erro aqueles que acreditavam que a maçonaria teria cessado, completamente, as suas atividades durante o Estado Novo.¹⁷⁶

Ao pontuar tal dimensão, os maçons pernambucanos pretendiam afirmar uma história de resistência frente ao autoritarismo posto em prática, durante os anos do Estado Novo. Eles permaneciam se fazendo representar enquanto um grupo que,

¹⁷⁴ ARAUJO, V. Maçonaria Illegal. *O Obreiro*, Recife, mai.1947, p.4.

¹⁷⁵ Idem, p.4.

¹⁷⁶ Idem, p.4.

não admitia, sob forma alguma, os ataques que o regime de Agamenon e seus diletos colaboradores efetuavam contra as liberdades democráticas. Nessa perspectiva, encontramos no texto produzido, cerca de um ano e meio após o processo de reorganização das atividades maçônicas em Pernambuco, a imagem de que, os maçons tinham desenvolvido e articulado uma atuação, no sentido de contribuir para a volta da normalidade democrática, em um novo regime que, nas palavras do autor, teria como princípios a tríade identidade Maçônica: Liberdade, Igualdade e Fraternidade para que, dessa maneira, se constituísse um modelo verdadeiramente democrático.

Mesmo tendo estes núcleos do interior reorganizado a vida maçônica ao longo do ano de 1945, somente no ano seguinte, consolida-se a reestruturação efetiva das atividades da Maçonaria, processo que, se comparado a outros locais, demorou a ocorrer fato que se explica, como discutimos pelo alto nível de antimaçonismo expresso por vários intelectuais e pessoas ligadas ou que assumiram cargos de visibilidade no interior na administração do governo de Agamenon Magalhães, começando pelo próprio Interventor. Dessa forma, durante o ano de 1946, encontramos nos arquivos pesquisados, várias solicitações à Secretária de Segurança Pública do Estado, tanto da entrega dos arquivos e objetos confiscados pela ordem de fechamento das lojas maçônicas, como também da autorização para a reabertura dos trabalhos. As solicitações encaminhadas pela loja maçônicas Saint George e pela Loja Segredo e Verdade, localizada na cidade de Vitória de Santo Antão, foram enviadas em 1946 à Secretária de Segurança Pública do Estado, para autorização de funcionamento ao mesmo tempo em que, reclamavam a devolução dos seus arquivos.¹⁷⁷

Analisando os pedidos enviados às autoridades policiais, tanto pela loja maçônica da capital quanto pelas lojas do interior, observamos a lentidão e a forte burocratização, no sentido de devolver o material confiscado. No caso da Loja Saint George foram enviados dois ofícios, redigidos por membros da oficina reclamando a liberação das atividades e o envio dos arquivos e materiais confiscados; o primeiro, no dia 22 de janeiro, e o segundo, no mês de maio de 1946, mas somente no último

¹⁷⁷Ofício da Loja Maçônica Saint George a Secretária de Segurança Pública. Recife, 22/01/1946. Prontuário Funcional 1527-A.- DOPS – APEJE; Ofício nº 91. . Vitória de Santo Antão, 14/06/1946. Prontuário Funcional 1527-A – DOPS – APEJE.

ofício, as autoridades policiais fornecem um parecer, a respeito da localização dos arquivos reclamados. Já no caso da loja maçônica Segredo e Verdade, o Comissário Chefe do Arquivo, analisando ofício n.341 expedido pelo Delegado Regional da 1ª Zona, com sede na cidade de Vitória, enviado a Fábio Amorim, na época responsável pela 2ª Delegacia Auxiliar da Capital, destacava que, no referido documento, o Delegado da Ordem Política e Social, Sr. E. Peixoto declarava que não havia recebido o arquivo.¹⁷⁸

Mesmo citando como exemplo estas duas lojas maçônicas, tal situação de extravio ou desaparecimento dos arquivos maçônicos, ocorreu noutras oficinas do Estado, tendo algumas delas perdido o seu material, sem saber qual o paradeiro do mesmo, o que nos ajuda a observar, a pouca ou quase nenhuma preocupação, por parte do poder público, em guardar os arquivos das instituições alvo de repressão perspectiva aceitável para um regime ditatorial, onde de certa forma, o fato de não preservar os arquivos e objetos apreendidos acabava sendo um elemento que dificultava ainda mais a mobilização destes segmentos.

Outra questão relacionada a apresentada no parágrafo acima, diz respeito aos motivos que fizeram com que as lojas do interior do estado, se mobilisassem antes das lojas da Capital. Acreditamos que a resposta para este questionamento pode ser vislumbrada a partir das sugestões levantadas por Araujo, no artigo que já analisamos sobre a Maçonaria Illegal¹⁷⁹. Como o autor apontava, é bem provável que os irmãos maçons do interior, devido ao fato de ação dos investigadores e da repressão ser menos efetiva naquelas cidades, possibilitou que os maçons continuassem a se reunir em outros espaços se mobilizarem, cada vez mais, possibilitando a iminência crescente do desgaste do regime, reiniciarem os seus trabalhos mais cedo.

A partir de 1947, observamos que os maçons pernambucanos retomaram as suas atividades de maneira muito mais intensa, com boa parte das lojas da capital e do interior funcionando sem grandes impedimentos. Durante esse ano, o núcleo maçom da capital tentou também retomar as suas atividades no campo da imprensa, por meio de um periódico lançado no mês de maio, mas que publicou somente um

¹⁷⁸Informação 9632. Recife, 29/05/946. Prontuário Funcional 1527-A - DOPS - APEJE.

¹⁷⁹ARAUJO, V. Maçonaria Illegal. *O Obreiro*, Recife, mai.1947, p.4.

número. Este jornal denominado *O obreiro*, termo utilizado para referir-se ao maçom, seguia a mesma lógica das publicações anteriores, ou seja, a de se constituir num espaço de propaganda da instituição, aspecto importante, principalmente, após o período de repressão representado pelo Estado Novo, onde um dos alvos foi a Maçonaria.

Mesmo sendo publicado um único número, o *Obreiro* trazia informações importantes a respeito desse momento de ressurgimento da propaganda maçônica nas terras pernambucanas. Composto por três redatores Artur Rodrigues Neves, que colaborou num jornal de mesmo nome ligado à Aliança Evangélica de Obreiros Leigos; V. de Araújo e S. Medeiros, observamos, nesse primeiro e único número, a preocupação de ser um órgão de imprensa veiculador, daquilo que um dos colaboradores chamou de “*moral Maçônica*”, trazendo nas páginas do jornal, discussões e notícias relacionadas ao ambiente da Maçonaria, como um espaço de divulgação dos seus princípios e orientações.¹⁸⁰ (NASCIMENTO, 1997, p. 173).

Neste sentido, o *Obreiro* não se diferenciava dos outros periódicos lançados pela Maçonaria e, por nós analisados em outros capítulos deste trabalho. Todos os periódicos maçônicos tinham, de alguma maneira, a preocupação em, dar publicidade às ações maçônicas, e esforçar-se na formulação de uma imagem para a instituição, divulgando os pontos de vista que pretendiam irradiar na sociedade. Não fugindo a tal preocupação os redatores d’*O Obreiro*, no número de estreia, além de formularem a sua visão e imagem sobre a atuação da Maçonaria nos duros anos do Estado Novo em Pernambuco, onde mostravam que, mesmo na ilegalidade, não haviam desarticulado totalmente as suas atividades, graças à “aqueles que foram maçons [de] índole ou princípio,[que] continuaram dentro do silêncio, o trabalho penoso e sacrificado da ilegalidade”¹⁸¹.

Pretendiam assim, afirmar uma identidade ao grupo, obvio que distinguido aqueles que teriam permanecido fieis aos ensinamentos maçônicos, preocupando-se em destacar que as forças maçônicas deveriam ser vistas, dentro da ótica de resistência frente a um regime ditatorial, expressando a imagem que tinham contribuído na derrocada do Estado Novo.

¹⁸⁰ A.M. Campanha pró-imprensa Maçônica. *O Obreiro*, Recife 25/05/1947, p.2.

¹⁸¹ ARAUJO, V. Maçonaria Illegal. *O Obreiro*, Recife, mai.1947, p.4.

Uma parte das matérias veiculadas neste número do *Obreiro* noticiava a “Festa Branca” que assinalou a sagração do templo da Loja Segredo e Amor da Ordem, na cidade do Recife, que voltava a ser utilizada pela comunidade maçônica da cidade, congregando outras oficinas além da loja Segredo e Amor da Ordem, após o período em que se encontrou fechada. Esta atividade ocorreu no início de maio, fazendo-se várias autoridades da maçonaria pernambucana, além da participação de maçons do estado da Paraíba, dentre eles, Pedro Aragão, da cidade de Campina Grande; responsável pelo pronunciamento de uma conferência aberta, que tinha como temas norteadores o verdadeiro significado da Maçonaria e a sua importância na ordem moral, filosófica e política.¹⁸²

Discorrendo a respeito dessas questões, na sua conferência, o representante do Oriente” de Campina Grande, traçava, uma visão laudatória sobre a instituição, aspecto que não seria incomum tratando-se de alguém ligado à Maçonaria que se propunha a falar sobre a instituição e destacar seus objetivo e virtudes. Em seu pronunciamento, Pedro Aragão versou sobre a Maçonaria como centro irradiador, destacando os esforços da instituição na promoção e defesa da filosofia, moral e política. Sob as duas primeiras questões, o conferencista afirmou que tanto uma ordem moral como filosófica de inclinação maçônica só teria efetividade, se cada uma delas tivesse um compromisso com a promoção e busca da verdade. Com relação à dimensão política, Aragão se reportou à tradição maçônica de defesa e luta pelos princípios liberais, destacando que “a Democracia é uma obra de realização da Maçonaria”.¹⁸³

Ao valorizar a instalação dos princípios democráticos, como sendo princípios maçons, Pedro Aragão pretendia enfatizar que, o legado da Maçonaria, enquanto instituição, transcendia os limites do tempo. E, simultaneamente, se encontrava na base de formação da sociedade ocidental, dentro de aspectos não somente morais ou filosóficos, como pretendia ponderar o conferencista, mas também na própria ordem política e social, através da defesa dos princípios liberais e da própria democracia enquanto valores que fundaram uma nova sociedade, com costumes políticos diferentes daqueles que existiam em regimes absolutistas e autoritários. Tal

¹⁸²ARAGÃO, Pedro. Conferencia na Loja Maçônica Segredo e Amor da Ordem. *O obreiro*, Recife 25/05/1947, p.1.

¹⁸³Idem, p.6.

lembrança, reavivada num período pós-ditadura, possuía um efeito muito claro: o de que, tais valores, mesmo com a repressão sofrida pelos maçons pernambucanos durante os anos do Estado Novo, não afastou deles a defesa intransigente de tais princípios.

Mesmo pretendendo-se representar, como paladinos de uma sociedade democrática e liberal, os maçons pernambucanos, vinculados ao *Obreiro* não tinham atitudes e posições tão liberais assim, quando se tratava de alguns temas, dentre eles o relacionado à questão da aceitação da Maçonaria feminina. Sobre esse assunto, os editores do periódico maçom, expressando de certa forma uma visão da própria maçonaria pernambucana, ao invés de produzir uma avaliação mais isenta em torno do tema. A Maçonaria não via com bons olhos a chamada “Maçonaria Mista” ou, até mesmo a feminina, situação que ocorria em outras partes do mundo. Os argumentos apresentados pelos redatores do periódico, para sustentar a não aprovação de tal organização maçônica eram que:

A economia domestica, os afazeres cotidianos do lar, a labuta incessante das matronas dignas dirigentes dos seus afanosos deveres na formação de caracteres e orientação da oficina simbólica das mil e uma atividades do lar, não fora o bastante para tomar-lhes o tempo e ocupar-lhes as mentes e os corações.¹⁸⁴

Como podemos observar, as justificativas apontadas pelo autor do artigo segue claramente uma lógica machista e sexista em relação à relação mulher e a Maçonaria. Estes argumentos, urdidos dentro de uma perspectiva pouco liberal confrontava de certa forma com a imagem progressista que muitas vezes os maçons pretendiam construir sobre si mesmos. Uma das justificativas construídas, para destacar a incapacidade de termos uma maçonaria feminina, residia no fato de que, as mulheres tinham papéis sociais muito bem definidos, sendo o principal deles, o desempenho das funções domésticas evidenciadas pelo autor no texto e observadas como se fossem quase que atribuições intrínsecas à “natureza feminina”.

Ao evidenciar estes posicionamentos com relação à mulher, não encontramos nos intelectuais maçons nenhuma defesa dos princípios de igualdade e democracia, tão vivamente defendidos, no discurso maçônico. Na compreensão de mundo onde

¹⁸⁴A Mulher e a Maçonaria. *O obreiro*, Recife 25/05/1947, p.1.,

homens e mulheres tinham funções muito bem definidas, sendo interpretações enquanto posições quase naturais, que não podiam ou deviam ser desorganizadas. Este exemplo deixa, de maneira muito evidente, os limites entre a imagem que os maçons pretendiam formular sobre suas práticas, chamando para si, a qualidade de setores defensores da igualdade, democracia e progresso, embora nem sempre representavam essa posição de vanguarda que pretensamente se colocavam.

Ao mesmo tempo em que trouxe artigos escritos pelos maçons, que tinham como principal preocupação evidenciar os pontos de vista maçônicos a respeito de várias questões como já foi mostrado, essa publicação também, como todo veículo ligado à vida institucional de uma entidade, preocupou-se em inserir notícias que mostrassem o cotidiano maçônico na cidade do Recife e do estado, informando, por exemplo, as lojas maçônicas existentes e os seus dias de reunião.

A vida efêmera do jornal maçom, que não passou do primeiro e único número, pode ser explicada dentro do contexto da pouca organização maçônica. Não podemos esquecer o longo período em que as lojas maçônicas de Pernambuco permaneceram na ilegalidade, aliado ao alto custo em se editar um jornal como aspectos a serem dimensionados para compreendermos os motivos que levaram o *Obreiro* a não conseguir se estabelecer no universo da imprensa pernambucana. Ainda assim, esse periódico de publicidade maçônica, foi um importante indicativo a respeito do processo de reorganização da Maçonaria no período pós-Estado Novo.

Ainda com relação à imprensa maçônica no período posterior ao governo de Agamenon Magalhães, que não encontramos em Pernambuco jornais ou revistas que cobrissem um período ininterrupto de propaganda e publicidade de suas ações. Constatamos uma descontinuidade das publicações relacionadas à Maçonaria, sendo na maioria periódicos de um conjunto de lojas ou de um grupo de maçons, como foi o caso do *Obreiro*, muitas vezes não conseguindo animar os corpos maçônicos que detinham o poder no Estado.

Como exemplos de iniciativa, no período pós-Estado Novo, no sentido de se construir uma imprensa maçônica no estado vamos encontrar cerca de quatro anos após o lançamento do *Obreiro* na década de 1950, *O malhete*, jornal que seria publicado de 1951 a 1954. Nas pesquisas que realizamos, na hemeroteca do Arquivo Público Jordão Emerenciano em Pernambuco, observamos que as citadas

publicações não tinham uma periodicidade regular. O outro exemplo foi o *Boletim maçônico* de 1953, que como *O malhete* carecia de uma maior regularidade com relação à publicação, sendo localizado somente os números 13-14, referentes a março e abril de 1954.

Mesmo após o final do Estado Novo e a saída de algumas lideranças de tendência conservadora e antimaçônica dos espaços de poder no governo, encontraremos ainda permanências de uma visão negativa a respeito da Maçonaria no interior da sociedade pernambucana. Um exemplo concreto da continuidade dessa mentalidade eivada de antimaçonismo que ganhou destaque na imprensa pernambucana, chegando às ruas e trazendo novamente a discussão a respeito do caráter nefasto, representado pela Maçonaria, pode ser observada nas primeiras semanas do mês de maio de 1950, quando as autoridades religiosas ligadas à Igreja Católica local, de tendência mais conservadora, resolveu afastar os maçons das irmandades, essa “limpeza” começou pela irmandade da Conceição do Militares sediada na cidade do Recife, assunto que tomou conta das rodas de debate nas ruas da cidade.

O caso em questão, ganhou destaque e repercussão nas páginas do *Diário da Manhã*, por meio de uma matéria onde, com o título em destaque, o jornal reproduzia: “Maçonaria, um movimento paralelo ao Comunismo”, título que, como se pode ver retomava o antigo discurso, pretendendo reativar, sobre a Maçonaria a suspeita de que existiam laços fortes que relacionavam o ideário político citado e a instituição. A diferença estava nos depoimentos do Pe. Aloisio Mosca, intelectual e representante de destaque do catolicismo local. Na visão do Padre Mosca, a perspectiva antissemita, que divulgava que os maçons encontravam-se atrelados ao judaísmo, não estava presente.

Tal combinação, com certeza, foi evitada e verbalizada, depois de todo o horror que o ideário antissemita provocou no mundo, com a publicidade que, no pós-Guerra ganhou evidência com a política imposta pelo nazismo, aos judeus. Na matéria em questão, o religioso Jesuíta esforçava-se em reafirmar as táticas perigosas da Maçonaria com relação à sociedade, destacando além de suas possíveis ligações com o ideário comunista. A nova frente de ataque da Maçonaria, nas palavras do Jesuíta, seria a defesa pela emancipação política feminina. Nas

considerações do Pe. Aloisio Mosca, este súbito interesse apresentado pela Maçonaria, na verdade, camuflava outros interesses:

A Maçonaria até bem poucos anos foi o adversário mais intransigente da emancipação política da mulher. Porque? Porque ela sabe que geralmente a psicologia religiosa da mulher conserva muito melhor o patrimônio da fé católica do que o homem. Já se pode avaliar a consequência, se a mulher com esse espírito religioso e católico puder influir com seu voto no destino da nação. E nos países em que a mulher goza de emancipação política procuram os maçons dar à mulher competente educação maçônica.¹⁸⁵

Ao apresentar essa versão, o Pe. Mosca, professor da Faculdade Manuel da Nóbrega retomava a perspectiva de demonstrar que, por trás da defesa de questões que a Maçonaria elencava como sendo liberais ou libertadoras, estaria na verdade o interesse de manipular, combater e perseguir a Igreja. Pe. Mosca compreendia que na posição de defender à emancipação política feminina, o que os maçons pretendiam na avaliação do religioso, era influenciar as mulheres e exercer sobre elas algum tipo de poder. Outro foco de ataque da Maçonaria que batia frontalmente nos interesses da Igreja Católica, como analisava o Jesuíta, era voltado à educação, antiga arena de combate entre as duas instituições.

Justificando ainda a posição das autoridades eclesiásticas do Recife, com relação à Maçonaria, o religioso Jesuíta destacava outros argumentos para combater o maçonismo e suas manobras. Entre eles, o fato de que a Maçonaria constituía-se num movimento paralelo ao comunismo, pois segundo, Mosca, tanto o comunismo quanto a Maçonaria estariam preocupados na implantação de um “Estado Marxista e uma Igreja Maçônica”.

Finalizando as suas considerações a respeito da resolução tomada pelo clero pernambucano, o Pe. Mosca afirmava que a interdição dos maçons na participação das irmandades religiosas era completamente legal, uma vez que, por se tratar de uma instituição anticatólica o envolvimento de fieis católicos com a Maçonaria representava uma falta de fé. Sendo assim, o Jesuíta ainda concluía que “A Igreja

¹⁸⁵ Sem autor. Maçonaria, um Movimento Paralelo ao Comunismo. *Diário da Manhã*, Recife 16/03/1950, s/p.

com a expulsão dos maçons não fez nada mais de que cumprir seu dever, aplicando determinações já anteriormente impostas". (Grifamos).¹⁸⁶

A matéria no *Diário da Manhã*, que deu publicidade sobre esse caso, enfatizou mais as considerações negativas e a análise empreendida pelo Pe. Aloisio Mosca, do que a versão apresentada pelo então Grão-Mestre do Grande Oriente de Pernambuco, Prof. Jaime de Oliveira, Diretor da Escola Politécnica de Pernambuco, que, na sua análise a respeito do procedimento das autoridades religiosas, ocupou, nas páginas do jornal, um pequeno espaço, localizado no final da matéria tendo a análise do religioso Jesuíta ocupado o resto das páginas da publicação.

Tal desigualdade de versões, nos ajuda a perceber como por parte dos redatores do jornal, a preocupação em contemplar, de certa forma, muito mais a visão religiosa sobre a questão, acentuando, mais ainda, os preconceitos e estereótipos em relação aos maçons, na medida que não apresentava uma visão mais isenta com relação à questão, aspecto que poderia ter ocorrido, caso o órgão de imprensa tivesse se preocupado em fornecer um espaço igual para as considerações, tanto do representante da Igreja Católica, quanto da Maçonaria. Por trás dessa desigualdade é possível, ainda, entrevermos permanências de traços de uma forte visão antimaçônica.

A polêmica estabelecida pela interdição à participação dos maçons nas irmandades religiosas recifenses, efetuadas pelo clero pernambucano em meados de maio de 1950, constituía-se em mais um capítulo do forte antimaçonismo que tinha sua permanência no interior do ideário católico e que sofria, periodicamente, reatualizações. Neste sentido, a preocupação em despertar um sentimento de periculosidade maçônica, não cessava: ora a Maçonaria era pintada nas cores de uma instituição revolucionária e confabuladora; ora, constituía-se num espaço a serviço dos judeus ou do comunismo, como vimos ao longo das décadas de 1930 e de 1940, se mostrando de maneira bem mais forte no interior do discurso da intelectualidade católica.

Estas representações, mesmo sofrendo variações, no que diz respeito as finalidades e associações maçônicas, ao longo do tempo, acabavam condensando uma perspectiva bem precisa, ou seja, os maçons e a Maçonaria, devido à sua

¹⁸⁶Idem, ibidem.

defesa aos ideais liberais, constituíam-se num agente perigoso na proliferação de projetos políticos e formas de pensamento que tendiam a romper com uma certa tradição, defendida pelos intelectuais católicos e conservadores pernambucanos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo do texto, procuramos analisar a partir da perspectiva em apresentar como questão central a concepção de que a Maçonaria ao contrário do que foi sendo propagado pela historiografia, não perdeu sua importância e atuação sociopolítica, tendo como espaço temporal Pernambuco nas décadas de 1930-40. Além desta questão incorporamos outros aspectos relacionados, diretamente, ao fato de os maçons continuarem a desenvolver uma Cultura Política de discussões e atuações em determinados temas como: a defesa de uma educação pública e laica; a promoção de uma atitude de separação entre Estado e Igreja que deveria se desdobrar numa posição de tolerância religiosa; o combate a doutrinas políticas ligadas ao ideário fascista e totalitário e a defesa dos princípios democráticos. Essas bandeiras ajudavam a desfazer a visão de que, com o advento da República os maçons pouco a pouco desapareceram da História, sem deixar vestígios.

O que observamos a partir da nossa pesquisa foi que os maçons permaneceram atuando e apresentando questões no interior da sociedade pernambucana, que a partir da década de 1930, teria uma multiplicidade de projeto políticos. Alguns ligados a grupos que defendiam a formação e permanência do ideário liberal-democrata, nos quais os maçons se inseriam e; do outro lado, grupos que defendiam fórmulas autoritárias e conservadoras que seriam implementadas na sociedade. Como constamos, a segunda proposta se impôs e ganhou corpo, principalmente a partir de 1937, afastando, dessa maneira, e colocando no campo oposto os maçons, liberais, comunistas e judeus, que tinham como traço comum, segundo os discursos conservadores, serem supostos agentes de dissolução da ordem e da cultura católico-cristã.

Todo este cenário e motivações que tomaram lugar nas décadas estudadas, de maneira mais intensa e intolerante, não desapareceram mesmo com o fim da Era Vargas. As permanências dessas visões estereotipadas, com relação à Maçonaria, pode ser observada atualmente, na polêmica que se instaurou na Diocese de

Pesqueira, no mês de agosto de 2012, quando, na cidade de Belo Jardim, foi celebrada uma missa no dia 20 de agosto, pela passagem do Dia do Maçom.

A cerimonia que teve suas imagens veiculadas em alguns blogs e sites causou uma repercussão nacional e internacional, sendo comentada em vários desses espaços. Um deles, especificamente, nos chamou a atenção, que foi o site fratresinunum.com, que, na matéria produzida sobre a citada cerimônia veiculou as fotos com os maçons paramentados e o Pe. Geraldo Magela, responsável pela celebração, no altar da Igreja da Paróquia de Nossa Senhora da Conceição, na cidade de Belo Jardim.

O que nos chamou a atenção com relação a tal cerimônia, não foi especificamente o ato em si, mas, sobretudo, as postagens e comentários que se encontravam abaixo da matéria publicada no site. A maior parte deles, reproduzindo ou até mesmo reatualizando, as visões antimaçônicas que discutimos ao longo do nosso estudo. Encontramos nos comentários postados, posições que veem tal ato dentro da ótica da indignação, enfatizando vinculações que “judeus + maçons + marxistas = problemas”, além de afirmarem que a cerimônia só teria sido possível, pelo espírito emanado a partir do Concílio Vaticano II, visto por um comentador como uma heresia.¹⁸⁷

A polêmica não cessou, mas voltou a se repetir cerca de um ano depois quando no dia 31 de agosto de 2013, o Pe. Nilson da Paróquia do Sagrado Coração de Jesus na cidade de Sanharó reuniu maçons daquela cidade, da cidade de Belo Jardim e de lojas maçônicas das proximidades. Um dos sites locais que veiculou a notícia, assim apresentava o evento:

Desta vez, os maçons foram mais discretos — deixaram o avental do ano anterior e usaram apenas um pequeno broche[...] No ano passado, interpelado por um fiel, o bispo diocesano, Dom José Luiz Ferreira Salles, CSsR, pediu desculpas e respondeu simplesmente que... acabara de chegar de viagem! Qual será a desculpa da vez, senhor Bispo? Sua Excelência Reverendíssima é pura e simplesmente conivente? Banimos de pronto a ideia de que o senhor possa também ser mais um dos “irmãos” das lojas de Pesqueira... Deus nos livre!...] E o que espera a Nunciatura Apostólica para tomar

¹⁸⁷ Missa pelo “Dia do Maçom” na Diocese de Pesqueira, Pernambuco. Disponível na Internet: <http://fratresinunum.com/2012/08/24/missa-dia-do-macom/>. Acesso em: 30/08/2012.

uma atitude? E os dicastérios competentes da Cúria Romana? Aguardarão o escândalo se repetir ano após ano em total inércia?¹⁸⁸ Padre José Gomes de Melo (Padre Nilson) foi severamente advertido, está afastado de suas funções paroquiais em Sanharó e das demais funções diocesanas.¹⁸⁹

A discrição dos maçons, que não se encontravam “paramentados”, foi vista pelo redator da notícia como um fato positivo, uma vez que ostentar os seus símbolos e aventais, como ocorreu na cerimônia religiosa no ano anterior era concebido pela matéria do blog com uma espécie de “pecado original”. A estrutura do argumento produzido e das mensagens postadas principalmente aquelas que desaprovavam tal evento, reforçavam como frisamos, todo um ideário negativo e intolerante. Que mesmo se processando num período diferente ao que nos detemos na reflexão do presente estudo, evidencia a continuidade de um imaginário e uma visão onde os maçons e a instituição que representavam é algo que não deveria se relacionar aos espaços da religião católica romana.

A missa celebrada em Sanharó no Dia do Maçom no ano de 2013, conheceu desdobramentos bem diferentes do ocorrido no ano anterior. Inclusive com suspensão e afastamento do Pe. Nilson das suas atividades eclesiais, por meio de uma ordenação episcopal que tratou a ação do Padre como um erro gravíssimo.

Diante desses relatos na dimensão da História recente, tendo a Maçonaria como protagonista, observamos a validade na perspectiva adotada no presente estudo. Mesmo ao tratar de atitudes políticas da Maçonaria e de um imaginário político e sociocultural forjado sobre a instituição maçônica, não cessou, como podemos perceber, a visão negativa a respeito da instituição.

Ao tempo em que as citadas celebrações suscitaram posições negativas e intolerantes, se relacionam, de alguma maneira, como permanências e aproximações com os discursos produzidos pelos intelectuais católicos nas décadas de 1930 e 1940. Para legitimarem e defenderem a proscrição da Maçonaria, encontramos, também, por parte dos maçons, atitudes que chamam para si não

¹⁸⁸ Padre José Gomes de Melo (Padre Nilson) foi severamente advertido, está afastado de suas funções paroquiais em Sanharó e das demais funções diocesanas. Disponível na Internet: <http://oabelhudo.com.br/2013/08/sanharo-padre-nilson-e-afastado-e-suspenso-de-suas-funcoes-causa-missa-pelo-dia-do-macom/>. Acesso em: 10 de set. 2013.

¹⁸⁹ Disponível na Internet: <http://oabelhudo.com.br/2013/08/sanharo-padre-nilson-e-afastado-e-suspenso-de-suas-funcoes-causa-missa-pelo-dia-do-macom/>. Acesso em: 10/09/2013.

somente do ponto de vista individual, mas, sobretudo, institucional representando contínuas preocupações e discutindo aspectos da sociedade corroborando e legitimando a tese de que essa instituição permanece atuando no regime republicano.

No sentido de efetivar tal argumento, tomaremos, outro exemplo contemporâneo, no sentido de estabelecer uma comparação com relação ao período analisado ao longo do estudo. Realizamos tal exercício amparado na justificativa de que, tal recurso, possibilita uma visão a respeito do nosso tema, contribuindo para que as discussões empreendidas pela nossa pesquisa conquistem, no campo do conhecimento, um caráter de utilidade e efetividade. Não esquecendo para legitimar a nossa argumentação, como nos ensinou Bloch (2001): para que possamos defender o caráter útil da nossa disciplina, devemos encerrar e questionar os nossos objetos nessa relação presente-passado.

Diante desta rápida reflexão, usaremos como exemplo para analisarmos este caráter efetivo das atitudes e posições políticas e sociais, assumidas pela Maçonaria, o encontro ocorrido entre os dias 5 a 9 de julho de 2013, que reuniu os representantes da Confederação Maçônica Simbólica do Brasil (CMSB), na cidade de Campo Grande/MS. Nesta 42ª Assembleia Geral Ordinária, dentre outras discussões, os maçons brasileiros a partir de campanhas anteriores e das manifestações populares que tomaram conta das ruas nas mais diversas cidades brasileiras, tinham como mote a questão da Ética, da moralidade política e do tratamento da coisa pública. Levando em consideração estas questões, publicaram um documento que fizeram circular na imprensa e nos meios eletrônicos, apresentando quais as suas posições e deliberações referentes a esse cenário. O documento foi intitulado “Posicionamento da Maçonaria perante o povo brasileiro”.

Dentre os seus signatários encontramos o Grão-Mestre pernambucano Dimas José de Carvalho (GLMPE), que tomou parte das discussões promovidas e materializadas no citado documento. Muitos dos aspectos apresentados nesse posicionamento, tomado pela Maçonaria, remetem a postura e debates travados publicamente pelos maçons. A esse respeito, citamos dois exemplos: a relação que deveria ser estabelecida com a coisa pública e a importância de uma política com menos vícios, na defesa e efetivação de uma “verdadeira” Ordem Democrática,

temas que foram alvo de consideração da Maçonaria, ao longo desse estudo e que tiveram lugar durante o período estudado.

Essa posição tomada pelos maçons brasileiros embasava-se e considerava como lastro de experiências, as campanhas desenvolvidas ao longo da História, onde discutiram a questão da ética, a moralidade, a defesa da coisa pública e o combate à corrupção. O que anteriormente haviam sido destacado pela comunidade maçônica brasileira e ganhado espaço na web, como também, pelo sentimento que cobrou uma nova Cultura Política para tratar de questões que tinham no campo da política profissional o alvo principal das manifestações populares que, entre os meses de junho e julho de 2013, ganharam as ruas por todo o Brasil.

Avaliando esta realidade, o citado documento maçônico com uma linguagem imperativa expressou a defesa de tais princípios, como elementos que norteavam a Maçonaria brasileira, pernambucana e Universal. Diante das considerações, o posicionamento maçônico perante o povo brasileiro destacava os seguintes aspectos, como demandas prementes:

1) Imediata **Reforma Política** que culmine com a implementação de:

- extinção de foro privilegiado para autoridades públicas e parlamentares;
- eleições únicas a cada quatro anos;
- extinção do cargo de suplente de Senador;
- adoção do voto distrital;
- proibição que parlamentares ocupem cargos no Poder Executivo e
- redução do poder arrecadatário do governo federal com o fortalecimento das receitas dos municípios.

2) imprescindíveis ações na área da **Saúde Pública** que conduzam:

- à aprovação da PEC 29/2011, de modo que, no mínimo, 10% das receitas correntes da União passem a ser destinadas, exclusivamente, à saúde e
- à adequação da infraestrutura e ao melhoramento da formação e da remuneração dos profissionais de saúde.

3) o cumprimento do preceito constitucional destinado a assegurar que a **Educação** seja tratada como Política de Estado, pública, gratuita e de qualidade em todos os níveis, com a devida e necessária valorização dos profissionais a ela dedicados.

4) a rápida reformulação e adequação da Legislação Penal para restabelecer a credibilidade da **Segurança Pública** e, inclusive, para neutralizar o crescente sentimento de impunidade.¹⁹⁰ (Grifo nosso)

Das demandadas apontadas pelos maçons um discurso que tinha como ponto principal captar e se posicionar ao lado dos anseios da população que ganhava as ruas, os maçons apontavam o fato de se encontrarem ligados às questões presentes nas pautas elencadas pela sociedade. A leitura que também podemos realizar a partir do documento e que possibilita uma aproximação com o período discutido em nosso estudo, assenta-se na existência de pontos de permanências no interior de um *corpus* político defendido pela Maçonaria, que girava, também, em torno da estruturação de uma política de orientação progressista, pela defesa de uma **educação pública, gratuita e de qualidade** (grifamos), pleito que fazia parte das reivindicações defendidas pelos maçons desde o início do Século XX.

A partir desse testemunho, que elenca um conjunto de questões atuais e fazem parte diretamente das necessidades da população brasileira, podemos estabelecer a contemporaneidade da tese que defendemos e procuramos evidenciar ao longo do presente estudo observando que os maçons, enquanto instituição, mesmo não se constituindo, como no Século XIX, o espaço principal de interlocução e cobranças políticas, não deixou de desempenhar ao longo da República, tal posicionamento, ainda que no caso de Pernambuco em alguns momentos, como no recortado por nossa pesquisa, tivessem imposto a um forte silenciamento.

Mesmo pretendendo por meio do recente documento institucional, marcar uma presença e reafirmar a identidade de instituição preocupada com as questões políticas e sociais, a Maçonaria continua, ainda, dividindo opiniões e sendo alvo de estereotipização. Processo que contribuiu para marcar a sua imagem no contexto analisado ao longo do nosso estudo. No sentido de comprovar tal evidência, foi necessário somente realizarmos uma breve pesquisa pela rede mundial de computadores e observar a quantidade de vídeos e textos que versam ao seu respeito.

¹⁹⁰ Posicionamento da Maçonaria Perante o Povo brasileiro Disponível: <http://www.cmsb.org.br>. Acesso em: 20/07/2013.

Sendo assim, e diante dos exemplos que apresentamos, a Maçonaria ao contrário do que se postulou, continua tão atuante quanto no período que historiograficamente ficou sacralizado como seu, o século XIX. Atraindo para si polêmicas que, ao mesmo tempo, provocaram aderências e repulsas, mas que sempre propuseram, como os maçons fizeram nas décadas de 1930 e 1940 suas propostas. Continuando no limiar do Século XXI a apontar questões e soluções para o país.

Finalmente, acreditamos que as nossas reflexões e o tratamento que demos à Maçonaria e às atitudes com relação a essa instituição forjaram e expressaram estereótipos, visões preconceituosas e intolerantes, constituindo-se numa página a mais no sentido de escrever e possibilitar visibilidades ao nosso tema de estudo. Sendo, como sinalizamos, mais uma contribuição para compreendermos melhor do que uma versão definitiva a respeito da Maçonaria.

REFERENCIAS

Fontes Primárias impressas (citadas)

CPDOC/FGV/Rio de Janeiro

Ofício da Grande Loja da Paraíba a Osvaldo Aranha. João Pessoa, 1938. OAcP 38.04.26/2, FGV p.2.

Arquivo Público do Estado do Rio

Dossiê 01 Fundo de Polícia Política

Boletim do Grande Oriente 1938, página 51; de 1939, páginas 24, 26, 51; *Boletim* do Grande Oriente de 1940, páginas 5 e 180; Resumo das Atividades do GOB encaminhadas à Delegacia de Segurança Política e Social. Rio de Janeiro, 11/07/1941- Dossiê 01 Fundo Polícia Política - APERJ, p.2.

Arquivo das Lojas Maçônicas

RATIS, Joaquim da Silva. Pedido de Iniciação. Recife, 26/11/1912 – Arquivo da Loja Conciliação. p.1.

GOUVEIA, João Batista. Edital de Iniciação. Recife, 03/12/1912 – Arquivo da Loja Conciliação p.1.

ROCHA, Gilberto. Correspondência entre a Loja Maçônica Conciliação e a Segredo e Amor da Ordem. Recife, 26/02/1913. Arquivo da Loja Conciliação.

ARAUJO, Antônio Francisco de. Resposta ao escrutínio realizado para o processo de iniciação de Antônio de Jesus à Loja 06 de Março de 1817. Recife, 17/03/1913 – Arquivo da Loja Conciliação. p.1.

JESUS, Antônio Francisco de. Testamento Moral e Filosófico. Recife, 24/01/1914 – Arquivo da Loja Conciliação. p.1-2.

DAEMON, T.C. Circular as Lojas Maçônicas do País. Rio de Janeiro, 15/11/1918, p.1. (Arquivo da Loja Conciliação).

Prontuários Funcionais

Maçonaria e Revolução. Recife, s/d. Prontuário Funcional 1527-A – DOPS - APEJE.

BARRETO, Eugenio. Ofício da Grande Loja de Pernambuco ao Secretário de Segurança Pública do Estado de Pernambuco. Recife, 08 /02/1933. Prontuário Funcional 3904 – DOPS – APEJE.

Circular da Grande Loja. Recife, 03/06/1933. Prontuário Funcional 3904 – DOPS – APEJE.

Ata de visitante. Sessão de regularização da Loja Alvorada da Paz. Cabo, 07/01/1934. Prontuário Funcional 3904– DOPS - APEJE.

Auto de Apreensão Loja Obreiros do Porvir. Nazaré da Mata, 23/10/1937. Prontuário Funcional 6351 – DOPS – APEJE, p.1-2.

Auto de Apreensão Loja Obreiros do Porvir. Nazaré da Mata /PE, 23/10/1937. Prontuário Funcional 1527 B – DOPS – APEJE, p.1-2.

Telegrama Particular. Recife, 25/10/937. Prontuário Funcional 7212 – DOPS – APEJE.

ARCOVERDE, Napoleão. Ofício ao companheiro Nelson C. Silva presidente da junta de nucleação província de Pernambuco- Recife. Rio Branco, 08/05/1937. Pasta 4938 – DOPS – APEJE.

Ofício nº104. Recife, 24/10/1937. Prontuário Funcional 28897 – DOPS – APEJE.

Ofício nº 341. Recife, 27/10/1937. Prontuário Funcional 28897 – DOPS – APEJE

FARIAS, et all, Carta endereçada a Agamenon Magalhães. Recife, 02/09/1940. Prontuário Funcional 28897 - DOPS - APEJE.

Baptista Teixeira Capitão Delegado Segurança Política Social Resposta rádio 102. Rio de Janeiro, 28/09/1940. Prontuário 7212. DOPS – APEJE.

Secretário da Segurança Pública. Nota sobre situação das lojas maçônicas em Pernambuco. Recife, 05/10/1940. Prontuário 7212 – DOPS – APEJE.

Ofício ao Secretário de Segurança Pública sobre a reabertura das Lojas Maçônicas. Recife, 04/10/1940. Prontuário 7212 – DOPS -. APEJE.

Informativo 935. Recife, 24/10/1942. Prontuário Funcional 1527- A – DOPS – APEJE.

Ofício n.1569. Recife, 02/12/1942. Prontuário Funcional 1527-A – DOPS - APEJE.

Recorte de Jornal assinado por Mário Melo. Recife, 04/1942. Prontuário Funcional 7212 – DOPS – APEJE.

Bilhete ao Delegado Fabio Correia. Recife, 26/07/945. Prontuário Funcional 6351 – DOPS – APEJE.

Informação 4889. Recife, 09/03/1946. Prontuário Funcional 6351 – DOPS – APEJE.

Ofício da Loja Maçônica Saint George a Secretária de Segurança Pública. Recife, 22/01/1946. Prontuário Funcional 1527-B- DOPS – APEJE

Ofício nº 91. Vitória de Santo Antão, 14/06/1946. Prontuário Funcional 1527-B – DOPS – APEJE.

Informação 9632. Recife, 29/05/946. Prontuário Funcional 1527-A - DOPS - APEJE.

2. Setor de Periódicos – APEJE, Recife/PE

Jornais

Jornais maçons

Sem autor. O Litígio entre as Lloj :. “Luz da verdade” e Ccav :. da :. Luz” e o Gr :. Or :. de Pernambuco – Suas determinações e seus epílogos .*O archote*, Recife 05/1932, p.1.

Sem autor. Comentários Oportunos. *O archote*, Recife, 05/1932, p.4.

Sem autor. A Confissão. *O archote*, Recife, 05/1932, p.3.

Sem autor. Castigos Corporaes. *O archote*, Recife, 08/1934, p.4.

O Vigilante. Para Pensar. *O mensageiro*, Garanhuns, 15/05/1937, p.1

VIGILANTE. Teimosa. *O mensageiro*, Garanhuns 15/05/1937, p.4.

Sem autor. Gato escondido. *O mensageiro*, Garanhuns 27/06/1937, p.4.

DOCUMENTÁRIO dos jornais. *O mensageiro*. Garanhuns 25/07/1937, p.1.

PROPAGANDA da Biblioteca Manoel Arão. *O mensageiro*, Garanhuns 27/06/1937, p.1.

Sem autor. Escola Sete de Setembro. *O mensageiro*, Garanhuns 07/09/1937, p.6.

LEITÃO, Heli. Sowenhagen, *O mensageiro*, Garanhuns 15/05/1937, p.1.

Sem autor. QUEM seria mais judeu?. *O mensageiro*, Garanhuns 19/09/1937, p.3.

ARAUJO, V. Maçonaria Illegal. *O Obreiro*, Recife, mai.1947, p.4

A.M. Campanha pró-imprensa Maçonica. *O Obreiro*, Recife 25/05/1947, p.2.

ARAGÃO, Pedro. Conferencia na Loja Maçônica Segredo e Amor da Ordem. *O obreiro*, Recife 25/05/1947, p.1.

Sem autor. A Mulher e a Maçonaria. *O obreiro*, Recife 25/05/1947, p.1.

Jornais de Referencia (Jornais que circularam na época em Pernambuco)

Jornais Católicos

Sem autor. Maçonaria e Exercito. *A tribuna*, Recife, 15/06/1907, p.3.

Negromonte, P. A. Coisas do Liberalismo. *A tribuna*, Recife 06/02/1930, p.3.

Sem autor. A Acção do nosso clero. *A tribuna*, Recife 09/10/1930, p.5.

Sem autor. Moral Maçônica. *A tribuna*, Recife, 24/01/1934, p.2.

SAVE, Claudia. **Dize-me, quem te persegue sacerdote?**. *A tribuna*, Recife 10/02/1934, p.3.

Sem autor. Maçonaria Agonizante. *A tribuna*, Recife 02/05/1934, p.4.

Sem autor. Desmascarando a Maçonaria francesa. *A Tribuna*, Recife, 16 de maio de 1934, pg.3.

CLARAVAL, A. Resoluções maçônicas a recordar. *A tribuna*, Recife 13/06/1934, p.1.

Sem autor. Notas e noticias. *A tribuna*, Recife 20/06/1934, p.3.

Sem autor. Maçonaria e o Estado em Portugal. *Boletim Mensal da Arquidiocese*, Recife jan./fev.1935, p.6.

Sem autor. A maçonaria e a luta anti-religiosa. *Boletim Mensal da Arquidiocese*, Recife jan./fev. 1935, p.9.

LEME, Dom Sebastião. Boa Imprensa. *A tribuna*, Recife, 04/07/1935, p.3.

Sem autor. O Integralismo diante da Maçonaria. *Boletim Mensal da Arquidiocese*, Recife set./out. 1935, p.160.

Sem autor. Registro. *A tribuna*, Recife, 10/10/1935, p.1.

RODHEN, Pe. Dr. Huberto. Instruções sobre a Maçonaria .*A tribuna*, Recife 16/04/1936, p.1.

Sem autor. Desmentindo. *A gazeta*. Recife, set./out.1937, p. 24.

Sem autor. As causas das praias transformadas em pocilgas – A Maçonaria e a corrupção dos costumes. *A gazeta*, Recife 17/08/1938, p.15.

VALE, José Nunes; D'ASSUMPÇÃO, Cônego Jeronymo. A aliança das esquerdas maçônicas e comunistas. *A gazeta*, Recife, 17/10/1938, p.1.

Jornais da imprensa cotidiana

O coronel Azambuja Villanova põe em relevo os motivos em que se baseou aquella medida – os verdadeiros fins da Instituição – Boa Fé dos maçons - brasileiros importantes revelações. *Jornal do Comercio*, Recife, 23/10/1937, p.3.
Diário da Manhã, Recife, 23/10/1937, p.1-3.

Melo, Mario. Maçonismo, Judaísmo e Totalitarismo. *Jornal do Comercio*, Recife 06/10/1939, p.2.

Sem autor. Acção Contra a Maçonaria na Romenia. *Folha da Manhã*, Recife 01/02/1941, s/p.

MELO, Mario. Frei Caneca e a Maçonaria. *Jornal do Comércio*, Recife 20/04/1941, p.7.

PERÉA, Frei Romeu. Frei Caneca e a Maçonaria. *Jornal do Comercio*, Recife 26/04/1941, s/p.

MELO, Mario. Frei Caneca e a Maçonaria. *Jornal do Comercio*, Recife 09/05/1941, p.2.

MELO, Mario. Frei Caneca e a Maçonaria. *Jornal do Comercio*, Recife 31/05/1941, p.7.

PERÉA, Frei Romeu. Frei Caneca e a Maçonaria. *Jornal do Comercio*, Recife 01/06/1941, p.2.

MELO, Mario. Frei Caneca e a Maçonaria. *Jornal do Comercio*, Recife 04/06/1941

Revistas

Archivo Maçonico

Sem autor. Os nossos Intuitos. *Archivo maçônico*, Recife, 12/09/1906, p.2

FERRER, Dr. Vicente. Democracia e republica. *Archivo maçônico*. Recife, 07/1911, p.29.

Sem autor. *As eleições e a Maçonaria. Archivo maçônico.* Recife, 01/1912, p.5.

Sem autor. Intolerancia Religiosa nos Collegios. *Archivo maçônico.* Recife, 02/1912, p.5.

Sem autor. O ensino nos collegios. *Archivo maçônico.* Recife, 03/1912, p.3-4.

FREIRE, Alfredo. A escola primaria. *Archivo maçônico.* Recife, 04/1912, p.10-11.

CAMARA, Nilo. A Maçonaria de Pernambuco em 1910. *Archivo maçônico.* Recife, 12/1912. p.20-27.

FRONTEIRAS

VITAL, Dom. A Maçonaria –extracto da Pastoral do Bispo Martyr D.Vital, datada da fortaleza de s.joão, aos 28 de março de 1875 Biblioteca da Curia da Arquidiocese Olinda/Recife. *Revista Fronteiras* Recife, janeiro de 1933, p.2.

Sem autor. Nota da Redação. *Revista Fronteiras*, Recife, janeiro de 1933, p.3.

Sem autor. Relato da Romaria que o “Pensamento Livre” levou a efeito no dia 19. *Revista Fronteiras*, Recife, março de 1933, p.4.

GRÃOS Mestres da Maçonaria Internacional – A Ordem dos B'NAI B'RITH, *Revista Fronteiras*, Recife, dezembro 1933, p.5.

MONTEIRO, Vicente do Rêgo. Frei Vital. *Revista Fronteiras*, Recife, maio de 1936, p.4.

FERNANDES, Pe. Os Tabus Maçonicos. *Revista Fronteiras*, Recife, setembro de 1938, p.3.

Sites pesquisados

www.minhapalmares.blogspot.com.br.

www.recantodasletras.com.br.

www.fratresinunum.com

www.oabelhudo.com.br

www.gob.org.br

www.csmb.br

Livros, artigos, dissertações e teses

AGULHON, Maurice. **Pénitents et Francs-maçons de l'ancienne Provence**: essair sur la sociabilité meridionale.3.ed.Paris:fayard,1984.

AGULHON, M. As Sociedades de Pensamento. IN: VOLVELLE, Michel. **França Revolucionária (1789-1799)**. São Paulo: brasiliense, 1989.

ALMEIDA, Maria das Graças A. A. de. **A Construção da verdade autoritária**. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 2001.

ARÃO, Manoel. **História da Maçonaria no Brasil**. Recife: Edição do autor, 1926. V.1.

AROUET, François Marie. (Voltaire). **Tratado sobre a tolerância**: por ocasião da morte de Jean Calas. São Paulo: Escala Educacional, 2006.

ASLAN, N. **História Geral da Maçonaria**: fastos da Maçonaria Brasileira. Rio de Janeiro: Editora Aurora, 1980.

AZEVEDO, Celia Marinho. **Maçonaria, anti-racismo e cidadania**: uma história de lutas e debates transnacionais. São Paulo: Annablume, 2010.

AZEVEDO, Cecília. *et al.* **Cultura Política, memória e historiografia**. Rio de Janeiro: FGV, 2009.

AZZI, Riolando. **Historia da Igreja no Brasil**: ensaio de interpretação a partir do povo: tomo II/3-2: terceira época: 1930-1964. Petrópolis, Vozes, 2008.

_____. **A Sé Primacial de Salvador**: A Igreja Católica na Bahia 1551-2001(Período Imperial e Republicano). Petrópolis/Salvador: Vozes/Ucsal. 2001.

ARRIBAS Javier Dominguez. La utilización del discurso antimasónico como arma política durante el primer franquismo (1939-1945). In: **Hispania. Revista Española de Historia**, 2006, vol. LXVI, núm. 224, septiembre-diciembre, p. 1107-1138.

BARATA, Alexandre Mansur. **Luzes e sombras**: a ação da Maçonaria brasileira (1870-1910). Campinas: Editora da Unicamp, 1999.

_____. Discutindo a sociabilidade moderna: o caso da Maçonaria. IN: RAGO, Margareth; GIMENES, R.A.O. **Narrar o passado, repensar a história**. Capinas: Unicamp, Instituto de Filosofia Ciências e Letras, 2000.

_____. **Maçonaria, sociabilidade ilustrada e Independência do Brasil (1790-1822)**. São Paulo, Juiz de Fora: Annablume, EDUFJF-FAPESP, 2006.

BARET-DUQCROQ, Françoise (org). **A Intolerância**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

BASTOS, Elide Rugai. *et al.* **Intelectuais: sociedade e política**. São Paulo: Cortez, 2003.

BASTOS, Octavio; CARAJURÚ, Opfato; DIAS, Everardo. **Livro Maçônico do Centenário**. Rio de Janeiro, 1922.

BARROSO, Gustavo. **História secreta do Brasil**. 1ª reedição. Porto Alegre: Editora Revisão, 1990-1993. (6 Volumes).

_____. **Judaísmo, Maçonaria e Comunismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, S/A, 1937.

BARRUEL. **Mémoires pour servir l'histoire du jacobinisme**. 1797.

BENIMELLI, J. A. Ferrer. **El contubérnio Judeo-Masónico-Comunista**. del Satanismo al escândalo de la P-2. Madri, Edições ISTMO, 1982.

BENIMELI, J.A.F; CAPRILE, G; ALBERTON, V. **Maçonaria e Igreja Católica: ontem, hoje e amanhã**. Trad. Valério Alberton.2. ed. São Paulo:Paulinas,1983.

_____. **LA MASONERIA**. 2.ed.Alianza Editorial: Madri, 2005.

BERTRAND, L. **A Maçonaria seita judaica: suas origens, sagacidade e finalidades anticristãs**. São Paulo: Minerva, 1936.

BLOCH, Marc. **Apologia a História**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

BURKE, Peter (org.). **A escrita da História**. 4. ed. São Paulo: Unesp, 1992.

CANECA, Frei Joaquim do Amor Divino. **Obras políticas e literárias**. Colecionadas pelo comendador Antonio de Melo, edição fac-símile, Recife: ed. da Universidade Federal de Pernambuco, 1972.

CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. **Novos Domínios da História**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

CARVALHO, José Murilo. **Os bestializados**. 6.ed.Companhia das letras, 1987.

_____. **A Formação das almas: o imaginário da República no Brasil**. 4.ed. Companhia das letras, 1990.

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. **O antissemitismo na Era Vargas: fantasmas de uma geração**. 3ª edição ampliada. São Paulo: Perspectiva, 2001.

CARNEIRO, Leandro Piquet; KUSCHNIR, Karina. As Dimensões Subjetivas da Política: Cultura Política e Antropologia Política. IN: **estudos históricos**. Rio de Janeiro, n.24, p.227-250, 1999.

_____.(Org.). **O antissemitismo nas Américas**. História e memória. São Paulo: Edusp, 2007.v.1.

Cavalcante Neto, Faustino Teatino. **“A AMEAÇA VERMELHA”: O IMAGINÁRIO ANTICOMUNISTA NA PARAÍBA (1917-1937)**. 2013. . Tese (Doutorado em História). Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2013.

CAVALCANTI, Paulo. **A luta clandestina: o caso eu conto como o caso foi**. Recife: Editora Guararapes, 1985. V.4.

CASALI, Alípio. **Elite intelectual e restauração da Igreja Católica**. Petropolis, RJ: Vozes, 1995.

COLUSSI, Eliane Lucia. **A maçonaria gaúcha no Século XIX**. Passo Fundo: Ediupf, 1998.

COSTA, Alberto Roberto da. **Nas Aras da Ordem**: Discursos Maçônicos-Proferidos em varias solenidades. Recife: Imprensa Industrial, 1921.

COSTA, Luiz Pereira. **Palavras de Iniciado**: Conferencia realizada no salão nobre da Aug.: Loj.: Aurora Pernambucana, no dia 30 de junho do anno de 1920. Recife: TYP. RECIFE – GRAPHICO, 1921.

Chartier, Roger. **A História Cultural**: entre práticas e representações. Trad. Maria Manuela Galhardo. Lisboa: DIFEL/ Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

_____(Ed.). Defesa e Ilustração da noção de Representação. In: **VII Curso de Extensão Para Ler Bourdieu**. 2013, Recife, p.3-12.

D'ARAUJO, Maria Celina. **As Instituições Brasileiras da Era Vargas**. Rio de Janeiro: eduerj; Rio de Janeiro: FGV, 1999.

DIAS, Romualdo. **Imagens de ordem**: a doutrina católica sobre autoridade no Brasil, 1922-1935. São Paulo: UNESP, 1996.

DIEHL, Astor Antônio. **Cultura historiográfica**: memoria, identidade e representação. Bauru, SP: EDUSC, 2002.

ELIADE, Mircea. **O sagrado e o profano**. trad. Rogério Fernandes. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

FERREIRA, Antônio do Carmo. **O Areópago de Itambé**: a Maçonaria revolucionária no Brasil. 1ª ed. Londrina, PR: Editora Maçônica Trolha, 2001.

_____. **A ordem dos construtores sociais**. Recife: Artegrafi, 2003.

FERREIRA, Fabio Alves. Para entender a Teoria do Discurso de Ernesto Laclau. In: **Revista Espaço Acadêmico**. Maringá, PR, p.12-18, dez.2011.

GASPAR, Lucia. *Et all.* **Mario Melo, 1884-1959**: uma Bibliografia. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 2012.

GIRARDET, Raoul. **Mitos e mitologias políticas**. Trad. Maria Lucia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

GOFFMAN, Erving. **O estigma**: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. 4ª ed. São Paulo: LTC, 1988.

GONTIJO, Rebeca; ABREU, Martha; SOHIET, Rachel. **Cultura política e leituras do passado**: historiografia e ensino de história. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

GOHL, Jefferson William. **O real e o imaginário**: a experiência da Maçonaria na Loja União III em Porto União da Vitória: 1936-1950. 2003.163p. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Paraná.

GUEIROS, David Vieira. **O Protestantismo, a Maçonaria e a Questão Religiosa no Brasil**. 2ª ed. Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1980.

HOBBSBAWM, Eric; RANGER, Terence. **A invenção das tradições**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

HOFFNAGEL, Mar Jay. Rumos de Republicanismo em Pernambuco. IN: SILVA, Leonardo Dantas. (org.). **A República em Pernambuco**. Recife: Fundaj/ Massangana. 1990.

HOLANDA, Sergio Buarque. Da Maçonaria ao Positivismo. In:_____. (org.). **História geral da civilização brasileira**. 4ª. ed. São Paulo: Difel, 1985, t.II, vol.5,p.289-305.

LEFRANC, François. *O véu levantado ou o maçonismo desmascarado; isto he: o ímpio e execrando systema dos pedreiros-livres conspirados contra a Religião Catholica, e contra o throno dos soberanos*. Tradução do francês. Lisboa: Imp. Liberal, 1822-23

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. 5ª. ed. Campinas, Editora da UNICAMP, 2003.

LUCCA, Tania Regina. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi. (Org.). **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2005, p.111-153.

LUSTOSA, Oscar de Figueiredo. **A Igreja Católica no Brasil – República**: cem anos de compromisso (1889-1989). São Paulo: Edições Paulinas, 1991.

KLOPPENBURG, Dom Boaventura. **Igreja & Maçonaria**: conciliação Possível? Petrópolis/RJ: Vozes, 1992.

MAIO, Marcos Chor. **Nem Rotschild nem Trosky: o pensamento antissemita de Gustavo Barroso.** Rio de Janeiro, Imago, 1992.

MOURA, Carlos André da Silva. **Fé, Saber e Poder: os intelectuais entre a Restauração Católica e a política no Recife (1930-1937).** Recife: Prefeitura da cidade do Recife, 2012.

MOREL, Marco, SOUZA, Françoise Jean de Oliveira. **O poder da Maçonaria: a História de uma sociedade secreta no Brasil.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

MICELI, Sergio. **A Elite Eclesiástica Brasileira.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

MIRANDA, Carlos Alberto da Cunha. **Igreja Católica do Brasil: uma trajetória reformista (1872-1945).** Universidade Federal De Pernambuco, Recife, 1988. Dissertação (Mestrado em História).

NASCIMENTO, Luís do. **História da Imprensa em Pernambuco (1851-1954).** Recife: Editora Universitária da UFPE, 1986-1994.

NETO, José Maria Gomes de Souza. Propaganda política no populismo brasileiro: o caso pernambucano (1937 – 45). In: **Associação Nacional de Pesquisadores e Professores de História das Américas.** 2006, Campinas/ SP. Anais. Campinas/SP: ANPLACH, 2006.p.1-6.

NEVES, Berenice Abreu de Castro. **Intrépidos Romeiros do Progresso: maçons cearenses no Império.** 1998. Dissertação (Mestrado em Sociologia), Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 1998.

NIETZSCHE, Friedrich. **Segunda Consideração Intempestiva: da utilidade e desvantagem da história para a vida.** Trad. Marco Antônio Casanova. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003.

ORTIZ, Renato (org.). **Pierre Bourdieu.** Trad. Paula Monteiro e Alicia Auzmendi. São Paulo: Ática, p.156-183.

PEREIRA, Nilo. **Dom Vital e a Questão Religiosa no Brasil.** 2ª ed. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro; Recife: Arquivo Público Jordão Emerenciano, 1986.

_____. **Conflitos entre a Igreja e o Estado.** Recife, Editora Massangana, 1982.

PINSKY, Carla Bassanezi. (Org.). **Fontes históricas.** São Paulo: Contexto, 2005.

PONCINS, Léon. **As forças secretas da Revolução: Maçonaria, Judaísmo.** Porto Alegre: Globo, 1937.

PONTES, Heloisa. **Destinos mistos: os críticos do grupo Clima em São Paulo (1940-1968).** São Paulo: Cia. das Letras, 1998.

PRESCOTT, Andrew. *Maçonaria como Disciplina Acadêmica*. Trad. José Antonio de Souza Filardo. In: www.biblioteca.wordpress.com/maconaria-como-disciplina-academica. Acesso: 08/06/2011.

RÉMOND, René. (org.). **Por uma História Política**. Trad. Dora Rocha. 2ª.ed. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

RIBEIRO, José Adalberto. **Agamenon Magalhães**: uma estrela na testa e um mandacaru no coração. Recife: Assembleia, 2001. (Perfil Parlamentar sec. XX, v.1).

RODRIGUES, Raimundo. Sobre os primórdios da Maçonaria. In: **Cadernos de Pesquisa**. Londrina/PR: Editora Maçônica a Trolha, 2001, p.119-123.

RÜSSEN, Jörn. Como dar sentido ao passado: questões relevantes de Meta-História. In: **História da Historiografia**. Ouro Preto, Edufop, 2009, número 2, março 2009, p.163-209.

SALVINI, R.O. **Um capítulo sobre a Maçonaria**. s.n.t.

SAMARA, Eni de Mesquita; TUPY, Ismênia S. Silveira T. **História & documento e metodologia de pesquisa**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

SILVA, Augusto César Acioly Paz. **Pedreiros do mal: Maçonaria x Igreja Católica em Pernambuco (1900-1912)**. 2007. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2007.

_____. "A Besta Anti-clerical a Solta": Igreja Católica, intelectuais e conflitos com a Maçonaria (1900-1912). In: NETO, Martinho Guedes dos Santos; COSTA, Robson Xavier da. (Org.). **PESQUISA EM HISTÓRIA**: temas e abordagens. 1ed. João Pessoa: Editora Universitária UFPB, 2009, v. 1, p. 113-134.

_____. Maçonaria e República em Pernambuco: algumas considerações (1889-1912). In: MACEDO, Helder Alexandre. (Org.). **Capítulos de História do Norte-Nordeste: poder, cultura e sociedade**. 1ed. Florianópolis; Carnaúba dantas: Bookess Editora; Edição do Autor, 2011, v. 1, p. 3-189.

SILVA, Giselda Brito. **A lógica da Suspeição contra a força do Sigma: discursos e polícia na repressão aos integralistas em Pernambuco**. Universidade Federal de Pernambuco. 2002. Recife, 277p. Tese (Tese de História).

_____. História e Linguística: algumas reflexões em torno das propostas que aproxima a História da Análise do Discurso. In: **Saeculum - Revista de História**. João Pessoa, p.28-41, ago./ dez. 2004

SILVA, Severino Vicente da. **A Primeira Guerra na Tribuna Religiosa: o nascimento da neocristandade**. Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1985. (Dissertação de Mestrado em História).

_____. **Entre o Tibre e o Capibaribe:** os limites da igreja progressista na Arquidiocese de Olinda e Recife: estudo sobre a Arquidiocese de Olinda e Recife a respeito do grau de adesão ocorrida das ideias e praticas do chamado catolicismo progressista e de suas impossibilidades. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2006.

SILVA, Silvia Cortez. **Tempos de Casa-Grande:** 1930-1940. São Paulo: Perspectiva: Fapesp, 2010.

TAVARES, Marcelo dos Reis. **Entre a Cruz e o e o esquadro:** o debate entre a igreja católica e a maçonaria na imprensa francana (1882-1901). 2006. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Estadual Paulista, Franca, 2006.

VÉSCIO, Luís Eugênio. **O crime do Padre Sório:** Maçonaria e Igreja Católica no Rio Grande do Sul 1893 a 1928. Santa Maria: Editora da UFSM, Porto Alegre: Editora da Universidade do Rio Grande do Sul, 2001.

VIEIRA, Nelson H. **Construindo a imagem do judeu.** Rio de Janeiro: Imago, 1994.

VIDAL, César. **Os Maçons:** a sociedade secreta mais influente da história. Trad. Maria Alzira Brum Lemos. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2006.